



Relatório de Atividades 2025



Procuradoria-Geral de Justiça
Av. Professor Carlos Cunha, 3261 -
São Luís -MA
(98) 3219-1777/1698/1710



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

**São Luís
2026**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2025

Organização

Fábio Henrique Meirelles Mendes

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação e Revisão

Adriana Braid Ribeiro Dourado de Carvalho

Técnica Ministerial - SEPLAG

Ana Beatriz Vieira da Silva

Auxiliar Administrativo - SEPLAG

André Luis Costa dos Santos de Sousa Maciel

Residente - SEPLAG

Beatriz Nery Rodrigues Chagas

Assessora Técnica - SEPLAG

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Guilherme Ferre da Silva

Chefe de Seção – SEPLAG

Hafiza Dourado Teixeira

Auxiliar Administrativo -SEPLAG

Jaqueline Sousa de Freitas

Residente - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Assessor Técnico - SEPLAG

Normalização

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim e Ana Beatriz Vieira da Silva

Fotos

Acervo do MPMA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau

CEP: 65076-820. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1600 / 3219-1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Centro Cultural e Administrativo do Ministério
Público do Estado do Maranhão “Ed. Aurora Correia
Lima Félix”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1980

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2025. – São Luís:
Procuradoria Geral de Justiça, 2026.

344 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório
I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
GESTÃO 2025**

Danilo José de Castro Ferreira

Procurador-Geral de Justiça

**Theresa Maria Muniz Ribeiro de La
Iglesia**

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da PGJ

Orfileno Bezerra Neto

Procurador de Justiça

Subprocurador-Geral de Justiça para

Assuntos Jurídicos

Regina Maria da Costa Leite

Procuradora de Justiça

Subprocuradora-Geral de Justiça para

Assuntos Administrativos

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE
JUSTIÇA - CPMP**

Mariléa Campos dos Santos Costa

Procuradora de Justiça – Secretária

**CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO - CSMP**

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

Procurador de Justiça – Secretário

**CORREGEDORIA GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO - CGMP**

**Maria de Fátima Rodrigues Travassos
Cordeiro**

Procuradora de Justiça

Corregedora-Geral do Ministério Público

Maria Luíza Ribeiro Martins

Procuradora de Justiça

Subcorregedora-Geral do Ministério

Público

Gabriel Sodrê Gonçalves

Promotor de Justiça

Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral

do Ministério Público

Promotores (as) de Justiça Corregedores

Ana Teresa Silva de Freitas

Promotora de Justiça Corregedora

Fátima Maria Sousa Arôso Mendes

Promotora de Justiça Corregedora

Fernanda Helena Nunes Ferreira

Promotora de Justiça Corregedora

Frederik Bacellar Ribeiro

Promotor de Justiça Corregedor

Marco Aurélio Batista Barros

Promotor de Justiça Corregedor

Pedro Lino Silva Curvelo

Promotor de Justiça Corregedor

Sirlei Castro Aires Rodrigues

Promotora de Justiça Corregedora

**ESCOLA SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMP**

José Ribamar Sanches Prazeres

Procurador de Justiça

Diretor da Escola Superior do Ministério

Público

Maria de Jesus Rodrigues Araújo

Heilmann

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

**CENTROS DE APOIO
OPERACIONAL - CAOs**

Alenilton Santos da Silva Júnior

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio

Operacional de Defesa dos Direitos das

Pessoas Idosas e das Pessoas com

Deficiência – CAO-PIPD

Alessandro Brandão Marques

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional Criminal – CAO-Crim

Alineide Martins Rabelo Costa

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional do Consumidor – CAO-
Consumidor

Eduardo Borges Oliveira

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Direito à
Educação – CAO-EDUCAÇÃO

Gleudson Malheiros Guimarães

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional da Infância e Juventude –
CAO-IJ

Herbeth Costa Figueiredo

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa da Saúde – CAO-
Saúde

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo
e Patrimônio Cultural – CAO-UMA

Marco Aurélio Ramos Fonseca

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Direitos Humanos e
Cidadania – CAO-DHC

Nahyma Ribeiro Abas

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Patrimônio
Público e Fiscal da Probidade
Administrativa – CAO-ProAd

Sandra Fagundes Garcia

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Enfrentamento à Violência
de Gênero - CAO-MULHER

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional do Tribunal do Júri – CAO-
JÚRI

**OUVIDORIA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO**

Selene Coelho de Lacerda

Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

ASSESSORIA ESPECIAL - ASSESP

Lúcia Cristiana Silva Chagas

Promotora de Justiça
Assessora-Chefe da Assessoria Especial do
Procurador-Geral de Justiça

Reginaldo Júnior Carvalho

Promotor de Justiça – Coordenador
Assessoria Especial de Investigação

DIRETORIA GERAL - DG

Paulo Gonçalves Arrais

Diretor Geral

**SECRETARIA ADMINISTRATIVO -
FINANCEIRA - SEAF**

Rivemberg Ribeiro da Silva

Diretor

**SECRETARIA PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS - SECINST**

Ednarg Fernandes Marques

Promotor de Justiça - Diretor

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO - SEPLAG**

Fábio Henrique Meirelles Mendes

Promotor de Justiça – Diretor

COORDENADORIAS

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadoria de Distribuição de
Processos – CDP

Erickson Fillippe Marques Menezes

Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

Raquel Jatay Casanovas

Seção de Transportes

George Brito Balby

Coordenadoria de Obras, Engenharia e

Arquitetura - COEA

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenadoria da Folha de Pagamento –

CFP

Luiz Muniz Rocha Filho

Promotor de Justiça

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e

Inteligência – CAEI

Seção de Segurança Institucional

Regina Cláudia dos Santos Gomes

Major QOPM

Maria de Fátima Morais

Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP

Daniella Salomão Prazeres Martins

Seção de Saúde Funcional

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadoria de Documentação e

Biblioteca – CDB

Nayana Santos Martins Neiva Sobral

Coordenadoria de Modernização e

Tecnologia da Informação – CMTI

Poliana Marta Ribeiro de Abreu

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadoria de Administração - CAD

Tatiana Alves de Paula

Coordenadoria de Orçamento e Finanças -

COF

ASSESSORIAS

Andréa de Melo Nogueira Duarte

Chefia de Cerimonial – CER

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessoria de Controle Interno e Auditoria

- ASSCIAUD

Conceição de Maria Correa Amorim

Comissão Permanente de Licitação – CPL

José Nélio Miranda de Freitas

Assessoria Técnica - ASSTEC

Luanna Kerlys Moura Ferreira

Assessoria Técnica da Administração –

ASTECADM

Maria do Socorro Quadros de Abreu

Assessoria Jurídica da Administração –

AJAD

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – GAECO/MA

Promotores de Justiça integrantes

Luiz Muniz Rocha Filho - Coordenador

Ana Carolina Cordeiro de Mendonça

Leite

Fernando Antônio Berniz Aragão

Marcos Valentim Pinheiro Paixão

GAECO REGIONAL - IMPERATRIZ

Promotores de Justiça integrantes

Eduardo André de Aguiar Lopes

Fábio Santos de Oliveira

Raquel Chaves Duarte Sales

GAECO REGIONAL - TIMON

Promotores de Justiça integrante

Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho
Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira
Tharles Cunha Rodrigues Alves

DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Cássius Guimarães Chai
Promotor de justiça - Diretor

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL – INTEGRAR E FLORESCER

Mariléa Campos dos Santos Costa
Procuradora de Justiça - Presidente da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA

PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Procuradora de Justiça - Coordenadora

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/MA

Suzane Maria Pinto Viégas

CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MPMA

Dulce de Maria Alves Serra Moreira
Administração
Francisco Colombo Lobo
Curadoria

PROCURADORES (AS) DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

1. Abel José Rodrigues Neto
2. Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
3. Carlos Jorge Avelar Silva
4. Danilo José de Castro Ferreira
5. Domingas de Jesus Froz Gomes
6. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
7. Francisco das Chagas Barros de Sousa
8. Haroldo Paiva de Brito
9. Iracy Martins Figueiredo Aguiar
10. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
11. José Antônio Oliveira Bents
12. José Henrique Marques Moreira
13. José Ribamar Sanches Prazeres
14. Krishnamurti Lopes Mendes França
15. Lígia Maria da Silva Cavalcanti
16. Lize de Maria Brandão de Sá Costa
17. Márcia Lima Buhatem
18. Marco Antônio Anchieta Guerreiro
19. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
20. Maria Luíza Ribeiro Martins
21. Mariléa Campos dos Santos Costa
22. Orfileno Bezerra Neto
23. Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
24. Paulo Silvestre Avelar Silva
25. Raimundo Nonato de Carvalho Filho
26. Regina Lúcia de Almeida Rocha
27. Regina Maria da Costa Leite
28. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
29. Sâmara Ascar Sauaia
30. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
31. Selene Coelho de Lacerda
32. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
33. Themis Maria Pacheco de Carvalho
34. Valdenir Calvalcante Lima

PROMOTORES (AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA – 2025
ENTRÂNCIA FINAL

1. Adélia Maria Souza Rodrigues Moraes
2. Agamenon Batista de Almeida Júnior
3. Albert Lages Mendes
4. Alessandro Brandão Marques
5. Alenilton Santos da Silva Júnior*
6. Alineide Martins Rabelo Costa
7. Alline Matos Pires Ferreira*
8. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
9. Ana Cláudia Cruz dos Anjos
10. Ana Luiza Almeida Ferro
11. Ana Teresa Silva de Freitas

12. André Luis Lopes Rocha*
13. Andria Márcia Ribeiro de Souza
14. Antônio Augusto Nepomuceno Lopes
15. Antônio Borges Nunes Júnior
16. Antônio Coêlho Soares Júnior
17. Arnaldo Jorge de Castro Ferreira
18. Bianka Sekeff Sallem Rocha*
19. Carla Mendes Pereira Alencar
20. Carlos Alberto Garcia
21. Carlos Augusto Ribeiro Barbosa*
22. Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes
23. Carlos Henrique Rodrigues Vieira
24. Carlos Pinto de Almeida Júnior*
25. Carlos Róstão Martins Freitas*
26. Cássius Guimarães Chai
27. Celso Antônio Fernandes Coutinho
28. Christiane de Maria Ericeira Silva
29. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
30. Cláudio José Sodré
31. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
32. Cláudio Rebêlo Correia Alencar
33. Clodomir Bandeira Lima Neto
34. Cristiane Carvalho de Melo Monteiro*
35. Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
36. Domingos Eduardo da Silva
37. Doracy Moreira Reis Santos
38. Douglas Assunção Nojosa
39. Ednarg Fernandes Marques
40. Eduardo André de Aguiar Lopes*
41. Eduardo Borges Oliveira
42. Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça
43. Elyjeane Alves Carvalho
44. Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
45. Emmanuella Souza de Barros Bello Peixoto
46. Esdras Liberalino Soares Júnior
47. Eveline Barros alheiros
48. Fábio Henrique Meirlles Mendes
49. Fábio Menezes de Miranda*
50. Fanny de Sousa Brandes
51. Fátima Maria Sousa Arôso Mendes
52. Fernanda Helena Nunes Ferreira
53. Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho
54. Fernando Antônio Berniz Aragão*
55. Fernando Evelim de Miranda Menezes*
56. Flávia Valéria Nava Silva
57. Francisco de Aquino da Silva
58. Francisco de Assis da Silva Júnior*
59. Francisco Fernando de Morais Menezes Filho
60. Francisco Teomário Serejo Silva
61. Frank Teles de Araújo
62. Frederik Bacellar Ribeiro
63. Gabriela Brandão da Costa Tavernard*
64. Gabriele Gadelha Barboza de Almeida*
65. Geraulides Mendonça Castro
66. Gilberto Câmara França Júnior
67. Giorgionni Matos Lauande Fonseca
68. Giovanni Papini Cavalcanti Moreira*
69. Gladston Fernandes de Araújo
70. Glauce Mara Lima Malheiros*
71. Gleudson Malheiros Guimarães*
72. Gustavo Antônio Chaves Dias
73. Herberth Costa Figueiredo
74. Ilana Franco Bouéres Laender Morais
75. Ilma de Paiva Pereira
76. Jadilson Cirqueira de Sousa
77. Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
78. João Leonardo Sousa Pires Leal
79. João Marcelo Moreira Trovão
80. Joaquim Ribeiro de Souza Júnior
81. Jorge Luís Ribeiro de Araújo
82. José Alexandre Rocha
83. José Augusto Cutrim Gomes
84. José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
85. José Lucíolo Santos Gorayéb
86. José Márcio Maia Alves
87. Justino da Silva Guimarães
88. Karina Freitas Chaves*
89. Karla Adriana Holanda Farias Vieira
90. Laert Pinho de Ribamar
91. Lana Cristina Barros Pessoa
92. Lena Cláudia Ripardo Pauxis
93. Leonardo Rodrigues Tupinambá
94. Lindonjonson Gonçalves de Sousa
95. Lítia Teresa Costa Cavalcanti
96. Lúcia Cristiana Silva Chagas
97. Luís Carlos Corrêa Duarte
98. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
99. Luís Samarone Batalha Carvalho
100. Luiz Gonzaga Martins Coelho
101. Luiz Muniz Rocha Filho
102. Márcia Haydée Porto de Carvalho
103. Márcia Lima Buhatem
104. Márcia Moura Maia
105. Márcio José Bezerra Cruz
106. Márcio Thadeu Silva Marques

- | | |
|--|--|
| 107. Marco Antônio Camardella da
Silveira | 141. Raquel Silva de Castro |
| 108. Marco Aurélio Batista Barros | 142. Reginaldo Júnior Carvalho |
| 109. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues | 143. Reinaldo Campos Castro Júnior* |
| 110. Marco Aurélio Ramos Fonseca | 144. Rodolfo Soares Dos Reis |
| 111. Marcos Valentim Pinheiro Paixão | 145. Rodrigo de Vasconcelos Ferro |
| 112. Maria da Glória Mafra Silva | 146. Ronald Pereira Dos Santos |
| 113. Maria de Jesus Rodrigues Araújo
Heilmann | 147. Rosalvo Bezerra de Lima Filho |
| 114. Maria Do Socorro Viégas Reis Leite | 148. Rosanna Conceição Gonçalves |
| 115. Maria José Lopes Corrêa | 149. Samaroni de Sousa Maia |
| 116. Maria Luciane Lisboa Belo | 150. Sandra Fagundes Garcia* |
| 117. Maria Teresa Pestana Chaves Barros | 151. Sandro Pofahl Bísvaro |
| 118. Marinete Ferreira Silva Avelar | 152. Sarah Albuquerque de Sousa Santos |
| 119. Martha Helena Costa Ribeiro | 153. Saulo Jerônimo Leite Barbosa de
Almeida |
| 120. Maruschka de Mello E Silva Brahuna | 154. Sebastiana de Cássia Araújo Muniz |
| 121. Moema Figueiredo Viana Pereira | 155. Selma Regina Souza Martins |
| 122. Nacor Paulo Pereira Dos Santos | 156. Sérgio Henrique Furtado Coelho* |
| 123. Nahyma Ribeiro Abas | 157. Sérgio Ricardo Souza Martins* |
| 124. Nelson Nedes Ribeiro Guimarães* | 158. Sidneya Madalena Miranda Nazareth
Liberato |
| 125. Norimar Gomes Nascimento Campos | 159. Sílvia Menezes de Miranda |
| 126. Núbia Zeile Pinheiro Gomes | 160. Sirlei Castro Aires Rodrigues |
| 127. Orlando Pacheco de Andrade Filho | 161. Susete Marques Palmeira |
| 128. Ossian Bezerra Pinho Filho* | 162. Tarcísio José Sousa Bonfim |
| 129. Oziel Costa Ferreira Neto | 163. Tharles Cunha Rodrigues Alves* |
| 130. Pablo Bogéa Pereira Santos | 164. Theresa Maria Muniz Ribeiro de La
Iglesia |
| 131. Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho
Reis* | 165. Thiago de Oliveira Costa Pires* |
| 132. Patrícia Fernandes Gomes Costa
Ferreira* | 166. Tiago Quintanilha Nogueira* |
| 133. Patrícia Pereira Espínola | 167. Tibério Augusto Lima de Melo* |
| 134. Paulo José Miranda Goulart | 168. Uiuara de Melo Medeiros |
| 135. Paulo Roberto Barbosa Ramos | 169. Vicente de Paulo Silva Martins |
| 136. Pedro Lino Silva Curvelo | 170. Vicente Gildásio Leite Júnior* |
| 137. Raimundo Benedito Barros Pinto | 171. Washington Luiz Maciel Cantanhede |
| 138. Raimundo Nonato Sousa Cavalcante | 172. Willer Siqueira Mendes Gomes |
| 139. Raquel Chaves Duarte Sales* | 173. Williams Silva de Paiva* |
| 140. Raquel Pires de Castro* | 174. Zanony Passos Silva Filho |

* Promotor (a) de Justiça de entrância diversa da Promotoria de Justiça de titularidade

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

- | | |
|--|---|
| 1. Aarão Carlos Lima Castro | 9. Carlos Rafael Fernandes Bulhão |
| 2. Aline Silva Albuquerque | 10. Clodoaldo Nascimento Araújo |
| 3. André Charles Alcântara Martins
Oliveira | 11. Cristiane dos Santos Donatini |
| 4. Antônio Lisboa de Castro Viana
Júnior | 12. Crystian Gonzalez Boucinhas |
| 5. Camila Gaspar Leite | 13. Dailma Maria de Melo Brito
Fernández |
| 6. Carla Tatiana de Jesus Ferreira Castro | 14. Denys Lima Rêgo |
| 7. Carlos Allan da Costa Siqueira | 15. Elisete Pereira dos Santos |
| 8. Carlos Augusto Soares | 16. Fabiana Santalúcia Fernandes |
| | 17. Fábio Murilo da Silva Portela |

18. Fábio Santos de Oliveira
19. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
20. Felipe Augusto Rotondo
21. Felipe Boghossian Soares da Rocha
22. Francisco Antônio Oliveira Milhomem
23. Francisco de Assis Silva Filho
24. Francisco Hélio Porto Carvalho
25. Frederico Bianchini Joviano dos Santos
26. Gabriel Sodrê Gonçalves
27. Guaracy Martins Figueiredo
28. Guilherme Gouvêa Fajardo
29. Gustavo de Oliveira Bueno
30. Hagamenon de Jesus Azevedo
31. Henrique Hélder de Lima Pinho
32. Herlane Maria Lima Fernandes
33. Hortênsia Fernandes Cavalcanti
34. Igor Adriano Trinta Marques
35. Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
36. John Derrick Barbosa Braúna
37. José Carlos Faria Filho
38. José Frazão Sá Menezes Neto
39. José Jailton Andrade Cardoso
40. Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo
41. Klycia Luíza Castro de Menezes
42. Larissa Sócrates de Bastos
43. Laura Amélia Barbosa
44. Lays Gabriella Pedrosa Souza
45. Leonardo Santana Modesto
46. Letícia Teresa Sales Freire
47. Lícia Ramos Cavalcante Muniz
48. Linda Luz Matos Carvalho
49. Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira
50. Lindomar Luiz Della Libera
51. Lúcio Leonardo Froz Gomes
52. Marco Antônio Santos Amorim
53. Maria Cristina Lima Lobato Murillo
54. Marina Carneiro Lima de Oliveira
55. Michelle Adriane Saraiva Silva Dias
56. Moisés Caldeira Brant
57. Nilceu Celso Garbim Júnior
58. Paula Gama Cortez Ramos
59. Paulo Roberto da Costa Castilho
60. Peterson Armando Azevedo de Abreu
61. Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira
62. Rita de Cássia Pereira Souza
63. Rodrigo Alves Cantanhede
64. Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva
65. Samara Cristina Mesquita Pinheiro Caldas
66. Samira Mercês dos Santos
67. Sandra Soares de Pontes
68. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
69. Thiago Cândido Ribeiro
70. Thiago Lima Aguiar
71. Tiago Carvalho Rohrr
72. Valéria Chaib Amorim de Carvalho
73. Weskley Pereira de Moraes
74. Wlademir Soares de Oliveira

ENTRÂNCIA INICIAL

1. Adoniran Souza Guimarães
2. Alessandra Darub Alves
3. Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar
4. Cláudio Borges dos Santos
5. Elano Aragão Pereira
6. Érica Ellen Beckman da Silva
7. Francisco Jansen Lopes Sales
8. Gustavo Pereira Silva
9. Hélder Ferreira Bezerra
10. João Cláudio de Barros
11. João José e Silva Veras
12. João Viana dos Passos Neto
13. José Artur Del Toso Júnior
14. José Orlando Silva Filho
15. Karine Guará Brusaca Pereira
16. Laécio Ramos do Vale
17. Leonardo Soares Bezerra
18. Luciano Henrique Sousa Benigno
19. Márcio Antônio Alves de Oliveira
20. Marco Túlio Rodrigues Lopes
21. Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima
22. Natália Macedo Luna Tavares
23. Raimundo Nonato Leite Filho
24. Raquel Madeira Reis
25. Renato Ighor Viturino Aragão
26. Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho
27. Rogernilson Ericeira Chaves
28. Xilon de Souza Júnior

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
O MINISTÉRIO PÚBLICO.....	14
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	18
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (PGJ).....	18
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (GAB/PGJ)	18
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)	22
Chefia de Cerimonial (CER).....	30
SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS (SUBJUR)	34
SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS (SUBADM) ...	41
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA (CPMP)	45
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CSMP)	49
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CGMP)	57
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA	70
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	74
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE.....	79
GABINETE DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA (GABMC)	87
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ESMP)	92
OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	104
DIRETORIAS.....	115
DIRETORIA GERAL (DG).....	115
Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF)	127
Assessoria Jurídica da Administração (AJAD).....	130
Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)	133
Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP).....	141
Coordenadoria de Administração (CAD)	145
Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)	156
Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF).....	164
Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG).....	172
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	176
SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS (SECINST).....	193
Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM).....	203
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)	207
Programa Memória Institucional do MPMA (PMMP).....	215
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)	219
Centro Cultural do Ministério Público (CCMP).....	239
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO.....	243

Assessoria Técnica (ASSTEC).....	243
Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ASSCIAUD).....	246
Escritório de Proteção de Dados Pessoais (EPDP).....	250
Comissão de Gestão Ambiental (CGA).....	256
Comissão Permanente de Licitação (CPL).....	261
Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)...	265
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)	272
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOs)	278
Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO/Crim)	279
Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor).....	284
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA).....	289
Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO/DHC).....	292
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAO Educação)..	297
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ).....	301
Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD)	307
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa (CAO-ProAd).....	311
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde).....	317
Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO- MULHER).....	323
Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI).....	329
ATOS NORMATIVOS – 2025	335

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público encerra o exercício de 2025 consolidando uma gestão pautada pela eficiência e transparência absoluta. A conquista do **Selo Diamante de qualidade em Transparência**, outorgado pelo Sistema de Tribunais de Contas, reflete o rigor institucional no uso dos recursos públicos e o fortalecimento da governança orçamentária. Este relatório sintetiza os avanços estratégicos que permitiram a modernização dos fluxos administrativos e a regularização de passivos, assegurando uma instituição mais robusta e focada em resultados.

No campo da inovação e do conhecimento, promovemos 124 cursos em modalidades presenciais e híbridas, alcançando mais de 12 mil inscrições. Destacou-se a capacitação pioneira em **Inteligência Artificial Generativa** para membros e servidores da capital, Imperatriz e Timon. O investimento em tecnologia foi acompanhado pelo fomento acadêmico, com a realização do Mestrado em Criminologia e parcerias nacionais estratégicas, elevando o patamar de qualificação técnica da nossa força de trabalho.

A atuação finalística demonstrou vigor no combate à criminalidade organizada e à corrupção. A integração operacional entre os **GAECOs de São Luís, Timon e Imperatriz** resultou em operações decisivas, sustentadas pelo desenvolvimento de soluções tecnológicas próprias. Essas novas ferramentas digitais otimizaram o fluxo de trabalho em áreas finalísticas e administrativas, aperfeiçoando o sistema de requisições, o monitoramento de projetos e a análise de dados institucionais.

Por fim, a gestão administrativa priorizou a sustentabilidade e a infraestrutura, com avanços em energia limpa e na reorganização física de unidades estratégicas por meio de reformas e retomada de obras. Ao padronizar procedimentos contratuais e racionalizar demandas, o Ministério Público reafirma seu compromisso com a modernização funcional. Esta síntese de atividades de 2025 demonstra o amadurecimento de uma instituição que inova para melhor servir à sociedade.

Ao entregar este relatório, renovamos nosso compromisso com uma instituição moderna, transparente e socialmente resolutiva.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador-Geral de Justiça

O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público é o órgão Estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

“Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. (art. 127 da Constituição Federal)

Embora não sendo um “Poder”, o Ministério Público é uma instituição independente, e apesar de ligada ao Estado, não é vinculada a nenhum dos poderes da República, sendo dotada de ampla autonomia administrativa, funcional e financeira, exercendo parte da soberania estatal. Vale lembrar que, embora comumente utilizada, a denominação “promotor público” não é correta, ainda que traduza a essência de sua função, qual seja, de natureza pública. A denominação legal correta é “Promotor de Justiça”.

Missão: Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Visão: Ser uma instituição resolutiva, mais próxima do cidadão, orientada pelos valores constitucionais que inspire credibilidade na efetivação das políticas públicas em favor da sociedade.

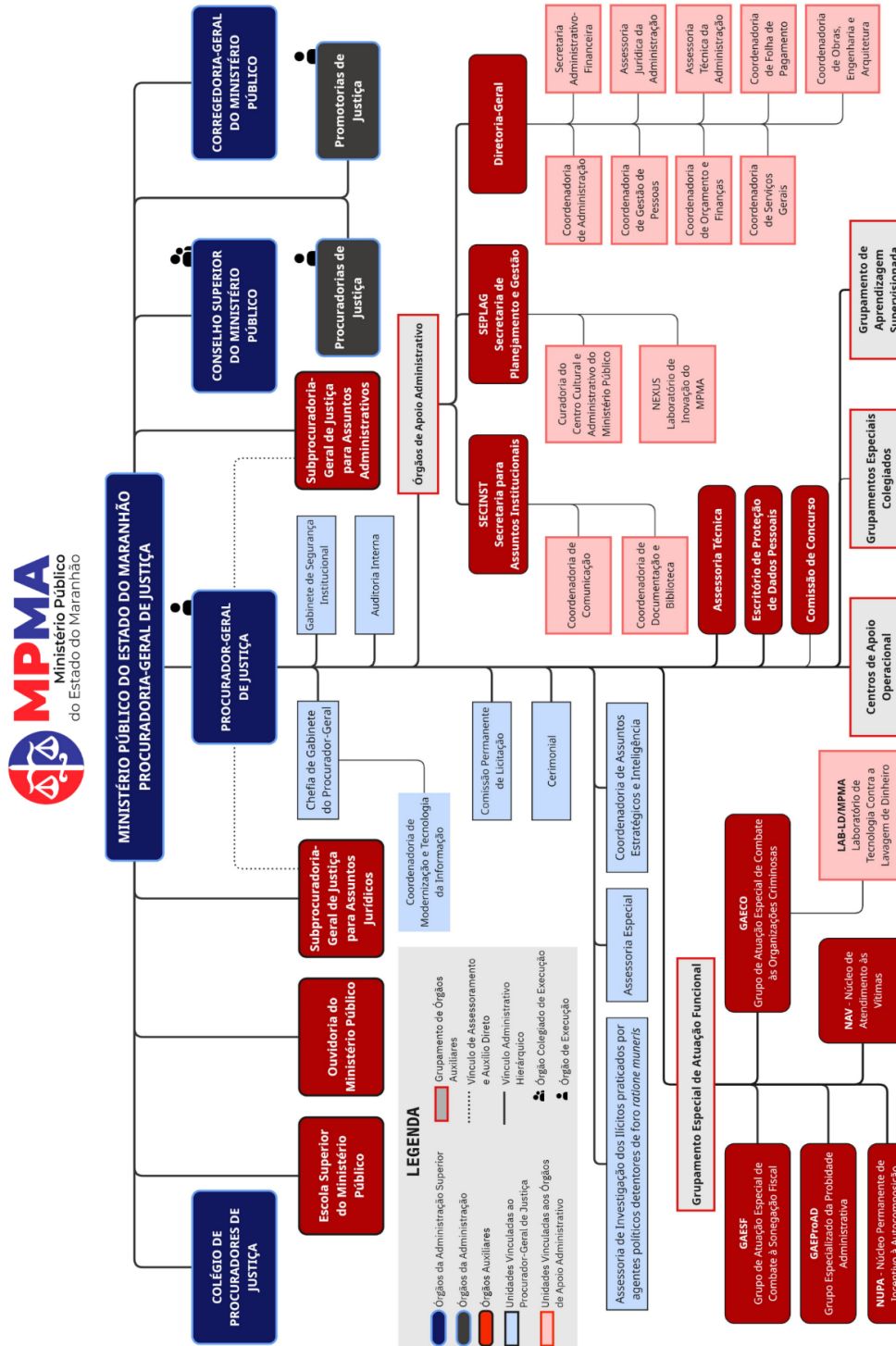
Valores:

- Resolutividade
- Transparência
- Efetividade
- Probidade
- Compromisso.

1 DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Ministério Público compreende: I – Órgãos da Administração Superior; II – Órgãos da Administração e III – Órgãos Auxiliares, conforme demonstrado no Organograma.

Figura 1 – Organograma do MPMA



Fonte: EPDP/PJG, 2025.

2 ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS

- Defesa dos Direitos dos Cidadãos – tem como objetivo fiscalizar a conduta dos membros do Poder Executivo, cobrança destes a prestação dos serviços públicos (saúde, educação, segurança pública, assistência às populações carentes, etc.);
- Defesa de Valores Essenciais à Vida – encarregado da defesa do meio-ambiente, saúde pública, direito à vida e combate aos que a ela se opõem (poluentes, traficantes, assaltantes, etc.);
- Defesa das Instituições Públicas – encarregada de processar, civil e administrativamente, os gestores públicos desidiosos ou todos aqueles que se opuseram ou prejudicaram a administração pública, incluídos os que lesaram o patrimônio público;
- Defesa dos Hipossuficientes – tutela os interesses dos não autossuficientes, atuando em defesa de interesses de menores (ações de guarda, tutela, curatela, alimentícias, investigação de paternidade), idosos, populações indígenas;
- Defesa de interesses Sociais e Individuais indisponíveis – todos os bens ou interesses pertencentes a uma só pessoa, ou grupo social definido (interesse coletivo), ou grupo social indefinido (interesse difuso), cujo interesse não esteja ao livre arbítrio da pessoa (ou seja, ela não pode desfazer-se ou desvincular-se daquele interesse), a exemplo dos direitos relativos à personalidade (nome, filiação).

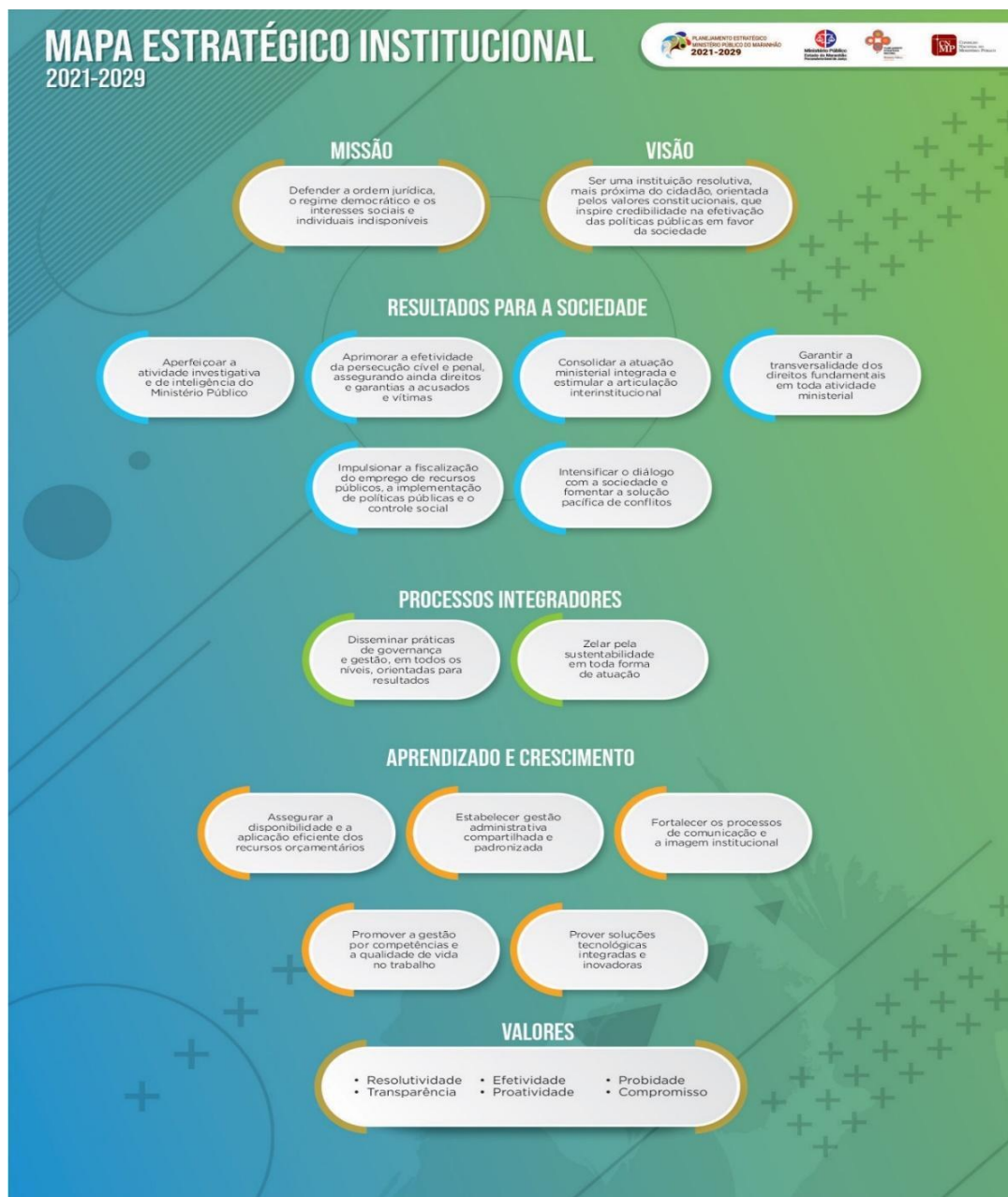
Além das já citadas, pode-se ainda referir à atribuição do Ministério Público o exercício de outras funções que lhe sejam conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade:

- Vistoria de estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;
- Manifestação em processos judiciais cuja presença seja obrigatória por lei, na condição de custos legis (fiscal da lei);
- Interposição de recursos das decisões judiciais nos diversos tribunais existentes, desde que a matéria seja da sua atribuição;
- Intervenção na condição de custos legis nas demandas penais de natureza privada (ação penal privada)
- Participação de todos os atos preparatórios e os propriamente ditos relativos à eleição e apuração de votos;

- Intervenção nas causas em que haja interesses de incapazes, e concernente ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.

3 MAPA ESTRATÉGICO

Figura 2 – Mapa Estratégico do MPMA 2021-2029



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2025.



ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (PGJ)

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Danilo José de Castro Ferreira, eleito para o mandato/biênio 2024-2026, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (GAB/PGJ)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

1.1 Atribuições Regimentais da Unidade

O Gabinete atua como núcleo de assistência direta e imediata à Chefia da Instituição. Suas funções centrais incluem a gestão integral do fluxo documental (recebimento, conferência e distribuição) e a garantia da rastreabilidade de informações privativas.

1.2 Coordenação Estratégica

O Gabinete, sob a liderança do Chefe de Gabinete, coordena a agenda estratégica, os contatos oficiais e o suporte administrativo do Procurador-Geral, incluindo o acompanhamento de prazos e a interlocução com unidades internas e órgãos externos. Atualmente, a Chefia de Gabinete é exercida pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia.

1.3 Setores Subordinados

A **Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)** trabalha sob subordinação do Gabinete, mas encaminha relatório de atividades em separado, devido à especificidade de suas operações técnicas e metas de

modernização, detalhando suas atividades e indicadores de forma independente das rotinas administrativas gerais do Gabinete.

A **Chefia de Cerimonial** também é subordinada ao Gabinete e é responsável pela excelência na execução dos trabalhos, organização da logística de eventos, observância da ordem de precedência e acompanhamento do PGJ em agendas internas e externas.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

Em 2025, o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça apresenta os seguintes resultados alcançados ao longo do ano:

2.1 Relatórios de Atividades no Sistema SEI

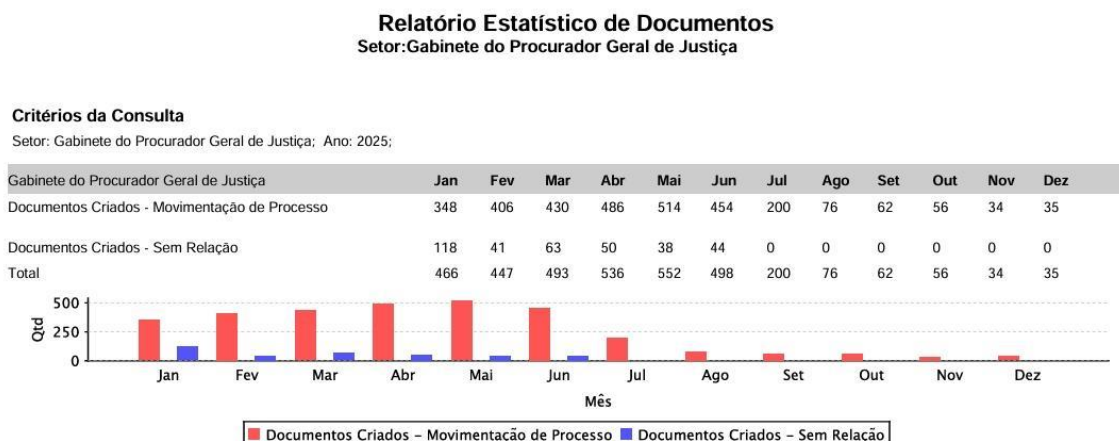
No sistema SEI, as atividades do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça em 2025 totalizaram a geração de **3.398 documentos internos** e a tramitação de **4.816 processos**. O fluxo de trabalho foi marcado por uma alta produtividade em atos decisórios, com a emissão de **2.120 decisões e 506 ofícios**, além de um suporte administrativo intensivo voltado ao acompanhamento de feitos judiciais e gestão de pessoal. A unidade manteve um tempo médio de tramitação geral de aproximadamente **8 dias**, assegurando a fluidez necessária às demandas deste Gabinete.

2.2 Relatório de Atividade no Sistema DIGIDOC

As atividades registradas no sistema DIGIDOC durante o primeiro semestre de 2025 revelam um fluxo intenso de trabalho, com a criação de **2.441 documentos** e a movimentação de **5.670 processos recebidos** no Gabinete. O período de maior produtividade ocorreu no mês de maio, que registrou o ápice tanto na geração de documentos (552 registros) quanto no encaminhamento de processos (1.546 saídas).

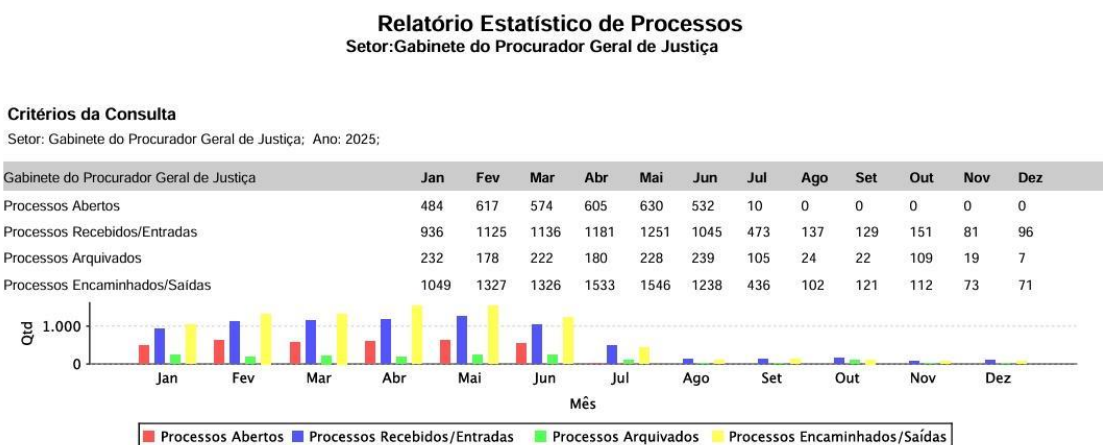
É importante ressaltar que o sistema DIGIDOC deixou de ser utilizado em julho de 2025, momento em que as operações foram migradas para o Sistema SEI para otimização dos trabalhos. O detalhamento completo das movimentações de produtividade até a desativação do sistema pode ser verificado nos gráficos a seguir:

Gráfico 1 - Movimentação de processos do GAB/PGJ em 2025



Fonte: GPGJ/PGJ, 2025.

Gráfico 2 - Produtividade do GAB/PGJ em 2025



Fonte: GPGJ/PGJ, 2025.

2.3 Relatório de Atividade no Sistema SIMP

As atividades registradas no sistema SIMP durante 2025 mostram uma movimentação contínua de processos:

- **1º trimestre:** O Gabinete registrou movimentos expressivos de despachos, arquivamentos e expedição de documentos.
- **Abril a junho:** O fluxo se manteve elevado com 380 entradas e 184 saídas.
- **Julho a setembro:** Foram registradas 374 entradas e 209 saídas, com destaque para 195 notícias de fato.
- **Outubro a novembro:** Contabilizou mais 234 entradas.
- **Novembro a dezembro:** O exercício encerrou com 113 entradas e 35 saídas.

3 AÇÕES DE MELHORIA

- **Tecnologia e Controle:** Foram implementadas novas estratégias para elevar a eficiência, incluindo o investimento contínuo em tecnologia da informação e o aprimoramento dos sistemas de controle, como as ferramentas do **SIMP+** e do **Sistema Athenas**.
- **Gestão e Imagem institucional:** Foram adotadas melhorias na gestão da agenda estratégica, no atendimento ao público e na **presença institucional em mídias sociais**. Também houve refinamento dos protocolos de cerimonial, garantindo uma execução mais qualificada de solenidades e visitas.
- **Padronização de Protocolos:** O Gabinete aprimorou os trabalhos administrativos e a logística de eventos através da padronização de protocolos.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados a softwares e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança da informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários. Além disso, deve desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

O relatório foi dividido nas seguintes áreas de atuação:

- Coordenação;
- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – SADS;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores – SSRC;
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos – SMCE;
- Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário – SASU.

2.1 COORDENADORIA

a) Processos Licitatórios, Adesões, Aditivos e Aquisições em 2025

Dentre os 27 itens de processos licitatórios e aquisições em 2025, destacam-se:

- Registro de Preços para aquisição de 300 computadores.
- Compra por dispensa de roletas de entrada e retardo (peças impressoras).
- Compra de 20 Datashows.
- Aquisição de 1000 SSDs e 400 Headsets (Registro de Preços).
- Compra de 70 Scanners.
- Pedido de Compra de 300 Computadores e Monitores.
- Registro de Preços para aquisição de 2000 Computadores e Monitores.
- Contratação de empresa para serviços continuados de assistência e suporte técnico, manutenções preventiva e corretiva em equipamentos nobreaks de grande porte (40 KVA, 60 KVA e 80 KVA).

b) Atas de Registro de Preços geradas e vigentes no ano de 2025

Foram **6 Atas de Registro de Preços (ARP)** geradas e vigentes, com prazo até 2026, para objetos como: compra de 20 Datashows (ARP 12/25), 70 Scanners (ARP 13/25), 300 Computadores e Monitores (ARP 52/25), 400 Headsets (ARP 55/25), 100 Memórias SSDs 250GB (ARP 61/25) e Impressoras e Transformadores (ARP 70/25).

c) **Adesões a Atas de Registro de Preços:**

—Foram contabilizados 1 pedido de adesão pela PGJMA e 5 pedidos de adesão para Atas da PGJMA por outras instituições (IPREVMA, PGADJ-PG, IPAM, DETRAN-PR).

d) **Processos, demais documentos, e ações administrativas (julho a setembro de 2025)**

As informações foram extraídas dos sistemas Digidoc e SEI.

- **Sistema SEI (julho a setembro de 2025):** Foram gerados **90 processos** no período, sendo 19 em julho, 24 em agosto e 47 em setembro. O total de processos com tramitação no período foi de **286**. Foram gerados 575 documentos e 292 documentos externos.
- **Sistema Digidoc (Jan a Dez de 2025 - dados parciais):** A CMTI recebeu **1215 processos** (até julho/25), arquivou 22 processos (até agosto/25) e encaminhou 730 processos (até julho/25). O total de documentos criados no Digidoc foi de **636** (até setembro/25), sendo 480 com movimentação de processo e 156 sem relação.

2.2 SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SADS

As atividades da SADS incluíram:

- **Portal da Transparência:** Readequação do Portal, com trabalho em painéis BI e obtenção de selo diamante em transparência pública.
- **Implantação do SEI:** Implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em 1º de julho de 2025, em substituição ao DIGIDOC. Módulos como "Usuário Externo" e "SEI Federação" foram implantados em outubro de 2025.
- **SIMP 3:** Continuação do desenvolvimento evolutivo do sistema da área-fim para a versão 3.5.12 do Simp 3+ e outras melhorias, como interoperabilidade com o PJe eleitoral. O SIMP 3 entrou em operação em fevereiro de 2025.
- **Ordens de Serviço (Contrato nº 41/2024 - AGUIA NET):** Acompanhamento de 4 Ordens de Serviço (OS): OS nº 08 (GESP RH-Férias), OS nº 13 (GESP -

Corregedoria), OS nº 15 (Projeto Entidades) e OS nº 17 (SIMP- Melhorias Medidas Protetivas).

- **Atualização do SIMP 3.4.41 para 3.5.12:** O código foi recebido em 22/09/2025 e a implantação liberada para homologação em 04/11/2025. As mudanças incluíram: login integrado ao single-sign-on do MPMA, inclusão de novos tipos de Distribuição, cadastro de dados de Violência Doméstica, integração com assinador digital (BirdID/RemotelD), e integração do código da OS 10 (Cadastro de Acordos de Não-Persecução Penal).
- **Manutenção E-Control:** Evolução do Relatório Conclusivo (múltiplas complementações e inclusão de produtividade) e atualizações em Templates & Documentos.
- **Relatórios Implantados no Athenas:** Implementação de 18 relatórios relacionados à Gestão de Pessoas (RH).
- **Integração e Tratamento de Dados:** Integração de Dados Gesp - SEI, extração de dados para partes CNPJ SEI, e importação de dados de carreira de Membros Inativos (Transparência).
- **Manutenção do Portal Institucional:** Correções de acessibilidade e conteúdo, criação de *shortcodes* e melhorias contínuas de layout. Alterações no Portal da Transparência (layout, menus) e criação da nova página de serviços.
- **Manutenção do Boletim Interno:** Migração do script de extração de texto em PHP para Python para atualizar o Solr, visando modernização e simplificação da manutenção.
- **Manutenção do Portal da Transparência:** Alteração do layout de consulta em Leis Orçamentárias, separação dos itens PGJ/FEMPE em Despesas por Ação Orçamentária e inclusão de filtros em Ordem Cronológica de Pagamentos.

2.3 SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES - SSRC

Houve uma dicotomia na atuação da SSRC em 2025: entrega de projetos estruturantes versus drenagem de tempo para atividades burocráticas. Mais de **55%** do esforço foi em Processos Administrativos, Licitações e Fiscalização de Contratos, e apenas **13,29%** do tempo dedicado ao gerenciamento técnico da infraestrutura. Como consequência, o MPMA está na 25ª posição no ranking nacional de maturidade em cibersegurança, com classificação "Baixa".

a) Escopo dos projetos da SSRC

Os projetos incluíram:

- **Infraestrutura de Rede e Conectividade:** Instalação de circuito de internet redundantes (Contrato nº 31/2025), Aquisição de 117 novos equipamentos de rede sem fio (Wi-Fi 6), Diagnóstico e Substituição de Equipamentos de Rede, Análise para Reestruturação da Rede Lógica e Fiscalização do Link de Internet de 10Gbps (Contrato 23/2023).
- **Serviços de Nuvem e Identidade:** Gerenciamento e Fiscalização do Contrato 15/2021 (Google Workspace) com 2697 contas.
- **Segurança da Informação, Backup e Monitoramento:** Atualização e melhorias na solução de backup (Cohesity/Veritas Netbackup para versão 10.5) e solução de storage (Purity//FA para versão 6.7.5). Fiscalização da execução do contrato de solução de gerenciamento de acessos privilegiados (Contrato 22/2023). Atualização de licença Kaspersky (Contrato 13/2024). Implantação de SIEM.
- **Fiscalização de Contratos:** Fiscalização de diversos contratos, incluindo o 34/2025 (Central de Serviços de TI - Nível 3) e contratos de links de rede privada.
- **Business Intelligence (BI) e Transparência:** Readequação de painéis BI para atender normas do TCE/MA e obtenção de selo diamante em transparência pública. Foram realizadas 69 Estruturas Analíticas de Projetos (EAPs) em Qlik Sense, Core e mashups.
- **Implantação de Apache Airflow:** Implantação para projeto de extração de dados do SIGEF via APIs. A arquitetura de dados (API → PostgreSQL) foi definida para extração das SIGEF APIs a partir de 2025 e orquestração pelo Airflow DAGs em ambiente Kubernetes

b) **Análise de alocação de recursos (dados Clockify)**

A análise do tempo registrado (376 horas) na ferramenta Clockify de abril a dezembro/2025 mostra que:

- **Carga Administrativa Total:** Mais de 55% do esforço em Processos Administrativos e Licitações.
- **Processos Administrativos e Licitações (46,29%):** 35h 31m na elaboração de ETPs, Termos de Referência e Mapas de Preços, e 98h 59m na instrução processual da área meio.
- **Burocracia Financeira:** 25h 45m em "Pagamentos de Contratos e Ateste de NF" e 18h 52m no sistema Contratos Gov.
- **Atividade-Fim (Gerenciamento de Serviços de Infraestrutura):** 13,29% (50:00:13).

c) Diagnóstico de risco: colapso e conformidade

- **Violação da Resolução CNMP n° 283 e MOTec:** Analistas e técnicos de TI estão acumulando funções administrativas, realizando "Atos Típicos de Administração", o que configura desvio de função e ineficiência.
- **Impacto na Cibersegurança (Resolução CNMP n° 294):** O MPMA está na 25ª posição (Maturidade Baixa). Falta de dedicação exclusiva da equipe de cibersegurança e ausência de práticas proativas como *Pentests* e Plano de Resposta a Incidentes.
- **Sobrecarga Sistêmica e Infraestrutura Predial:** A SSRC/CMTI absorveu a gestão de contratos de infraestrutura predial (Nobreaks, geradores, rede elétrica), desviando o foco da TI para Engenharia Elétrica e Civil.

d) Recomendações estratégicas

É recomendada a reestruturação para garantir a resiliência das unidades e o uso estratégico do corpo técnico, incluindo:

- Cumprimento Imediato da Resolução 283 (alocação de servidores da área administrativa para funções de Integrante Administrativo e Fiscal Administrativo).
- Adequação à Resolução 294 (garantir a atuação exclusiva da equipe de cibersegurança).
- Fortalecimento da Área Meio (para focar em inovação e governança digital).

3 SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE EQUIPAMENTOS - SMCE**3.1 Fiscalização de contratos**

A SMCE fiscalizou diversos contratos de aquisição de equipamentos de TI, como notebooks (Contrato n° 41/2022), workstations (Contratos n° 20/2021 e n° 46/2022), computadores e monitores (Contratos n° 20/2022 e n° 30/2022), scanners (Contrato N° 25/2025), nobreaks (Contrato n° 30/2025), SSDs (ARPs n° 55/2025 e n° 61/2025) e projetores multimídia (Contratos 12/2025 e 13/2025).

3.2 Aquisições em andamento

Estão em andamento a aquisição de impressoras e transformadores de tensão (Contrato N° 70/2025 e N° 76/2025), o levantamento de especificações para a aquisição de 370 Tablets, e o Registro de Preços para eventual aquisição de 2.000 Monitores e 2.000 Microcomputadores (Pregão Eletrônico n° 90039/2025).

3.3 Equipamentos distribuídos e os que se encontram em Estoque

Foram distribuídos 71 Computadores HP com monitor e 40 Computadores Dell Pro Slim, restando 260 em estoque.

3.4 Quantitativo de Tickets registrados - SMCE

A SMCE registrou um total de **2.322** tickets concluídos em serviços internos, incluindo manutenção de computadores/monitores (547), scanners/estabilizadores/nobreaks (1017), impressoras (237), e sistemas operacionais (430).

Foram registrados ainda, 74 tickets concluídos para garantia de equipamentos (externo), a maioria para Microcomputador e Monitor HP (40) e Chamados Notebooks HP (28).

4 SEÇÃO DE ATENDIMENTO E SUPORTE AO USUÁRIO - SASU

4.1 Fiscalização do Contrato Emergencial de Service Desk (Contrato nº 34/2025)

A SASU executou a fiscalização do Contrato nº 34/2025 (iniciado em 24/06/2025). A fiscalização foi dividida em:

- **Fiscalização Requisitante:** Foco na validação funcional, qualidade dos serviços e assinatura dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.
- **Fiscalização Administrativa:** Concentração nos aspectos burocráticos e legais, como controle de prazos, acompanhamento de saldos de empenho, verificação de garantias contratuais, verificação da regularidade fiscal e instrução do processo de pagamento.

4.2 Criação de Acesso para Funcionários Terceirizados

A SASU atuou na criação de usuários institucionais para funcionários terceirizados, tratando um total de 28 processos (amostra parcial a partir de setembro de 2025).

4.3 Execução dos Procedimentos de Bloqueio de Acesso a Recursos de TI

Em cumprimento à OS-GPGJ - 2/2025, a SASU realizou o bloqueio imediato de acesso de servidores e terceirizados, tratando 65 Processos Administrativos e 14 Memorandos.

4.4 Monitoramento e Análise do Fluxo de Telefonia e Recepção de Chamadas

- Total Anual de Ligações Atendidas: Aproximadamente **3.056** chamadas (Média Mensal: 255).
- Período de Maior Demanda: Janeiro (477 ligações) e Fevereiro (436 ligações).
- Período de Menor Demanda: Dezembro (69 chamadas) e novembro (118 chamadas).
- Horários de Pico Diário: Matutino, entre 09:00 e 11:30.

4.5 Suporte Técnico a Eventos Institucionais

A SASU atendeu **1.197** chamados relacionados a eventos/reuniões. A seção presta suporte técnico contínuo na sala do Colégio de Procuradores de Justiça e atua na configuração, operação e monitoramento dos sistemas para a transmissão das sessões do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), utilizando tecnologias como NDI e OBS Studio.

4.6 Desmobilização de Equipamentos de TI da Sala dos Órgãos Colegiados

Em 03 de setembro de 2025, a SASU e a SMCE atuaram na retirada (desmobilização) e, posteriormente, na reinstalação e reconfiguração de equipamentos de TI (34 notebooks, 27 headsets, 9 webcams e ilha de transmissão) devido à reforma da sala dos Órgãos Colegiados.

4.7 Gráficos de atendimento aos usuários de 01/01/2025 até 29/12/2025 (Citsmart)

- **Total de Chamados: 17.630** (média de 1.469/mês).
- **Tempo de Resposta (SLA):** 16.751 chamados (95,97%) dentro do prazo, e 879 (5,0%) fora do prazo.
- **Distribuição por Horário:** O maior volume (95%) concentra-se entre 08h00 e 16h59 (16.899 chamados).
- **Tipo de Chamado:** 64,18% de Requisições (11317) e 35,82% de Incidentes (6315), indicando que o ambiente tecnológico se mostra estável.
- **Satisfação do Usuário:** Dos 622 chamados avaliados, aproximadamente 98% receberam classificação de satisfação entre Bom e Ótimo.

5 AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

A CMTI consolidou avanços estratégicos significativos em 2025, como a obtenção do **selo diamante em transparência pública**, a implantação do **SEI 5.0** e a implantação do **Sistema Athenas**. Houve o fortalecimento da infraestrutura tecnológica (atualização de backup/storage, Wi-Fi 6, circuitos redundantes). A transição para um

contrato continuado de Service Desk garante a estabilidade do suporte técnico. O desafio crítico continua sendo a sobrecarga da equipe técnica com atividades burocráticas da área meio, resultando em classificação de maturidade "baixa" em cibersegurança. É imperiosa a necessidade de segregação de funções conforme a **Resolução CNMP n° 283**.

Chefia de Cerimonial (CER)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Chefia de Cerimonial do Ministério Público do Maranhão (CER) é crucial na gestão da comunicação pública e governamental. Suas principais responsabilidades e o objetivo central são:

- **Organização e coordenação de eventos:** Visa estabelecer espaços de diálogo eficazes com diversos agentes sociais.
- **Comunicação e Proximidade:** Facilitar a comunicação entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e seus diferentes públicos, promovendo proximidade, debate construtivo e o compartilhamento de ideias.
- **Fortalecimento da Imagem Institucional:** Fortalecer a imagem do Ministério Público, garantindo representatividade, organização e eficiência em eventos.

As atividades detalhadas realizadas pelo setor incluem: gestão de contratos (eventos, hospedagem, passagens), organização de espaço e recursos, reserva de hospedagem, expedição de convites, articulação com cerimoniais externos, recepção e acompanhamento de autoridades, elaboração de roteiros, coordenação de pessoal de apoio, e gestão completa (solicitação, emissão, faturamento) de passagens aéreas.



Adão Camilo, Alcineide Nunes, Andrea de Melo (Chefe do CER), Karla Fontes, Wilker Cerveira, integrantes da equipe da Chefia do Cerimonial.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

2.1 Eventos Realizados ou Apoiados

Em 2025, o Cerimonial atuou na organização e coordenação de uma ampla gama de eventos, classificados em:

- **Eventos Presenciais:** Suporte com serviços (libras, *coffe-break*, recursos audiovisuais, etc.).
- **Organização/Presencial:** Eventos realizados integralmente pela Chefia de Cerimonial (estratégia, tática e operação).

Os principais tipos de eventos desenvolvidos incluem: Encontros, Palestras, Seminários, Simpósios, Congressos, Lançamentos Literários, Premiações e Homenagens, Campanhas e Projetos, Comemorações, Caminhadas, Exposições, Posses, Reuniões e Audiências públicas, Cursos, Oficinas e Workshops.

Tabela 1 - Tipos de Eventos e Distribuição Trimestral (2025)

Categoria	1º Trimestre (Jan-Mar)	2º Trimestre (Abr-Jun)	3º Trimestre (Jul-Set)	4º Trimestre (Out-Dez)
Audiências Pública	8	8	5	12
Campanhas e Projetos	18	12	13	12
Capacitações	1	9	7	13
Eventos Dialogais	3	15	5	5
Reuniões Institucionais	4	13	9	13
Total de Eventos	36	63	50	62
Total Anual	211 Eventos			

Fonte: CER/PGJ, 2025.

Analisando os dados da Tabela acima e comparando com o ano de 2024, observa-se:

- **Crescimento Progressivo:** A realização de eventos apresentou crescimento progressivo, com intensificação nos 2º e 4º trimestres, que juntos concentraram **59,8% do total anual**.
- **Crescimento Anual:** Houve um aumento significativo na quantidade de eventos institucionais em relação a 2024 (de 161 para 211 eventos), representando um crescimento de **31,1%**.
- **Inovações (Transformação Digital e Sustentabilidade):**
- **Sistema de confirmação online:** Redução de **30%** no tempo de credenciamento e aumento de **25%** na precisão do controle de participantes.
- **Sustentabilidade:** Redução de **40%** no uso de descartáveis, **60%** de digitalização de convites/materiais e parcerias com fornecedores com certificação ambiental.

2.2 Acompanhamento e Assessoramento em Solenidades e Eventos em Geral

O setor acompanhou e assessorou o Procurador-Geral de Justiça e outros membros em eventos externos, defendendo a Instituição quanto à precedência e posição nas mesas de honra. Destaque para:

- **Meses de maior demanda:** Novembro e dezembro concentraram a maior demanda de acompanhamentos protocolares (**22%** do total).

- **Autoridade mais acompanhada:** O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (**61%** dos casos).
- **Tipos de Eventos Acompanhados:** Solenidades de posse e aberturas de eventos corresponderam a **66,7%** dos acompanhamentos.

2.3 Passagens Aéreas Emitidas

Tabela 2 – Quantitativo de bilhetes emitidos por valor

Mês	Bilhetes Emitidos	Valor Mensal (R\$)
Janeiro	30	84.863,26
Fevereiro	49	123.305,14
Março	58	125.014,79
Abril	66	138.445,87
Maio	86	203.141,70
Junho	40	82.913,65
Julho	87	213.689,44
Agosto	116	268.688,94
Setembro	64	130.070,10
Outubro	55	98.300,76
Novembro	59	145.551,99
Dezembro	10	84.863,26
TOTAL	720	R\$ 1.650.635,25

Fonte: CER/PGJ, 2025.

Tabela 3 - Comparativo de Bilhetes e Valores (2024-2025):

Indicador	2024	2025	Varição
Bilhetes Emitidos	628	720	+14,6%
Valor Total Investido	R\$ 1.284.296,78	R\$ 1.650.635,25	+28,5%

Fonte: CER/PGJ, 2025.

O aumento está associado à ampliação das atividades institucionais (eventos) e à intensificação das ações de capacitação, além da elevação dos valores de passagens no mercado.

Quanto à destinação dos recursos (2025):

- Valor investido em **capacitação (FEMPE): R\$ 890.181,75** (crescimento significativo em relação a R\$ 516.473,69 em 2024).
- Valor investido em **Outras Atividades (PGJ): R\$ 760.453,50** (em patamar semelhante a 2024).

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O setor propõe duas iniciativas para melhor atendimento das demandas institucionais:

- **Ato regulamentar para solicitação/realização de eventos:** Criação de um documento base para membros e servidores sobre formas e prazos para a solicitação e realização de eventos.
- **A viabilidade da Chefia de Cerimonial se tornar Assessoria de Cerimonial:** Proposta de transformação para Assessoria de Cerimonial, reconhecendo a consolidação de seu trabalho que abrange eventos, passagens aéreas, protocolo, cerimonial, assessoria ao Gabinete do PGJ e gestão de contratos.

4 AÇÕES DE MELHORIA

- **Capacitação Continuada do setor:** Objetivo de capacitar os servidores em cursos e treinamentos, especialmente em organização de eventos institucionais, visando o aprimoramento das atividades.

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS (SUBJUR)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos (SUBJUR) tem um papel estratégico, atuando no assessoramento jurídico da Administração Superior e na representação institucional, especialmente nas sessões plenárias do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA). Suas competências, conforme o Ato Regulamentar nº 20/2008 (art. 8º), incluem:

- Substituir o Procurador-Geral de Justiça em afastamentos ou impedimentos eventuais.
- Coordenar os serviços das Assessorias vinculadas à Procuradoria-Geral de Justiça (Assessoria Especial e Assessoria de Investigação).
- Supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos.
- Coordenar as atividades das Procuradorias Cíveis e Criminais.
- Elaborar e encaminhar o relatório anual de movimentações processuais e atividades.
- Manter o Procurador-Geral de Justiça informado sobre decisões e providências adotadas.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

A atuação da SUBJUR em 2025 focou na eficiência administrativa, segurança jurídica e assessoramento da Administração Superior conforme detalhado a seguir:

a) Coordenadoria de Distribuição de Processos

A Coordenadoria é responsável pela recepção, cadastramento, controle e distribuição dos processos judiciais de segundo grau de jurisdição.

Foram distribuídos **95.309 processos cíveis** e **27.977 processos criminais** entre janeiro e dezembro de 2025. O total de processos cíveis recebidos pela Procuradoria-Geral de Justiça foi de 95.309 e devolvidos 111.388. O total de processos criminais recebidos foi de 27.977 e devolvidos 44.496.

Tabela 4 – Mapa de distribuição de Processos Cíveis da Procuradoria Geral de Justiça

Turma/Órgão	Recebido	Devolvido
1ª Turma	9.028	10.859
2ª Turma	16.512	19.633

3ª Turma	11.155	12.980
4ª Turma	11.223	15.816
5ª Turma	16.958	18.384
6ª Turma	12.472	14.218
7ª Turma	10.414	11.812
8ª Turma	6.843	7.615
Órgão Especial	704	71
Total	95.309	111.388

Fonte: SUBJUR/PGJ,2025.

Tabela 5 – Mapa de distribuição Processos Criminais da Procuradoria Geral de Justiça

Turma/Órgão	Recebido	Devolvido
1ª Turma	10.484	16.993
2ª Turma	9.143	14.502
3ª Turma	8.296	12.989
Órgão Especial	54	12
Total	27.977	44.496

Fonte: SUBJUR/PGJ,2025.

b) Representação Institucional

A SUBJUR representou o MPMA em eventos oficiais, reuniões administrativas e sessões de órgãos colegiados, como o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público, assumindo as atribuições do Procurador-Geral de Justiça em casos de afastamento ou impedimento.

- **Participação em projetos da FGV para fluxo de trabalho e gestão de pessoas**



Dois escopos para a melhoria do fluxo de trabalho da instituição foram apresentados pela FGV

- **Participação em homenagem ao ECA promovida pela Defensoria Pública**



Solenidade foi alusiva aos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

- **Participação em abertura de trabalhos legislativos na Câmara Municipal**



Orfileno Bezerra Net desejou uma jornada legislativa produtiva

- **Participação em celebração de parceria entre MPMA e MPMT**



Parceria entre MPMA e MPT foi reforçada em reunião

- **Participação do Ciclo de Debates sobre a Reforma do Código Civil**



Subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Orfileno Bezerra, representou o MPMA

- **Participação em encontro sobre execução e alternativas penais**



Audiência pública debateu visitas no sistema prisional

c) Coordenação das Assessorias do Procurador-Geral de Justiça

Exerceu a coordenação contínua da Assessoria Especial e da Assessoria de Investigação (ilícitos de agentes políticos com foro por prerrogativa de função).

Essa coordenação envolveu o acompanhamento, orientação e supervisão das atividades, com subscrição de ações, denúncias, pareceres e demais expedientes, garantindo a uniformidade e o suporte técnico.

Em 2025, a Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça promoveu 60 (sessenta) interposições judiciais e contabilizou 2.449 manifestações em processos administrativos e notícias de fato, conforme dados extraídos dos sistemas Digidoc e SIMP. Na Tabela a seguir, seguem os registros processuais consolidados referentes ao ano de 2025, organizados por volume de ocorrências.

Tabela 6 - Registros Processuais (2025) consolidados

Tipo de Ação/ Recurso	Quantidade Registrada
Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	233
Reclamação	201
Mandado de Segurança	105
Precatório	25
Suspensão de Liminar	24
Conflito de Competência	13
Agravo Interno no Recurso Especial	6
Tutela Cautelar Antecedente	5
Ação Rescisória	4
Habeas Corpus	4
Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário com Agravo	4
Agravo Interno na Suspensão de Liminar	4
Representação por Perda de Graduação	3
Agravo Interno no Recurso Especial na Apelação Cível	3
Agravo Interno em Reclamação	3
Agravo em Recurso Extraordinário	3
Habeas Data	2
Agravo Interno	2
Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade	2
Agravo no Recurso Especial	2
Recurso Extraordinário com Agravo	2
Agravo de Instrumento em Reclamação	2
Agravo Interno em Recurso Extraordinário	1
Embargos de Declaração no Agravo Interno no Recurso Extraordinário	1
Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	1
Agravo Interno na Tutela Antecipada Antecedente	1
Revisão Criminal	1
Incidente de Impedimento	1
Agravo de Instrumento	1
Cumprimento de Sentença	1
Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública	1
Agravo Interno no Mandado de Segurança Coletivo	1
Embargos de Declaração contra Decisão Monocrática (MS)	1
Ação Civil Pública	1
Agravo de Instrumento em Recurso Especial	1
Apelação Cível em Agravo Interno	1
Correição Parcial Cível	1

Fonte: ASSESP/PGJ,2025.

d) Distribuição dos processos das instâncias superiores – STJ e STF

O setor é responsável pela recepção, cadastramento, controle e distribuição de processos vindos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Entre janeiro e dezembro de 2025, foram distribuídos **4.493 processos** oriundos do **STJ** e **293 processos** provenientes do **STF**.

Tabela 7 – Relatório Anual de Processos do STJ

Mês	Processos Distribuídos
Janeiro	191
Fevereiro	427
Março	337
Abril	337
Maio	488
Junho	394
Julho	274
Agosto	410
Setembro	390
Outubro	483
Novembro	356
Dezembro	406
TOTAL	4.493

Fonte: SUBJUR/PGJ,2025.

Tabela 8 – Relatório Anual de Processos do STF

Mês	Processos Distribuídos
Janeiro	6
Fevereiro	17
Março	22
Abril	26
Maio	26
Junho	26
Julho	20
Agosto	26
Setembro	39
Outubro	31
Novembro	30
Dezembro	24
TOTAL	293

Fonte: SUBJUR/PGJ,2025.

e) Sessões Presenciais e Virtuais – Órgão Especial (Plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão)

A SUBJUR atuou nas sessões do Órgão Especial do TJMA, em ambas as modalidades, representando a instituição.

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou o MPMA em **12 sessões presenciais** (manifestando-se em 45 processos) e **11 sessões virtuais** (manifestando-se em 67 processos).

f) Relatório Estatístico de Processos no Setor (DIGIDOC)

Este relatório demonstra a movimentação de processos administrativos no sistema DIGIDOC.

O setor recebeu **362 processos administrativos**, dos quais **136 foram arquivados** e **229 encaminhados a outros setores**.

g) Manifestações Administrativas SEI

A atuação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi contínua.

Entre junho e dezembro de 2025 foram gerados **58 processos administrativos** e tramitaram **271 processos**, dos quais 266 tiveram andamento concluído. Foram gerados **383 documentos administrativos** no SEI. O tempo médio geral de tramitação foi de aproximadamente **4 dias**.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

- **Iniciativa Principal:** Implementação da iniciativa "**Equidade entre os Sistemas PJe e SIMP 3**".
- **Objetivo:** Aprimorar o controle e a conferência diária dos processos distribuídos para evitar inconsistências no quantitativo, reduzir o risco de perda de prazos e otimizar a celeridade processual.
- **Ações:** Envolveu atuação integrada entre a SUBJUR, Coordenadoria de Processos e Gabinetes, incluindo reuniões, orientações e acompanhamento sistemático das caixas dos sistemas.

4 AÇÕES DE MELHORIA

- Revisão e padronização de procedimentos administrativos e processuais.
- Aprimoramento da articulação interna entre a SUBJUR, Coordenadoria de Distribuição de Processos e Gabinetes dos Procuradores de Justiça no acompanhamento dos sistemas eletrônicos.

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS (SUBADM)



A Subprocuradora-Geral para Assuntos Administrativos, Regina Leite, prestigiou a posse dos novos conselheiros integrantes do Conselho Superior do MPMA

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SUBADM) é um órgão de deliberação ligado ao Procurador-Geral de Justiça. Ela presta auxílio nas funções decisórias, administrativas e legislativas, desenvolve a política administrativa da instituição e supervisiona os órgãos da estrutura do Ministério Público. Atualmente é chefiada pela procuradora de justiça, Regina Maria da Costa Leite

Suas principais atribuições incluem:

- Substituir o Procurador-Geral de Justiça na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.
- Apreciar requerimentos administrativos de membros e servidores.
- Exercer o controle correccional dos atos de servidores que possam levar a medidas disciplinares.
- Analisar assuntos administrativos diversos, como: concessões de adiantamentos e prestação de contas; diárias e passagens aéreas; férias, progressões, promoções e adicionais de qualificação (AQ); licenças e outros afastamentos; designações de substituição de cargos; teletrabalho; nomeações, exonerações, requisições e relotações de servidores.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS

2.1 Concessões de Adiantamento

A SPGJAAD concedeu um total de **R\$ 505.620,21** (quinhentos e cinco mil e seiscentos e vinte reais e vinte e um centavos) em suprimento de fundos para membros e servidores em 2025. Isso possibilitou o atendimento de demandas urgentes e inadiáveis das unidades ministeriais, seguindo a Lei nº 4.320/64 e o Ato Regulamentar nº ATOREG-392023.

2.2 Concessões de Diárias e Passagens Aéreas

As diárias e passagens aéreas foram concedidas a servidores para deslocamentos no interesse do serviço e para participação em cursos de qualificação ou aperfeiçoamento, seguindo a política de valorização dos quadros do MPMA.

2.3 Análise de outros pedidos administrativos

- **Progressões e Promoções:** Foram analisados e deferidos **117 pedidos de progressões** e **11 promoções**.
- **Adicional de Qualificação (AQ):** Concessão de adicional de qualificação a **14 servidores**.
- **Teletrabalho:** Foram deferidos **187 pedidos de teletrabalho** (modalidades mista e integral) e **2 concessões de Regime Especial de Trabalho** na modalidade teletrabalho, totalizando **189 concessões**.
- **Ações Disciplinares:** Foram instaurados **2 Processos Administrativos Disciplinares (PADs)** em desfavor de servidor.
- **Controle de Pessoal:** Realização de **6 concursos de remoção interna**, remoção de **6 servidores** e colocação de **49 servidores municipais/estaduais cedidos** à disposição do MPMA.
- **Auxílio-Alimentação:** Concessão/remanejamento de auxílio-alimentação para **78 beneficiados**.
- **Convênios:** Foram firmados/renovados **28 Termos de Convênios** com Prefeituras/Câmaras Municipais.
- **Outras Participações:**
 - Apoio à **Comissão de Gestão Ambiental**, na viabilização de ações que objetivam uma maior conscientização ambiental, por parte de membros e servidores, com adoção de práticas mais sustentáveis.

- Participação na **Comissão de Integridade**, por ser o setor responsável por processos administrativos sensíveis a riscos de integridade.
- A Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos participou de diversos eventos institucionais ao longo do ano, como:



Inauguração da sede da Promotoria Distrital da Zona Rural



Solenidade de destinação de recursos a órgãos públicos e população da comarca de Cantanhede

- Abertura das atividades legislativas da Câmara e Assembleia;
- Solenidade em homenagem às mulheres na Assembleia Legislativa;
- Palestra de encerramento do Setembro Amarelo no MPMA;
- Inauguração da sede da Promotoria Distrital da Zona Rural;
- Solenidade de posse dos novos procuradores de justiça Abel Rodrigues e Haroldo Paiva;
- Visita ao estande da Ouvidoria no Parque Independência
- Solenidade de destinação de recursos a órgãos públicos à população da comarca de Cantanhede;
- Reunião do Conselho Superior do Ministério Público no Sul do Maranhão;
- Palestra de abertura do Agosto Lilás;
- Visita institucional às Promotorias de Justiça de São José de Ribamar e da visita institucional à Diretoria das Promotorias de Justiça da Capital;
- Dia do Servidor Público comemorado com um café da manhã na PGJ;
- III Seminário de Gestão de Pessoas: Liderança Ética Transformadora;
- Sessão Solene de Posse dos Membros do Conselho Superior e da Ouvidora do MPMA;
- Audiência de prestação de contas de ações realizadas pela Promotoria Intinerante no Alto da Esperança e comunidades adjacentes;
- XXVI Congresso Nacional do Ministério Público.



A subprocuradora para Assuntos Jurídicos, Regina Leite, participou da palestra sobre saúde mental no encerramento da programação do setembro Amarelo no MPMA

2.4 Movimentação e Produção de Documentos (Geral)

A Subprocuradoria movimentou um total de **12.884 processos** (DIGIDOC e SEI) e gerou **8.842 documentos** em 2025. A discriminação dos documentos gerados é a seguinte:

- Decisões: 7.558
- Despachos: 642
- Ofício: 200
- Encaminhamentos: 166
- Informação: 136
- Termo de Convênio: 28
- Outros: 112
- Total: 8.842

Os trabalhos desenvolvidos pela SPGJAAD em 2025 contribuíram para a melhoria contínua da política de gestão de pessoas da instituição, refletindo-se no sucesso das ações finalísticas do MPMA. O setor trabalhou sem interrupção de serviços, buscando a aplicação eficiente do numerário público e pautando-se na regularidade orçamentária.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA (CPMP)



O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça

1 ATRIBUIÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público é um órgão da Administração Superior do Ministério Público. É composto por todos os Procuradores de Justiça, totalizando 34 membros, e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

1.1 Competências Gerais e Legislação Aplicável:

Sua principal função é zelar pelas diretrizes institucionais e rever, em grau de recurso, os atos dos demais órgãos da Administração Superior ou órgãos disciplinares do Ministério Público. Suas decisões são motivadas e publicadas, por extrato, salvo em casos de sigilo legal ou deliberação da maioria de seus integrantes.

As suas atribuições estão previstas no artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 13/91, no artigo 10 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 020/2008) e no Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução 88/2019- CPMP).

a) Principais Atribuições (Art. 11 da LC nº 013/1991):

- Em reunião solene, dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, aos membros do Conselho Superior do Ministério Público, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, ao Ouvidor do Ministério Público, aos Procuradores de Justiça e aos Promotores de Justiça Substituto.
- Opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público e outras de interesse institucional, mediante solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de 1/4 de seus integrantes.
- Eleger a lista tríplice para a escolha do Ouvidor do Ministério Público.
- Propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas às funções institucionais.
- Aprovar a proposta orçamentária anual e projeto de criação de cargos e serviços auxiliares.
- Propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto de 2/3 de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão.
- Eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- Destituir o Corregedor-Geral e o Ouvidor do Ministério Público, pelo voto de 2/3 dos membros, em casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão.
- Recomendar ao Corregedor-Geral a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público.
- Julgar recurso contra diversas decisões, como: confirmação de membro na carreira, condenação em PAD, reclamação sobre o quadro geral de antiguidade, disponibilidade e remoção por interesse público, negativa de afastamento e recusa de promoção por antiguidade.
- Deliberar, por iniciativa da maioria ou do Procurador-Geral de Justiça, sobre o ajuizamento de ação civil de decretação da perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.
- Elaborar seu regimento interno e desempenhar outras atribuições conferidas por lei.

1.2 Atribuição da Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público

As atribuições da Secretaria estão previstas no artigo 13 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, e incluem:

- Lavrar os termos de abertura e encerramento do livro de atas.
- Publicar a pauta de cada sessão no sítio eletrônico com antecedência mínima de três dias úteis.
- Enviar ao e-mail institucional dos membros cópia dos papéis, expedientes e processos que serão apreciados, com antecedência mínima de 48 horas da sessão.
- Enviar cópia digitalizada dos autos aos Procuradores de Justiça com pedido de vista do processo.
- Proceder à leitura da ata da sessão anterior no início de cada sessão.
- Redigir e assinar as atas das sessões, colhendo as assinaturas dos demais membros após aprovação.
- Providenciar a juntada, nos autos, da certidão de julgamento e dos votos escritos.
- Publicar a ata e o vídeo com o registro dos trabalhos no sítio eletrônico do Ministério Público em até cinco dias após cada sessão.
- Publicar no sítio do Colégio a distribuição de cada processo submetido à apreciação do Colegiado.
- Proceder ao arquivamento dos papéis, correspondências e expedientes.
- Encaminhar aos membros a correspondência e papéis a eles endereçados.
- Encaminhar à Corregedoria Geral a lista de presença de cada sessão em até três dias úteis após a realização.
- Presidir os atos de distribuição dos processos.
- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei ou Regimento Interno.

2 SESSÕES DO CPMP

O Colégio de Procuradores de Justiça, reúne-se em **Sessões Ordinárias** na última quarta-feira de cada mês, às 10 horas. E em **Sessão Extraordinária** mediante convocação com antecedência de 48 horas.

As decisões são sempre motivadas em voto aberto e nominal, em sessões públicas, e publicadas por extrato, exceto nas hipóteses de sigilo legal.

3 ATIVIDADES REALIZADAS EM 2025

A Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça apresentou o seguinte quadro demonstrativo de atividades realizadas no período de janeiro a dezembro de 2025:

Tabela 9 - Demonstrativo das Atividades Realizadas (janeiro a dezembro de 2025)

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Convocações (Sessões Ordinárias/Extraordinárias)	14
Atas	14
Resoluções	07
Voto de Pesar	02
Eleições Realizadas 2025 (CSMP/OMPMA)	02
Ofícios	04
Memorandos/Memorando Circular	19
Processos Recebidos	33
Processos encaminhados Saídas	33
Processos Administrativos Julgados	29

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CSMP)

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), órgão da Administração Superior da Instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos - o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público - e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da Instituição, para um mandato de dois anos. Em 2025, a Presidência do Conselho Superior foi exercida pelo Procurador-Geral de Justiça Danilo José de Castro Ferreira, e a Secretaria pelo Procurador de Justiça/Conselheiro Joaquim Henrique de Carvalho Lobato.

Figura 3 - Composição do CSMP



Fonte: CSMP/PGJ, 2025.

A Secretaria do Conselho Superior é composta por equipe técnica responsável pelo suporte administrativo às atividades do colegiado, assegurando a organização do fluxo de procedimentos, a preparação das pautas, a formalização das decisões e a publicidade dos atos, conforme os parâmetros institucionais de transparência e controle. Integram a equipe técnica os servidores: Mariângela Pontes Vale Pinheiro, analista ministerial; Silvana Lúcia Lobato Alves, técnica ministerial, Leovegildo Terceiro da Costa Silva, analista ministerial, Laíssa Buna Ferreira da Silva, assessora técnica e Vanessa Vieira Serra Ferreira, servidora terceirizada.

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

Dentre as atribuições do Conselho Superior destacam-se a elaboração de listas sêxtuplas para a indicação de membros do Ministério Público ao quinto constitucional; a elaboração de lista tríplice para promoção por merecimento; a indicação de membro apto à remoção e à promoção por antiguidade; a indicação do Diretor da Escola Superior do Ministério Público; e a indicação de membros para integrar Comissões de Concurso para ingresso na carreira.

Cabe ainda ao Conselho Superior decidir questões relacionadas ao vitaliciamento, pedidos de remoção por permuta, disponibilidade e remoção por interesse público, bem como declarar a vacância do cargo de membro em disponibilidade por prazo superior a dois anos, assegurada a ampla defesa nos casos pertinentes.

No âmbito recursal e de controle interno, são apreciados recursos contra decisões que indeferirem representação para instauração de Inquérito Civil; contra arquivamentos de Notícia de Fato ou de Procedimento Administrativo relativo a direitos individuais indisponíveis; contra decisões correicionais específicas; e contra anotações de demérito em prontuário funcional. Também compete ao CSMP aprovar o quadro geral de antiguidade, homologar promoções e arquivamentos de procedimentos e deliberar sobre autorizações funcionais diversas.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

Em 2025, a Secretaria do CSMP manteve rotina de recebimento, triagem e autuação de documentos e requisições nos sistemas SIMP e DIGIDOC (SEI), com distribuição a Relator, controle de prazos e organização de registros internos, garantindo a continuidade do fluxo processual e a rastreabilidade dos atos.

No período, também foram realizadas atividades de acompanhamento de estágio probatório, com atenção ao relatório final de vitaliciamento; processamento de vacâncias e abertura de editais de remoção e/ou promoção, observados os critérios de antiguidade e merecimento; atualização de listas de antiguidade; bem como a elaboração de pautas, acórdãos, extratos e atas das sessões presenciais e virtuais, registrando deliberações e fatos relevantes.

O atendimento institucional aos membros foi mantido de forma contínua, por canais presenciais e eletrônicos, com expedição de certidões e orientações de trâmite quando solicitadas.

2.1 Resoluções aprovadas em 2025

No exercício de 2025, foram aprovadas resoluções voltadas ao aperfeiçoamento de rotinas e ajustes normativos, destacando-se:

- **Resolução nº 27/2025-CSMP** - altera a Resolução nº 26/2024-CSMP, relativa às normas gerais do concurso para ingresso na carreira.
- **Resolução nº 28/2025-CSMP** - altera o Regulamento do Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público (Promotor de Justiça Substituto).
- **Resolução nº 29/2025-CSMP** - altera a Resolução nº 26/2024-CSMP, com ajustes nas normas gerais do concurso.
- **Resolução nº 30/2025-CSMP** - altera o Anexo da Resolução nº 02/2013-CSMP, referente ao pagamento de gratificação por prestação de serviço extraordinário.
- **Resolução nº 31/2025-CSMP** - altera a Resolução nº 29/2025.

2.2 Resumo Estatístico das sessões 2025

As atas das reuniões, pautas e vídeos estão publicadas no endereço eletrônico <http://www.mpma.mp.br/index.php/sessoes>.

Em 2025, nas **16 (dezessete) sessões** do CSMP, sendo, **13 (treze) Sessões Ordinárias e 04 (quatro) Sessões Extraordinárias**, foram apreciados **732 (setecentos e trinta e dois)** processos.

Tabela 10 - Processos do Sistema SEI/DIGIDOC

Tipo de Processo	Qtd.
Pedidos de Prorrogação de Prazo:	1835
Arquivamento de P.A na origem (Resolução 174, CNMP)	2121

Relatórios de Correição	86
Conversão de Procedimentos em Inquérito	382
Autorização para Afastamento	23
Processos de Remoção/Promoção (concluídos)	32
Instauração de PA/IC	393
Registro de Elogio em Assento Funcional	12
Celebração de TAC/ACP	11
Outras Comunicações	9
TOTAL PROCESSOS SEI/DIGIDOC	4.909

Fonte: CSMP/PGJ, 2025.

Tabela 11 - Processos Julgados SIMP

Tipo de Processo	Qtd.
Arquivamento Homologado	665
Encaminhamento ao MPF	30
Recurso Administrativo	35
PAD	3
Diligências	5
ANPC/TAC	2
Sindicância	1
TOTAL PROCESSOS JULGADOS	741

Fonte: CSMP/PGJ, 2025.

2.3 Distribuição e Julgamento processual

O relatório apresenta tabelas detalhadas com o julgamento processual por Conselheiro nas Sessões Presenciais e Virtuais.

a) Julgamento Processual por Conselheiro nas Sessões Presenciais

Tabela 12 - Quantitativo de Julgamentos Processuais por Conselheiros na 14ª Sessão Ordinária do Conselho Superior – 2025 (Presencial): 24/01/2025

Conselheiros	Recurso	ANPC	Total
Regina Maria da Costa Leite	0	1	1
Francisco das Chagas Barros de Sousa	1	0	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 13 – Quantitativo de julgamentos Processuais por Conselheiros na 15ª Sessão Ordinária (Presencial): 21/02/2025

Conselheiros	Recurso	TAC	Total
Francisco das Chagas Barros de Sousa	2	0	2
Regina Maria da Costa Leite	2	0	2
Mariléa Campos dos Santos Costa	0	1	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 14 - Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 16ª Sessão Ordinária (Presencial): 28/02/2025

Conselheiros	PAD	Total
Rita de Cássia Maia Baptista	1	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 15 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 21ª Sessão Ordinária (Presencial): 04/04/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	Aprovação plano de atuação	PAD	Total
Danilo José de Castro Ferreira	0	1	0	0	1
Francisco das Chagas Barros de Sousa	1	1	0	0	2
Regina Maria da Costa Leite	0	2	1	0	3
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	1	0	0	1	2
Mariléa Campos dos Santos Costa	1	0	0	0	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 16 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 18ª Sessão Ordinária (Presencial): 11/04/2025

Conselheiros	PAD	Total
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	1	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 17 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 19ª Sessão Ordinária (Presencial): 25/04/2025

Conselheiros	Promoção	Total
Danilo José de Castro Ferreira	1	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 18 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 20ª Sessão Ordinária (Presencial): 9/05/2025

Conselheiros	Diligência	Recurso	MPF	Total
Danilo José de Castro Ferreira	1	0	2	3
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	1	0	2	3
Mariléa Campos dos Santos Costa	2	1	3	6
Rita de Cássia Maia Baptista	0	4	0	4

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 19 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 14ª Sessão Extraordinária (Presencial): 16/06/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	Total
Francisco das Chagas Barros de Sousa	0	2	2
Regina Maria da Costa Leite	1	0	1
Rita de Cássia Maia Baptista	0	1	1
Mariléa Campos dos Santos Costa	1	0	2
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	0	1	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 20 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 15ª Sessão Extraordinária (Presencial): 07/08/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	Diligência	Total
Danilo José de Castro Ferreira	1	1	0	1
Regina Maria da Costa Leite	1	0	0	1
Mariléa Campos dos Santos Costa	0	0	1	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 21 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 21ª Sessão Ordinária (Presencial): 22/08/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	Total
Danilo José de Castro Ferreira	2	1	3
Rita de Cássia Maia Baptista	1	1	2

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 22 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 16ª Sessão Extraordinária (Presencial): 01/09/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	Sindicância	Total
Danilo José de Castro Ferreira	1	0	0	1
Francisco das Chagas Barros de Sousa	2	0	1	3
Rita de Cássia Maia Baptista	1	1	0	2

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 23 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 22ª Sessão Ordinária (Presencial): 19/09/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	Total
Danilo José de Castro Ferreira	1	0	1
Francisco das Chagas Barros de Sousa	1	0	1
Rita de Cássia Maia Baptista	1	1	2
Mariléa Campos dos Santos Costa	1	0	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

23ª Sessão Ordinária (Presencial): 24/10/2025 - Processos para Julgamento adiados

Tabela 24 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 34ª Sessão Ordinária (Presencial): 28/11/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	Diligências	Total
Danilo José de Castro Ferreira	1	2	0	3
Regina Maria da Costa Leite	1	1	0	2
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	4	0	1	5
Mariléa Campos dos Santos Costa	0	0	1	1
Francisco das Chagas Barros de Sousa	0	0	0	4
Rita de Cássia Maia Baptista	0	7	1	8

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Tabela 25 – Demonstrativo de Julgamentos Processuais realizados na 1ª Sessão Extraordinária (Presencial): 16/12/2025

Conselheiros	Recurso	MPF	ANPC	Total
Danilo José de Castro Ferreira	1	0	0	1
Regina Maria da Costa Leite	0	1	0	1
Francisco das Chagas Barros de Sousa	0	0	1	1

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

b) Julgamento Processual por Conselheiro nas Sessões Virtuais (Homologação de Arquivamento)

Tabela 26 - Distribuição dos Julgamentos Processuais por Conselheiro nas Sessões Virtuais (Homologação de Arquivamento) – 2025

Procurador (a)	2ª S. virt	3ª S. virt	4ª S. virt	5ª S. virt	6ª S. virt	7ª S. virt	8ª S. virt	9ª S. virt	10ª S. virt	11ª S. virt	12ª S. virt	Total / Sessão
Danilo José de Castro Ferreira	17	6	8	10	5	11	10	6	15	10	4	102
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	22	6	8	13	7	8	15	11	13	10	5	118
Regina Maria da Costa Leite	7	3	6	15	11	3	10	7	13	6	0	81
Francisco das Chagas B. de Sousa	20	3	7	14	10	12	6	10	12	9	9	112
Mariléa C. dos Santos Costa	10	5	11	12	7	11	7	8	9	0	3	83
Rita de Cassia Maia Baptista	13	8	6	13	7	7	9	4	0	5	1	73
Joaquim Henrique de C. Lobato	0	0	21	17	5	22	9	9	0	13	0	96
Total / Sessão	89	31	67	94	52	74	66	55	62	53	22	665

Fonte: CPMP/PGJ, 2025.

Nota: A soma dos processos julgados por Conselheiro em Sessões Virtuais totaliza 665 (Homologação de arquivamento). A soma dos processos julgados em Sessões Presenciais (Recurso, MPF, PAD, etc.) totaliza 76, o que, somado aos 665 do Quadro 2, resulta no total geral de 741 processos julgados (SIMP).

c) Total Geral de Processos Julgados (SIMP): 741 (incluindo 665 de Homologação de arquivamento em Sessões Virtuais).

d) **Conselheiro com maior número de processos julgados (Geral - Soma de Homologação de Arquivamento e Outros):**

1. Francisco das Chagas Barros de Sousa: **130** processos.
2. Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro: **129** processos.
3. Danilo José de Castro Ferreira: **128** processos.
4. Rita de Cássia Maia Baptista: **93** processos.
5. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato: **97** processos.
6. Mariléa Campos dos Santos Costa: **96** processos.
7. Regina Maria da Costa Leite: **92** processos.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Secretaria do Conselho Superior se alinhou ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029, garantindo:

- Resolução e eficiência: Agilidade na tramitação de processos e padronização das rotinas administrativas;
- Transparência: Publicação de atos e decisões no site do MPMA;
- Acessibilidade: Organização sistemática dos dados;
- Efetividade: Monitoramento de prazos e processos;
- Proatividade: Antecipação de demandas e triagem eficiente;
- Probidade: Rigor na observância de critérios éticos e administrativos.

4 AÇÕES DE MELHORIA

Foram propostas melhorias para otimização dos processos internos, incluindo:

- Automatização de Processos Administrativos com uso do SIMP e Digidoc;
- Implementação de Inteligência Artificial para triagem de documentos;
- Desburocratização e Padronização por meio da revisão de procedimentos e criação de manuais;
- Aprimoramento da Comunicação com maior uso de ferramentas digitais;
- Integração com Outras Unidades para melhor intercâmbio de informações.

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CGMP)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão integrante da Administração Superior do Ministério Público, cuja função institucional é atuar como orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, conforme previsto no art. 16, da Lei Orgânica do Ministério Público (LC 13/91).

As principais atribuições da Corregedoria-Geral, podem ser assim elencadas: I – realizar correções e inspeções, avaliando a atuação do membro do Ministério Público sob o aspecto moral e intelectual, bem como sua dedicação ao cargo, capacidade de trabalho e eficiência no serviço; II – propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; III – fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução; IV – instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público; V – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que incumba a este decidir; VI – manter prontuário atualizado dos membros da Instituição; VII – remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Por fim, cabe esclarecer que a atual gestão da Corregedoria-Geral, sob a responsabilidade da Procuradora de Justiça, Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, teve início no mês de julho/2024, e se estenderá até junho/2026.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

No ano de 2025, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão (CGMP-MA) ressalta o cumprimento integral de uma extensa agenda institucional que incluiu correções ordinárias, extraordinárias e inspeções, com foco em orientações normativas e acompanhamento contínuo da conduta funcional dos membros.

A função da Corregedoria-Geral foi consolidada como um vetor de unidade e eficiência, atuando em processos estruturais e buscando garantir a celeridade e o impacto social positivo nas demandas. A seguir, são detalhadas a produtividade interna da CGMP, o desempenho dos órgãos de execução por instâncias (Procuradorias e

Promotorias) e entrâncias (inicial, intermediária e final), permitindo a identificação de pontos de excelência e áreas de aprimoramento.

2.1 Atividades Administrativas da CGMP

A Corregedoria-Geral realizou uma comparação de suas atividades nos sistemas DIGIDOC e SEI, devido à transição de sistemas institucionais.

Tabela 27 – Comparativo de movimentação processual nos sistemas DIGIDOC/SEI

Processos	DIGIDOC	SEI
Processos Recebidos	2.700	2.037
Processos Gerados	856	664
Documentos Criados	2.819	3.306
Processos Arquivados	366	1.894
Processos Encaminhados/Saídas	2.998	Não informado (0)
Volume Total de Operações	9.739	7.901

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

Figura 4 - Transição de Sistemas Institucionais



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

O sistema DIGIDOC foi a principal porta de entrada (2.700 processos recebidos), enquanto o SEI concentrou a vasta maioria dos arquivamentos (1.894 processos fechados) e liderou na criação de documentos (3.306). O DIGIDOC foi o canal exclusivo para o encaminhamento e saída de processos (2.998 operações).

2.2 Atividades da Unidade de Apoio Jurídico

A Unidade de Apoio Jurídico da Corregedoria Geral do MPMA apresentou um resumo quantitativo das atividades, evidenciando um aumento progressivo da carga de trabalho entre os níveis de entrância (aumento de mais de 4 vezes da Entrância Inicial para a Final). A elaboração de **pareceres** é a atividade mais volumosa em todos os níveis.

Tabela 28 – Resumo das atividades por entrância

Entrância	Total de Expedientes	Pareceres (Total)	Ofícios (Total)	Despachos (Total)
Inicial	255	219	35	1
Intermediária	856	788	62	6
Final	1.139	928	211	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

Figura 05 – Resumo das Atividades da Unidade de Apoio



- **Destques por Entrância Final:** Pareceres sobre "Afastamentos" (151) e "Suspeição" (106) são os mais numerosos.
- **Destques Gerais:** Pareceres sobre licenças e férias somam 497 casos nas entrâncias intermediária e final.

2.3 Atividades da Seção de Acompanhamento e Sistemas

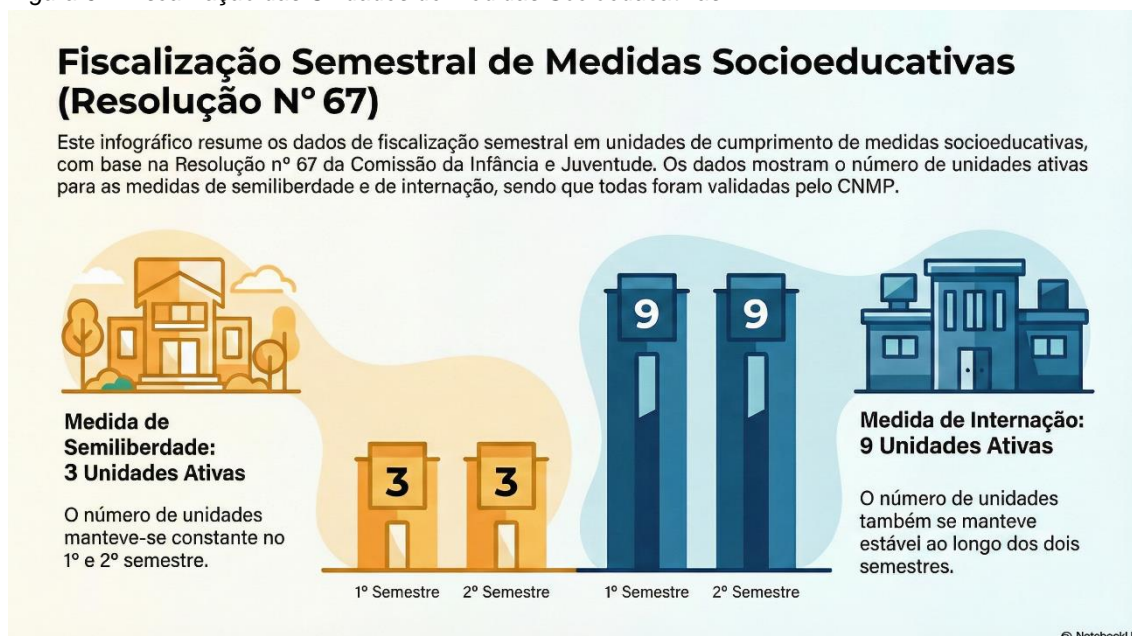
Esta seção resume o monitoramento de atividades conforme Resoluções do CNMP.

a) Fiscalização de Medidas Socioeducativas (Resolução Nº 67/2011)

A fiscalização semestral em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas (internação e semiliberdade) indicou que o número de unidades ativas e validadas pelo CNMP manteve-se estável:

- **Semiliberdade:** 3 unidades ativas em ambos os semestres, todas validadas.
- **Internação:** 9 unidades ativas em ambos os semestres, todas validadas.

Figura 6 – Fiscalização das Unidades de Medidas Socioeducativas



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

b) Serviços de Acolhimento (Resolução Nº 293/2024)

A análise semestral sobre a defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento mostrou uma pequena variação.

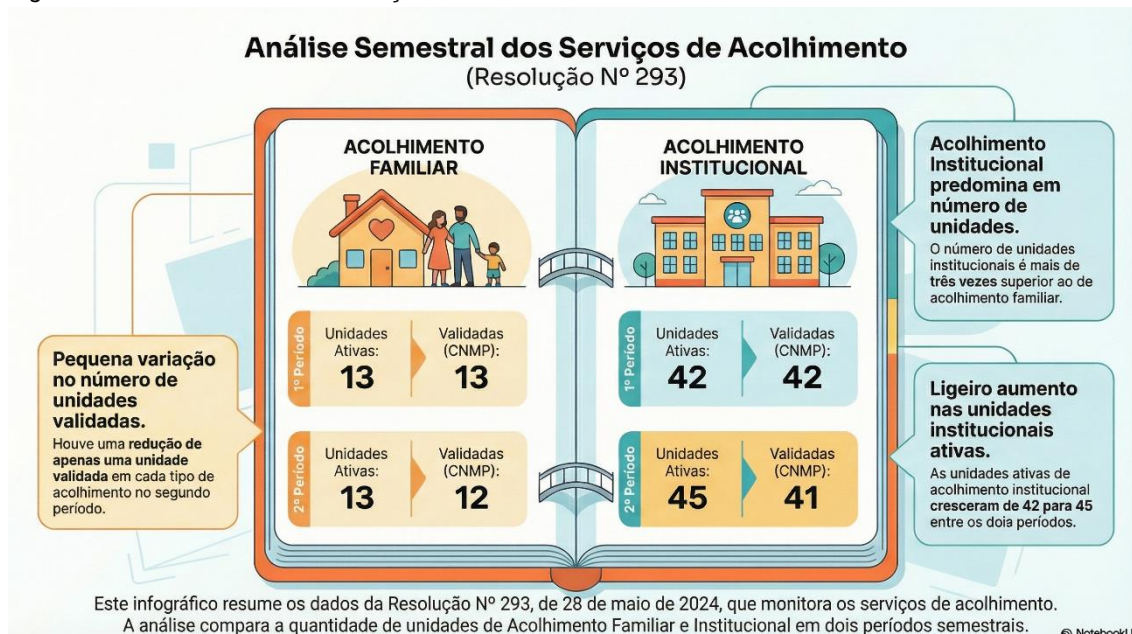
Tabela 29 – Acompanhamento dos serviços de Acolhimento Familiar em funcionamento

Tipo de Acolhimento	1º Período - Ativas / Validadas (CNMP)	2º Período - Ativas / Validadas (CNMP)
Acolhimento Familiar	13 / 13	13 / 12
Acolhimento Institucional	42 / 42	45 / 41

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

Houve um ligeiro aumento nas unidades institucionais ativas (de 42 para 45) e uma redução de uma unidade validada em cada tipo de acolhimento no segundo período.

Figura 7 – Monitoramento dos Serviços de Acolhimento



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

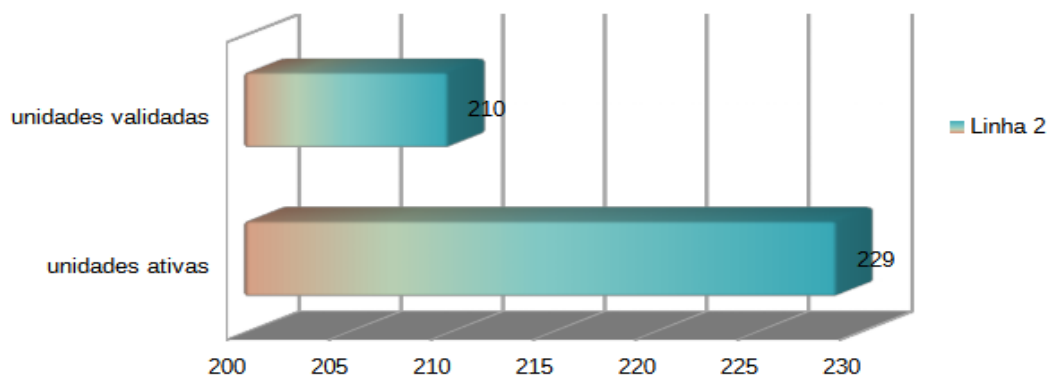
c) **Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Resolução Nº 204/2019)**

Em relação aos programas municipais de atendimento para a execução de medidas socioeducativas em meio aberto:

- **Unidades Ativas:** 229.
- **Validadas no CNMP:** 210.

Gráfico 3 – Programas Municipais de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Resolução CNMP nº 204/2019) – 2025

Programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

d) **Direitos Fundamentais de Idosos em ILPs (Resolução Nº 154/2016)**

A defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência (ILPs):

- **Unidades Ativas:** 20.
- **Validadas no CNMP:** 13.

Gráfico 4 – Defesa dos Direitos Fundamentais de Pessoas Idosas em Instituições de Longa Permanência: Unidades Ativas e Validadas no CNMP

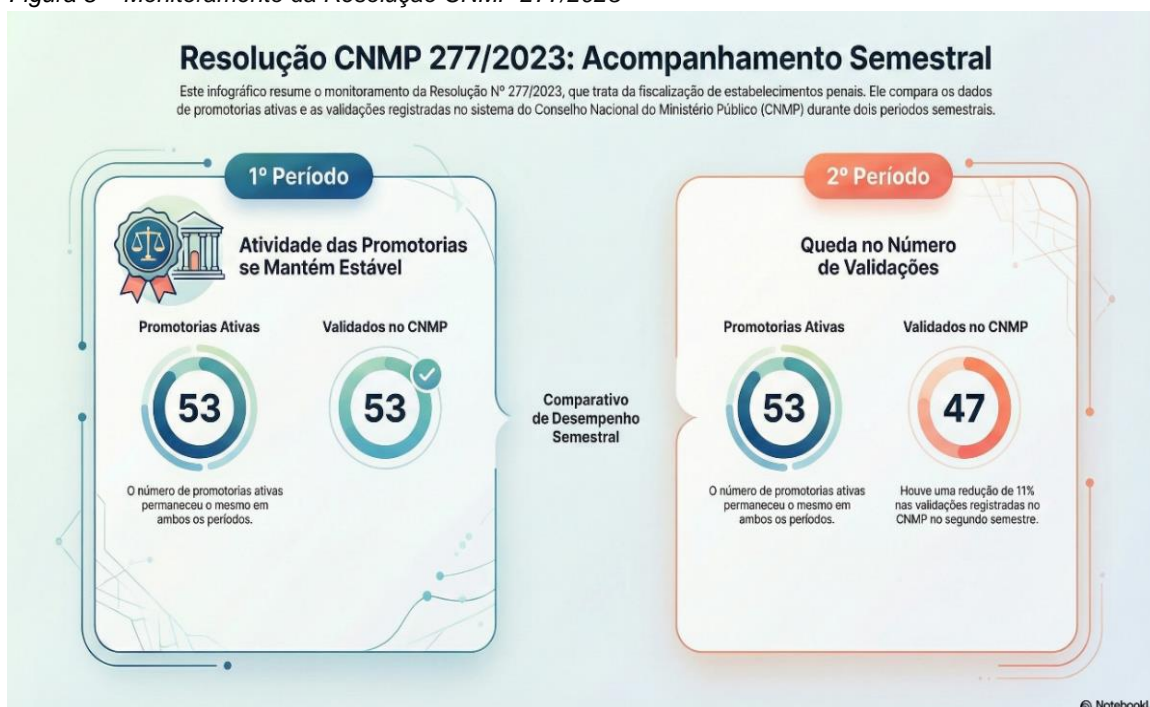


Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

e) **Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial**

- **Tutela Coletiva de Execução Penal e Fiscalização de Estabelecimentos Penais (Res. Nº 277/2023):** O número de promotorias ativas permaneceu estável (53) em ambos os semestres. No entanto, houve uma queda de 11% nas validações registradas no CNMP no segundo semestre (de 53 para 47).

Figura 8 – Monitoramento da Resolução CNMP 277/2023



- **Controle Externo da Atividade Policial (Res. Nº 279/2023):** O painel comparativo da variação da conformidade semestral por órgão policial apresentou os seguintes dados:

Figura 9 - Monitoramento da Resolução CNMP 279/2023



Tabela 30 – Controle Externo da Atividade Policial

RES. 279/2023 CNMP	UNIDADES ATIVAS	ENVIADOS AO CNMP	TIPO
1º PERÍODO	267	255	DP
2º PERÍODO	266	230	DP
1º PERÍODO	53	52	BPM
2º PERÍODO	53	46	BPM
1º PERÍODO	7	7	Polícia Científica
2º PERÍODO	7	7	Polícia Científica
1º PERÍODO	4	4	IML
2º PERÍODO	4	4	IML

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

f) Seção de Controle de Correições, Inspeções e Procedimentos

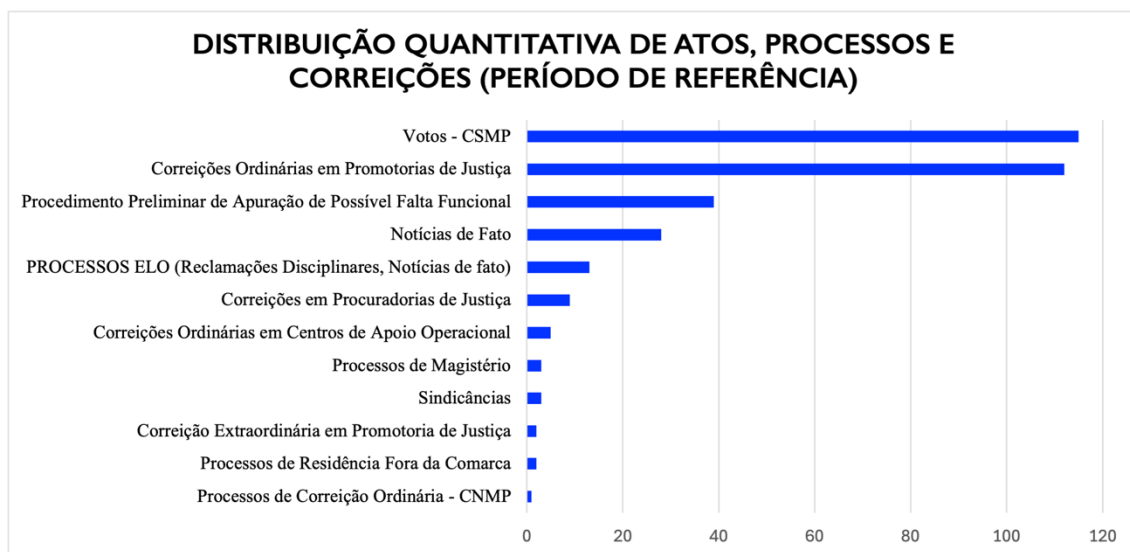
A Corregedoria-Geral registrou as seguintes atividades de fiscalização e procedimentos disciplinares:

Tabela 31 – Atividades de fiscalização e procedimentos disciplinares

Processos	Quantidade
Votos - CSMP (Conselho Superior do Ministério Público)	115
Correições Ordinárias em Promotorias de Justiça	112
Procedimento Preliminar de Apuração de Possível Falta Funcional	39
Notícias de Fato	28
PROCESSOS ELO (Reclamações Disciplinares, Notícias de fato)	13
Correições em Procuradorias de Justiça	9
Correições Ordinárias em Centros de Apoio Operacional (CAOs)	5
Processos de Magistério	3
Sindicâncias	3
Correição Extraordinária em Promotoria de Justiça	2
Processos de Residência Fora da Comarca	2
Processos de Correição Ordinária - CNMP	1

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

Gráfico 5 - Atividades de fiscalização e procedimentos disciplinares



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

3 AGENDA INSTITUCIONAL DA CORREGEDORA-GERAL EM 2025

A Corregedora-Geral, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, participou de uma extensa agenda institucional, incluindo:

- **Reuniões do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais (CNCGMPEU):** Participou da 142ª (Florianópolis), 143ª (Brasília), 144ª (Rio de Janeiro), 145ª e 146ª Reuniões.
- **Correções e Inspeções:** Realizou correções em Promotorias de Justiça em Bacuri, Guimarães, Bequimão, Vargem Grande, Chapadinha, Codó, João Lisboa, Imperatriz, Pedreiras, Caxias, Tutóia e Santa Quitéria.
- **Eventos e Reuniões estratégicas:** Participou de reuniões sobre o sistema GESP/Módulo Corregedoria, criação do Grupo de Apoio ao Júri, Portal da Transparência (Selo Diamante), Comitê Gestor do SEI-MPMA (várias reuniões), aprovação da revisão do Plano Estratégico Institucional (PEI-MPMA), Ciclo de Debates em PADs, entre outros.

4 NORMATIVOS EXPEDIDOS

Foram expedidos **2** Atos Regulamentares Conjuntos e **3** Recomendações:

- a) **Ato Regulamentar Conjunto nº 10002/2025 - CGMP, GPGJ**

- **Assunto:** Dá nova redação ao § 7º do art. 1º do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, que regulamenta os Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais.
 - **Alteração Principal:** Amplia o prazo de fruição da compensação pelo exercício do plantão ministerial para **5 (cinco) anos**, contados a partir do exercício em que o direito foi adquirido, sendo vedada a acumulação de períodos de exercícios distintos (a regra do quinquênio aplica-se também às licenças compensatórias adquiridas nos 2 anos anteriores à publicação do novo Ato).
- b) **Ato Regulamentar Conjunto nº 1/2025 - CGMP, GPGJ (Página 66-68)**
- **Assunto:** Dispõe sobre o acesso da Corregedoria-Geral (CGMP) a procedimentos e processos sigilosos no âmbito do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP).
 - **Disposição Principal:** Assegura ao Corregedor-Geral, Subcorregedor-Geral e Promotores de Justiça Corregedores o acesso, para fins exclusivos de suas atribuições legais, a processos e procedimentos administrativos sigilosos ou não no SIMP.
 - **Regras de Acesso:** O acesso é restrito e deve observar a rastreabilidade, a preservação do sigilo e a assinatura de Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (TCMS). O acesso a processos sigilosos do GAECO e GAESF será realizado pessoalmente pelo Corregedor-Geral ou Subcorregedor-Geral, restringindo-se aos feitos não afetos diretamente ao Procurador-Geral de Justiça.
- c) **Recomendação nº 1/2025 - CGMP (Página 68-72)**
- **Assunto:** Recomenda critérios e diretrizes para a utilização de Inteligência Artificial Generativa (IAG) pelos membros do MPMA.
 - **Destaques:** Recomenda a revisão criteriosa dos comandos (*prompts*) e respostas (*saídas*) geradas pela IAG, a observância da centralidade da pessoa humana e a cautela ao utilizar plataformas externas. É vedado o uso de credenciais institucionais para criar contas em plataformas externas de IAG. A responsabilidade pelo conteúdo produzido com o auxílio da IAG é exclusiva do membro do Ministério Público usuário.

d) Recomendação nº 10001/2025 - CGMP (Página 72-73)

- **Assunto:** Recomenda aos membros com atribuição na área da Infância e Juventude o preenchimento, com brevidade, do Formulário de Acompanhamento da Implementação da Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida).
- **Justificativa:** A omissão injustificada no fornecimento dos dados solicitados pelo CNMP poderá ser objeto de anotação para fins de avaliação de produtividade e eficiência.

e) Recomendação nº 6/2025 - CGMP (Página 73-74)

- **Assunto:** Recomenda a adoção de rotinas de trabalho e o correto cadastramento dos registros das atividades procedimentais e processuais pelos Procuradores de Justiça no SIMP.
- **Movimentos Recomendados:**
 - **Manifestação em Segundo Grau (920271):** Para pareceres e outros pronunciamentos interlocutórios em processos do Tribunal de Justiça.
 - **Manifestação Pela Não Intervenção (920273):** Para casos de não intervenção ministerial obrigatória.
 - **Devolução sem manifestação (920252):** Para simples devolução de autos a Órgão externo, sem manifestação ou análise do feito.

EVENTOS INSTITUCIONAIS



Visita ao 24º BIS, em companhia do chefe do MPMA, Dr. Danilo José de Castro Ferreira.



Reunião com os Prefeitos do MA, presidida pelo Corregedor Nacional do CNMP, Dr. Ângelo Fabiano.



Assinado termo de parceria para aprendizagem de adolescentes em situação de vulnerabilidade



Programa "Memória do Ministério Público" visita local da futura sede provisória do Arquivo Público do Estado



Combate ao abandono afetivo paterno é tema de campanha lançada pelo MPMA



Governador do Estado sanciona Lei de amparo a órfãos do feminicídio após iniciativa do MPMA



CORREIÇÃO ORDINÁRIA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
03 A 06 DE FEVEREIRO DE 2025



Visitas Institucionais ao Fórum, Conselho Tutelar, CRAS e Delegacia de Polícia em SJR



PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991. Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

O Ministério Público do Estado do Maranhão possui um total de 34 Procuradorias de Justiça, distribuídas em turmas Cíveis e Criminais.

- **Turmas Cíveis:** 1ª a 8ª Turmas Cíveis, abrangendo a 1ª à 24ª Procuradoria Cível.
- **Turmas Criminais:** 1ª a 3ª Turmas Criminais, abrangendo a 1ª à 10ª Procuradoria Criminal.

Tabela 32 – Distribuição das Procuradorias de Justiças por Turma

TURMA	PROCURADORIA DE JUSTIÇA
1ª Turma Cível	1ª Procuradoria Cível
3ª Turma Cível	2ª Procuradoria Cível
3ª Turma Cível	3ª Procuradoria Cível
2ª Turma Cível	4ª Procuradoria Cível
4ª Turma Cível	5ª Procuradoria Cível
6ª Turma Cível	6ª Procuradoria Cível
4ª Turma Cível	7ª Procuradoria Cível
2ª Turma Cível	8ª Procuradoria Cível
1ª Turma Cível	9ª Procuradoria Cível
4ª Turma Cível	10ª Procuradoria Cível
5ª Turma Cível	11ª Procuradoria Cível
1ª Turma Cível	12ª Procuradoria Cível
5ª Turma Cível	13ª Procuradoria Cível
3ª Turma Cível	14ª Procuradoria Cível
5ª Turma Cível	15ª Procuradoria Cível
2ª Turma Cível	16ª Procuradoria Cível
6ª Turma Cível	17ª Procuradoria Cível
6ª Turma Cível	18ª Procuradoria Cível
7ª Turma Cível	19ª Procuradoria Cível
7ª Turma Cível	20ª Procuradoria Cível
7ª Turma Cível	21ª Procuradoria Cível
8ª Turma Cível	22ª Procuradoria Cível
8ª Turma Cível	23ª Procuradoria Cível
8ª Turma Cível	24ª Procuradoria Cível

2ª Turma Criminal		1ª Procuradoria Criminal
1ª Turma Criminal		2ª Procuradoria Criminal
1ª Turma Criminal		3ª Procuradoria Criminal
2ª Turma Criminal		4ª Procuradoria Criminal
1ª Turma Criminal		5ª Procuradoria Criminal
2ª Turma Criminal		6ª Procuradoria Criminal
1ª Turma Criminal		7ª Procuradoria Criminal
3ª Turma Criminal		8ª Procuradoria Criminal
3ª Turma Criminal		9ª Procuradoria Criminal
3ª Turma Criminal		10ª Procuradoria Criminal

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

1 PRODUTIVIDADE DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

1.1 Procuradorias Criminais

A análise de movimentação processual das Procuradorias de Justiça Criminal ao longo de 2025 demonstrou que as saídas superaram as entradas em 59%.

- **Carga de Trabalho:** O volume total de processos devolvidos (44.496) foi superior ao de recebidos (27.977).
- **Produtividade por Tipo de Processo:** O tipo de processo "Apelação Criminal (Ap Crim)" domina a produtividade e representa o maior volume de trabalho em todas as procuradorias criminais. Outros tipos de processos com volumes significativos são o "Habeas Corpus (HC)" e o "Recurso S. Estricto (RES)".

Figura 10 - Análise comparativa do volume de processos recebidos e devolvidos

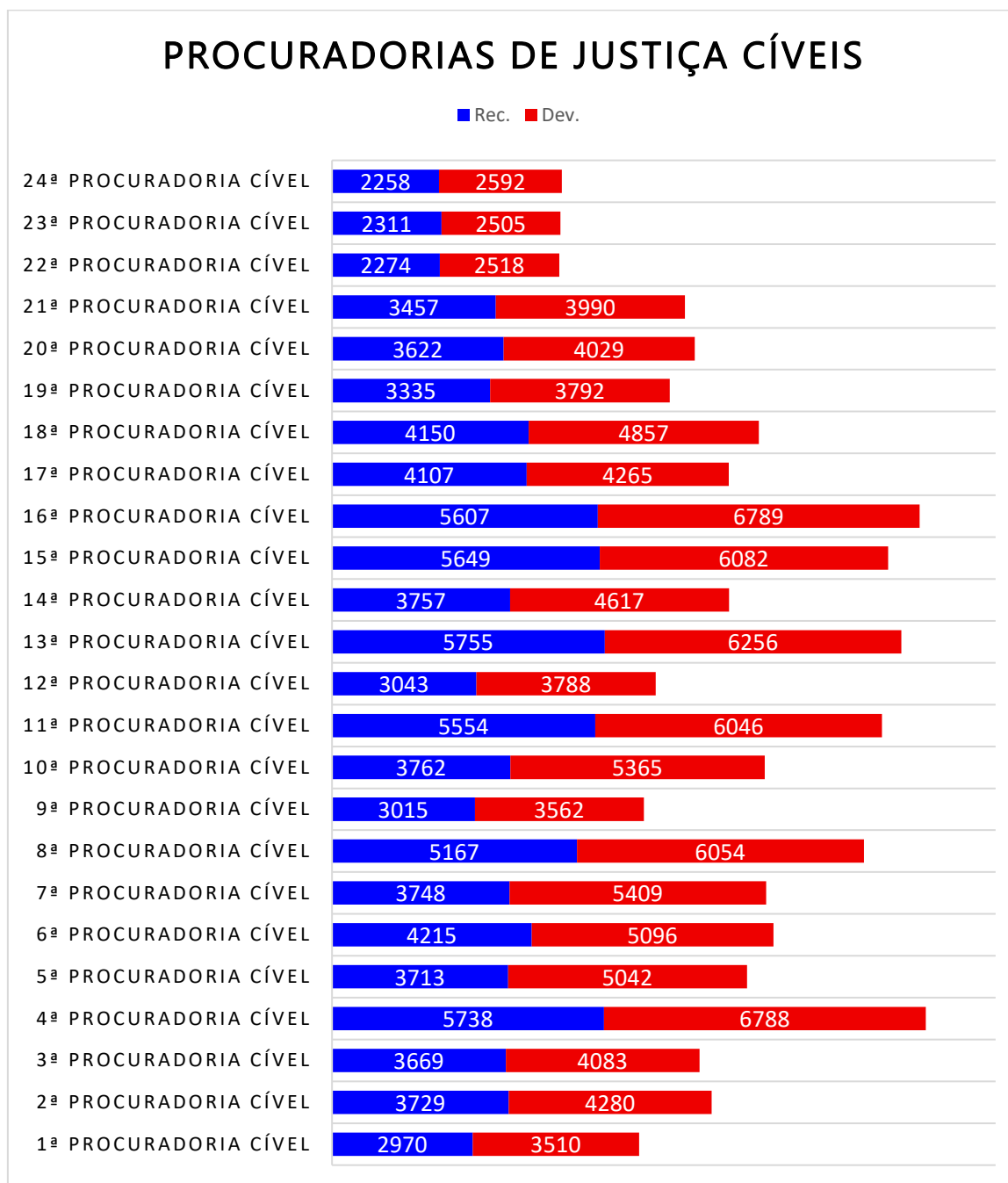


1.2 Procuradorias Cíveis

Analisando o quadro comparativo de processos recebidos (Rec.) e devolvidos (Dev.) nas Procuradorias de Justiça Cíveis (1ª a 24ª PJC), destaca-se:

- **Maior Volume de Recebidos e Devolvidos:**
 - **16ª Procuradoria Cível:** Recebeu 5.607 e devolveu 6.789 processos.
 - **4ª Procuradoria Cível:** Recebeu 5.738 e devolveu 6.788 processos.
 - **13ª Procuradoria Cível:** Recebeu 5.755 e devolveu 6.256 processos.

Gráfico 6 – Análise comparativa do volume de processos recebidos e devolvidos



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

Tabela 33 - Distribuição das Unidades Ministeriais x Membros – 2025

Entrância	Comarcas	Procuradorias de Justiça	Nº de Procuradores(as) de Justiça	Promotorias de Justiça	Nº de Promotores(as) de Justiça
2ª Instância	Atuação Estadual	34	34	-	-
Final	4	-	-	176	174
Intermediária	26	-	-	84	74
Inicial	42	-	-	69	28

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

1 Promotorias de Justiça - Entrância Final

São 176 Promotorias de Justiça de Entrância Final, localizadas nas Comarcas da Ilha de São Luís, Imperatriz, Timon e Caxias.

As atribuições das promotorias de São Luís abrangem áreas:

- **Cíveis** (Varas Cíveis, Juizados Especiais, Varas de Família, Interdição, Sucessões e Alvarás);
- **Criminais** (Varas Criminais, Juizados Criminais, Varas de Entorpecentes, Tribunal do Júri e Execuções Penais) e;
- **Especializadas** (Fundações, Registros Públicos, Educação, Militar, Meio Ambiente, Consumidor, Direitos Fundamentais, Pessoa com Deficiência, Idoso, Saúde, Defesa da Mulher, Controle Externo da Atividade Policial, Ordens Tributária e Econômica, Patrimônio Público e Probidade Administrativa, Infância e Juventude, Conflitos Agrários, Cidadania Distrital, Substituição Plena e Acordo de Não Persecução Penal-ANPP).

2 Promotorias de Justiça - Entrância Intermediária

O total é de 84 Promotorias de Justiça de Entrância Intermediária. As comarcas incluem Açailândia, Araióses, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Barreirinhas (não instalada), Brejo (única), Buriticupu, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Colinas (única), Coroatá, Estreito, Grajaú, Itapecuru-Mirim, João Lisboa, Lago da Pedra, Maracaçumé, Pedreiras, Pinheiro, Porto Franco, Presidente Dutra, Rosário, Santa Helena (única),

Santa Inês, Santa Luzia, São Domingos do Maranhão (única), São Mateus, Tuntum (única), Vargem Grande (única), Viana, Vitorino Freire e Zé Doca.

3 Promotorias de Justiça - Entrância Inicial

A seção lista as comarcas de Entrância Inicial, totalizando 69 promotorias.

4 Polos Regionais

As comarcas estão distribuídas em 12 Polos Regionais, conforme o Ato Regulamentar Nº 13/2025 - GPGJ:

- **Polo Açailândia:** Açailândia, Itinga do Maranhão, Arame, São Pedro da Água e Buriticupu.
- **Polo Bacabal:** Bacabal, Joselândia, Coroatá, Pedreiras, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Igarapé Grande, São Luís Gonzaga, Lago da Pedra, São Mateus, Olho D'Água das Cunhãs, Vitorino Freire e Paulo Ramos.
- **Polo Balsas:** Riachão, Balsas, Carolina, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, São Domingos do Azeitão e Alto Parnaíba.
- **Polo Caxias:** Barão de Grajaú, Parnarama, Buriti Bravo, Passagem Franca, Caxias, São Francisco do Maranhão, Codó, São João dos Patos, Coelho Neto, Timbiras, Matões e Timon.
- **Polo Chapadinha:** Araióses, Magalhães de Almeida, Brejo, Santa Quitéria, Buriti, São Bernardo, Chapadinha e Tutóia.
- **Polo Imperatriz:** Montes Altos, Estreito, Porto Franco, Imperatriz, Senador La Rocque, João Lisboa e Amarante do Maranhão.
- **Polo Itapecuru-Mirim:** Anajatuba, Urbano Santos, Cantanhede, Vargem Grande e Itapecuru-Mirim.
- **Polo Maracaçumé:** Cândido Mendes, Maracaçumé, Carutapera, Santa Luzia Paruá e Gov. Nunes Freire.
- **Polo Pinheiro:** Bacuri, Mirinzal, Bequimão, Pinheiro, Cedral, Santa Helena, Cururupu, São Bento, Guimarães e Turiaçu.
- **Polo Presidente Dutra:** Barra do Corda, Paraibano, Colinas, Pastos Bons, Dom Pedro, Pres. Dutra, Gov. Eugênio Barros e Santo Antônio dos Lopes.
- **Polo Rosário:** Barreirinhas, Morros, Humberto de Campos, Rosário, Icatu e Santa Rita.
- **Polo São Luís:** Alcântara, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, São Luís e Raposa.

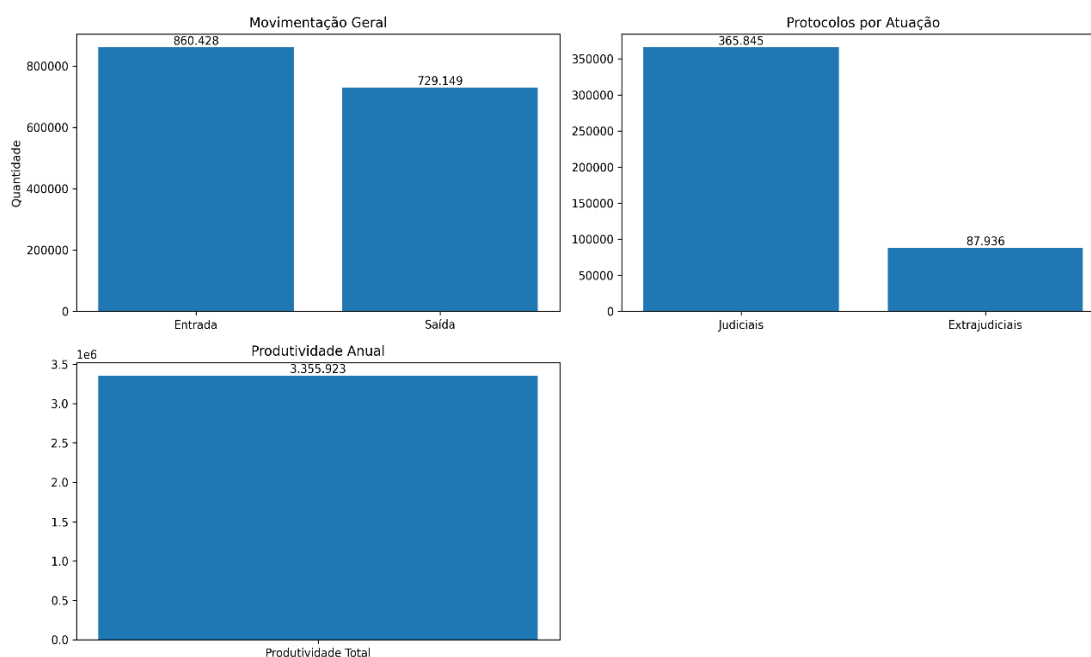
- **Polo Viana:** Arari, São João Batista, Matinha, São Vicente Férrer, Olinda Nova, Viana, Penalva e Vitória do Mearim.
- **Outras Comarcas listadas:** Grajaú, São Domingos do Maranhão, Mirador e Tuntum.

5 Produtividade Geral das Promotorias de Justiça

Os dados extraídos do SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público) e do Business Intelligence - Qlik-Core, demonstram a seguinte movimentação geral (janeiro a dezembro de 2025):

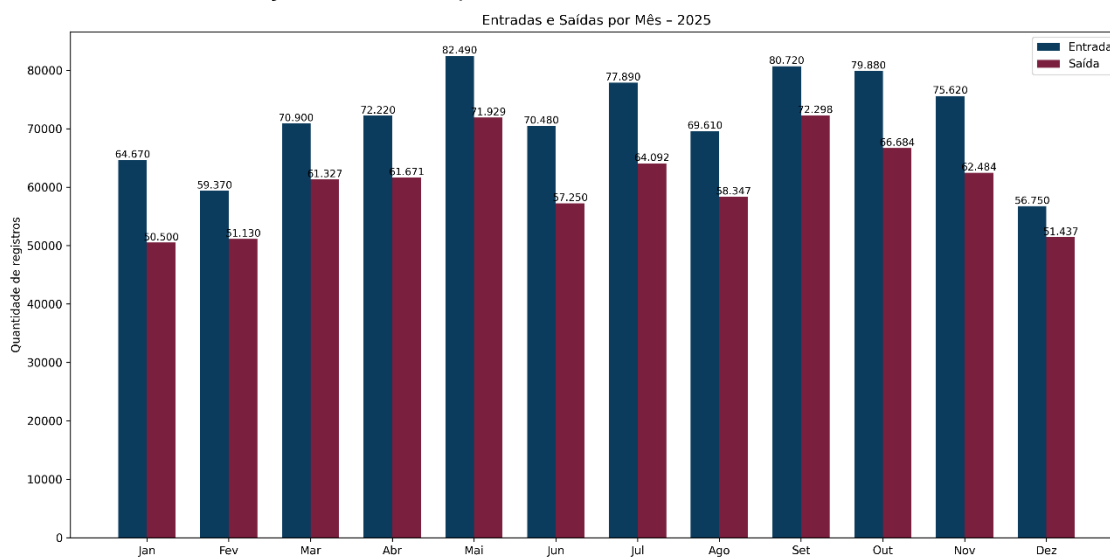
- **Produtividade Total Anual:** 3.355.923.
- **Protocolos (Entrada/Saída):**
 - Total de Entradas: 860.428.
 - Total de Saídas: 729.149.
- **Protocolos por Atuação:**
 - Judiciais: 365.845.
 - Extrajudiciais: 87.936.

Gráfico 7 – Produtividade Geral das Promotorias de Justiça em 2025



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

Gráfico 8 – Movimentação Processual por mês em 2025



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

Os assuntos com maior volume de registros incluem:

Tabela 34 - Produtividade por Assunto

Assunto	Quantidade
Violação aos Princípios Administrativos	20.053
Ameaça	13.524
Fixação	12.750
Medidas Protetivas Contra a Mulher	12.571
Violência Doméstica Contra a Mulher	11.862
Crimes de Trânsito	10.082
Cumprimento de pena	9.219
Crime do Sistema Nacional de Armas	8.878
Guarda	8.449
Roubo Majorado	8.214
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	6.905
Homicídio Qualificado	6.253
Estupro de vulnerável	5.488
Partilha	5.112
Alimentos	4.951
Homicídio Simples	4.862
Receptação	4.810
Nomeação	4.780
Registro de Óbito após prazo legal	4.520
Furto Qualificado	4.229
Maus Tratos	4.190
Furto Simples	4.039
Prisão Preventiva	3.834
Investigação de Paternidade	3.804

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

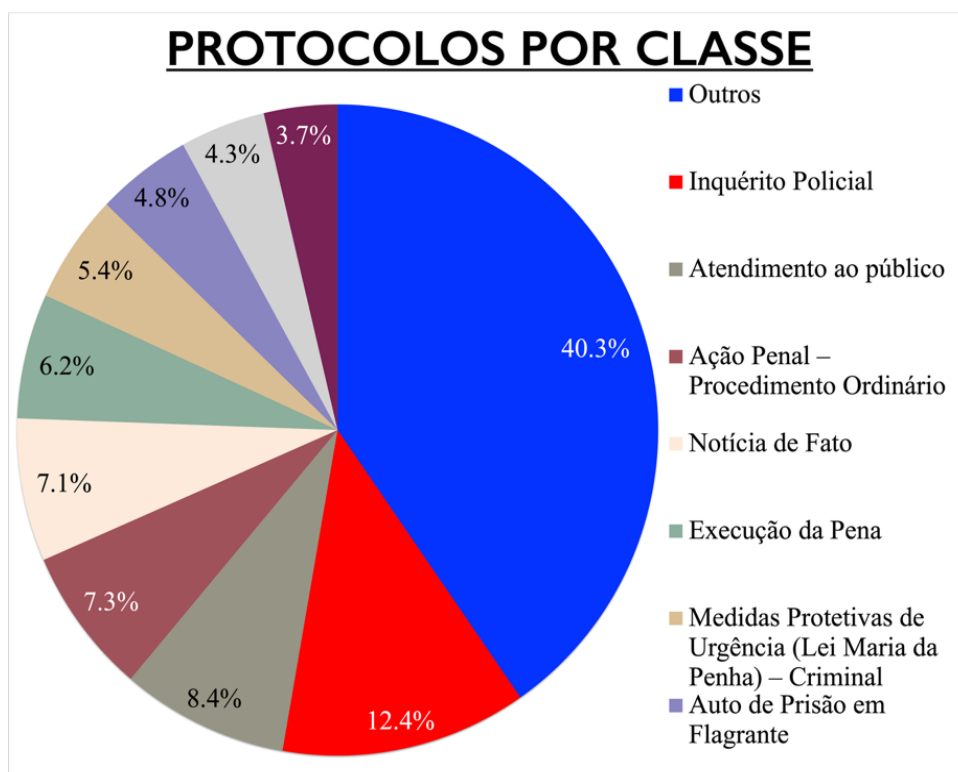
As classes processuais com maior volume de protocolos são:

Tabela 35 - Produtividade por Classe

Classe	Quantidade	Percentual
Inquérito Policial	139.218	40,3%
Atendimento ao público	41.830	12,4%
Ação Penal - Procedimento Ordinário	29.766	8,4%
Notícia de Fato	22.560	7,3%
Execução da Pena	21.446	7,1%
Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal	20.404	6,2%
Auto de Prisão em Flagrante	13.681	5,4%
Termo Circunstanciado	13.020	4,8%
Procedimento Comum Cível	16.716	-
Alimentos - Lei Especial N° 5.478/68	9.885	-
Inquérito Civil	15.020	-

Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

Gráfico 9 – Percentual de Protocolos por Classe



Fonte: CGMP/PGJ, 2025.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE

A Promotoria Comunitária Itinerante do Ministério Público do Estado do Maranhão, criada em 1998, é um canal efetivo de aproximação com os moradores de São Luís, especialmente das áreas mais carentes. O modelo inverte o atendimento tradicional, instalando o Promotor de Justiça e sua equipe por cerca de 90 dias diretamente nas comunidades atendidas.

O trabalho consiste em:

- **Preparação:** Reunião prévia com lideranças comunitárias para definir o local de atendimento e a realização de uma audiência pública.
- **Coleta e Ação:** Coleta das demandas prioritárias em audiência pública, seguida de atendimento aos moradores e busca por soluções negociadas em parceria com os gestores públicos responsáveis.
- **Impacto:** Contribuição para o fortalecimento dos vínculos comunitários, o exercício da cidadania e a efetivação de políticas públicas essenciais.

A iniciativa foi reconhecida por sua eficiência e modelo diferenciado, sendo premiada em 2013, em 3º lugar, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) na categoria *Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional*. Até o momento, a Promotoria se instalou 43 vezes e realizou 4.800 atendimentos diretos à população de São Luís. Ao final de cada ciclo, é apresentado um relatório de prestação de contas à comunidade e às autoridades.

1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2025

Em 2025 foram realizadas três instalações em bairros da cidade de São Luís, conforme descritos a seguir:

a) **41ª Instalação, referente ao Conjunto Alexandra Tavares e adjacências**

A 41ª Instalação da Promotoria Comunitária Itinerante, realizada na região do Conjunto Alexandra Tavares e adjacências (incluindo os bairros Maria José Aragão, Tiradentes, Ivaldo Rodrigues e Vila Janaína), ocorreu de 18/11/24 a 20/02/25, registrando **51 atendimentos** a moradores e lideranças, totalizando **5.003**

atendimentos diretos ao cidadão ao longo das **41** instalações realizadas. A baixa procura foi atribuída à forte presença de facções criminosas.



Audiências Públicas realizadas para coleta de demandas e prestação de contas aos moradores

O Promotor de Justiça **Vicente de Paulo Silva Martins** destacou a dificuldade em obter informações e a falta de um canal de diálogo com o Prefeito como entraves para a solução de demandas, ressaltando a colaboração da SINFRA (Secretaria de Estado de Infraestrutura) na questão da Estrada de Santana.



Após intervenção do MPMA, a Prefeitura de São Luís iniciou asfaltamento nas comunidades

Dos 51 atendimentos registrados, **46** eram sobre questões coletivas, sendo a maioria acerca do **transporte público, abastecimento de água e infraestrutura de ruas**. A questão da água foi uma das centrais, com os seguintes pontos:

- **Geral:** Solicitada a revisão/cancelamento de faturas da CAEMA anteriores à discussão sobre a instalação de hidrômetros nos conjuntos Alexandra Tavares, Maria Aragão e Tiradentes.
- **Conjunto Alexandra Tavares:** Reclamada água "fina e sem pressão" do poço P-01, apesar da CAEMA afirmar que a capacidade de 18 m³/h é suficiente para as 463 unidades.
- **Residencial Maria José Aragão:** Reclamada a falta constante de água devido à quebra de equipamentos dos poços (P-01 e P-02). A CAEMA informou

produção suficiente (28 m³/h), mas moradores contestaram, alegando baixa pressão em partes do residencial.

- **Conjunto Ivaldo Rodrigues:** Solicitada a implantação de rede de abastecimento na Rua 06, onde moradores usam "cacimba". A obra depende de recursos federais do Novo PAC e foi distribuída para a Promotoria de Meio Ambiente.



Várias reuniões entre poder público e representantes dos moradores foram intermediadas pela PJ Comunitária Itinerante sobre as obras na estrada de Santana

Outras demandas coletivas incluíram:

- **Estrada de Santana:** Reclamação sobre a falta de transporte público devido à obra de asfaltamento não concluída pelo Governo do Estado. A SINFRA garantiu a conclusão da obra (incluindo drenagem) e extensão até o Residencial Nestor.
- **Esgotamento Sanitário:** Moradores do Conjunto Alexandra Tavares solicitaram rede de esgoto. A obra depende de recursos do Novo PAC e foi distribuída para a Promotoria de Meio Ambiente.
- **Segurança Pública:** Reclamada a falta de patrulhamento ostensivo no Conjunto Alexandra Tavares e vizinhanças nos horários de pico. O 43º Batalhão da PM informou intensificação de operações estratégicas, sem contestação dos moradores.
- **Drenagem:** Reclamações em Vila Janaína, Residencial Maria José Aragão, Residencial Estrela Dalva, Residencial Tiradentes e Vila Sapinho. A SEMOSP não deu previsão para obras de alto custo, que dependem de priorização do Prefeito.



Reunião do Dr. Vicente Martins c/ Secretário da SMTT para apresentação de demandas

- **Transporte Público:** Linhas Alexandra Tavares, Tiradentes e Ivaldo Rodrigues operam com poucos veículos (1 ou 2), velhos e sem ar-condicionado. As medidas da SMTT (mudança do ponto final e um segundo ônibus na linha Alexandra Tavares) foram consideradas "tímidas e insuficientes" pelo Promotor.

- **Educação e Saúde:** Demandas encaminhadas às Promotorias Distritais. Na saúde, o Centro de Saúde Dr.

Exedito Alves de Melo funciona só até as 17h00, e há reclamação de marcação de consultas apenas uma vez por semana.

No âmbito das **questões individuais**, 5 (cinco) demandas foram sobre consultas processuais de interesse pessoal.

A audiência de encerramento dos trabalhos foi realizada em 25/02/25 na Igreja Assembleia de Deus Tirirical. Foi feita a prestação de contas dos trabalhos, com o relato dos encaminhamentos, das discussões e das informações fornecidas pelos órgãos responsáveis. Lideranças comunitárias, moradores e representantes de órgãos fizeram uso da palavra.

Ao final do trabalho, chegou-se as seguintes conclusões:

- As informações prestadas pelos gestores, quando fornecidas, carecem de clareza ou definição sobre quando os serviços serão prestados.
- A falta de diálogo com o Prefeito tem sido um impedimento para a solução de demandas.
- Foi destacado o atendimento rápido da SINFRA para a obra da Estrada de Santana.
- O problema no transporte público avançou pouco, com medidas implantadas consideradas tímidas e insuficientes.
- Demandas sem solução foram encaminhadas à Promotoria Distrital ou Especializada.

b) **42ª Instalação da Promotoria Comunitária Itinerante na Região do Conjunto São Raimundo**



Audiência Pública de prestação de contas da 42ª instalação da PJ Comunitária Itinerante na região do Conjunto São Raimundo dia 01/07/2025

A 42ª instalação da Promotoria Comunitária Itinerante na região do Conjunto São Raimundo foi iniciada em 31/03/25 com uma audiência pública para coleta de demandas. O atendimento ao público ocorreu de 02/04 a 25/06/25, de segunda a quinta-feira, na unidade móvel instalada na Praça da Família (Avenida Tibiri, São Raimundo).

Os trabalhos foram realizados em parceria com gestores para buscar soluções negociadas para os problemas apresentados. Houve dificuldade no diálogo com o atual Prefeito para discutir e solucionar demandas, subdivididas em:



Situação precária no cruzamento das Ruas da Prata e Rubis na região do Pontal da Ilha

- **Demandas coletivas** - As demandas coletivas (98) foram principalmente sobre transporte público, infraestrutura de ruas, trânsito, saúde e segurança pública.

- **Atendimentos individuais** - Foram registrados 101 atendimentos a moradores e lideranças comunitárias da região,

resultando em 102 reclamações. As demais 4 demandas foram consultas processuais de interesse individual.

Ao final do trabalho, chegou-se as seguintes conclusões:



A atuação da Promotoria fez com que a SMTT e a SEMOSP promovessem melhorias em algumas praças e avenidas da região

- A Promotoria Comunitária Itinerante alcançou um total de 5.104 atendimentos diretos ao cidadão ao longo de sua 42ª instalação.
- Os órgãos mais acionados foram a SMTT e a SEMOSP.
- A SMTT informou as providências adotadas, incluindo a implantação de sinalização com faixas de pedestres.
- Houve dificuldade em obter respostas da SEMOSP sobre a previsão para serviços de drenagem, pavimentação e recuperação asfáltica.
- A falta de diálogo com o Prefeito tem sido um entrave para a solução de demandas.
- A Promotoria Itinerante tem se consolidado como um canal de

aproximação do Ministério Público com os moradores, buscando soluções negociadas ou encaminhando as demandas para Promotorias Distritais ou Especializadas.

c) 43ª Instalação na Região do Alto da Esperança e Tamancão

A 43ª instalação da Promotoria Comunitária Itinerante atendeu aos moradores do Alto da Esperança e adjacências (incluindo Residencial Taguatur, Ilha dos Pretos, Tamancão e Residencial Ana Jansen). Os trabalhos iniciaram com uma audiência pública para coleta de demandas em 19/08/25 e o atendimento ao público ocorreu de



Audiência Pública de instalação

26/08 a 27/11/25, na unidade móvel instalada na praça da Avenida Principal do Alto da Esperança.

O objetivo do trabalho foi a construção de soluções negociadas, agindo como mediadora entre as comunidades e os gestores. Foi realizada uma audiência pública de prestação de contas em 04/12/25. A equipe de trabalho foi composta por Bruno Rafael Fernandes Teixeira (Motorista), Jusélia Quadros de Abreu (Técnica Ministerial), Marcos André Santos Martins (Assessor de Promotor de Justiça) e Vicente de Paulo Silva Martins (Promotor de Justiça).



Situação precária da Rua Projetada, conhecida como "Buraco Fundo"



Após intervenção da PJ Itinerante, a Rua Projetada foi recuperada pela SEMOSP

- **Demandas coletivas** - Foram registrados 39 atendimentos a moradores e lideranças. Destes, 36 reclamações eram sobre questões coletivas. As principais reivindicações, em 21 manifestações, foram sobre serviços de saúde, melhoria do transporte público e recuperação da infraestrutura da "Rua do Buraco Fundo".

- **Atendimentos individuais** – Foram registrados 4 atendimentos a moradores e lideranças, sendo consultas processuais de interesse individual.

A audiência de prestação de contas foi realizada em 04/12/25 no

Residencial Ana Jansen. Foram prestadas contas dos trabalhos, relatando os encaminhamentos, as discussões e as informações fornecidas pelos órgãos responsáveis, dentre elas:

- A SEMOSP iniciou a recuperação da infraestrutura viária da "Rua do Buraco Fundo".
- A SMTT elaborou um projeto de sinalização de trânsito.
- A SEMUS reconheceu a falta de assistência em saúde na região, elaborou um plano de ação emergencial e incluirá a área na cobertura do Centro de Saúde São Raimundo após reforma e ampliação.
- No total de 43 instalações, a Promotoria Comunitária Itinerante alcançou 5.143 atendimentos diretos ao cidadão.

- Moradores e lideranças agradeceram o trabalho da Promotora Itinerante.

GABINETE DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA (GABMC)

O relatório anual do Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC) de 2025 apresenta um panorama das atividades desenvolvidas pelo Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas (MP na Comunidade).

A seguir, destacam-se os principais pontos conforme os tópicos abordados:

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

O Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas (MP na Comunidade) foi criado pelo Ministério Público do Maranhão e é coordenado pelo Gabinete de Mediação Comunitária, alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029. Seu objetivo é promover a solução pacífica de conflitos por meio de eixos como:

- Mediação Comunitária e Familiar;
- Educação em Direitos Humanos (palestras e rodas de conversa);
- Animação de Redes;
- Justiça Restaurativa na Educação (mediação entre pares e processos circulares);
- Projetos Transversais.

Os serviços são oferecidos nos Núcleos Comunitários de Mediação, instalados em territórios vulneráveis.

2 RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2025

Destacamos os principais avanços do MP na Comunidade:

2.1 Projeto "Escola Pra Vida" (PEV):

- a) **Parceria:** É resultado de uma parceria entre o MPMA, Secretarias de Educação do Estado e do Município de São Luís, comunidades escolares e outras instituições.
- b) **Primeiro Ciclo (ago/2022 a nov/2024):** As ações foram realizadas em 11 comunidades escolares.



*Encontro de articulação no Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia
(27/02/2025)*

- **Resultados Acumulados (2022 a 2024):**

- Membros sensibilizados: **4.472.**
- Membros capacitados: **1.532.**
- Ações em rede: **11.**
- Atividades das Células de Cultura de Paz: **120.**
- Jovens sensibilizados (Coletivo de Juventudes): **56.**

c) **Execução em 2025:** A execução foi reduzida para 4 comunidades escolares (Creche Escola Caiene Mateus, Escola Professor Luiz Pinho Rodrigues, UEB Professor João de Sousa Guimarães e UEB Professor Ronald Silva Carvalho).

- **Ações Realizadas (jan a dez/2025):** 7 Visitas Técnicas, 10 turmas de Oficina Cultura de Paz, 2 turmas de Formação em Mediação Escolar, 117 Círculos de Diálogo e 6 Encontros de Intervisão.



Círculo de celebração ao Dia dos Pais no Núcleo Com. de Mediação da Divinéia



Círculo de Diálogo sobre Convivência na UEB Prof. João de Souza Guimarães (Turma 82).

- **Resultados em 2025:**
 - Membros sensibilizados: 2.066.
 - Membros capacitados: 299.
 - Ações em rede: 4.
 - Atividades das Células de Cultura de Paz: 116.
 - Jovens sensibilizados: Não medido.
- **Metas e Resultados acumulados (Linha de Base 2022 a 2024 + Resultados 2025):**
 - Membros sensibilizados: Meta 5.000 / Resultado Acumulado **6.538**.
 - Membros capacitados: Meta 1.582 / Resultado Acumulado **1.831**.
 - Ações em rede: Meta 20 / Resultado Acumulado **15**.
 - Atividades das Células de Cultura de Paz: Meta 145 / Resultado Acumulado **236**.
 - Jovens sensibilizados: Meta 65 / Resultado Acumulado **56**.

2.2 "Supervisão do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divineia":

- a) **Local:** É o ponto físico de referência do Programa MP na Comunidade no bairro Divineia.
- b) **Serviços Oferecidos:** Gestão Dialógica de Conflitos, Educação em Direitos Humanos, Articulações para o trabalho em rede, Estudos de

caso/encaminhamentos para atendimento qualificado, e Atividades de promoção da saúde mental comunitária.



Durante a execução do projeto foi realizada uma Ação Social da Pessoa Idosa na Com. Sant'Ana e S. Joaquim e um Círculo de Diálogo na Casa Lar Bons Meninos

c) Resultados Quantitativos (Jan a Dez/2025):

- **Atendimentos na Recepção (Total: 444):** Relações de Família (143), Relações de Vizinhança (82), Relações de Credores/Devedores Informais (119), Orientações Diversas (51), Relações de Fornecedores/Consumidores (37) e Relações de Escolares (12).
- **Procedimentos de Gestão de Conflitos instaurados (Total: 37):** Relações de Família (13), Relações de Vizinhança (13), Relações de Credores/Devedores Informais (7), Relações de Fornecedores/Consumidores (3) e Relações de Escolares (1).
- **Atendimentos Individuais (Total: 229):** Pré-Mediações (213) e Pré-Círculos (16).
- **Seções de Mediação realizadas (Total: 38):** Relações de Família (15), Relações de Vizinhança (12), Relações de Credores/Devedores Informais (8) e Relações de Fornecedores/Consumidores (3).
- **Síntese da Gestão de Conflitos (Total de 42):** Conflitos gerenciados por intermediação (20) e Conflitos gerenciados por mediação e/ou práticas restaurativas (22).
- **Encaminhamentos à Rede de Políticas Públicas:** 7 participantes.

3 EXPEDIENTES EMITIDOS

- **Memorandos:** Foram emitidos 9 memorandos, tratando de assuntos como: suspensão de atendimento no Núcleo Divineia, instalação de persianas, fluxo de pagamento de voluntários, retomada de tratativas para o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, manutenção do telhado do Núcleo Divineia, disponibilização de lanches para estudantes, tiragem de folders e gestão do ponto de servidora.
- **Ofícios:** Foram expedidos 7 ofícios, incluindo: informações sobre o Núcleo Divineia, divulgação do Programa MP na Comunidade, convites para participação em congressos/encontros de autocomposição, convite para reunião com síndicos/administradores de condomínios, e encaminhamento de Procedimento Extrajudicial de Gestão de Conflito.

4 AÇÕES DE MELHORIA

- Está em elaboração a página do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas do MPMA.
- O vídeo institucional já está disponível no canal do MPMA no YouTube e na página principal da instituição.

ÓRGÃOS AUXILIARES

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ESMP)



Visita institucional do Procurador-Geral de Justiça, Danilo de Castro, à ESMP/MA, acompanhado da Subprocuradora-Geral p/ Assuntos Administrativos, Regina Leite, e do Diretor da SEPLAG, Fábio Mendes

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), criada por meio da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991, como entidade sem fins lucrativos, é um dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Maranhão, destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fóruns de estudos, conferências, palestras, dentre outras atividades, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da instituição. Na atual gestão é dirigida pelo Procurador de Justiça, José Ribamar Sanches Prazeres, com apoio da Promotora de Justiça Auxiliar, Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann.

2 RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2025

Em 2025, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) consolidou sua posição como o motor de inovação e excelência acadêmica no estado do Maranhão. Sob uma ótica de gestão estratégica, a atuação da Escola transcendeu o ensino

tradicional, posicionando-se como um centro de inteligência capaz de integrar educação continuada, tecnologias disruptivas e parcerias multissetoriais. O fortalecimento do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) no último exercício foi diretamente impulsionado por esta visão, que compreende a educação corporativa não apenas como um dever funcional, mas como um ativo estratégico indispensável para a eficiência da prestação jurisdicional e a defesa da ordem jurídica.

A missão da ESMP, conforme balizado no planejamento anual, manteve o compromisso inabalável com a formação técnica e ética de membros e servidores. Contudo, em 2025, houve um foco expansivo na qualificação de estagiários e, notadamente, de residentes, categorias fundamentais para o recrutamento e a manutenção de talentos da instituição. Esta análise detalha como a visão de futuro da ESMP se traduziu em indicadores robustos de produtividade, eficiência operacional e capilaridade social.

2.1 Análise de Desempenho da Educação Corporativa

A educação corporativa foi o pilar central da governança da ESMP. Em 2025, a diversificação das modalidades de ensino respondeu diretamente à necessidade de uma instituição moderna de manter a Capilaridade Federativa em um estado com as dimensões do Maranhão.

2.1.1 Avaliação de Impacto e Eficiência de Modalidades

A análise dos dados revela uma predominância estratégica do modelo **Online (60,48% dos cursos e 54% dos inscritos)**, o que garantiu a democratização do conhecimento em todas as comarcas. Entretanto, do ponto de vista da Gestão Estratégica, observa-se que o modelo **Híbrido** representa apenas **8,87%** da oferta. Como diretriz para os próximos ciclos, recomenda-se o aumento deste percentual para equilibrar o "alto alcance/baixo engajamento" do online com o "baixo alcance/alto engajamento" do **presencial (30,65%)**, otimizando o *Ratio* de aproveitamento pedagógico.

Tabela 36 - Cursos e eventos realizados pela ESMP em 2025

Curso / Atividade	Período	Nº Inscritos	Nº Participantes	Certificados expedidos
Cursos e Eventos realizados no 1º Semestre (2025.1)				
Palestra - Aspectos Trabalhistas na Tutela do Patrimônio Público	Fev-Mar	50	38	38
Treinamento Residentes MPMA	Fev-Mar	151	142	143
Sala de Situação - Júris Maranhenses Interessantes	Fev-Mar	73	56	56

Oficina O uso de IA como ferramenta facilitadora das atividades ministeriais no âmbito das Procuradorias de Justiça	Fev-Mar	108	108	108
Seminário - Uso de telas na primeira infância: interfaces e mundo digital	Fev-Mar	321	220	197
Palestra - Intercepção Telemática: aspectos teóricos e práticos	Fev-Mar	151	72	72
Curso - "Júri e Gênero: capacitação premiada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar"	Fev-Mar	257	127	66
Curso de extensão - Processo Estrutural	Fev-Mar	5	4	(Expedido ESMP/SP)
Total (Fev-Mar)		1.116	767	680
Workshop - Técnicas de Investigação Criminal e análises de Dados Fiscais	Abril	23	23	23
"Seminário Especial - Temas do Consumidor	Abril	353	204	204
Webinário - Cálculo Atuarial com Foco no Regime Próprio da Previdência Social - RPPS	Abril	31	21	21
Curso de Reeducação ambiental 1º aula	Abril	9	8	5
II Ciclo de Debate Causa Animal	Abril	85	49	49
IV Seminário Estadual de Educação Ambiental	Abril	218	212	212
Webinário sobre Resolutividade - Planos de Parentalidade e o papel do Ministério Público	Abril	52	39	39
Seminário de autocomposição - Mediação e Justiça no Campo: conflitos, direitos e a luta contra a grilagem	Abril	48	28	28
Curso de Reeducação ambiental 2º aula	Abril	9	5	5
I Congresso Maranhense de Prevenção ao Suicídio - conectando vozes pela vida	Abril	507	283	142
Seminário do Terceiro Setor - capacitar para transformar: Fortalecendo o terceiro setor	Abril	332	324	324
Oficina - Visão Sistêmica da Violência Doméstica	Abril	31	19	21
Total (Abril)		1.698	1.215	1.073
Curso " Júri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar"	Maio	257	139	66
Treinamento - Gestão do SIMP nas promotorias: trocando experiências	Maio	109	53	53
Curso Reeducação ambiental 3ªAula	Maio	9	6	5
Protesto Cartorário: efetividade da execução da pena de multa	Maio	80	68	68
Corregedoria e o SIMP3+: Tira-dúvidas	Maio	125	87	87
Lançamento da cartilha MPMA e plan international "Sofri Violência sexual e engravidei. E agora, quais são os meus direitos?"	Maio	167	115	113

Curso Reeducação ambiental 4ª Aula	Maio	9	7	5
ANPC - Regime Jurídico e atuação estratégica	Maio	81	49	50
Curso " Juri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar" Aula 3: Direito Antidiscriminatório e julgamento sob a perspectiva de gênero	Maio	257	125	66
Atendimento em libras	Maio	22	18	18
Júris Maranhenses Interessantes: compartilhando experiências	Maio	132	76	76
Curso Reeducação ambiental 5ª Aula	Maio	9	5	5
Curso " Juri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar" Aula 4: Formas de Violência e Crimes	Maio	257	139	66
Processos Estruturais da Educação: uma atuação planejada e estratégica	Maio	40	29	29
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para membros e servidores	Maio	83	54	46
Curso Reeducação ambiental 6ª Aula	Maio	9	7	5
Total (Maio)		1.646	977	640
Ciclo de debates em Direitos fundamentais/Abertura da Correição Nacional CNMP	Junho	313	245	245
Curso - Atualização em Direito Penal e Processo Penal: Dosimetria da pena nos crimes dolosos contra a vida, prova e cadeia de Custódia no Processo Penal	Junho	416	280	280
Colóquios Interinstitucionais MP e Polícias	Junho	74	74	74
Lei de Crimes Ambientais (Lei nº9.605/1998)	Junho	51	28	28
"Regime Disciplinar no CNMP - Abordagens das classes Processuais" e "Acordo de não Persecução Administrativa (Transação Disciplinar)"	Junho	37	20	20
Conhecendo o FUNDEB	Junho	43	24	24
Capacitação "Orientações para Aposentadoria do MPMA (Programa Guará); (Turma 1)	Junho	23	23	12
Impactos Éticos da IA na Medicina	Junho	33	9	22
Total (Junho)		677	458	705
Curso / Atividade	Período	Inscritos	Participantes	Certificados
Cursos e Eventos realizados no 2º Semestre (2025.2)				
Segurança Institucional e Tribunal do Júri	Jul-Ago	87	69	69
IA no MP: Engenharia de Prompts (Turma 17/07)	Jul-Ago	207	159	159
IA no MP: Engenharia de Prompts (Turma 24/07)	Jul-Ago	207	94	94

Curso "Júri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar" (aula 5)	Jul-Ago	257	122	66
Colóquios Interinstitucionais: MP e Polícias	Jul-Ago	35	27	27
Agosto Lilás: Fatores de Risco e Plano de Segurança	Jul-Ago	211	129	129
Orientações para Aposentadoria - Programa Guará (T2)	Jul-Ago	28	75	19
Curso - Programa de Difusão de Inteligência Artificial	Jul-Ago	206	104	104
Curso de extensão "Proteção Integral das Vítimas"	Jul-Ago	17	0	0
2º Curso de extensão - Processo Estrutural	Jul-Ago	1	0	(Expedido ESMP/SP)
Ambientes Seguros: Dicas Práticas para Evitar Incêndios	Jul-Ago	35	24	24
Programa de Difusão do Uso da Inteligência Artificial no Ministério Público: Uso da engenharia de prompts	Jul-Ago	208	113	113
10 anos da LBI e Defesa de Gênero das Mulheres com Deficiência Curso "Júri e Gênero: capacitação continuada no enfrentamento ao feminicídio e violência doméstica e familiar" (aula 6)	Jul-Ago	67, 336	103	37, 66
Processo Administrativo de Responsabilização (Contratos)	Jul-Ago	82	105	40
Capacitação em IA Generativa - InovaJur (Virtual)	Jul-Ago	509	1412	253
Webinário - Diligência de direitos humanos no licenciamento ambiental	Jul-Ago	40	22	22
3º Curso de extensão - Direitos Humanos	Jul-Ago	13	4	(Expedido ESMP/SP)
Justiça Penal Negociada: 30 anos em debate (06/08, 13/08, 20/08, 27/08, 03/09, 10/09/, 17/09, 24/09, 01/10, 08/10, 15/10)	Jul-Ago	41	-	(Expedido ESUMP-GO)
Total (Jul-Ago)		2.588	2.562	1.222
Programa de Difusão do Uso da Inteligência Artificial no Ministério Público: Uso da engenharia de prompts	Set-Out	272	444	411
Seminário: Uso e Abuso das Redes Sociais	Set-Out	206	125	125
Curso: Orçamento Público e Fiscalização (15/09, 22/09, 29/09,06/10, 13/10, 20/10, 03/11, 10/11 17/11 24/11 e 01/12/2025)	Set-Out	161	597	32
Soluções dialogadas: práticas de autocomposição	Set-Out	33	59	59
Elaboração de Planos de Parentalidade	Set-Out	111	288	67
Capacitação em Inteligência Artificial Generativa - Timon	Set-Out	65	109	47
Webinário - Mediação e Autocomposição em Conflitos Escolares	Set-Out	37	47	37
Roda de Diálogo - Setembro Amarelo	Set-Out	34	31	31
Planejamento Regional Integrado e Saúde	Set-Out	123	246	32

Capacitação em Inteligência Artificial Generativa (Imperatriz) (29/10 a 30/10)	Set-Out	66	158	55
Acolhimento Institucional para Idosos	Set-Out	167	205	59
Curso de extensão - Curadoria da vida	Set-Out	5	3	(Expedido MP/MT)
5º Curso de extensão e capacitação A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	Set-Out	56	8	(Expedido MP/MP)
Total (Set-Out)		1.336	2.320	955
Projeto órfãos do Feminicídio: Sem Desamparo	Nov-Dez	277	172	172
Palestra Diálogos Plurais: Acessibilidade	Nov-Dez	98	69	69
Curso: Governança Fundiária e REURB	Nov-Dez	85	64	64
Módulo II - Processo Administrativo de Responsabilização nos Contratos Públicos (25 e 26/11/2025)	Nov-Dez	60	58	18
Programa de integralidade no MPMA	Nov-Dez	144	116	116
Fundo para a Infância e Adolescência - FIA Legal: recursos para a infância	Nov-Dez	87	42	42
Atuação do Ministério Público perante Juiz Eleitoral de Garantias	Nov-Dez	88	60	85
Política de Sanitização e Segurança Sanitária do Consumidor: Aplicação da Portaria SES n 187/2024	Nov-Dez	118	58	58
Minicurso Avançado em Técnicas de Investigação Financeira e Patrimonial	Nov-Dez	87	127	54
Prova, Perfil e Atendimento na Proteção e Defesa das Vítimas dos Crimes Cibernéticos	Nov-Dez	114	56	54
II Seminário PROJETERA	Nov-Dez	325	488	240
III Seminário de Gestão de Pessoas, com o tema "Liderança Ética Transformadora"	Nov-Dez	347	423	147
XV Congresso Estadual do MPMA (09/12 a 11/12/2025)	Nov-Dez	693	778	248
Total (Nov-Dez)		2.523	2.511	1.367
Total Geral (Jan-Dez 2025)		12.180	11.247	6.541

Fonte: ESMP/PGJ, 2025.

2.1.2 Síntese de Dados Operacionais

Abaixo, os indicadores consolidados demonstram a escalabilidade das operações entre os semestres:

Figura 11 - Indicadores Semestrais (Primeiro Semestre 2025)



Fonte: ESMP/PGJ, 2025.

Figura 12 - Indicadores Semestrais (Segundo Semestre 2025)



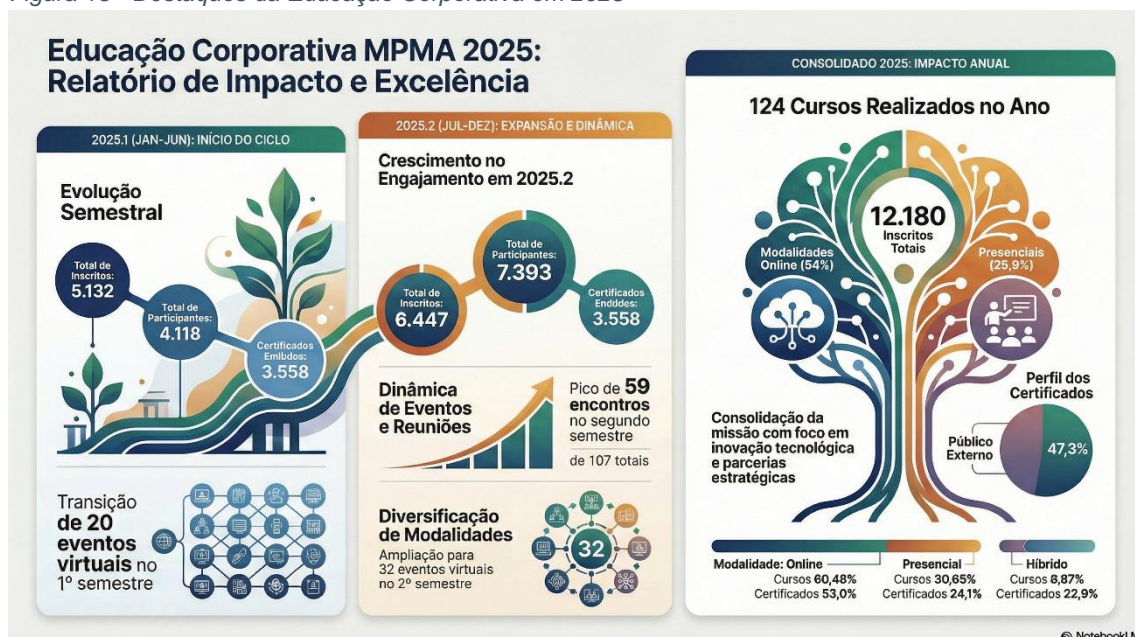
Fonte: ESMP/PGJ, 2025.

2.3 Análise de Público-Alvo e Interface Social

A distribuição de certificados reflete o papel da ESMP como ponte entre o MPMA e a sociedade: 53,0% foram destinados ao Público Externo, enquanto Membros (22,9%) e Servidores (24,1%) compuseram o foco interno. Destaca-se o treinamento de 142

residentes apenas no primeiro semestre, evidenciando o foco na nova fronteira de apoio técnico especializado da instituição.

Figura 13- Destaques da Educação Corporativa em 2025



Fonte: ESMP/PGJ, 2025.

3 PARCERIAS ESTRATÉGICAS E EXPANSÃO INSTITUCIONAL

A cooperação interinstitucional foi o mecanismo utilizado para a otimização de recursos e intercâmbio de expertise. Em um cenário de responsabilidade fiscal, a ESMP utilizou seu prestígio institucional como moeda de troca, permitindo um alto nível de treinamento sem o esgotamento orçamentário.

- **Diferenciadores e ROI Social:** As parcerias com FUNBIO, SEDES, UFMA e diversos Ministérios Públicos (como MPOG, MPPE, MPSC e MPSP) viabilizaram o uso de 158 palestrantes pró-bono. Este "ROI Social" representa uma economia direta significativa aos cofres públicos, convertendo reputação em capital intelectual.
- **Produção Intelectual de Prestígio:** A Escola consolidou-se como *hub* de produção científica, e não apenas promotora de eventos. O lançamento de obras como "*Dimensões do Direito Humano à Segurança*", de autoria do Promotor de Justiça Gladston Fernandes de Araújo e do Magistrado Nelson Melo de Moraes Rêgo, e o livro "*Resiliência Climática e Desafios Estruturais*", via projeto "Diálogo pelo Clima", elevam o *status* da ESMP a centro de referência doutrinária.

Figura 14 - Publicações lançadas pela ESMP em 2025



Fonte: ESMP/PGJ, 2025.

4 GESTÃO FINANCEIRA E INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO

A alocação de recursos em 2025 focou em programas de alto valor agregado, visando o retorno sobre o capital humano a longo prazo.

- **Mestrado em Criminologia:** Com investimento total de **R\$ 1.214.400,00** (distribuídos em R\$ 620.400,00 no 1º sem e R\$ 594.000,00 no 2º sem), o programa mantém **33 mestrandos ativos**. Este investimento constitui o pilar científico da instituição, fornecendo a base acadêmica para as discussões de alto nível levadas ao XV Congresso Estadual.
- **Vanguarda Tecnológica (IA):** O aporte de **R\$ 58.000,00** em Inteligência Artificial Generativa permitiu uma Expansão Territorial da Inovação, levando cursos de "Engenharia de Prompts" e o programa "InovaJur" para os polos de São Luís, Timon e Imperatriz. O foco não foi apenas técnico, mas voltado à eficiência processual e conformidade ética no uso de novas tecnologias.

5 EFICIÊNCIA OPERACIONAL E INOVAÇÃO ADMINISTRATIVA

A sustentação de 124 cursos e mais de 12 mil inscritos exigiu o que definimos como um Marco de Escalabilidade administrativa. A agilidade nos processos internos é o que garante a viabilidade da atividade-fim.

- **Compliance e Modernização:** A implementação do sistema SEI! representou um salto qualitativo. No segundo semestre, a ESMP gerou 370 documentos, um

aumento de eficiência em relação aos 270 documentos do primeiro semestre via Digidoc. Essa evolução de 37% na produção documental demonstra um aprimoramento na conformidade procedimental e na capacidade de resposta administrativa.

- **Produtividade Logística:** A gestão de eventos de grande porte, como o **XV Congresso Estadual**, só foi possível graças à melhoria de fluxos, permitindo que a equipe reduzisse gargalos burocráticos e focasse na qualidade pedagógica dos eventos.

6 EVENTO DE DESTAQUE

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



- **XV Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão:**
 - a) Tema: Ministério Público, Direitos Humanos e Democracia.
 - b) Data de Realização: 09/12 a 11/12/2025.
 - c) Inscritos: 693 (Membros: 119; Servidores: 151; Público Externo: 423).
 - d) Certificados: 248.
 - e) Moções de Aplauso e Reconhecimento: Elimar Figueiredo Almeida Silva (Procuradora de Justiça aposentada) e Rogério Sanches Cunha (Promotor de Justiça / MPSP).



A procuradora de justiça aposentada, Elimar Figueiredo Almeida Silva, foi homenageada durante o 15º Congresso Estadual do MPMA.

f) Lançamentos de Livros no XV Congresso Estadual do MPMA (10 de dezembro):

- Direitos Culturais a Idosos com Orientação Homossexual (Autores: José Augusto Cutrim Gomes, Thelma Helena Costa Chahini).
- Autonomia Privada e Liberdade Religiosa (Autores: Mariana Nogueira dos Santos Cerqueira Cavalcante, Ricardo Albuquerque Ferro Alves).
- Delinquência Juvenil Interface com a Psicanálise e Criminologia (Autora: Lana Pessoa).

XV Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão
Ministério Público, Direitos Humanos e Democracia

Lançamento de Livros
dia 10 Dezembro, às 12h

Direitos Culturais a Idosos com Orientação Homossexual
José Augusto Cutrim Gomes
Thelma Helena Costa Chahini

Autonomia Privada e Liberdade Religiosa
Mariana Nogueira dos Santos Cerqueira Cavalcante
Ricardo Albuquerque Ferro Alves
Prefácio | Danilo José de Castro Ferreira

Delinquência Juvenil Interface com a Psicanálise e Criminologia
Lana Pessoa

MPMA
Ministério Público do Estado do Maranhão

7 CONCLUSÕES E DIRECIONAMENTOS ESTRATÉGICOS

O exercício de 2025 reafirma a ESMP como um ativo estratégico vital para o Ministério Público do Maranhão. O balanço entre rigor fiscal, inovação tecnológica e prestígio acadêmico resultou em uma instituição mais resiliente e conectada com os desafios sociais.

- Pilares de Consolidação em 2025:
 1. **Excelência Acadêmica:** Fortalecida pelo Mestrado em Criminologia e pela produção editorial de membros da casa.
 2. **Liderança Tecnológica:** Posicionamento de vanguarda com a interiorização do treinamento em IA Generativa.
 3. **Imagem Institucional:** Consolidação através do XV Congresso Estadual (Direitos Humanos e Democracia), que serviu como síntese dos esforços de pesquisa e extensão do ano.

- Recomendações de Governança:

Para o ciclo subsequente, sugere-se a expansão estratégica do modelo híbrido e a ampliação dos termos de intercâmbio de vagas com instituições de outros estados (especialmente MPSP e MPMGO), visando manter a diversidade temática com custo marginal próximo de zero. A ESMP encerra o ano não apenas como uma escola, mas como uma instituição de vanguarda na gestão do conhecimento jurídico.

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO



1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Ouvidoria do MPMA foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 083, de 03/06/2005, e tem como objetivo contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, prestação e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição. Como órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Maranhão, integra a estrutura da Administração Superior da Procuradoria-Geral de Justiça e as suas atribuições da Ouvidoria do MPMA estão dispostas no Regimento Interno (Ato Regulamentar nº 001/2011).

Propiciando a interlocução entre a sociedade e a Instituição, a Ouvidoria recebe e analisa cada manifestação que lhe é dirigida, providenciando o devido encaminhamento. No âmbito da Ouvidoria do MPMA, as manifestações dividem-se em seis classes: elogio, crítica, sugestão, reclamação, pedido de informação e representação (denúncia). O processo de tramitação é o mesmo para todos os tipos. Nesse acervo, cada demanda é devidamente tratada, por meio da triagem prévia, e prontamente encaminhada ao órgão responsável por sua análise (Promotorias e Procuradorias de Justiça, além de unidades administrativas do MPMA), objetivando a efetivação de resposta conclusiva ao demandante, no prazo legal.

Para garantir o acesso dos cidadãos aos serviços da Ouvidoria, são disponibilizados diversos canais para registro de manifestações, incluindo formulário eletrônico, envio de cartas e correspondências postais para quem não possui acesso à

internet, atendimento presencial na sede da Ouvidoria e nos postos avançados, além de e-mail, telefones gratuitos e comunicação via WhatsApp.

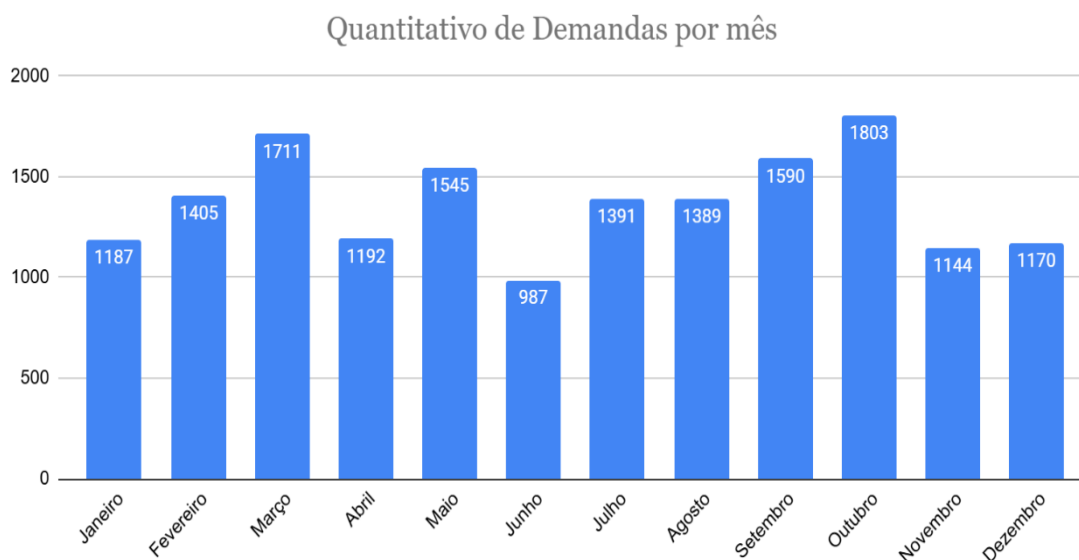
A Ouvidoria atua como um canal de comunicação direto e desburocratizado entre o cidadão e o Ministério Público do Maranhão (MPMA), sendo responsável por receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações e pedidos de informações relacionados aos serviços e atividades desenvolvidos pela Instituição, bem como por outros órgãos estaduais e municipais.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

2.1 Atividades Desenvolvidas e Seus Resultados: Manifestações recebidas, encaminhadas e tratadas

- a) **Total de Manifestações (JAN-DEZ/2025):** Foram registradas 16.514 manifestações.
- b) **Mês de Pico:** Outubro foi o mês com o maior quantitativo de demandas, totalizando 1.803 manifestações (10,91% do total anual).

Gráfico 10 - Total de manifestações recebidas pela Ouvidoria do MPMA em 2025



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2025.

2.2 Tipos de Manifestações

a) **Predominância:** A maior parte das demandas foi do tipo **Representação (denúncia)**, somando 15.695 ocorrências.



b) **Distribuição Percentual**

- Representação: **95,04%**.
- Pedido de Informação: 3,42% (564 ocorrências).
- Reclamação: 1,30% (214 ocorrências).
- Elogio, Sugestão e Críticas somam apenas 0,25% (41 ocorrências).

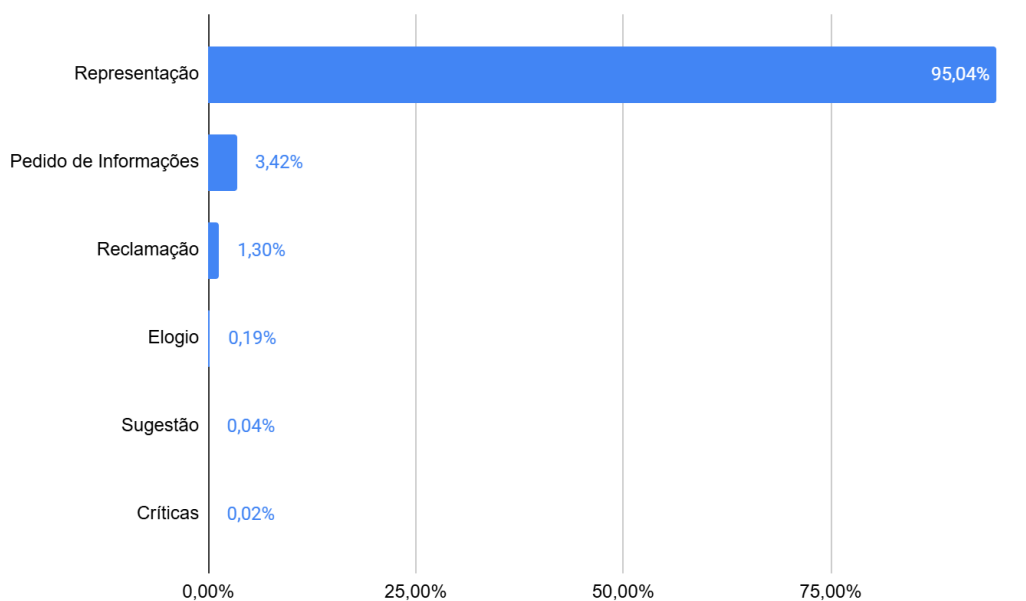
Tabela 37 - Total de manifestações recebidas por classe pela Ouvidoria MPMA em 2025.

CLASSES DAS DEMANDAS	Quantidade
Representação	15695
Pedido de Informações	564
Reclamação	214
Elogio	32
Sugestão	6
Críticas	3
Total geral	16514

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2025.

Gráfico 11 - Percentual de manifestações recebidas por classe pela Ouvidoria MPMA em 2025.

Manifestações recebidas por Classe das Demandas - Ouvidoria MPMA 2025



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2025.

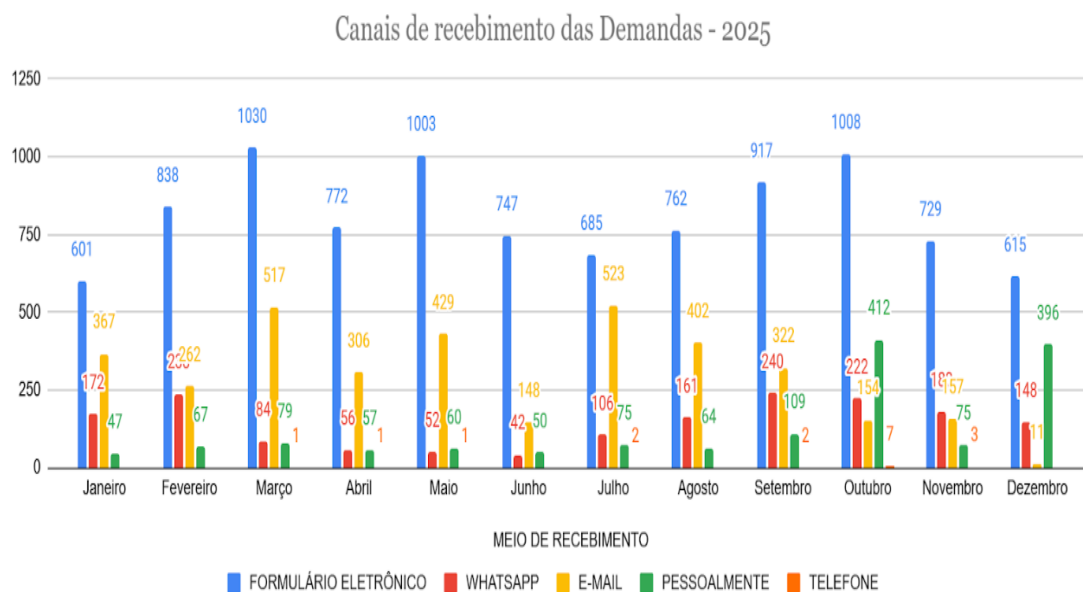
2.3 Canais de Atendimento (Meios de Recebimento)

1. **Canais Disponibilizados:** Atendimento presencial (sede e posto avançado no CREAISPI), telefônico (Disque Denúncia e números convencionais), e-mail, formulário eletrônico (Cadastro de Manifestação) e WhatsApp. O recebimento por carta/correspondência postal esteve em desuso.
2. **Canal Mais Utilizado:** O **Formulário Eletrônico (Cadastro de Manifestação)** é o meio mais acessado, representando **58,78%** do total das demandas.
3. **Aumento Observado:** Houve um aumento exponencial no **atendimento presencial** nos últimos meses, atribuído principalmente ao **Projeto "Ouvidoria Itinerante"**.



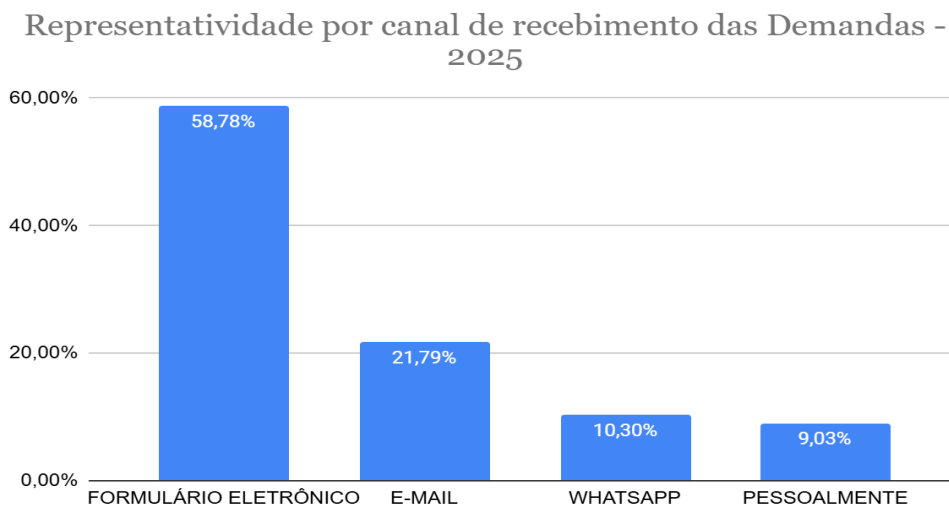
Dra. Sandra Elouf, Ouvidora do MPMA em atendimento na unidade móvel

Gráfico 12 - Total de manifestações por meio de recebimento na Ouvidoria MPMA em 2025.



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2025.

Gráfico 13 - Representatividade do total de manifestações por meio de recebimento na Ouvidoria MPMA em 2025.

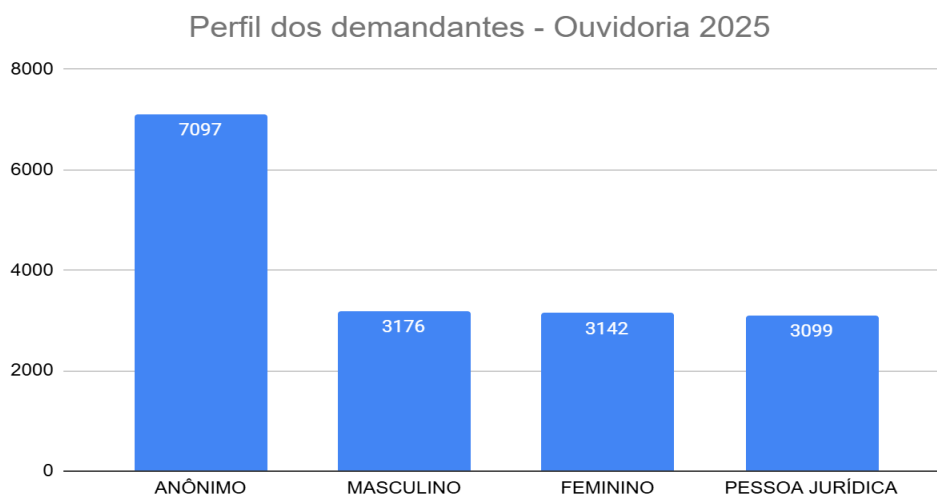


Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2025.

2.4 Perfil do Manifestante

- a) **Manifestantes Identificados vs. Anônimos:** Do total de demandas, 9.417 (57,02%) foram registradas por demandantes identificados.
- b) **Manifestações Anônimas:** O volume de manifestações anônimas foi de 7.097.
- c) **Manifestantes Identificados (Pessoa Física):**
 - o Masculino: 3.176.
 - o Feminino: 3.142.

Gráfico 14 – Perfil dos manifestantes - Ouvidoria MPMA em 2025



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2025.

2.5 Detalhamento por Assunto

- **Classificação:** A taxonomia de assuntos obedece à Resolução CNMP nº 95/2013.
- **Top 3 dos Assuntos Mais Demandados (em ordem decrescente):**
 1. **Improbidade Administrativa: 5.248** demandas.
 2. **Meio Ambiente: 1.407** demandas.
 3. **Crimes: 1.353** demandas.
- **Destaques:**
 - **Improbidade Administrativa** lidera, refletindo a crescente preocupação social com corrupção e moralidade na Administração Pública.
 - O aumento das demandas de **Meio Ambiente** está associado a campanhas da Ouvidoria sobre maus-tratos a animais e ao lançamento do aplicativo Radar Ambiental do CNMP.

Tabela 38 - Total de manifestações recebidas por assunto pela Ouvidoria MPMA em 2025

ASSUNTO	Quantidade
Improbidade administrativa	5248
Meio Ambiente	1407
Crimes	1353
Idoso	1258
Serviços Públicos	915
Violência doméstica	906
Educação	856
Outros	802
Saúde	730
Infância e juventude	652
Consultas e dúvidas jurídicas	498
Concurso Público	466
Consumidor	421
Demandas alheias à competência do Ministério Público	262
Controle externo da atividade policial	243
Atuação de Membros ou Servidores	107
Discriminação de gênero, etnia, condição física, social ou mental	100
Lei de acesso à informação	98
Administração e funcionamento do MP	50
Execução Penal	43
Eleitoral	34
Sindical e questões análogas	30
Acessibilidade	19
Justiça Militar	12
Representação	3

CONSUMIDOR / CRIMES	1	
Total geral	16514	Fonte:

OUIDORIA/PGJ, 2025.

2.6 Atendimentos Itinerantes

- **Objetivo:** Realizar atendimentos presenciais e escuta cidadã em comunidades e ações sociais, ampliando o acesso da população aos serviços do MPMA.
- **Ações Relevantes (2025):**
 - Participação em edições do mutirão **PopRuaJud** (Bacabal e São Luís), voltado a pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social.
 - Participação na **Caravana Fome e Sede de Justiça** (Santa Luzia, Pinheiro e Timon).
 - Presença na **Expoema 2025** (Exposição Agropecuária do Maranhão) com estande institucional.
 - Ações em parceria com a Polícia Militar (6º Batalhão em São Luís) e Ouvidoria da SSP.



Participação da Ouvidoria do MPMA em Ações Sociais nos municípios da São José de Ribamar e Raposa em parceria com o PopRuaJud do TJMA

Quadro 1 – Reuniões e atendimentos da Ouvidoria em 2025

2025	Local	Órgão	Descrição do evento/reunião
25/03	Bacabeira	Promotora de Justiça de Rosário	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA em ação social realizada na cidade de Bacabeira.
28/03	Res. Luís Bacelar	Ouvidoria da SSP	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA em ação social realizada no bairro Residencial Luís Bacelar, Zona Rural de São Luís, em parceria com a Ouvidoria da Segurança pública.

25 e 26/04	Santa Luzia	Caravana Fome e Sede de Justiça	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA em ação social realizada na cidade de Santa Luzia.
26 a 30/05	Cururupu	Promotoria de Justiça de Cururupu	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA e realização de palestra no Seminário Promovido pela Promotoria de Justiça de Cururupu em parceria com a AFC – Associação de Filhos e Amigos de Cururupu.
30/05	Pinheiro	Caravana Fome e Sede de Justiça	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA em ação social realizada na cidade de Pinheiro.
30/05	São Luís	Pastoral da Família	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA em ação social realizada no Bairro de Fátima, em parceria com a Biblioteca Municipal Jose Sarney.
07/06	São Luís	6ª Batalhão de Polícia	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA em ação social realizada no Bairro João de Deus, em parceria com o 6º Batalhão de Polícia Militar.
12/06	Zé Doca	Promotorias de Justiça de Zé Doca	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA em palestra realizada pelas Promotorias de Zé Doca, tendo como tema central o autismo.
31/08 a 07/09	São Luís	Expoema	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA no Expoema 2025 (Exposição Agropecuária do Maranhão).
13/09	São Luís	Bairro Cidade Operária	Atendimento da Ouvidoria Feira Cultural Cofo Criativo, realizando atendimento itinerante e ouvindo de perto as demandas da comunidade.
30/09	Raposa	Promotoria de Justiça de Raposa	Atendimento da ouvidoria por ocasião da Campanha Setembro Amarelo, realizando atendimento itinerante e ouvindo as demandas da comunidade.
14/10 a 17/10	Mirador	Ouvidoria da Segurança Pública Sindicato dos Produtores Rurais de Mirador	Atendimento da Ouvidoria na ocasião de audiência pública no Povoado Mosquito e participação no evento EXPOMIRA, realizando atendimento itinerante e ouvindo de perto as demandas da comunidade.

20/10	Bacabal	PopRuaJud	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA no mutirão PopuaJud, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Prefeitura de Bacabal e dezenas de órgãos federais, estaduais e municipais. A força-tarefa facilitou a emissão de documentos, serviços de saúde e cidadania a pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade social.
07/11	São Luís	PopRuaJud	Atendimento da Ouvidoria Itinerante do MPMA no mutirão PopuaJud realizado no bairro Cohafuma em São Luís, promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com diversos órgãos federais, estaduais e municipais. A força-tarefa facilitou a emissão de documentos, serviços de saúde e cidadania a pessoas em situação de rua e em vulnerabilidade social.
14/11	São Luís	Expo Preta BF - Biblioteca Municipal José Sarney Bairro de Fatima	A Ouvidoria Itinerante do Ministério Público do Maranhão esteve presente na Biblioteca Municipal José Sarney, no Bairro de Fatima, participando dessa importante ação voltada à valorização da cultura negra e ao fortalecimento da cidadania. Durante o evento, nossa equipe estará disponível para atendimentos, orientações e divulgação dos canais da Ouvidoria.
15/11	São Luís	IEMA – POLO COROADINHO	A Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão participou da ação social do Programa “Cuidar dos Olhos”, no IEMA Vocacional Coroadinho Dica Ferreira, em São Luís/MA. A iniciativa é promovida no âmbito da 5ª Promotoria Distrital da Cidadania – Polo Coroadinho, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES/MA), e integra as atividades do projeto “Jornada de Alfabetização de Jovens e Adultos nas Periferias”.
01 a 05/12	Bacabal	CAMPUS DA UEMA	A Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão participou da Praça de Justiça e Cidadania, em Bacabal/MA.
05/12	São Luís	CE Cônego Ribamar Carvalho – Cohab Anil III	A Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão participou da Ação Social do Pacto pela Paz, em São Luís/MA.

05 e 06/12	Timon	Unidade Móvel da Ouvidoria do MPMA	A Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão participou da Caravana Fome e Sede de Justiça, em Timon/MA.
---------------	-------	------------------------------------	---

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2025.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

a) Foco Estratégico:

- As ações foram voltadas ao fortalecimento da escuta qualificada, cidadania, transparência e articulação interinstitucional.

b) Governança e Transparência:

- Participação na revisão do **Planejamento Estratégico do MPMA**.
- Modernização da seção do **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)** no Portal da Transparência, visando usabilidade e conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI).
- Processamento de todos os pedidos de informação com base na LAI dentro do prazo legal.
- Aprimoramento do **Ouvidômetro** e elaboração do Observatório Trimestral de Demandas.

c) Promoção de Direitos:

- Atuação na Ouvidoria da Mulher em eventos do "**Agosto Lilás**" (violência contra a mulher).
- Atuação em defesa da **pessoa idosa** (Conferência Estadual e Caminhada da Memória - Alzheimer).
- Participação em Audiência Pública sobre **Transtorno do Espectro Autista (TEA)** em Bacabal.

d) Integração Interinstitucional:

- Reuniões estratégicas com o Ouvidor do **TJMA**, Ouvidoria da **Segurança Pública** e Comandante-Geral da **PMMA** para alinhar procedimentos e cooperação.
- Reunião com o Desembargador Corregedor do **Foro Extrajudicial do TJMA** (registro público e cidadania).
- Fortalecimento do diálogo com a **Associação dos Conselheiros Tutelares do Maranhão (ACONTE/MA)**.

e) Marcos Institucionais:

- Assinatura do **Termo de Cooperação Técnica entre MPMA, CGU/MA, TCE/MA e STC/MA** para fomentar a criação e implementação de **Ouvidorias Municipais**.
- Aprovação do **Regimento Interno da Rede de Ouvidorias do Estado do Maranhão (REDOMA)**, consolidando o estado como referência nacional em articulação na área.

4 AÇÕES DE MELHORIA

- **Integração CRC-Jud:** A Ouvidoria do MPMA se cadastrou no **Sistema CRC-Jud** (Central de Registro Civil), administrado pela ARPEN-Brasil.
- **Impacto:** Isso permitiu que a unidade formalizasse diretamente os pedidos de **registro de nascimento** (especialmente nos atendimentos itinerantes).
- **Benefícios:** Encaminhamento célere e seguro, redução de prazos e burocracias, acompanhamento digital das demandas e fortalecimento do compromisso com o direito à cidadania e a erradicação do sub-registro civil.
- **Pilares da Atuação:** Transparência, eficiência, qualidade e celeridade no tratamento das manifestações foram os pilares da atuação em 2025.
- **Destaque:** A continuidade do programa "**Ouvidoria Itinerante**" revelou-se fundamental para promover a cidadania e fortalecer a atuação institucional, ampliando a confiança e a credibilidade no MPMA.
- **Compromisso Futuro:** A Ouvidoria reafirma o compromisso de ser um elo de comunicação transparente, acessível e eficiente, buscando qualificar-se para escutar o cidadão e humanizar o atendimento.

DIRETORIAS

Esta seção apresenta as atribuições e resultados das unidades com status de Diretoria no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e de seus setores subordinados, conforme estabelecido na legislação interna vigente, quais sejam: Diretoria-Geral, Secretaria Administrativo-Financeira, Secretaria para Assuntos Institucionais e Secretaria de Planejamento e Gestão.

As competências descritas englobam as responsabilidades de cada órgão na coordenação geral das atividades administrativas, estratégicas e institucionais do Ministério Público do Maranhão, bem como as funções específicas de cada unidade subordinada. Esses setores desempenham um papel essencial no suporte operacional e técnico, garantindo o alinhamento às diretrizes institucionais e contribuindo diretamente para o cumprimento dos objetivos estratégicos do MPMA.

Para proporcionar uma visão estruturada, a seguir será apresentado um organograma que ilustra a organização da Diretoria Geral e de suas unidades subordinadas. Este recurso gráfico visa facilitar a compreensão da hierarquia e da interdependência entre os setores, destacando as funções-chave de cada um no contexto da gestão institucional. Em sequência, serão detalhadas as atribuições de cada unidade, com base na legislação interna.

DIRETORIA GERAL (DG)

1 ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS

A Diretoria-Geral (DG) é o órgão de apoio administrativo, subordinado ao Procurador-Geral de Justiça, com funções de direção, coordenação, supervisão e integração das atividades administrativas do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), conforme o Regimento Interno (Art. 61 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ).

Compete à Diretoria-Geral, assessorar o Procurador-Geral no planejamento e definição de diretrizes administrativas; atuar como instância central de governança administrativa, promovendo a articulação entre as unidades técnicas, a uniformização de procedimentos e o cumprimento de normas; e praticar atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira, quando delegados.

1.1 Unidades sob sua Direção

A DG coordena nove unidades administrativas, incluindo as Coordenadorias de Orçamento e Finanças, de Gestão de Pessoas, de Obras, Engenharia e Arquitetura, além das Secretarias e Assessorias.

O parágrafo único do art. 61 do Regimento Interno dispõe que estão sob a direção da Diretoria Geral as seguintes unidades administrativas:

1. Secretaria Administrativo-Financeira;
2. Assessoria Jurídica da Administração;
3. Assessoria Técnica da Administração;
4. Coordenadoria da Folha de Pagamento;
5. Coordenadoria de Administração;
6. Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura;
7. Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
8. Coordenadoria de Serviços Gerais;
9. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Figura 15 - Estrutura organizacional da Diretoria-Geral, conforme ATOREG 24/2022-GPGJ



Fonte: Diretoria-Geral/PGJ,2025.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

O ano de 2025 foi marcado pelo fortalecimento de rotinas estratégicas, foco em resultados, eficiência e aprimoramento institucional, com destaque para:

- a) **Governança e Fluxos:** Reforço da governança orçamentária e financeira, modernização e controle dos fluxos de tramitação administrativa com apoio em ferramentas analíticas, e aprimoramento da gestão contratual e planejamento de aquisições.

b) **Sustentabilidade:** Avanços no **Projeto Fontes Renováveis de Energia** (Fase 1 - fotovoltaicos, e estudos para a Fase 2 - Mercado Livre de Energia), visando eficiência energética e racionalização de custos.

c) **Modernização da Infraestrutura e Tecnologia:**

a. **Aplicativo "Tá na Mão":** Consolidado para centralizar demandas de manutenção predial. Registrou **755 requisições** e resultou em **564 ordens de serviço**. Foi reconhecido externamente como boa prática administrativa, tendo sido apresentada no 2º Encontro



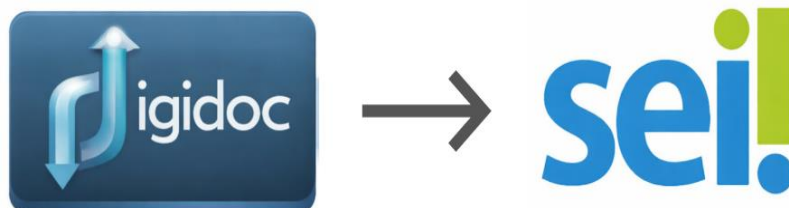
Aplicativo "Tá na Mão", apresentação institucional em evento do CNMP no MPBA

do Comitê de Políticas de Gestão Administrativa (CPGA/CNMP), realizado em Salvador/BA e o Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP) formalizou convite para apresentação da ferramenta em sua sede, com vistas à avaliação de sua possível replicação.



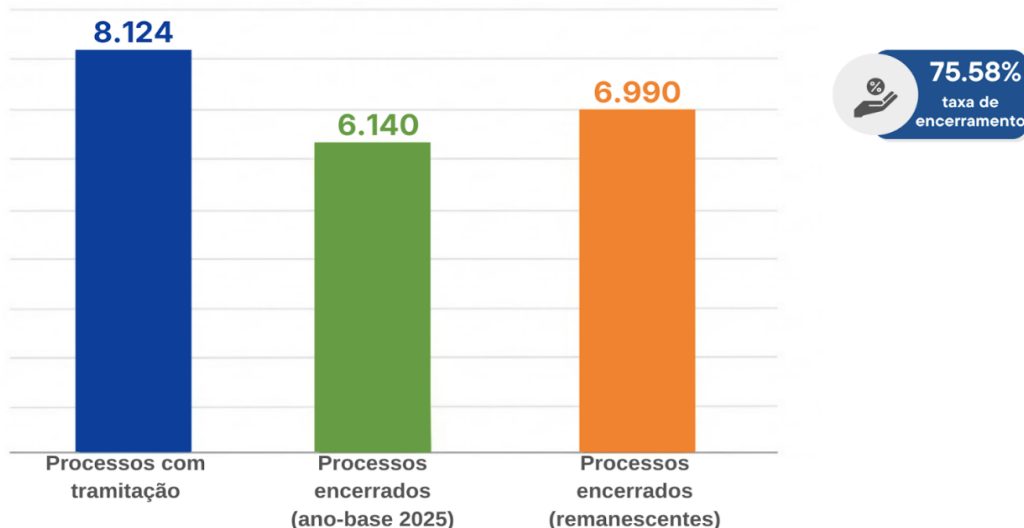
d) **Transição de Sistemas Administrativos (DIGIDOC para SEI-MPMA):**

- **Implantação:** O **SEI-MPMA** foi implantado em 1º de julho de 2025, alterando o modelo de atuação processual de centralizada (no DIGIDOC) para descentralizada (nas unidades demandantes).



- **Indicadores de Tramitação (2025):**
 - ✓ **DIGIDOC (Ano todo): 8.124 processos em tramitação, com 75,58% de conclusão dos processos instaurados no ano. Tempo médio de tramitação de 35,76 dias.**

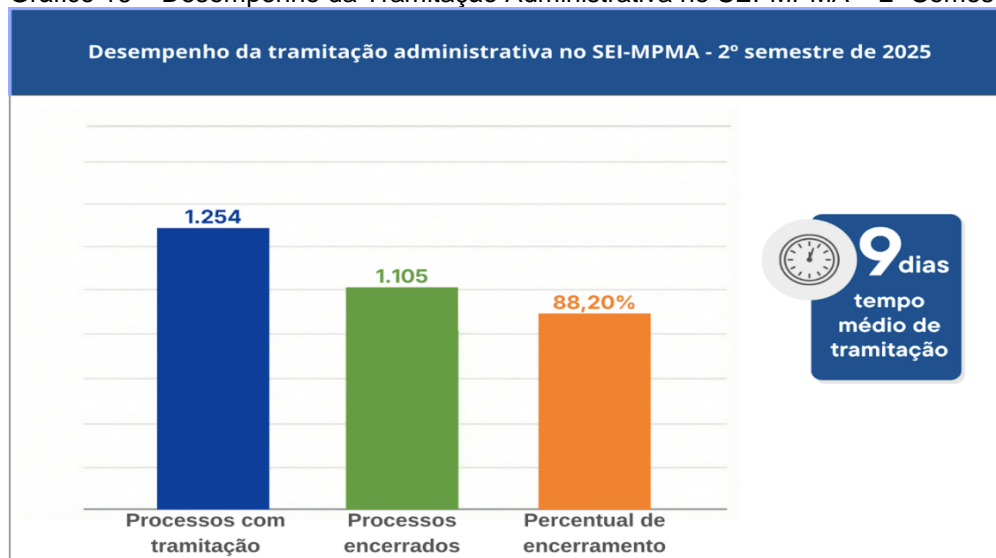
Gráfico 15 - Panorama da Tramitação Administrativa no DIGIDOC – 2025

Panorama da tramitação administrativa no DIGIDOC - 2025

Fonte: Painel BI – DIGIDOC - Diretoria-Geral/PGJ,2025.

- ✓ **SEI-MPMA (2º Semestre): 1.254 processos em tramitação, com 88,20% de conclusão. Tempo médio de tramitação de 9 dias, 9 horas, 35 minutos e 29 segundos.**

Gráfico 16 – Desempenho da Tramitação Administrativa no SEI-MPMA – 2º Semestre de 2025



Fonte: Relatório - SEI - Diretoria-Geral/PGJ,2025.

- **Produção Documental:** No total, foram emitidos 5.718 Despachos e 643 Decisões no DIGIDOC, e 1.355 Despachos e 170 Decisões no SEI-MPMA (segundo semestre).

Tabela 39 – Composição dos documentos produzidos em 2025 – DIGIDOC x SEI-MPMA

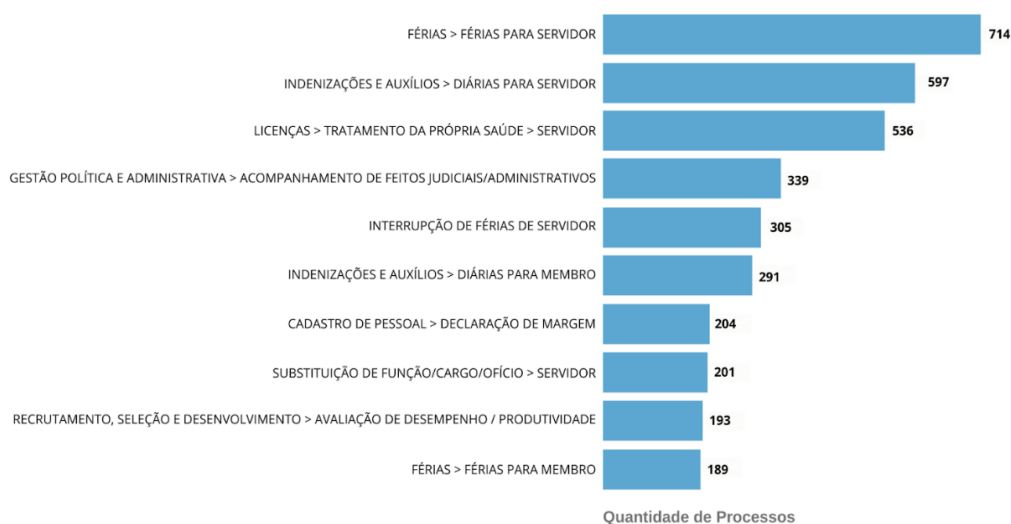
Tipo de Documento	DIGIDOC (2025)	SEI-MPMA (2º sem. 2025)
Despachos	5.718	1.355
Decisões	643	170
Ofícios	522	58
Certidões	314	24
Memorandos	846	15
Ofícios Circulares	289	8
Notificações	156	10
Outros Documentos	1.000	0

Fonte: Painel BI-DIGIDOC-DG/PGJ, 2025.

- **Assuntos Recorrentes:** No DIGIDOC, predominou gestão de pessoal (férias, licenças). No SEI-MPMA, concentraram-se organização administrativa, gestão de pessoas e governança institucional (lotação provisória, auditoria, política orçamentária).

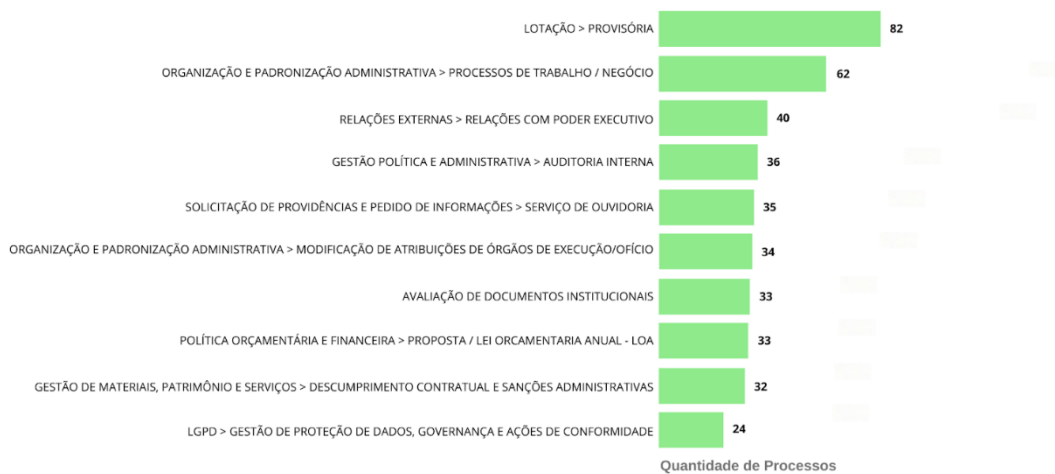
Gráfico 17 – Assuntos com Maior Volume de Processos no DIGIDOC – 2025

Assuntos com maior volume de processos - DIGIDOC - 2025



Fonte: Painel BI-DIGIDOC-DG/PGJ, 2025.

Gráfico 18 – Assuntos com Maior Volume de Processos – SEI (2º sem. De 2025)

Assuntos com maior volume de processos - SEI (2º sem. de 2025)

Fonte: Painel BI-SEI-DG/PGJ, 2025.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

No exercício de 2025, a Diretoria-Geral concentrou sua atuação estratégica na indução, coordenação e governança de iniciativas voltadas à sustentabilidade institucional, à eficiência operacional, à modernização administrativa e ao uso racional dos recursos públicos, em alinhamento às diretrizes da Administração Superior e aos objetivos institucionais do Ministério Público do Estado do Maranhão.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do período refletem o papel da Diretoria-Geral como instância de planejamento, priorização e acompanhamento estratégico, responsável por estruturar diretrizes, promover alinhamento e assegurar coerência entre os objetivos estratégicos administrativos e a execução técnica pelas unidades competentes, sem prejuízo da autonomia funcional dessas unidades.

Nesse contexto, destaca-se o Projeto Fontes Renováveis de Energia, concebido como resposta ao crescimento contínuo das despesas com energia elétrica e à necessidade de conferir maior previsibilidade orçamentária aos custos institucionais. Em 2025, a sustentabilidade passou a ser tratada como eixo estruturante da atuação administrativa, integrando responsabilidade socioambiental, inovação e eficiência no uso dos recursos públicos. Na Fase 1 do projeto, a Diretoria-Geral impulsionou a implantação estruturada de sistemas fotovoltaicos on-grid em unidades estratégicas, com potências variando entre 4 kWp e 24,5 kWp, conforme a viabilidade técnica local. A priorização considerou critérios objetivos, como incidência solar, perfil de consumo e custo médio da energia elétrica, com vistas à maximização do retorno institucional do investimento.

A atuação da Diretoria-Geral concentrou-se na coordenação institucional, na definição de diretrizes estratégicas e no acompanhamento gerencial da iniciativa, assegurando alinhamento técnico, orçamentário e administrativo entre as unidades envolvidas. Os estudos consolidados indicam economia anual estimada de R\$ 335.135,00, frente a um investimento total de R\$ 1.135.854,22, com payback previsto de aproximadamente 3,4 anos, o que evidencia a viabilidade econômica da iniciativa e seu potencial de redução progressiva das despesas correntes com energia elétrica.

Figura 16 - SEQ Figura * ARABIC 4 Potencial de redução progressiva de despesas com energia elétrica



Fonte: DG/PGJ, 2025.

Como desdobramento dessa política de sustentabilidade, a Diretoria-Geral iniciou, em 2025, estudos técnicos voltados à avaliação da adesão de unidades do MPMA ao Mercado Livre de Energia. Identificou-se que seis unidades se enquadram na modalidade de Média Tensão (Grupo A), tornando-se elegíveis para essa forma de contratação. A atuação da Diretoria-Geral concentrou-se na coordenação dos estudos de viabilidade, com foco na análise de impacto financeiro, previsibilidade orçamentária e redução imediata dos custos com energia elétrica. A iniciativa encontra-se em fase de avaliação técnica, condicionada aos requisitos regulatórios e à comprovação de viabilidade econômica, com potencial de gerar economia significativa no médio prazo.

Figura 17 - Estudo de viabilidade econômica de adesão ao Mercado Livre de Energia

Consumo total mensal	Economia estimada com desconto de 20%:	
R\$ 210,682,46	Mensal	R\$ 42.136,49
	Anual	R\$ 505.637,88
	5 anos	R\$ 2.022.551,61

Fonte: DG/PGJ, 2025.

Ainda no campo da gestão energética, a Diretoria-Geral identificou, em 2025, fragilidades relevantes no monitoramento das usinas fotovoltaicas implantadas até então, constatando que nenhuma delas estava conectada à rede de dados de internet, o que inviabilizava o acompanhamento remoto da geração energética e a detecção tempestiva de falhas operacionais, inclusive na usina instalada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em São Luís. Diante desse diagnóstico, foram adotadas medidas para viabilizar a conexão das usinas à rede de dados, permitindo a integração com plataformas de gestão energética, o recebimento de alertas automáticos e o acompanhamento em tempo real do desempenho dos sistemas.

Figura 18 - Painel institucional de indicadores energéticos



Fonte: DG/PGJ, 2025.

Com vistas ao fortalecimento da gestão orientada por dados, a Diretoria-Geral também promoveu a consolidação de informações relativas ao consumo e ao faturamento de energia elétrica, solicitando à concessionária o envio dos dados brutos desde 2023. A iniciativa visa subsidiar a construção de painel institucional de indicadores energéticos, permitindo análises comparativas, avaliação dos impactos financeiros e operacionais das usinas fotovoltaicas e suporte qualificado à tomada de decisões estratégicas, ampliando a transparência e o controle gerencial sobre o consumo institucional de energia.

Paralelamente, foram implementadas ações voltadas ao uso racional dos sistemas prediais e de climatização, com foco na eficiência operacional e na redução de desperdícios. As medidas incluíram a revisão de programações automáticas, ajustes de horários e parâmetros operacionais, bem como a substituição gradual de equipamentos

obsoletos, contribuindo para a otimização da infraestrutura existente e para a consolidação de uma cultura institucional de consumo consciente, alinhada aos princípios da eficiência e da sustentabilidade na administração pública.



Painel de configurações dos ar-condicionados com nova programação

No eixo da modernização administrativa e do fortalecimento da governança institucional, a Diretoria-Geral concluiu, em 2025, o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Licitações e Projetos (SGLP), concebido como ferramenta estruturante para o acompanhamento das iniciativas estratégicas sob sua governança. A solução foi desenvolvida no ambiente do Google Workspace institucional e teve sua viabilidade técnica avaliada positivamente pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), não tendo sido identificados impedimentos para sua implantação no ambiente corporativo, restando sua disponibilização institucional condicionada à adoção das rotinas de governança e segurança da informação recomendada.

Figura 19 - O SGLP é uma ferramenta de acompanhamento das iniciativas estratégicas



Fonte: DG/PGJ, 2025.

O SGLP foi projetado para centralizar o registro e o acompanhamento de projetos e processos licitatórios, estruturando as informações em etapas, tarefas, responsáveis e prazos, com controle de acesso por perfis e registro padronizado de dados. Cada projeto é cadastrado por meio de formulário próprio, assegurando uniformidade, rastreabilidade e reaproveitamento das informações em painéis e relatórios gerenciais. O sistema realiza automaticamente o cálculo de prazos em dias úteis, permitindo o monitoramento preciso da produtividade, a identificação de prazos críticos ou vencidos e a priorização de ações com base em dados objetivos.

Para o acompanhamento operacional e gerencial, o sistema disponibiliza painéis interativos, como quadros Kanban e Gráficos de Gantt, ampliando a transparência das entregas e favorecendo o acompanhamento contínuo da execução. O SGLP também permite a geração de relatórios gerenciais por unidade, projeto, responsável ou status, com aplicação de filtros automáticos e exportação de dados, subsidiando a tomada de decisão e a identificação de gargalos recorrentes.

Como diferencial, o sistema prevê a incorporação de recursos de Inteligência Artificial, voltados à sugestão automática de etapas e tarefas conforme o tipo de projeto, à identificação de padrões de atraso, à emissão de alertas preditivos e à construção assistida de matrizes de risco, sempre com possibilidade de validação e ajuste pela gestão.

Com a conclusão da etapa de desenvolvimento e a validação técnica da solução, o exercício de 2026 será destinado à fase inicial de operacionalização do Sistema de Gestão de Licitações e Projetos (SGLP), com a realização de testes controlados junto às unidades técnicas envolvidas, com vistas à avaliação prática dos fluxos, ajustes operacionais e consolidação das rotinas de governança. A previsão institucional é de que a ferramenta passe a ser utilizada a partir de 2 de fevereiro de 2026, em caráter gradual, como etapa preparatória para sua plena implantação no âmbito da Administração.

Com vistas a sistematizar e dar transparência às principais iniciativas estratégicas coordenadas ou impulsionadas pela Diretoria-Geral ao longo do exercício de 2025, apresenta-se, a seguir, quadro-síntese das ações estruturantes desenvolvidas no período. As iniciativas elencadas refletem o papel da Diretoria-Geral como instância de planejamento, priorização, governança e acompanhamento estratégico, em consonância com os eixos, objetivos estratégicos e programas previstos no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, sem prejuízo da execução técnica pelas unidades administrativas competentes.

Quadro 2 - Iniciativas estratégicas coordenadas ou impulsionadas pela Diretoria-Geral (2025)

Iniciativa	Objetivo	Entregas em 2025	Situação
Projeto Fontes Renováveis de Energia - Fase 1 (Geração própria)	Reduzir custos com energia elétrica e ampliar previsibilidade.	Implantação estruturada de sistemas fotovoltaicos <i>on-grid</i> em unidades estratégicas. Estudos indicam economia anual de R\$ 335.135,00 e <i>payback</i> previsto em 3,4 anos.	Em execução
Estudos para adesão ao Mercado Livre de Energia - Fase 2	Avaliar viabilidade de migração para reduzir custos.	Levantamento de 6 unidades elegíveis (Média Tensão - Grupo A) e estudos técnicos preliminares.	Em andamento
Monitoramento e correção de falhas nas usinas fotovoltaicas	Assegurar monitoramento remoto e detecção de falhas.	Determinação de conexão das usinas à rede de dados e integração ao monitoramento (identificado que nenhuma estava conectada).	Em execução
Painel institucional de indicadores energéticos (BI)	Consolidar dados para apoiar decisão e controle gerencial.	Consolidação de base analítica e estruturação de indicadores (solicitação de dados brutos de consumo/faturamento desde 2023 à concessionária).	Em andamento
Programa de consumo consciente e eficiência operacional	Reduzir desperdícios e racionalizar o uso de sistemas prediais.	Ajustes operacionais em sistemas de climatização e práticas de uso racional.	Em execução
Sistema de Gestão de Licitações e Projetos (SGLP)	Estruturar e acompanhar projetos e licitações (prazos, governança e rastreabilidade).	Desenvolvimento completo, avaliação técnica favorável pela CMTI e encaminhamentos para implantação. Prevê recursos de Inteligência Artificial para sugestão de etapas, alertas preditivos e construção de matrizes de risco.	Em fase de implantação/testes (previsão de uso gradual a partir de 2 de fevereiro de 2026)

Fonte: DG/PGJ, 2025.

4 AÇÕES DE MELHORIA

A DG adotou medidas para aprimoramento contínuo, focando em eficiência e segurança jurídica:

- **Acompanhamento Analítico:** Continuidade do uso de painéis de **Business Intelligence (BI)** para monitoramento da tramitação administrativa no sistema DIGIDOC, subsidiando a identificação de gargalos e a priorização de providências.

- **Organização e Padronização:** Medidas para qualificação da instrução processual e padronização das manifestações administrativas, visando redução de retrabalho e aumento da segurança jurídica.
- **Eficiência e Sustentabilidade:** Implementação de ações para uso racional de recursos, como a correção de falhas de monitoramento nas usinas fotovoltaicas e a integração à rede de dados.
- **Desenvolvimento Tecnológico (SGLP):** Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Licitações e Projetos (SGLP) no ambiente Google Workspace, com foco em:
 - **Governança e Segurança:** Autenticação por e-mail corporativo, controle de acesso por perfis, e previsão de *logs* e rastreabilidade para auditoria.
 - **Gestão de Processos:** Padronização da entrada de dados via formulários, visualizações operacionais (*Kanban* e *Gantt*), notificações automáticas por e-mail e módulo de Matriz de Risco (com IA).

Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

Nos termos do art. 62 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ), compete à Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF), órgão diretamente subordinado à Diretoria-Geral:

- I. Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas ligadas a Diretoria Geral, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- II. Substituir o Diretor-Geral nos eventuais afastamentos e impedimentos;
- III. Exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

A SEAF possui como atribuições o acompanhamento das atividades e a instrução de processos administrativos junto às unidades administrativas subordinadas à Diretoria-Geral, com vistas à satisfação dos objetos processuais.

Ademais, atribuem-se à SEAF a conformação de processos administrativos, a proposição de atos administrativos e ordens de serviço, a colaboração com o Diretor-Geral em assuntos inerentes às áreas administrativa e financeira da Procuradoria-Geral de Justiça, bem como o exercício de outras atribuições compatíveis com suas competências.

2 ESTRUTURA DO SETOR

Durante o ano de 2025, a Secretaria Administrativo Financeira foi composta pelo seu Diretor, 01 (um) Analista Ministerial, 01 (uma) Técnica Ministerial, 01 (um) Assessor Técnico e 02 (dois) funcionários terceirizados.

O atual Diretor da Secretaria foi empossado no dia 01 de novembro de 2024.

3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

A Secretaria Administrativo-Financeira realizou atividades cujo objetivo principal foi o suporte às unidades administrativas da Procuradoria-Geral de Justiça para que pudessem desenvolver suas atividades de forma integrada, com maior qualidade e

eficiência sempre com foco na entrega de um serviço público adequado às elevadas e complexas demandas da sociedade, destacando-se as seguintes atividades:

- Emissão de **10.482 (dez mil quatrocentos e oitenta e dois)** despachos nos processos administrativos de licitações, contratações diretas, repactuações, apostilamentos e aditivos, empenhos, liquidações, pagamentos, formalização de Acordos e Convênios, cálculos e contabilização do regime de depreciação dos itens do patrimônio (bens móveis e imóveis) dentre outros, com as devidas análises e manifestações de modo a subsidiar as decisões e deliberações do Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça.
- Participação em reuniões com o Diretor-Geral para deliberação sobre diversos assuntos inerentes às áreas administrativa e financeira da Procuradoria-Geral de Justiça.
- Promoção de reuniões técnicas entre os setores competentes acerca das recomendações contidas nos relatórios da Assessoria de Controle Interno e Auditoria;
- Participação em reuniões do Comitê do FEMPE para planejamento de ações e prestação de contas;
- Participação em reuniões com a Diretoria-Geral e a Coordenadoria de Orçamento e Finanças para fins de elaboração da proposta orçamentária da instituição;
- Acompanhamento das obras de readequação do prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Minuta de atos administrativos, dentre os quais, destaca-se a atualização das diárias para membros e servidores do MPMA;
- Acompanhamento, controle e análise do desempenho das unidades detentoras de carga patrimonial em relação ao Relatórios de Pré-inventários;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação às otimizações no Sistema GESP – Patrimônio e Consumo;
- Realização de reuniões de acompanhamento, orientação e alinhamento operacional com coordenadores/chefes das unidades requisitantes e demais unidades administrativas.

A Secretaria Administrativo Financeira, objetivando o pleno atendimento das suas atribuições regimentais, vem sistematicamente planejando e adotando ações que visem subsidiar as demais unidades sob direção da Diretoria-Geral com informações e orientações adequadas, relevantes e tempestivas.

Destaca-se que além da emissão de despachos nos autos dos processos administrativos, a Secretaria Administrativo-Financeira tem adotado a postura de resolutividade das questões cotidianas por meio da realização de reuniões e contatos mais próximos das unidades demandantes, visando a celeridade e a efetividade das ações, sem desprezar a regularidade formal inerente ao serviço público.

Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

1 ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS

As competências da Assessoria Jurídica da Administração (AJAD) conforme o Art. 63 do Ato Regulamentar nº 22/2020 são:

- Prestar assessoria e examinar minutas em assuntos de natureza jurídica, especialmente em procedimentos licitatórios (dispensa, inexigibilidade), contratos administrativos, atas de registro de preços, convênios, aditivos e ajustes congêneres.
- Analisar propostas de alterações contratuais (reajustes, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro).
- Analisar recursos administrativos interpostos em certames.
- Apreçar pedidos sobre matéria administrativa interna que não sejam de atribuição da assessoria especial.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

2.1 Análise Processual e Pareceres Jurídicos

- Atuação concentrada na análise de processos de **Licitações e Contratos**, exigindo análise minuciosa de editais e anexos para aprovação, em cumprimento à Lei nº 14.133/21 (controle prévio de legalidade).
- Forte colaboração com as unidades para sanar dúvidas em licitações e contratações diretas.
- Atuação significativa na análise de minutas de **termos de convênio e termo de cooperação técnica**, garantindo a conformidade legal e princípios da administração pública, mesmo sem transferência de recursos.
- Informado que o sistema "digidoc" foi substituído pelo "sei" em 2026, o que proporcionará relatórios mais detalhados, mas a análise quantitativa ainda é incipiente. Dados estatísticos produzidos por ambos os sistemas foram anexados ao final do relatório.

2.2 Atendimentos técnicos e Consultorias Informais

- Não há sistema ou rotina estruturada para registro sistemático e quantificação de atendimentos, consultorias jurídicas informais e reuniões técnicas.
- A Assessoria está atuando de forma **remota desde 5 de setembro de 2025** devido à reforma da sala.

2.3 Participação em Comissões

- A AJAD participou ativamente em diversas comissões, incluindo: Reestruturação do Quadro de Cargos Comissionados, Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, Estruturação do Sistema de Avaliação de Desempenho (baseado em Gestão por Competência) e Comissão de estudo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- Atuação como gestora de contrato.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

- **Nome da Iniciativa:** Conhecendo e aplicando a nova LLCA Lei nº 14.133/2021.
- **Objeto Estratégico e Programa Vinculado (PEI MPMA 2021-2029):** Disseminar prática de governança e gestão orientadas para resultados e aprimorar a instrução e o fluxo dos processos administrativos.
- **Justificativa:** A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) trouxe novidades e desafios, exigindo capacitação contínua de agentes para sua correta interpretação e aplicação, visando garantir boas práticas em todos os setores envolvidos nas compras públicas do Órgão Ministerial.
- **Objetivo:** Conhecer novidades, alterações, pontos fundamentais e temas polêmicos da nova lei, especialmente planejamento prévio, instrução processual, contratação direta, processamento de licitações, gestão de contratos, e responsabilização de agentes. Busca-se regulamentar a lei conforme a realidade do órgão, monitorar entendimentos jurisprudenciais e implementar práticas administrativas eficientes.
- **Promoção do Objetivo Estratégico:** A interpretação e aplicação segura da Lei nº 14.133/21 são fundamentais para uma boa governança e gestão administrativa do Ministério Público do Maranhão, garantindo eficiência na execução orçamentária e, conseqüentemente, a prestação efetiva dos serviços à população (atividade fim).
- **Etapas (Ações) realizadas:**
 - Capacitação da equipe (cursos, congressos, etc.) sobre a nova lei e jurisprudência (Início: junho/2022 - Situação: Permanentemente).
 - Realização de rodadas de conversas com setores (mínimo de 4) para disseminação e fixação de conteúdo (Início: julho/2022 - Situação: Permanentemente).

- Produção de material didático (fluxogramas, tutoriais, manuais) para repositório de conhecimento (Início: setembro/2022 - Fim: novembro/2024).
- Realização de reuniões mensais com cada setor administrativo afeto à atividade para aprimoramento e atualização (Início: setembro/2022 - Fim: dezembro/2025).

4 AÇÕES DE MELHORIA

- **Aumento de Produtividade:**
 - Necessidade de ampliação do quadro técnico devido ao aumento da carga de trabalho.
 - Utilização de Inteligência Artificial (IA) com acesso amplo e ilimitado, e curso voltado à área jurídica.
- **Modernização Física do Setor:**
 - Melhoria das instalações (iluminação, climatização, acústica).
 - Aquisição de mobiliário ergonômico.
- **Organização e Otimização do Layout:**
 - Repensar o *layout* do setor para facilitar o fluxo de trabalho e a comunicação.
- **Formação Continuada:**
 - Programa permanente de capacitação focado em contratos de tecnologia da informação, obras e serviços terceirizados, gestão documental/pareceres jurídicos e a nova Lei nº 14.133/2021.
- **Aumento de Produtividade do Modelo de Trabalho em Home Office:**
 - Foco em documentar melhorias, adequações do ambiente remoto e incentivo à tecnologia para comunicação interna.
- **O Incentivo ao Uso de Tecnologia para Melhoria da Comunicação:**
 - Adoção de Plataformas de Comunicação Unificada (Meet, Teams e Microsoft) para comunicação síncrona e assíncrona.
 - Integração do Google Agenda para gestão transparente de projetos e tarefas, fortalecendo a *accountability*.

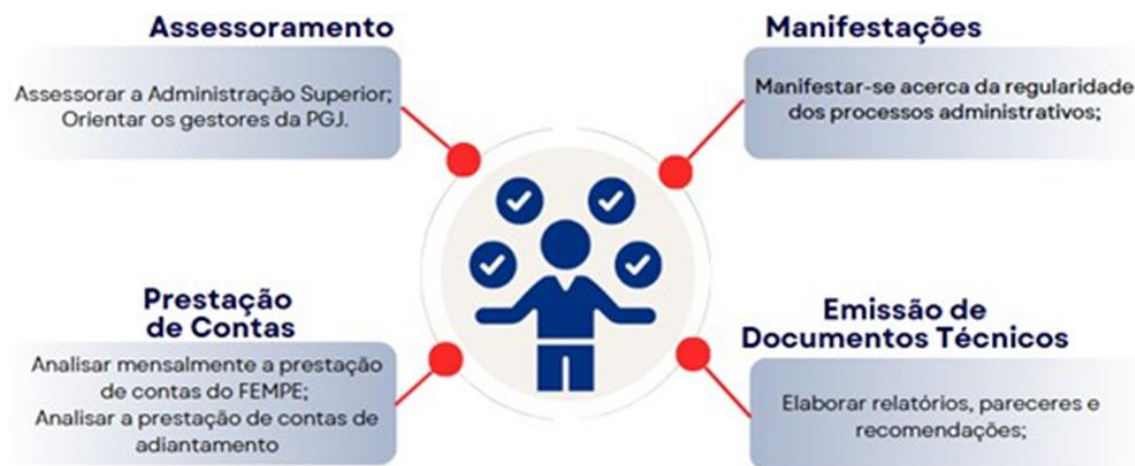
Assessoria Técnica da Administração (ASTECADEM)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Assessoria Técnica da Administração (ASTECADEM) é órgão auxiliar, subordinada à Diretoria-Geral, expressamente prevista no art. 61 do Ato Regulamentar nº 22/2020 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

Sua atribuição consiste em análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões, em conformidade com as normas regimentais e seu planejamento institucional. Além de assessorar a Administração Superior, outras competências são de grande relevância na gestão da instituição, podendo ser reunidas em quatro grandes grupos:

Figura 20 - Áreas de Atuação - ASSTECADEM



Fonte: ASSTECADEM/PGJ, 2025.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2024

Em 2025, a emissão de Pareceres Técnicos foi a principal atividade da ASSTECADEM. Foram emitidos pareceres sobre diversas matérias envolvendo aspectos da administração da Instituição, notadamente:

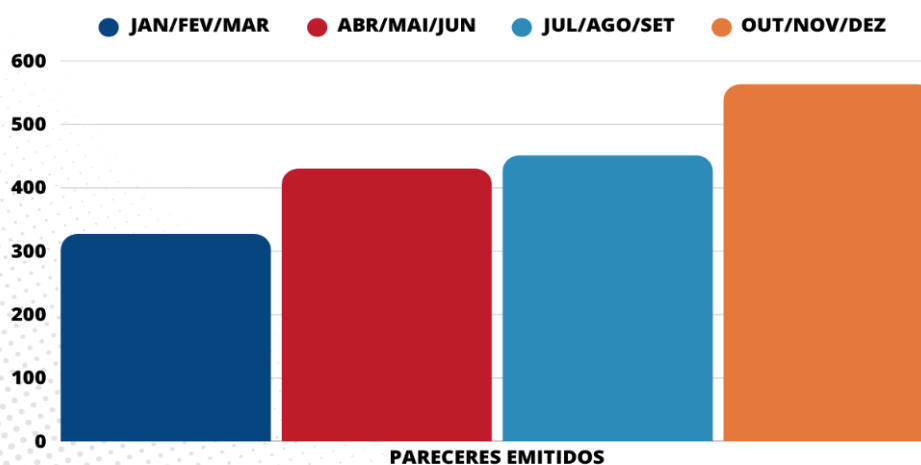
Figura 21 - Áreas de maior emissão de pareceres técnicos



Fonte: ASTECADM/PGJ, 2025

Apesar de possuir uma equipe reduzida, o setor mostrou-se resiliente e alcançou resultados expressivos. Em 2025 foram emitidos **1.771 (um mil, setecentos e setenta e um mil)** pareceres técnicos de matérias distintas.

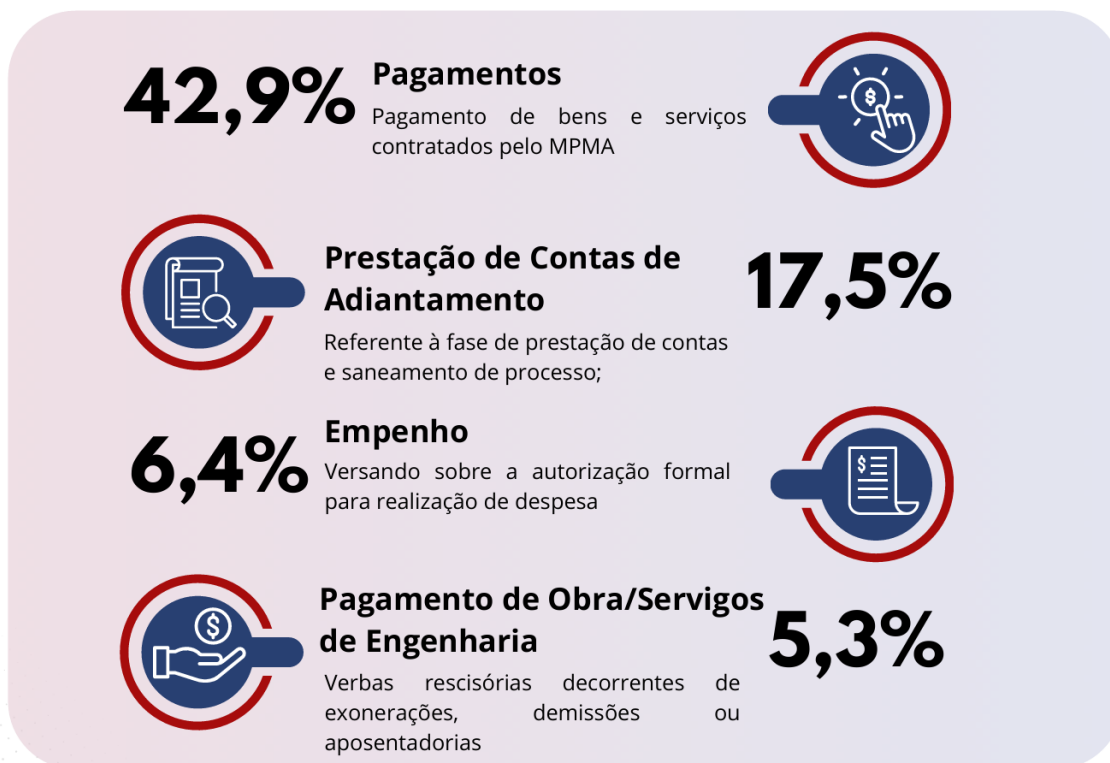
Gráfico 19 - Nº de pareceres por trimestre



Fonte: ASTECADM/PGJ, 2025

Algumas matérias tiveram maior incidência na análise realizada pela ASSTEC/ADM, constituindo grande parte da produção de pareceres do setor no ano de 2025:

Figura 22 - Destaques dos números

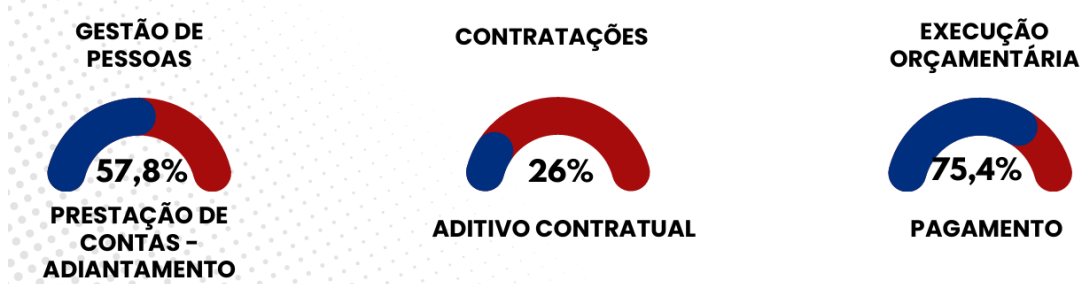


Fonte: ASSTEC/ADM/PGJ, 2025

Figura 23 - Percentual de Assuntos de maior demanda por grupo

ESTATÍSTICAS DE ASSUNTO POR GRUPO

Os dados obtidos revelaram que assunto de maior demanda em cada grupo foi:

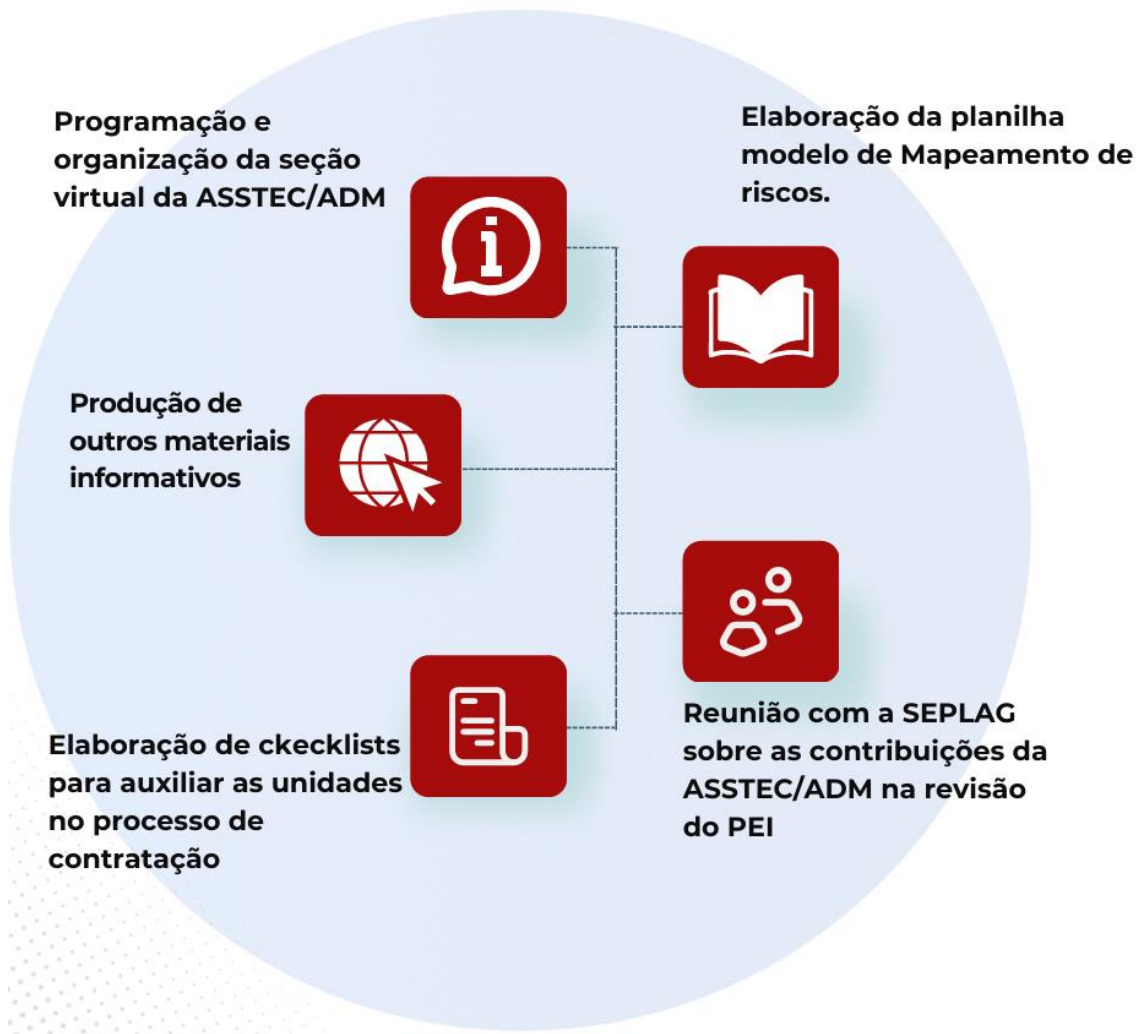


Fonte: ASSTEC/ADM/PGJ, 2025

No que tange a outras atividades executadas pela Assessoria Técnica da Administração, conforme OFC-ASSTEC/ADM - 32025 encaminhado à Diretoria-Geral,

as ações propostas para o período foram realizadas dentro do cronograma, notadamente:

Figura 24 - Outras atividades desenvolvidas pela ASTECADM



Fonte: ASTECADM/PGJ, 2025

2.1 Desafios enfrentados e medidas adotadas para a sua resolução

Neste exercício a Assessoria Técnica da Administração manteve-se bem estruturada, demonstrando o comprometimento e desempenho positivo de seus servidores. Há de se destacar que atualmente a ASTECADM é formada por número reduzido de servidores. Contudo, estes têm demonstrado resiliência e adaptabilidade.

No que se refere a outros desafios enfrentados, destaca-se a reincidência de pendências encontradas nos processos administrativos advindos das unidades. É que, sendo os pareceres técnicos opinativos, eventual constatação de inconformidades,

embora não tenha o condão de anular ou paralisar os procedimentos, denota necessidade de diligências para o correto andamento dos autos. As correções apontadas pela Assessoria Técnica buscam manter o processo administrativo hígido, transparente e em conformidade com a legislação.

Outro impasse diz respeito ao prazo de início de novas contratações ou prorrogações, conforme o art. 13 do ATOREG - 10/2013 - GPGJ. As unidades têm encaminhado os processos em um prazo exíguo, o que, com o volume de processos que ingressam na Assessoria Técnica da Administração, tornam o trabalho mais árduo e desafiador.

Embora essas questões intensifiquem o esforço dos servidores, com planejamento e definição de prioridades é possível dar correta vazão aos processos, garantindo que não haja prejuízos aos serviços.

A ASSTEC/ADM tem reforçado o diálogo com as demais unidades, além de promover materiais educativos e auxiliares, para que os procedimentos administrativos possam ser corretamente instaurados.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A Assessoria Técnica da Administração, composta por Analista e Assessora-Chefe, atualmente participa dos seguintes programas, comissões ou grupos de trabalho:

Quadro 3 – Participação em Programas, Comissões e Grupos de Trabalho

Programa, Comissão ou Grupo de Trabalho	Servidores Participantes
Comissão de Gestão Ambiental	Luanna Kerlys Moura Ferreira, Maria Emília Martins Silva
Comitês do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG_MA)	Luanna Kerlys Moura Ferreira
Comissão de Estudo da Lei nº 13.709/2018 - LGPD	Luanna Kerlys Moura Ferreira
Junta de Administração e Planejamento do Fundo Especial do Ministério Público - FEMPE	Luanna Kerlys Moura Ferreira
Comissão de Transição para a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021	Luanna Kerlys Moura Ferreira, Maria Emília Martins Silva
Comissão para análise da proposta de minuta de Manual de Normas, Procedimentos e Rotinas Administrativas para formalização, execução e prestação de contas dos Termos de Convênio e Cooperação Técnica	Luanna Kerlys Moura Ferreira
Comissão responsável por tratar da aplicação da Resolução CNMP nº 223/2020	Luanna Kerlys Moura Ferreira

Grupo de Gestores, responsável por acompanhar a entrega dos produtos/objetos da prestação de consultoria pela Fundação Getúlio Vargas	Luanna Kerlys Moura Ferreira
Comissão para a revisão da normatização dos procedimentos, reavaliação dos parâmetros de classificação, bem como dos critérios e da metodologia para cálculo e aplicação do regime de depreciação dos bens e imóveis do MPMA	Luanna Kerlys Moura Ferreira, Maria Emília Martins Silva
Grupo de Trabalho para implementação da Gestão de Riscos e Controles Internos	Albert Weyder Mousinho da Silva Jadiel Fernandes França

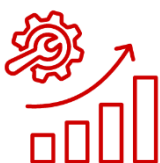
Fonte: ASTECADM/PGJ, 2025.

4 AÇÕES DE MELHORIA

Dentre as melhorias implementadas nesta gestão, é possível destacar:



Ampliação da metodologia de análise estatística dos pareceres técnicos, com acréscimo de novas variáveis, o que proporcionará aprofundamento das informações sob apreciação da Assessoria Técnica;



A Assessoria Técnica tem atuado proativamente no exercício de suas atribuições. Conhecida predominantemente por uma unidade reativa, tem buscado implementar iniciativa e assumir um papel mais ativo, dentro de sua área de atuação, notadamente;



Criou listas de verificação a serem utilizadas nas contratações. Essas listas de verificação servem para que as unidades tenham parâmetros a seguir, quando da deflagração do processo administrativo objetivando contratação de bens e serviços;



Tem trabalhado com outros setores diretivos, a fim de auxiliar outras unidades no protocolo e tramitação de processos, cujo objetivo principal é evitar retrabalhos desnecessários.

4.1 Outras Atividades

- **TUTORIAL SEI!**

Elaboração de tutorial sobre criação de processos e documentos na plataforma SEI!

- **LISTAS DE VERIFICAÇÃO**

Elaboração de Listas de verificação: Contratações em Geral, Inexigibilidade e Dispensa.

- **CARTILHA “CARTILHA INTRODUTÓRIA À GESTÃO DE RISCOS”**



A Cartilha Introdutória à Gestão de Riscos é uma introdução ao tema gerenciamento de riscos, abordando os pontos essenciais sobre perigos à consecução dos objetivos da instituição.

Traz as principais metodologias existentes e compatíveis com as práticas de gerenciamento de riscos de padrões internacionais e aplicáveis ao segmento público interno.

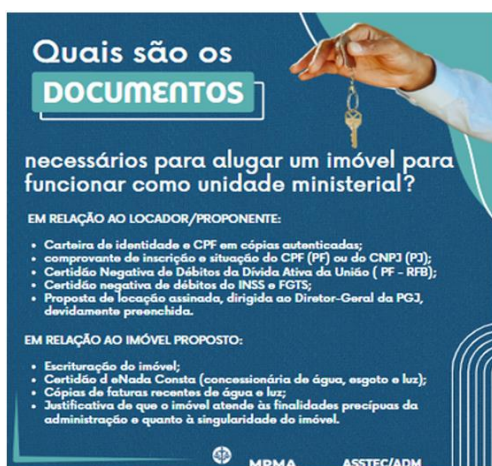
- **CARTILHA “ELABORAÇÃO DO GUIA PRÁTICO - PASSO A PASSO DA INSTRUÇÃO DE CONTRATAÇÕES NO MPMA”**



Elaboração do Guia Prático - Passo a Passo da Instrução de Contratações no MPMA aborda, clara e objetivamente as etapas de contratação, sobretudo planejamento pelas unidades gestoras.

O guia também traz aspectos de instrução processual de compras públicas no âmbito do MPMA em diferentes tipos de contratação.

- **CARDS INFORMATIVOS**



Cards institucionais informativos elaborados pela ASSTEC/ADM

MAPEAMENTO DE RISCOS									
UNIDADE: COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO									
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA									
OBJETIVO: PROVER SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA PARA OTIMIZAR A GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS DE TI									
RISCO	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			ANÁLISE DO RISCO			RESPOSTA AO RISCO		
	Fase	Evento	Consequência	Probabilidade da ocorrência	Impacto	Nível de aceitação do risco	Ações preventivas	Ações contingenciais	Responsável
				BAIXA = 1 MÉDIA = 2 ALTA = 3	BAIXO = 1 MÉDIO = 2 ALTO = 3	ACEITÁVEL = 1 Média Aceitável: menor ou igual 4 Inaceitável: maior que 4			
R01	Certame	Licitação Fracassada - Inabilitação dos licitantes	Abertura de prazo para adequação da documentação (ME/EPP) ou realização de novo certame	2	2	Média Aceitação	Realização do certame até 30 dias antes do vencimento do contrato, a fim de garantir que, caso seja necessário realizar novo certame, haverá tempo hábil para tanto	Contrato emergencial com o atual prestadora de serviços, através de dispensa de licitação (art. 75, VIII, Lei 14.132/21)	
R02	Planejamento	Descrição insuficiente das obrigações do contratado	Problemas na execução do contrato, com consequente ineficiência do serviço, ocasionando problemas no decorrer do ano. Como se trata de prestação de serviços contínuos, os problemas podem repercutir por até 5 anos ou ocasionar a realização de novo certame, dispendendo tempo da Administração	1	1	Aceitável	Realizá-se de toda a termo de referência, atentando, principalmente, para os problemas ocorridos nos últimos 5 anos	Realização de novo certame no prazo de 1 ano	
R03	Planejamento	Curto espaço de tempo para a execução do procedimento licitatório	Interrupção da prestação de serviço de internet	2	2	Média Aceitação	Início imediato da fase interna do procedimento licitatório, com prazo até 31/01 para sua formalização	Contrato Emergencial com o atual prestadora de serviços, através de dispensa de licitação (art. 75, VIII, Lei 14.132/21)	
R04	Planejamento	Estimativa de preço longe da realidade	Frustração ou desistência do certame/contrato superestimado	3	3	Inaceitável	Cotação com fornecedores locais	Realização de novo certame, no caso de frustração ou desistência.	
R05	Planejamento	Inexistência de outras empresas para fornecer orçamento local	Impossibilidade de finalizar a fase interna do procedimento licitatório	0	0	Aceitável	Certificar e justificar no procedimento licitatório a tentativa de cotação com outras empresas locais, bem como da impossibilidade de empresas fora do Município prestarem o serviço	Contrato Emergencial com o atual prestadora de serviços, através de dispensa de licitação (art. 75, VIII, Lei 14.132/21)	
R06	Planejamento	Clausulas de penalidades genéricas	Aplicação de penalidades Ineficazes ou até impossibilidade de penalidade a depender do contexto físico	0	0	Aceitável	Melhor definição das hipóteses de aplicação de penalidades no termo de referência	Realização de novo certame no prazo de 1 ano	

Matriz de Mapeamento de Riscos – Contratação de Suprimentos de Informática

Para o ano de 2025, a ASSTEC/ADM se propõe a empenhar esforços para melhor executar suas atribuições funcionais, de modo que possa, de fato, ser uma Unidade atuante e contributiva para a Administração. Para tanto, pretende-se desenvolver como principais frentes de trabalho:



Promoção de materiais informativos para membros e servidores, sobre processos administrativos dos quais a ASSTEC/ADM participe;



Participação em cursos e capacitações para aperfeiçoar habilidades que contribuam para suas competências profissionais;



Proposição de cronograma de atividades de capacitação e treinamento aos servidores da unidade;



Redução no tempo médio de tramitação dos processos, por meio da otimização das atividades do setor.

Coordenadoria da Folha de Pagamento (CFP)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

Conforme ATOREG – 222020 (DEMP nº 104, de 09/06/2020), Art. 65, as atribuições regimentais da Coordenadoria de Folha de Pagamento são as seguintes:

I – processar folha de pagamento dos ativos, estagiários e exonerados;

II – gerenciar no sistema de folha:

- a) lançamentos de vantagens;*
- b) lançamentos de descontos;*
- c) a impressão e distribuição dos contracheques de ativos e dos beneficiários de pensão alimentícia;*
- d) processamento de arquivos do PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;*
- e) convênios sob sua responsabilidade.*

III – programar:

- a) o sistema da folha de acordo com a legislação própria;*
- b) a inclusão na folha das indenizações fixadas judicialmente*

IV - acompanhar o processamento e promover retificações para eventuais ajustes;

V - promover apoio aos setores administrativos, com estatísticas, previsão orçamentária e relatórios de impacto;

VI – efetuar críticas da folha;

VII - gerar relatórios:

- f) para processo de empenho da folha;*
- g) de ordem bancária e mídias com arquivos eletrônicos para pagamento.*

VIII – gerar e enviar GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social;

IX - conferir o cálculo e despachar processos de diárias;

X– gerar:

- a) DIRF – Declaração de Imposto Retido na Fonte, encaminhando-a à Receita Federal;*
- b) demonstrativos individuais de Imposto de Renda Retido na Fonte, para fins de declaração anual de imposto de renda pessoa física;*
- c) RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais, encaminhando-o ao Ministério da Previdência Social;*

XI – fazer a análise e despacho de processos;

XII - exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Coordenadoria.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

- Elaboração do Calendário de Pagamento do exercício;
- Geração de Informações para LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício, referente às despesas com pessoal;
- Lançamentos em folha de pagamento, conforme atos, portarias e documentos enviados pelo sistema de protocolo (Digidoc s SEI);
- Processamento de todas as Folhas de Pagamento da instituição;
- Geração de DIRF e RAIS do exercício anterior;
- Elaboração da planilha FUNBEN, conforme regimento desse órgão;
- Programação do Sistema da Folha, conforme legislação;
- Envio de informações para os relatórios de gestão fiscal por quadrimestre;
- Realização de instrução processual, com cálculos e informações;
- Melhorias e otimizações da Tabela de Rubricas para o e-Social.
- Geração dos eventos s1200 – Servidores Regime Geral de Previdência, s1202 – Servidores Regime Próprio de Previdência e s1210 – Pagamento da Folha para o e-Social.
- Geração de Folha de Pagamento de Auxílio-Saúde de Inativos contemplando servidores aposentados e pensionistas de membros e servidores.
- Geração de Folha de Pagamento de estagiários.
- Geração de Folha de Pagamento de Policiais da Reserva
- Geração de Folha de Pagamento de ATS retroativo a inativos.
- Geração de Folha de Pagamento de ACERVO retroativo a membros.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

3.1 Contratação de Consultoria e-Social,

Para acompanhamento, alinhamento e continuidade da implantação para o alcance da Conformidade Tributária – Trabalhista (*Compliance*) e ao cumprimento das disposições contidas na legislação atual, especialmente na geração e transmissão do arquivo digital *eSocial* (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) e Outras Informações Fiscais), dada a necessidade de alinhamento e identificação de eventuais inconformidades.

Figura 25 – Contratação consultoria e Social

Compras.gov.br

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO | 925129

Planejamento e Gerenciamento de Contratações

Nesta tela as áreas requisitantes poderão elaborar os Documentos de Formalização de Demandas - DFDs que fundamentam o plano de contratações anual, evidenciam e detalham as necessidades de contratação.

Elaboração de DFDs → Consolidação das demandas → Formação do PCA → Aprovação do PCA

Filtro

PCA

Termo a ser pesquisado

PCA 2025 - Em elaboração

Meus DFDs (1) DFDs da minha UASG Lixeira

DFD	UASG do DFD	Área requisitante	Descrição sucinta do objeto	Valor da contratação	Situação	Ações
359/2024	925129	COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAM.	Consultoria relacionada à continuidade da im.	R\$ 302.244,00	VINCULADO A CONTRATAÇÃO	

Fonte: CFP/PGJ, 2025.

Tais serviços estão alinhados com o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029, e com o Mapa Estratégico Institucional 2021-2029, com o Eixo "PROCESSOS INTEGRADORES", ação "Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados".

4 AÇÕES DE MELHORIA

- Otimização dos lançamentos em folha, com padronizações de planilhas junto ao RH, para fazer lançamentos em massa de forma rápida, precisa e mais eficiente;
- Otimização dos lançamentos e controle das consignações em folha, com padronizações e utilizações de planilhas junto às instituições;
- Otimização da geração de Carta Margem, com sistema próprio e maior controle;

Figura 26 – Sistema de Carta Margem

Carta Margem

Nome: JOSE WALTER GONCALVES SILVA JUNIOR - 1070162 - Analista Ministerial

Matrícula: 1070162

Ano Base: 2024

Mes Base: 12

Buscar Informações

Informações:

MATR	NOME	CPF	CATEG	CARGO	LOTACAO	MARGEM	CONSIGNADA	LIVRE
1070162	JOSE WALTER GONCALVES SILVA JUNIOR	72476141372	Efetivo	ANALISTA MINISTERIAL	COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO	9778,76	6603,01	3175,75

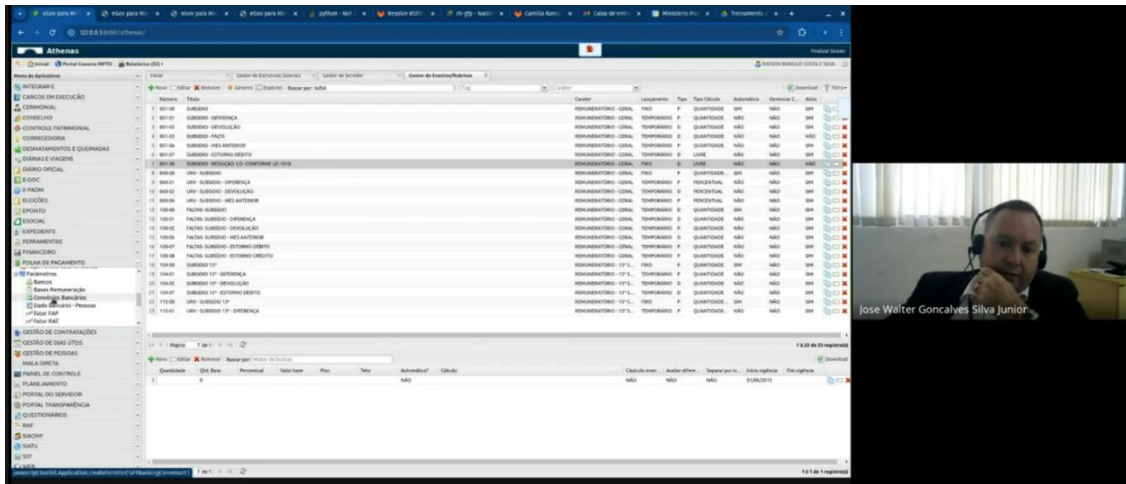
Empréstimos Ativos:

Verba	Nome	contrato	Início	Fim	Valor
518	CEF Empréstimo	09.0027.110.0630303/04	01/11/2021	31/10/2031	1968,11

Fonte: CFP/PGJ, 2025.

- Implantação do sistema Athenas – RH e Folha de Pagamento, do MPTO;

Figura 27 – Reunião – Sistema Athenas



Fonte: CFP/PGJ, 2025.

- Melhorias e otimizações no portal da transparência, conforme recomendação do CNMP e em alinhamento com o Planejamento.

Figura 28 – Portal da Transparência com novas opções de exportação e filtros

Ministério Público do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça
Coordenadoria de Folha de Pagamento

Folha de Pagamento On line
Acesso à Informação
Folha de Pagamento MEMBROS ATIVOS: Ano:2024 Mês: 12
Fonte da Informação: Sistema de Folha de Pagamento - PGJ/MA; Data da última atualização: 05/12/2024.
Ordene a tabela a seguir, clicando nas colunas;
Baixe a tabela a seguir: [Clique Aqui](#), para BROffice ou LibreOffice, ou utilize um dos botões a seguir, para baixar no formato desejado.
Copiar CSV Excel Imprimir
Mostrar 50 registros
Buscar (busca em qualquer coluna, digite qualquer expressão desejada):

Matricula	Nome	Cargo	Lotação	RENDIMENTOS					
				REMUNERAÇÃO BÁSICA		REMUNERAÇÃO EVENTUAL OU TEMPORÁRIA			
				Remuneração do Cargo Efetivo ¹	Outras Verbas Remuneratórias, Legais ou Judiciais ²	Função de Confiança ou Cargo em Comissão ³	Gratificação Natalina ⁴	Férias (terço constitucional) ⁵	Abono de Permanência ⁶
1070738	AARAO CARLOS LIMA CASTRO	Promotor de Justiça de Ent. Intermediária	01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lago da Pedra	35.845,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
591537	ABEL JOSE RODRIGUES NETO	Promotor de Justiça de Ent. Final	17ª Promotoria de Justiça Cível do Termo Judiciário de São Luis - (12ª Promotoria de Justiça de Família)	37.731,80	4.414,35	0,00	0,00	0,00	7.819,49

Fonte: CFP/PGJ, 2025.

Coordenadoria de Administração (CAD)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A **Coordenadoria de Administração (CAD)** da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) tem como atividades prioritárias o *planejamento, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle* de materiais de consumo e permanente, além do registro, cadastramento e alienação de bens. A CAD é composta por três seções:

- **Seção de Patrimônio:** Encarregada do controle de bens de natureza permanente (móveis e imóveis). Suas competências incluem cadastramento, registro, tombamento, controle de movimentação, elaboração de Termos de Responsabilidade, realização de inventários e instrução de processos de baixa, alienação ou desfazimento de bens inservíveis.
- **Seção de Material:** Incumbida de gerir os materiais de consumo (itens que se desgastam ou se extinguem, como papel, toners, produtos de limpeza). Assegura o abastecimento regular e eficiente das unidades.
- **Seção de Compras:** Responsável por *planejar, organizar e conduzir os processos de aquisição* de materiais de consumo e bens permanentes, garantindo um processo planejado, transparente e eficiente, em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS 2025

2.1 Gestão Patrimonial

- **Materiais Permanentes (2025):**
 - Foram **1.124 itens** solicitados e registrados no sistema **GESP-Patrimônio**.
 - O número de itens atendidos foi de **1.087**.
 - Os materiais incluem: condicionadores de ar, cadeiras, estações de trabalho, gaveteiros, armários, telefones, bebedouros, purificadores de água, fragmentadoras, cafeteiras, fornos micro-ondas, geladeiras, TV's, microfones e câmeras.
 - Houve a mobilização de novas unidades, como a **Promotoria de Justiça Distrital da Zona Rural e 03 Gabinetes de Procuradores de Justiça**.

- Em procedimentos de alienação (doações e inutilizações) de bens com vida útil expirada, foram deflagrados **32 processos administrativos**, resultando na baixa de **827 itens** e beneficiando **16 Instituições** públicas e filantrópicas.

Gráfico 20 - Comparação de processos de inutilização e doação



Fonte: CAD/PGJ, 2025.

- Os procedimentos mencionados acima, envidou esforços das COMISSÕES DE AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS desta Procuradoria Geral de Justiça-PGJ e das Promotorias de Justiça do interior do Estado, contribuindo para melhorar as estruturas das instituições donatárias, objetivando colaborar com os seus fins sociais, além do fato da PGJ, desonerar-se dos gastos decorrentes da utilização de espaço, recursos humanos e material para manutenção dos aludidos bens.

2.1.1 Imóveis próprios:

- A PGJ possui atualmente **69 Imóveis Próprios/sedes**, sendo **51 regulares** e **18 pendentes de averbação**.
- Há **17 terrenos** doados (condicional ou definitiva) para construções de novas sedes.
- Os terrenos de **Cururupu** e **Pastos Bons** foram convertidos de "Terreno" para "Edificação" e incorporados aos imóveis próprios.
- Foram recebidas doações de terrenos em **Passagem Franca**, **Riachão** e **Tutoia**.

2.1.2 Imóveis afetados e cedidos:

- Por meio da Lei Estadual nº 11.266/2021, **09 imóveis** que eram cedidos foram afetados ao Ministério Público do Maranhão (Ex.: Anajatuba, Bacabal, Balsas, Loreto, Pedreiras, Porto Franco, São João Batista, Sede PGJ Nova (Calhau) e Urbano Santos).
- Existem outros **11 Imóveis Cedidos** (Ex.: 24ª Especializada Defesa da Mulher, 33ª/34ª/37ª Promotorias Infância e Juventude, Barra do Corda, Codó, Distrital Divineia, Distrital Zona Rural, etc.).
- Houve a inclusão da **Promotoria Distrital Zona Rural** nos imóveis cedidos e a devolução dos imóveis da **Rua da Estrela e São José de Ribamar**.

2.2 Seção de material

2.2.1 Gestão de material de consumo

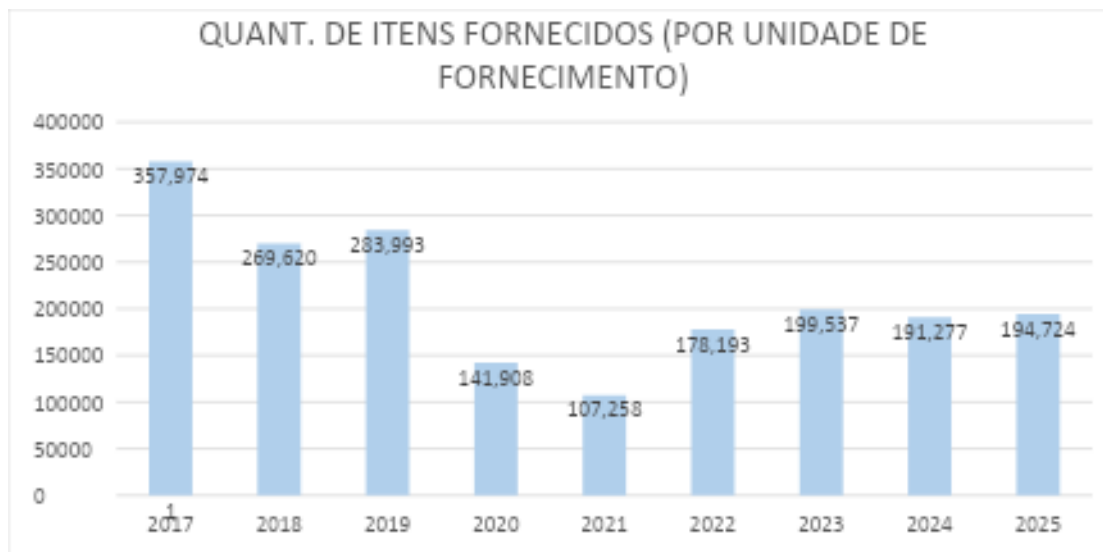
- As atividades em 2025 incluíram: elaboração da previsão anual de compras, solicitação de empenhos, fiscalização de contratos, recebimento e conferência de materiais, armazenamento adequado e fornecimento por meio do sistema **GESP-Materiais** (incluindo envio pelos Correios para unidades do interior).
- Foram registradas **3.682 requisições** de materiais nos almoxarifados (Central – Monte Castelo e PGJ).
- Dessas requisições, foram fornecidas **194.724 unidades** de itens.
- O relatório apresenta um histórico anual de pedidos e itens fornecidos, onde 2025 registrou **3.682 pedidos** e **194.724 itens fornecidos**.

Tabela 40 – Atendimentos de materiais de consumo

Ano	Quantidade de pedidos	Quantidade de itens fornecidos (por unidade de fornecimento)
2017	2.417	357.974
2018	3.370	269.620
2019	3.633	283.993
2020	2.707	141.908
2021	2.753	107.258
2022	3.004	178.193
2023	3.096	199.537
2024	3.770	191.277
2025	3.682	194.724

Fonte: GESP/PGJ, 2025.

Gráfico 21 - Atendimentos de materiais de consumo



Fonte: GESP/PGJ, 2025.

2.2.2 Novo Modelo de Gestão – Almojarifado Virtual

- Em 2025, a CAD iniciou estudos para a implantação do modelo de **Almojarifado Virtual**, visando maior celeridade, eficiência e racionalização dos procedimentos de aquisição.
- Está em curso a tratativa para adesão à Ata de Registro de Preços do Tribunal de Justiça do Maranhão.
- A implantação do modelo está prevista para o ano de **2026**.
- O Setor de Almojarifado está reduzindo as solicitações de compras de material de consumo, mantendo os níveis de estoque mais baixos em função dessa futura implantação.

2.3 Seção de Compras

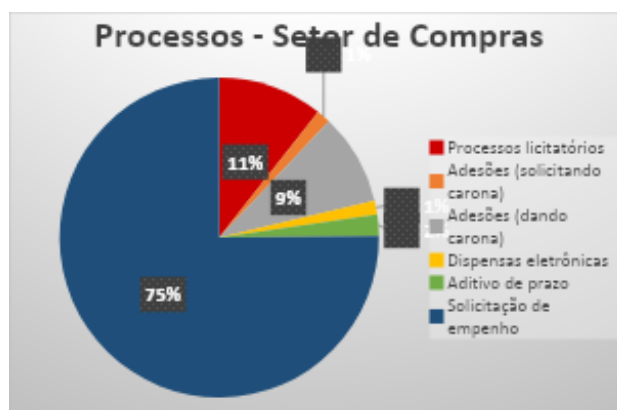
- **Total de Processos de Compras (2025):**
 - Foram deflagrados **141 processos de compras** no período.

Tabela 41 – Total de processos de Compras

PROCESSOS	QUANT.
Processos licitatórios	15
Adesões (solicitando carona)	02
Adesões (dando carona)	13
Dispensas eletrônicas	02
Inexigibilidade	00
Aditivo de prazo	03
Solicitação de empenho	106
TOTAL	141

Fonte: CAD/PGJ, 2025.

Gráfico 22 – Distribuição dos Processos -2025



Fonte: CAD/PGJ, 2025.

- A Seção de Compras baseia-se na Lei nº **14.133/2021** (Nova Lei de Licitações) e em atos regulamentares (ATOREG 47/2021, ATOREG 44/2021, ATOREG nº 10/2023).
- A CAD utiliza a ferramenta **QLIK SENSE** (<https://qlik-core.mpma.mp.br/>) para consultas processuais de empenho.
- A Coordenadoria mantém as obrigações de alimentação de pagamentos no sistema **CONTRATOS.GOV**.

2.3.1 Lançamentos de todas as notas fiscais no GESP pela CAD em 2025

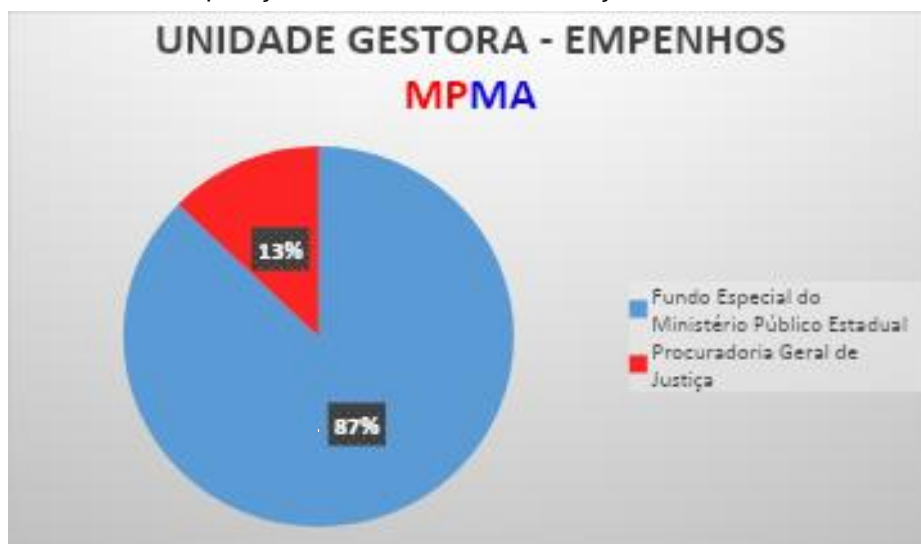
Tabela 42 – Unidade Gestora

LANÇAMENTOS DE NOTAS FISCAIS MPMA EM 2025				
ANO	UNIDADE GESTORA	PERMANENTE	CONSUMO	VALOR
RESTOS A PAGAR	Fundo Especial do Ministério Público Estadual	R\$ 1.977.994,13	R\$ 102.053,32	R\$ 2.080.047,45
	Procuradoria Geral de Justiça	R\$ 0,00	R\$ 361.215,57	R\$ 361.215,57
2025	Fundo Especial do Ministério Público Estadual	R\$ 9.041.870,32	R\$ 16.797,58	R\$ 9.058.667,90
	Procuradoria Geral de Justiça	R\$ 34.255,00	R\$ 1.236.166,50	R\$ 1.270.421,50
	TOTAL			R\$ 12.770.352,42

Fonte: CAD/PGJ, 2025.

No período analisado, constatou-se o valor total de notas fiscais de R\$ 12.770.352,42 lançadas no GESP, sendo R\$ 2.441.263,02 de compras inscritas em Restos a Pagar, remanescentes de 2024, lançadas em 2025, e R\$ 10.329.089,40 de compras iniciadas no período de 2025. Adicionalmente, destacamos que R\$ 2.403.870,27 dessas compras finalizadas foram iniciadas pela CAD para o abastecimento de estoque e atendimento de pedidos.

Gráfico 23 - Comparação dos valores de notas lançadas no GESP



Fonte: CAD/PGJ, 2025.

2.3.2 Lançamentos de todas as notas fiscais - material permanente

Tabela 43 – Aquisições de Materiais permanentes lançados no GESP (2025 e RAP 2024)

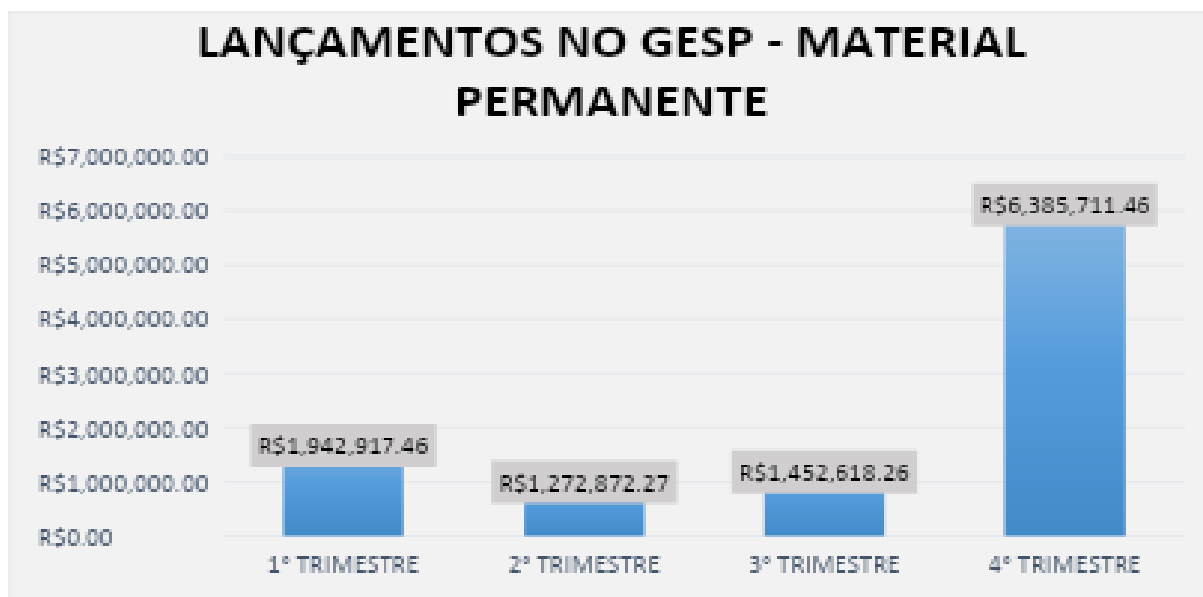
CATEGORIA	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre	TOTAIS (R\$)
Equip. Áudio, vídeo, foto e comunicação	8.532,00	874.788,83	166.714,18	43.145,56	1.093.180,57
Informática	0,00	173.676,67	146.961,63	3.967.948,00	4.288.586,30
Eletrrodomésticos	12.778,26	750,00	7.998,52	21.056,41	42.583,19
Mobiliário	159.531,00	188.415,00	258.191,00	537.832,50	1.143.969,50
Veículos	1.575.000,00	0,00	675.000,00	1.798.400,00	4.048.400,00
Diversos	420,00	11.645,00	34.706,25	5.805,00	52.576,25
Climatização	186.656,20	23.596,77	163.046,68	11.523,99	384.823,64
TOTAIS (R\$)	1.942.917,46	1.272.872,27	1.452.618,26	6.385.711,46	11.054.119,45

Fonte: GESP/PGJ, 2025.

Nesse Período foram empregados para a aquisição de material permanente recursos no montante de **R\$ 11.054.119,45** (Onze milhões, cinquenta e quatro mil, cento e dezenove reais e quarenta e cinco centavos) dos quais **R\$ 1.696.263,76** (Um milhão, Seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta e seis

centavos) foram adquiridos pela CAD, com vistas à manutenção dos estoques e ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral.

Gráfico 24 - Lançamentos de materiais permanentes no GESP



Fonte: GESP/PGJ, 2025.

2.3.3 Lançamentos no GESP - material de consumo

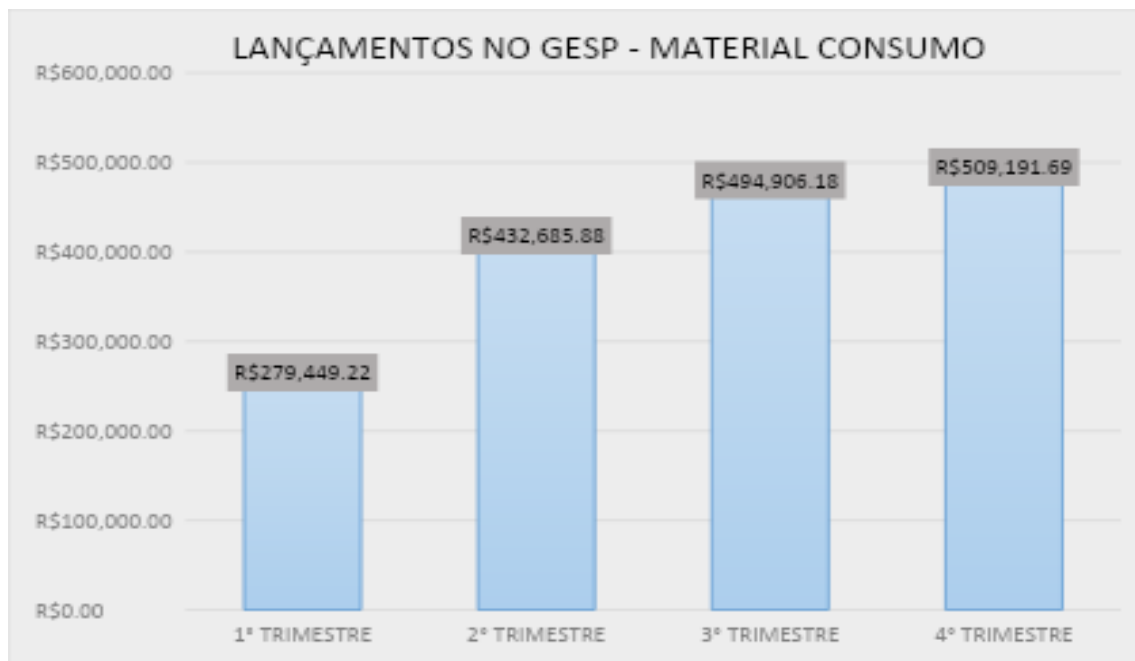
Tabela 44 – Aquisições de Materiais de Consumo lançados no GESP (2025 e RAP 2024)

Trimestre	Consumo e expediente	Materiais gráficos	Gêneros alimentícios	Medicamentos e materiais hospitalares	TOTAIS
1º	R\$ 56.762,36	R\$ 199.725,00	R\$ 00,00	R\$ 22.961,86	R\$ 279.449,22
2º	R\$ 275.870,88	R\$ 41.815,00	R\$ 115.000,00	R\$ 00,00	R\$ 432.685,88
3º	R\$ 441.198,70	R\$ 42.000,00	R\$ 00,00	R\$ 11.707,48	R\$ 494.906,18
4º	R\$ 247.805,83	R\$ 261.385,86	R\$ 00,00	R\$ 00,00	R\$ 509.191,69
TOTAIS	R\$ 1.021.637,77	R\$ 544.925,86	R\$ 115.000,00	R\$ 34.669,34	R\$ 1.716.232,97

Fonte: GESP/PGJ, 2025.

No ano de 2025, foram empregados para a aquisição de material de consumo recursos no montante de R\$ 1.716.232,97 (Um milhão, setecentos e dezesseis mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos) dos quais R\$ 707.606,51 (Setecentos e sete mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e um centavos) foram adquiridos pela CAD, com vistas à manutenção dos estoques e ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior.

Gráfico 25 – Lançamentos de materiais de consumo no GESP



Fonte: CAD/PGJ, 2025.

2.3.4 Solicitações de empenhos da CAD 2025 - material permanente, consumo e serviço

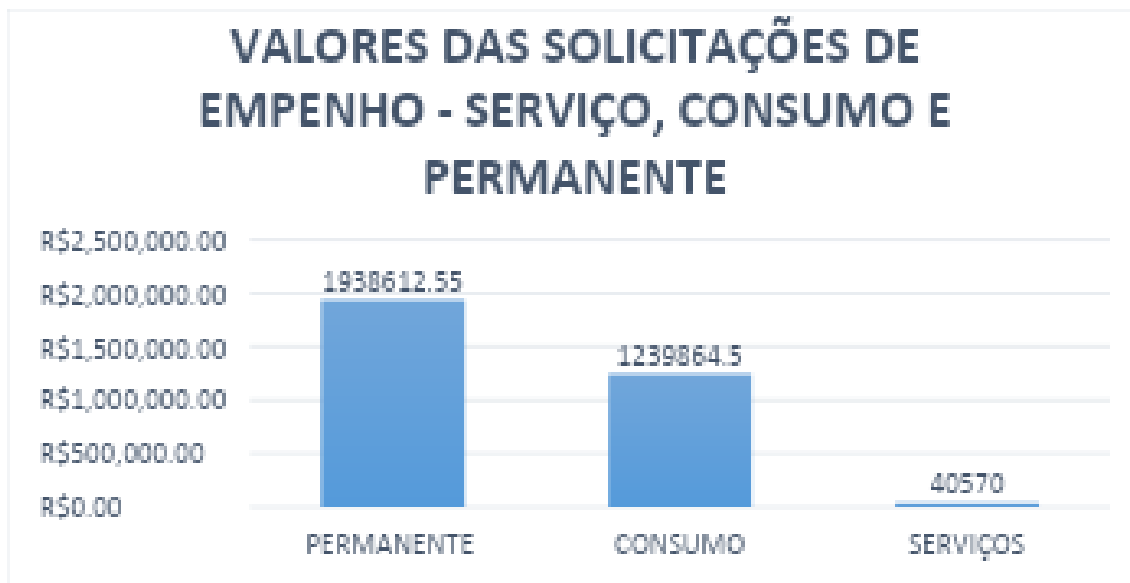
Em 2025, a Coordenadoria de Administração (CAD) solicitou um total de **106 empenhos**, totalizando **R\$ 3.219.047,05**, distribuídos por natureza da seguinte forma:

- **Permanente:** 48 empenhos, no valor de **R\$ 1.938.612,55**.
- **Consumo:** 56 empenhos, no valor de **R\$ 1.239.864,50**.
- **Serviço:** 2 empenhos, no valor de **R\$ 40.570,00**.

Houve uma redução planejada nas solicitações de compras de material de consumo, mantendo os estoques em níveis controlados. Esta medida foi adotada em função da expectativa de adesão à Ata de Registro de Preços do Tribunal de Justiça do Maranhão (Almoxarifado Virtual), visando a racionalização dos recursos e evitando a formação de excedentes.

A diminuição observada no valor de aquisições de materiais de consumo é um reflexo direto da estratégia de gestão e do compromisso com a eficiência e modernização administrativa.

Gráfico 26 – Comparação dos valores dos processos de solicitações de empenhos



Fonte: CAD/PGJ, 2025.

2.3.5 Coordenadoria de Administração (CAD) – Alimentação do Sistema Contratos Gov

A **Coordenadoria de Administração (CAD)** dedicou-se, durante o exercício de 2025, a alimentar continuamente o **Sistema Contratos Gov** com o lançamento de notas fiscais e empenhos referentes à execução contratual.

- **Objetivos e Benefícios:**

- **Conformidade Legal e Transparência:** A iniciativa buscou assegurar a conformidade com a **Ordem de Serviço GPGJ nº 5/2023** e fortalecer os mecanismos de **transparência institucional** e **prestação de contas** à sociedade.
- **Confiabilidade e Governança:** A atualização correta e tempestiva dos dados garante maior confiabilidade às informações no **Portal da Transparência** e em relatórios oficiais do Ministério Público do Maranhão.
- **Gestão e Prevenção:** Isso contribui para o cumprimento das **obrigações legais**, a **prevenção de inconsistências** em auditorias e fiscalizações, e o **aperfeiçoamento da gestão administrativa**.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A principal iniciativa destacada é a continuidade das tratativas para a implementação do modelo de **Almoxarifado Virtual**, por determinação da Diretoria-Geral da PGJ.

- **Status:** Encontra-se em fase final de adesão à Ata de Registro de Preços nº 10/2024 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).
- **Objetivo:** Buscar **economicidade e eficiência administrativa** por meio do *outsourcing* dos serviços especializados em gestão de almoxarifado, aproveitando o processo licitatório prévio do TJMA.
- **Benefícios Esperados:** Modernização da gestão de suprimentos, controle mais rigoroso de estoques, redução de desperdícios e maior agilidade logística.
- **Alinhamento Estratégico:** A implementação visa fortalecer a governança institucional e aprimorar processos internos, permitindo que as equipes se concentrem nas atividades finalísticas do Ministério Público.

4 AÇÕES DE MELHORIA

4.1 Melhoria no Sistema GESP – Lançamentos de Empenhos e Notas Fiscais

Em cumprimento à Ordem de Serviço GPGJ nº 12, a CAD implementou melhorias no Sistema GESP para otimizar a gestão de informações e garantir maior confiabilidade e eficiência, que já se encontram em uso:

- **Integração Documental:** Inclusão da funcionalidade para anexação eletrônica de empenhos e notas fiscais diretamente no sistema, promovendo maior transparência e rastreabilidade.
- **Racionalização de Registros Patrimoniais:** Desenvolvimento de mecanismo que permite o reaproveitamento de números de tombs anteriormente invalidados por inconsistências de lançamento.
- **Aprimoramento de Relatórios Gerenciais:** Correção de inconsistências relativas ao número do processo nos relatórios de bens adquiridos, assegurando a fidedignidade das informações.

4.2 Implementação de Melhoria no Sistema GESP – Controle de Atendimento de Água 20L

Foi iniciado o processo de aprimoramento do GESP-Materiais para registrar e controlar os pedidos de água mineral em garrações de 20 litros destinados às Promotorias de Justiça do Interior.

- **Contexto:** O item passou a ser fornecido diretamente pela PGJ, e o sistema GESP-Materiais não possuía compatibilidade com o formato específico desse abastecimento (os pedidos eram inicialmente controlados por e-mail e planilha).

- **Status:** Os ajustes no GESP-Materiais estão em fase de testes, com previsão de implantação definitiva após a validação técnica e operacional.

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

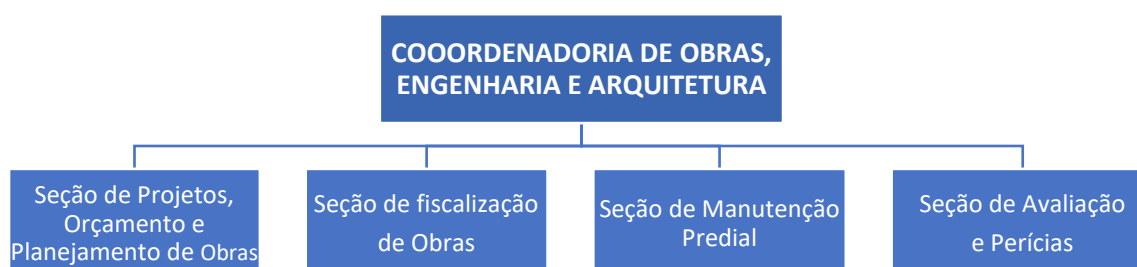
1 ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS

A Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) tem suas atribuições elencadas no artigo 68 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, que incluem coordenar atividades de:

- Elaboração de projetos de engenharia (arquitetônicos e complementares).
- Administração e manutenção prediais e execução de obras.
- Elaboração de anteprojeto, projeto básico, executivo e termo de referência para construção, reforma, ampliação ou adaptação de bem imóvel.
- Inspeções periódicas nos prédios do Ministério Público e promoção de medidas de instalação, manutenção e reparo.
- Avaliação de imóvel e perícia de engenharia.
- Gestão de contratos de execução de obras e/ou serviços de engenharia.
- Acompanhamento e fiscalização da execução de serviços contratados na sua área.

Para cumprir estas atribuições, a COEA é subdividida em quatro setores: Seção de Projetos, Orçamento e Planejamento de Obras, Seção de Fiscalização de Obras, Seção de Manutenção Predial e Seção de Avaliação e Perícia de Engenharia.

Figura 29 - Organograma COEA



Fonte: COEA/PGJ, 2025.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

As principais ações realizadas em 2025 foram:

- Implementação de rotina de reuniões internas (Coordenação e Seções) para gestão, identificação de atividades acumuladas, melhoria de processos e aumento de produtividade.

- Racionalização de projetos de engenharia, como o da nova sede das Promotorias de Pedreiras, resultando em uma redução de aproximadamente **R\$1,5 milhão** do custo total, um padrão a ser replicado em futuras sedes (Pinheiro, Balsas, Bacabal).
- Desenvolvimento de estudos em sistemas fotovoltaicos para otimizar o *pay back* e instalação de novos parques fotovoltaicos para redução do consumo de energia.
- Implementação do aplicativo “**TÁ NA MÃO**” para gerenciamento de requisições, emissões e acompanhamento de Ordens de Serviço (OS) em manutenção de obras civis e climatização.
- Rotina semanal de reuniões com as Contratadas para acompanhamento e fiscalização de OS.
- Incorporação da gestão dos Contratos de Elevadores/Plataformas, Climatização e Geradores de energia (anteriormente sob a Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG).
- Elaboração de Estudo para auxiliar a CSG na contratação de aquisição de materiais de construção para manutenções corretivas.

3 AÇÕES FUTURAS

As ações futuras planejadas incluem:

- Elaboração de Estudo para auxiliar a CSG nos contratos de locação de imóvel no formato **BTS (Built-to-Suit)** com inclusão de manutenção predial para diminuição de gastos.
- Implementação da **metodologia BIM** em todos os projetos da COEA, visando redução de custos, maior controle de processos, aumento da produtividade, auxílio na redução de impacto ambiental, e potencialização do trabalho em equipe.

4 PROJETOS DESENVOLVIDOS

Projetos já desenvolvidos:

- Nova sede das Promotorias de Justiça de Arari.
- Nova sede das Promotorias de Justiça de Pedreiras.
- Remanescente da obra paralisada da nova sede das Promotorias de Bacuri.

5 PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Projetos atualmente em desenvolvimento:

- Nova sede das Promotorias de Justiça de Timon.
- Distrital da Cidade Operária (a ser instalada na área da UEMA).
- Nova sede do MPMA no prédio dos Correios da Praça João Lisboa, com layout prévio a ser apresentado ao IPHAN (incluindo Ouvidoria, Memorial, laboratório de inovação, GAESF, entre outros).
- Promotorias de Justiça de Pinheiro, incluindo anexo para instalação do GAECO e CAEI.

6 ESTUDOS, PROJETOS, ORÇAMENTOS E CONTRATAÇÕES REALIZADOS

A lista de estudos, projetos, orçamentos e contratações é extensa, destacando-se:

- Readequação da SEPLAG, SECCINST, Diretoria Geral e Apoio.
- Alterações de Layout e adaptações em diversos pavimentos da PGJ (gabinetes de novos Procuradores, Assessorias Especial e de Investigação, COEA, Protocolo, Reprografia, etc.).
- Adequação de 2 lojas no Shopping Pátio Norte para a Distrital da Cidade Operária.
- Adequações em diversas Promotorias de Justiça do interior (Pio XII, Pindaré, Santa Inês, Buriti, Raposa, Barreirinhas, Presidente Dutra, Paraibano, etc.).
- Análise dos prédios da PGJ, PJC e CCA à luz da **NBR 9050/2020** (Acessibilidade).
- Contratação de empresa para instalação de sistemas fotovoltaicos em **14 municípios** com economia anual estimada em aproximadamente **R\$ 406.952,52**.
- Aquisição de softwares especializados (Autodesk para arquitetura, TQS para estruturas, Altoqi para complementares).
- Contratação de curso e treinamento para a equipe da COEA em **Metodologia BIM**.
- Estudo de grau de acessibilidade de **114 imóveis** ocupados pela PGJ-MA para resposta ao SINDSEMP-MA.

Nota sobre Projetos: A expectativa era entregar até 24 projetos ao longo do ano, mas o resultado real foi a entrega de **21 projetos** com **19 em curso**.

7 ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS PARA ALTERAÇÕES DE LAYOUT AGUARDANDO FILA DE PRIORIDADES

- Alterações de layout que aguardam prioridade: Comunicação, Cerimonial, Almoxarifado do Monte Castelo e Sede da Promotoria de São Raimundo das Mangabeiras.

8 PROJETOS A DESENVOLVER

- Projetos futuros: Promotorias de Justiça de Zé Doca, Balsas, Bacabal, Itapecuru, Passagem Franca, Riachão e São João Batista.

9 ANÁLISE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

- Processos licitatórios em análise: Promotorias de Justiça de Arari, Pedreiras, Bacuri e processo de contratação de empresa para Adequação de ambientes nas edificações do MPMA.

10 FISCALIZAÇÕES ESPECÍFICAS NA SEDE DA PGJ EM SÃO LUÍS (ADEQUAÇÕES DE LAYOUT)

a) Fiscalizações realizadas:

- Obra no piloti (transformação da antiga cozinha industrial na nova sala da COEA).
- Obra no térreo (conversão do refeitório na nova sala das Promotorias de Investigação Especial).
- 3º pavimento (criação de 6 novos gabinetes para futuros procuradores).
- 8º pavimento (ampliação da sala do Colegiado dos Procuradores e adequação da sala da SECINST).

b) Demais Fiscalizações em Andamento

- Construção da nova Promotoria Distrital no Shopping Pátio Norte.
- Finalização da obra da Promotoria em Bacuri.
- Início da fiscalização da nova Promotoria em Pedreiras/MA.
- Suporte técnico contínuo às unidades de Projeto e Manutenção.
- Fiscalização das atividades de Topografia e Sondagem para as novas sedes das Promotorias.

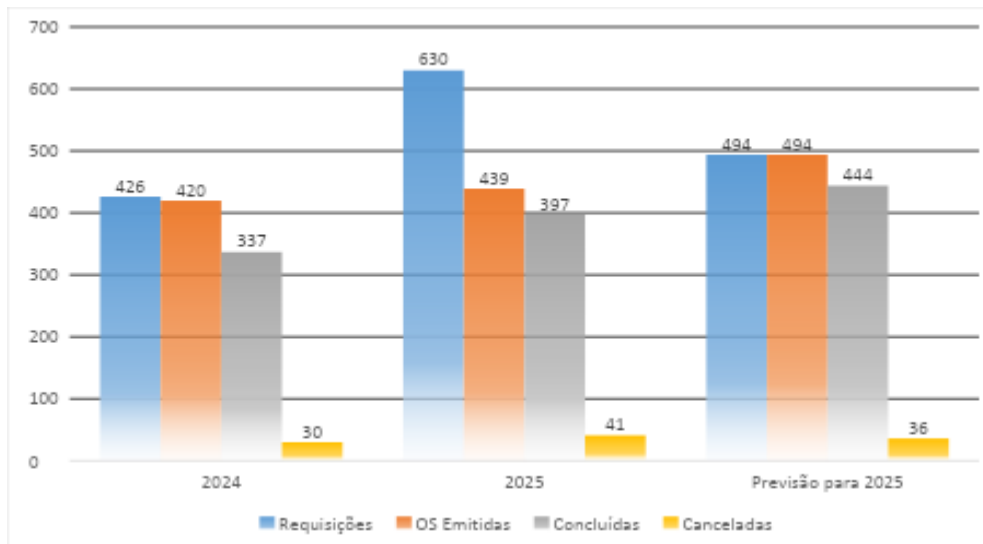
11 REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA VISTORIAS TÉCNICAS E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

- Foram realizadas **136 vistorias** (região metropolitana e interior).
- Elaboração de **241 documentos**, sendo 220 pareceres técnicos e 21 laudos de avaliação.

12 MANUTENÇÃO PREDIAL

- A previsão para 2025 era um aumento de 19% nas Ordens de Serviço (OS) emitidas, mas o resultado real foi **11,13% menor** que o esperado em emissões, com uma efetividade de conclusão de **90,43%**.
- A adoção do aplicativo “**Tá na Mão**” resultou em expressivo **ganho de produtividade**, com o aumento do número médio de requisições atendidas por OS (passou de 1:1 para **1,43:1**), o que justifica o decréscimo na emissão de OS mesmo com um crescimento de **50%** no volume total de requisições.

Gráfico 27 – Demonstrativo da Produtividade da COEA com uso do App Tá na Mão



Fonte: COEA/PGJ, 2025.

13 CONTRATOS DE AR-CONDICIONADO E ELEVADOR

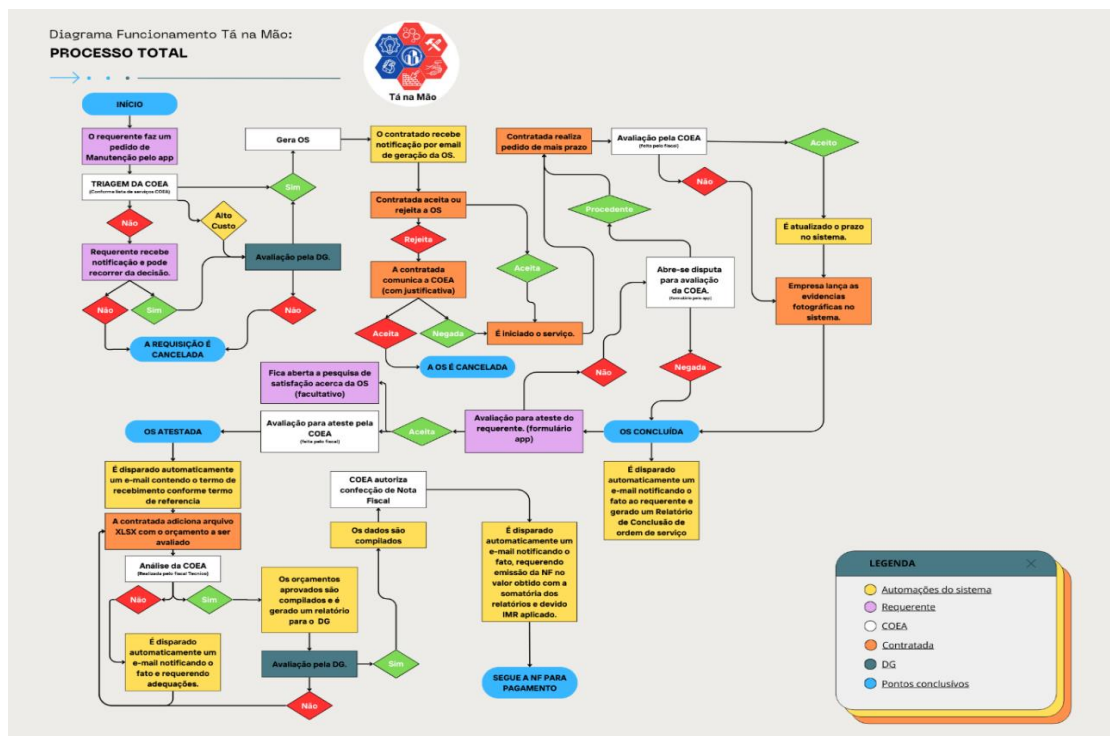
- Sete novos contratos foram incorporados à gestão da COEA (quatro de ar-condicionado e três de elevadores).

- Os contratos de ar-condicionado passaram a operar como chamados rápidos via “**Tá na Mão**”. Foram emitidas 125 requisições e geradas 125 OS, com 111 concluídas.
- Houve o restabelecimento do sistema de controle dos VRF da PROMOCAP, que operava com apenas 40% de sua capacidade total.
- O contrato de elevadores deve passar por processo semelhante a partir do próximo ano, com nova licitação.

14 APLICATIVO “TÁ NA MÃO”

- É um aplicativo de gestão desenvolvido e atualizado pela COEA desde **29 de outubro de 2024**.
- Compila requisições e ordens de serviço, evidenciando atrasos, subtipos mais recorrentes, valores utilizados de empenhos e a proporção de requisições concluídas/em andamento.
- Comparando o período de Jan-Dez de 2024 com 2025:
 - **Requisições geradas** cresceram de 426 para 630 (aumento de 50%).
 - **OS Emitidas** aumentaram de 420 para 439 (aumento de 4,5%).
 - A **média de requisições por OS** passou de 1,01 para **1,43**, indicando maior eficiência.
- Implementou diversas melhorias em 2025, como Gerador automatizado de OS de Ar-condicionado, painel de geração de laudos e um fluxo automatizado de medições (em testes).
- O processo de homologação está em fase final no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça (SEI 19.13.0048.0032069/2025-11).

Figura 30 - Diagrama de fluxo de manutenção no app



15 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

- Participação ativa na Comissão de Gestão Ambiental (estacionamento verde no CCA, estudo de árvores, Fórum de Resíduos Sólidos).
- Implantação de sistemas fotovoltaicos em **14 sedes de Promotorias**.
- Promoção de práticas sustentáveis na execução de serviços de engenharia:
 - Substituição de luminárias fluorescentes e lâmpadas de descargas por **Luminárias LED** e instalação de **Sensores de Presença**.
 - Substituição de torneiras convencionais por modelos de **controle por pressão ou alavanca**.
 - Utilização de **tanques sépticos** para tratamento simples de esgoto nas novas sedes.

16 AÇÕES DE MELHORIA

As iniciativas mais relevantes para aprimoramento das operações e processos internos são:

- Criação do aplicativo de gestão das manutenções prediais (em fase final de homologação).

- Melhoria na gestão dos contratos de Ar-condicionado e Elevador.
- Renovação de contratos de fornecimento de softwares com *upgrades* de versões.
- Participação em cursos (manutenção predial, orçamentação de obras públicas e Lei 14133/2021).
- Criação de novo pedido de contratação tipo Ata de Registro de Preço, utilizando a planilha **SINAPI** como referência, para pequenas reformas, mudanças de *layout* e adaptação para acessibilidade.
- Implementação de reuniões de gestão semanais com as chefias dos setores.

Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

1 ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS

Conforme estabelece o Ato Regulamentar Nº 020/2008 que dispõem sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, compete à Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COF coordenar e acompanhar a elaboração da proposta do Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA, além de acompanhar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Compete ainda a esta COF coordenar as atividades de execução do orçamento, das finanças e as atividades de controle contábil resultante da aprovação e execução do orçamento, da execução financeira e patrimonial e dos ativos compensados.

É ainda de competência desta Coordenação coordenar a Prestação de Contas Anual da Gestão, a concessão e prestação de contas de adiantamento concedido, as atividades relativas à manutenção da transparência das atividades de execução orçamentária, financeira e patrimonial, acompanhar e controlar os convênios, entre outras atribuições compatíveis com a natureza da Coordenadoria.

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças compreende a Seção de Controle Contábil, a Seção de Execução Orçamentária e a Seção de Controle Financeiro. Suas atribuições se estendem ao Fundo Especial do Ministério Público Estadual – FEMPE

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

Esta Coordenação realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2025, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de **R\$ 1.014.416.754,65**.

Do total aprovado, **74,71%** foram destinados a despesas com Pessoal e Encargos; **22,14%** a Outras Despesas Correntes e **3,15%** com Investimentos. No exercício de 2025, foram **executados 96,91%** do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo executado **100,00%** do total de Pessoal e Encargos Sociais; **98,46%** do total de Outras Despesas Correntes e **64,21%** do total de Investimentos, de acordo com o detalhamento seguinte.

2.1 Detalhamento da Despesa

Tabela 45 - Detalhamento de Despesa 2025

Descrição	Valor Empenhado (R\$)
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	999.479.206,16
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Objetivo: Prover suporte operacional e infraestrutura à atuação finalística e administrativa do Ministério Público do Estado do Maranhão.	901.364.452,55
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPMA recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	14.784.508,19
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	8.500.943,16
Ação: 4450 - Gestão do Programa Finalidade: Agregar as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta nas demais ações	842.735.231,19
Ação: 6007 – Manutenção Administrativa Finalidade: Garantir recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	20.225.413,76
Ação: 6091 – Desenvolvimento Institucional do Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	15.118.356,25
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	98.114.753,61
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	84.174.680,35
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	13.110.639,36
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir assistência à saúde aos servidores, empregados e aos seus dependentes	829.433,90

Fonte: COF/PGJ, 2025.

2.2 Execução do Orçamento por Programa

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 98,53%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 46 - Execução do Orçamento por Programa

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
Órgão: 07000 - Ministério Público do Estado do Maranhão	1.014.416.754,65	999.479.206,16	98,53%
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	916.301.929,65	901.364.452,55	98,37%
0411 – Apoio Administrativo	98.114.825,00	98.114.753,61	100,00%

Fonte: COF/PGJ, 2025.

2.3 Execução do Orçamento por Projeto/Atividade

Tabela 47 - Execução do Orçamento por Projeto/Atividade

Descrição	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	% Execução
ÓRGÃO: 07000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	1.014.416.754,65	999.479.206,16	98,53%
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Prover suporte operacional e infraestrutura à atuação finalística e administrativa do Ministério Público do Estado do Maranhão.	916.301.929,65	901.364.452,55	98,37%
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir ao MPMA recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	15.187.354,00	14.784.508,19	97,35%
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	17.711.422,97	8.500.943,16	48,00%
Ação: 4450 - Gestão do Programa Finalidade: Agregar as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta nas demais ações	842.829.300,68	842.735.231,19	99,99%
Ação: 6007 – Manutenção Administrativa Finalidade: Garantir recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	24.850.924,00	20.225.413,76	81,39%
Ação: 6091 – Desenvolvimento Institucional do Fundo Especial do Ministério Público Estadual Finalidade: Promover, de forma integrada, a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	15.722.928,00	15.118.356,25	96,15%
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado	98.114.825,00	98.114.753,61	100,00%

Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação			
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão - FEPA	84.174.681,00	84.174.680,35	100,00%
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	13.110.640,00	13.110.639,36	100,00%
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores Finalidade: Garantir assistência à saúde aos servidores, empregados e aos seus dependentes	829.504,00	829.433,90	99,99%

Fonte: COF/PGJ, 2025.

2.4 Execução do Orçamento por Grupo de despesa

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 48 - Execução do orçamento por Grupo de despesa

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	% B/A	% C/A
Órgão: 07000 - Ministério Público do Estado do Maranhão	1.014.416.754,65	999.479.206,16	985.678.997,40	98,53%	97,17%
1 - Pessoal e Encargos	757.825.482,00	757.796.240,93	757.768.540,72	100,00%	99,99%
3 - Outras despesas correntes	224.591.446,68	221.135.918,54	214.618.758,98	98,46%	95,56%
4 - Investimentos	31.999.825,97	20.547.046,69	13.291.697,70	64,21%	41,54%

Fonte: COF/PGJ, 2025.

2.5 Execução do Orçamento por Grupo de despesa

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 49 - Execução do orçamento por elemento de despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
Órgão: 07000 - Ministério Público do Estado do Maranhão	999.479.206,16	985.678.997,40
08 Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	58.358.973,56	58.358.973,56
11 Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	483.701.306,81	483.701.306,81
13 Contribuições Patronais	13.110.639,36	13.110.639,36

13 Obrigações Patronais	85.004.114,25	85.004.114,25
14 Diárias - Civil	3.992.588,00	3.992.588,00
15 Diárias - Militar	755.724,79	755.724,79
16 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.487.663,35	3.487.663,35
30 Material de Consumo	2.223.428,27	1.603.466,83
31 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	2.566.343,18	2.351.154,63
33 Passagens e Despesas com Locomoção	1.515.085,80	1.515.085,80
35 Serviços de Consultoria	16.226.952,42	16.214.634,26
36 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	36.731.978,68	36.038.601,27
37 Locação de Mão-de-Obra	27.595.569,36	23.576.044,30
39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	9.658.346,61	8.880.328,11
40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	4.092.550,00	3.841.000,00
46 Auxílio-Alimentação	54.027.384,06	54.027.384,06
47 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.035.338,67	1.864.089,74
49 Auxílio-Transporte	50.989,36	50.989,36
51 Obras e Instalações	3.923.061,03	233.637,68
52 Equipamentos e Material Permanente	12.241.742,36	9.076.125,32
91 Sentenças Judiciais	10.170.592,30	10.170.592,30
92 Despesas de Exercícios Anteriores	3.818.267,02	3.810.745,51
93 Indenizações e Restituições	159.318.485,19	159.318.485,19
94 Indenizações e Restituições Trabalhistas	289.693,30	140.934,70
96 Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	1.578.948,76	1.578.948,76

Fonte: COF/PGJ, 2025.

2.6 Indicadores da execução orçamentária 2025

Tabela 50 - Indicadores da execução orçamentária - 2025

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	98,53
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	100,00
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	75,82
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	98,46
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	22,13
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	64,21
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	2,06

Fonte: COF/PGJ, 2025.

Através de sua homepage o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

2.7 Relação de dirigentes responsáveis e ordenadores de despesas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA) e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão (FEMPE) em 2025

Quadro 4 - Demonstrativo dos Dirigentes Responsáveis, Ordenadores de Despesa e de Gestores de Contratos da PGJ/MA e do FEMPE no ano de 2025

Nome	Cargo / Função	Ato(s) de Designação / Matrícula	Início / Período	Endereço Residencial
Danilo José de Castro Ferreira	Procurador-Geral de Justiça	DOEMA Nº 95, 21/05/2024	17/06/2024 - Atual	Av. Avicênia, Cond. Green Village, Nº 37, São Luís (65071-370)
Orfileno Bezerra Neto	Subprocurador-Geral (Assuntos Jurídicos)	ATO-GAB/PGJ - 180/2024	19/06/2024 - Atual	Rua Projetada II, Qd 56, nº 06, Jd. Eldorado, São Luís (65065-590)
Regina Maria da Costa Leite	Subprocuradora-Geral (Assuntos Adm.)	ATO-GAB/PGJ - 266/2020	16/06/2020 - Atual	Rua do Farol, Torre Assunção, Apto 402, Ponta do Farol (65075-800)
Paulo Gonçalves Arrais	Diretor-Geral	ATO-GAB/PGJ – 175/2024	19/06/2024 - Atual	Cond. Novo Tempo II, Bl. Faisão, Ap. 201, Cohafuma (65074-845)
Rivemberg Ribeiro Da Silva	Diretor de Secretaria (Substituto)	ATO-GAB/PGJ - 464/2024	01/11/2024 - Atual	Av. General Rivas, Nº 254, Alto de Fatima, Santa Rita (65145-000)
Tatiana Alves de Paula	Coordenadora de Orçamento e Finanças	ATO Nº 1318/1995	26/04/1995 - Atual	Rua Projetada, 234, Nº 08, Cond. Gran Village I, Cohama (65073-340)
Letícia De Cássia C. Fonseca	Chefe de Seção (Subst. Coord. COF)	ATO Nº 449/2012	12/07/2012 - Atual	Rua 22, Qd 23, Nº 7, Maiobão, Paço do Lumiar (65130-000)
Roseane Brandão Pantoja	Gestora	Matrícula 1064377; Portarias DG: 15, 12, 16, 22, 25, 34, 28, 58, 45, 20, 73, 50, 64, 74, 57, 66, 36, 95, 61, 21, 53, 68, 69	04/06/2024 - Atual	Rua das Camélias, Qd 04, Casa 05, Ponta d'Areia, São Luís (65077-030)
Nayana Santos Martins Neiva (Sobral)	Gestora	Matrícula 1071386; Portarias: 10010, 10015, 10012, 10013, 10020, 9, 35, 65, 79, 10, 17, 42, 43, 49, 93, 37, 54	07/02/2025 - Atual	Rua Mitra, nº 16, Qd 32, Ed. Luiz Gonzaga, Ap. 902, Renascença II (65075-770)

Erickson Fillippe M. Menezes	Gestor	Matrícula 1071448; Portarias: 10017, 10002, 10004, 10009, 10011, 1/2026, 53, 8, 57, 62, 21, 96, 38, 50, 9, 76, 60, 88	23/01/2024 - Atual	Av. Dep. Luís Eduardo Magalhães, 10. Condomínio Reserva dos Buritis Apto 502, bl 01 (65071-415)
Luiz Muniz Rocha Filho	Gestor	Matrícula 656280; Portarias: 36, 51, 7, 24, 39, 43, 2/2025, 85, 14, 10007, 10008	05/02/2025 até 31/12/2025	Av. dos Holandeses, nº 01, Cond. Pallazo Verona, Ponta do Farol (65075-650)
George Brito Balby	Gestor	Matrícula 1072879; Portarias: 55, 81, 86, 89, 18, 92, 10005, 10014	01/03/2024 - Atual	Rua Carlos Chagas, Qd B, nº 11, Ipase, São Luís (65061-060)
Maria dos Remédios R. Santos	Gestora	Matrícula 263848; Portarias DG: 29, 41, 42, 70; Portaria GPGJ/CPL: 10001	18/09/2023 - Atual	Rua Mitra, Ed. Costa Marina, Ap. 1002, Renascença II (65075-770)
Andrea de Melo N. Duarte	Gestora	Matrícula 1066745; Portarias DG: 26, 67	10/04/2025 - Atual	Rua dos Juritis, Qd 07, Cond. Praia Grande, Ap. 1003, Renascença (65075-130)
Maria de Fátima Moraes	Gestora	Matrícula 13870; Portaria DG 44; Portaria GPGJ/CPL 10022	09/06/2025 - Atual	Rua Dep. Raimundo Leal, Cond. Vitale, Bl. 4, Ap. 203, Turu (65066-320)
Poliana Marta Ribeiro de Abreu	Gestora	Matrícula 1075480; Portarias DG: 56, 87	31/07/2025 - Atual	Estrada Velha do Calhau, Bloco 1 apto 208, Village Prime Calhau, Cohaserma - CEP: 65072-130
Daniella Salomão P. Martins	Gestora	Matrícula 1072963; Portaria DG 83	16/10/2025 - Atual	Rua das Boninas, Ile Saint Louis, Ap. 1004, Ponta d'Areia (65077- 554)
Reginaldo Júnior Carvalho	Gestor	Matrícula 1064997; Portaria DG 52	01/07/2025 - Atual	Rua das Verbenas, Ap. 1501, Ed. Pontal da Praia, Ponta d'Areia (65077- 620)
Francisco de Assis M. Queiroz	Gestor	Matrícula 847376; Portaria DG 19	26/02/2025 - Atual	Rua das Patativas, Qd. 03, nº 10, Ponta do Farol, São Luís (65075-800)
Maria do Socorro Q. de Abreu	Gestora	Matrícula 263848; Portaria DG 23	24/03/2025 - Atual	Rua Nova, Bloco 5, Apt. 03, Residencial Lago Verde I, Turu (65066-350)

Lauber José S. Almeida Junior	Gestor	Matrícula 1071547; Portaria DG 91	04/12/2024 - Atual	Rua Getúlio Vargas, 277, Cond. João Paulo II, Ap. 201, João Paulo (65040-020)
--------------------------------------	--------	--------------------------------------	-----------------------	--

Fonte: COF/PGJ, 2025.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Por realizar um trabalho eminentemente de planejamento, coordenação e execução orçamentário, à luz das leis vigentes, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, não dispõe, até este momento, de projetos ou programas alinhados ao planejamento estratégico, para além daqueles que primariamente lhe competem, a saber, coordenar e acompanhar a elaboração da proposta do Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA, além de acompanhar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e seus respectivos desdobramentos.

Entretanto, nos últimos exercícios, a COF desenvolveu a iniciativa de inter-relacionar o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF à transparência fiscal, num esforço conjunto com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, para manter a base de dados atualizada diariamente, atendendo às exigências do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o bom atendimento ao cidadão.

4 AÇÕES DE MELHORIA

A COF realiza constantemente ações de melhorias de sua rotina, mediante redefinição de fluxos internos de trabalhos e reuniões de trabalho.

Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

1 ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS

A Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG) do Ministério Público do Maranhão (MPMA) é responsável pela gestão administrativa e operacional de apoio institucional, incluindo:

- Manutenção predial.
- Gestão da frota e do transporte institucional.
- Acompanhamento de contratos de serviços continuados.
- Logística de materiais.
- Análise de custos operacionais.
- Implementação de ações de sustentabilidade e eficiência administrativa.

Seu papel é garantir a infraestrutura física e logística adequada, contribuindo para a continuidade, eficiência e economicidade das atividades-meio do MPMA.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

Durante o exercício de 2025, a Coordenadoria de Serviços Gerais promoveu importantes ajustes e ampliações na força de trabalho terceirizada, com impacto direto no suporte administrativo às unidades ministeriais. Foram aditados os Contratos nº 05/2023 e nº 42/2023, resultando na **criação de 25 novos postos de Auxiliar de Apoio Administrativo**. Somou-se a esse reforço a celebração do Contrato nº 70/2024, que acrescentou outros 20 postos, totalizando **45 novas posições destinadas ao apoio direto às Promotorias de Justiça**.

Na área de transporte e gestão de frota, destacou-se a aquisição de um caminhão $\frac{3}{4}$ novo, equipado com baú de alumínio e plataforma elevatória. Também foi realizado o leilão de 30 veículos, dos quais 12 foram arrematados e devidamente entregues. Ressalte-se que, no exercício anterior, já havia ocorrido o leilão de outros 9 veículos, reforçando a política de renovação e racionalização da frota. Ademais, foram formados Registros de Preços para aquisição de 10 veículos tipo pick-up, modelo Titano Volcano, bem como contratada empresa especializada em locação de veículos, por meio do Pregão Eletrônico nº 90020/2025, possibilitando a utilização de até 108 automóveis locados.

A Coordenadoria assegurou, ainda, o suporte às viagens institucionais, deslocamentos de equipes, transporte de materiais, bem como às operações do

GAECO e da CAEI. Entre os meses de junho e agosto de 2025, houve ampliação da frota locada para 53 veículos, decorrente das ARPs nº 33/2025 (11 veículos) e nº 34/2025 (42 veículos). No mesmo período, foram elaboradas Atas de Registro de Preços para aquisição de 30 caminhonetes — das quais 8 já foram entregues — além de duas vans de carga, ainda pendentes de autorização de empenho.

No tocante à gestão de imóveis, mantiveram-se ativos 51 contratos de locação, acompanhados de apoio operacional às mudanças de sede, incluindo serviços de limpeza, montagem de mobiliário e instalação de equipamentos. Em Barreirinhas, o imóvel anterior teve seu contrato aditado por dois meses, enquanto o novo prédio encontrava-se em fase de reforma. Na Raposa, o contrato do imóvel antigo foi encerrado em 30/06/2025, tendo a Promotoria de Justiça passado a funcionar regularmente em nova sede. Em Itapecuru-Mirim, um novo contrato de locação permaneceu em análise pela COEA, e, no Solar do Ribeirão, foi celebrado contrato de estacionamento com carência inicial de seis meses.

Entre junho e agosto de 2025, foram formalizadas diversas Atas de Registro de Preços, dentre as quais se destacam as ARPs nº 36/2025 (placas de sinalização), nº 37/2025 (persianas), nº 38/2025 (películas), nº 47/2025 (plotagem) e nº 48/2025 (tapetes personalizados). Permanecia em fase final o registro referente à recarga e manutenção de extintores. Quanto ao controle de pragas, vetores e animais sinantrópicos, foram solicitados os empenhos correspondentes às ARPs nº 65/2025 (capital) e nº 66/2025 (interior), além da conclusão das licitações relativas à aquisição de caminhonetes e vans.

No âmbito da manutenção predial e dos serviços terceirizados, houve o aditamento do contrato de manutenção da Central Telefônica Ericsson MD 110 e do PABX Leucotron, bem como a substituição da empresa responsável pelo serviço de asseio e conservação na Comarca de Imperatriz, com a entrada da empresa Ecopel Serviços Ltda. Também foram processadas diversas repactuações de contratos contínuos, especialmente nas áreas de limpeza, vigilância, transporte e segurança, em consonância com as atualizações das planilhas de custos e formações de preços.

Com vistas à melhoria da prestação dos serviços de transporte institucional, foi realizada, no exercício de 2025, licitação para contratação de serviços contínuos de motoristas destinados ao atendimento da área de transporte vinculada à Coordenadoria de Serviços Gerais desta Procuradoria-Geral de Justiça, resultando na celebração do Contrato nº 73/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 90036/2025. A contratação teve como objetivo o aprimoramento da qualidade, da eficiência e da continuidade dos serviços prestados, assegurando maior suporte às demandas logísticas e operacionais da Instituição.

No mesmo contexto de fortalecimento da gestão contratual e orçamentária, a Coordenadoria de Serviços Gerais procedeu ao acompanhamento e à regularização financeira dos contratos em execução. Destaca-se, nesse sentido, o pagamento realizado em 21/10/2025 referente à repactuação do Contrato nº 05/2023, firmado com a empresa G. Kelly da Silva Araújo e Cia Ltda., relativo ao exercício de 2024, no valor de R\$ 163.084,16. Quanto ao Contrato nº 42/2023, da empresa Castelucci Empreendimentos, no valor de R\$ 502.640,47, correspondente às diferenças mensais do período de janeiro a setembro de 2025, o montante foi devidamente inscrito em Restos a Pagar, com quitação programada para janeiro do exercício corrente, após a reabertura do sistema financeiro. Ademais, considerando o encerramento do orçamento de 2025, foi solicitada a inscrição em Restos a Pagar do valor de R\$ 168.124,06, referente à repactuação do Contrato nº 59/2021.

Ademais, no que se refere à fiscalização contratual, a Coordenadoria de Serviços Gerais manteve, ao longo do exercício de 2025, atuação permanente e diligente no acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas pelas empresas contratadas. Nesse contexto, foram adotadas todas as providências necessárias para assegurar a regularidade dos contratos em vigência, em estrita observância às orientações do Ministério Público do Trabalho, exigindo-se, de forma sistemática, a apresentação da documentação comprobatória da quitação das obrigações trabalhistas, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS correspondentes ao período contratual, como condição para a regular continuidade da execução contratual.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional e ao eixo temático “Sustentabilidade e Justiça Climática”, a Coordenadoria de Serviços Gerais intensificou, em 2025, ações voltadas à gestão ambiental e ao uso racional de recursos públicos.

Dentre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se o fortalecimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a adoção de protocolos de segregação, acondicionamento, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada. Paralelamente, foram reforçadas orientações às unidades ministeriais quanto ao consumo consciente de água, energia elétrica, telefonia e insumos diversos.

O convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por meio do programa “Café Sustentável”, foi ampliado, promovendo o reaproveitamento de borra de café, folhagens e resíduos orgânicos. Houve, ainda, manutenção e ampliação do

viveiro de plantas do MPMA, possibilitando a doação de mudas à comunidade interna e externa. Complementarmente, foi celebrado Termo de Cooperação com a COOPRESL, assegurando a destinação ambientalmente correta dos resíduos recicláveis oriundos da coleta seletiva.

4 AÇÕES DE MELHORIA

No exercício de 2025, a Coordenadoria de Serviços Gerais adotou ações voltadas ao aprimoramento contínuo de seus processos internos, com foco na eficiência administrativa, na racionalização de custos e na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Dentre essas ações, destacam-se o fortalecimento do monitoramento contratual, a padronização de procedimentos administrativos, o planejamento preventivo das contratações e repactuações, bem como a adoção de medidas de controle e redução do consumo de recursos. Tais iniciativas contribuíram para maior previsibilidade orçamentária, redução de riscos operacionais e fortalecimento da governança da atividade-meio institucional.

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas é constituída por 5 (cinco) seções, quais sejam: a) Seção de Gerenciamento de Competências e Desempenho Funcional; b) Seção de Gerenciamento Funcional de Membros; c) Seção de Gerenciamento Funcional de Servidores; d) Seção de Estágio, Serviço Voluntário e Adolescente Aprendiz; e) Seção de Saúde Funcional e 1 (uma) Assessoria de Legislação e Políticas de Gestão de Pessoas, com as atribuições definidas no ATOREG – 122024.

Em síntese, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, por meio de suas seções, possui como atribuição o gerenciamento da vida funcional de membros, servidores efetivos e cedidos de outros órgãos, bem como estagiários e voluntários, através do armazenamento, organização e processamento de dados e informações em uma diversidade de processos, essenciais ao desenvolvimento da vida funcional.

Ademais, esta Coordenadoria realiza o gerenciamento do desempenho funcional dos servidores efetivos e o desenvolvimento pleno de seus integrantes, através de propostas de cursos de atualização, além de projetos que estimulem o fortalecimento do vínculo e o senso de pertencimento institucional.

Nesse contexto, no presente relatório foram consubstanciados dados e informações referentes ao período de janeiro a dezembro de 2025, relativas às atribuições desta Coordenadoria.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

No período de janeiro a dezembro de 2025, as seguintes ações, atividades e serviços foram desenvolvidos, apresentando resultados positivos na área de gestão de pessoas do Ministério Público do Maranhão:

- Publicação do Ato Regulamentar nº 292025, que autoriza a concessão de ressarcimento para atividades de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) para membros e servidores, **sendo 16 (dezesesseis) vagas para membros e 04 (quatro) vagas para servidores efetivos.**
- **Convocação de 559 (quinhentos e cinquenta e nove) residentes no Programa MPMA Residente**, destinado aos profissionais matriculados em programas de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*, incluindo estágio pós-doutoral, em áreas do conhecimento que possuam correlação com os serviços jurídicos e administrativos

desempenhados pelo órgão ministerial, conforme Ato Regulamentar nº 39/2024 - GPGJ.

- Conversão em pecúnia de até 30 (trinta) dias de licença especial e prêmio não gozadas ou a conversão em pecúnia de férias, **conforme Ordem de Serviço nº 10002/2025-GPGJ**.
- Pagamento de valores referentes as diferenças de verbas indenizatórias sobre licença, férias e 13º salário para membros e servidores.
- Continuação do Coral Vozes do MP.

2.1 Documentos e Movimentação Processuais

Durante a rotina administrativa desta Coordenadoria, foram registradas as seguintes atividades e resultados em 2025:

- a) Em relação, ao gerenciamento da vida funcional dos integrantes desta Instituição, apresentamos, abaixo, um retrato dos cargos de membros e servidores, bem como as seguintes vagas de estágio providas. Enfatiza-se que não houve o provimento de cargo efetivo durante o período relatado:

Tabela 51 – Quadro de Provimento

Descrição	Criados	Providos	Vagos	% Provido	% Vagos
Membros	390	311	79	79,74	20,26
Servidores Efetivos	626	577	49	92,17	7,83
Comissionados	670	649	21	96,87	3,13
Estagiários não-obrigatórios e Residentes	688	303	385	44,04	55,96
TOTAL	2.374	1.840	534	77,51	22,49

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

Tabela 52 – Quadro de Provimento - Classe de Pessoal

Classe	Descrição	Quant	Total	%
Membros	Procurador de Justiça	33	311	12,38
	Promotor de Justiça de Final	139		
	Promotor de Justiça Intermediária	108		
	Promotor de Justiça de Inicial	31		
	Promotor de Justiça Substituto	0		
Servidores Efetivos	Analista Ministerial	127	587	23,36
	Técnico Ministerial	432		

	Auxiliar Ministerial	18		
	Redistribuídos	10		
Exclusivamente Comissionados	Exclusivamente Comissionados	567	567	22,56
Cedidos para o MPMA	Cedidos para o MPMA	584	687	27,34
	Policial Militar Reserva	103		
Estagiários / Residentes	Estagiário Graduação	14	303	12,06
	Residentes	289		
Não remunerados	Voluntários	41	58	2,31
	Estagiários obrigatórios	10		
	Jovem Aprendiz	7		
TOTAL		2.513	2.513	100%

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

- b) Registrou-se, ainda, as seguintes vacâncias dos cargos de provimento efetivo (exoneração/demissão, aposentadoria e falecimento):

Tabela 53 – Quadro de Vacâncias

Vacâncias - CARGOS EFETIVOS						
Ano / Cargo	Procurador de Justiça	Promotor de Justiça	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL
2025	2	0	2	2	0	6

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

- c) Em referência à carreira de membros e servidores, constam as seguintes movimentações:

Tabela 54 – Carreira Membros

MEMBROS - MOVIMENTAÇÕES						
Ano	Promoção p/ Procurador de Justiça	Promoção de Promotor de Justiça	Titularidade de Promotor de Justiça	Remoção	Aposentadoria Procurador de Justiça	Aposentadoria Promotor de Justiça
2025	4	14	0	22	1	0

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

Tabela 55 – Carreira Servidores

SERVIDORES - MOVIMENTAÇÃO						
Ano	Homologação de estágio probatório	Promoção e Progressão	Remoções	Demissão	Reintegração	Aposentadoria
2025	-	128	8	2	1	2

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

- d) Foram realizados e homologados 06 (seis) concursos de remoção de servidores efetivos, contemplando 07 (sete) servidores, sendo 03 (três) Técnicos Ministeriais- Área: Administrativa e 04 (quatro) Técnicos Ministeriais- Área: Execução de Mandados;
- e) Registra-se 01 (uma) remoção, em caráter definitivo, de uma servidora, Técnico Ministerial- Área: Execução de Mandados, em cumprimento de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança;
- f) Foram concedidos 14 (catorze) adicionais de qualificações da forma abaixo especificada:

Tabela 56 – Adicional de Qualificação

Titulação	Nível do AQ	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial
Graduação	10%	-	2	-
Especialização	11%	-	11	-
Mestrado	13%	-		-
Doutorado	15%	1		-
TOTAL		1	13	-

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

- g) A seção de estágio e serviço voluntário registrou as seguintes movimentações durante o período:

Tabela 57 – Movimentações na Rotina do Estágio

Convocação	Termo de Compromisso	Termo de Renovação	Termo de Desligamento	Termo de Realização de Estágio	Total Movimentações
559	335	30	166	166	1.256

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

Ressalta-se que as vagas de estágio de pós-graduação foram transformadas em Residentes, com processo seletivo homologado em dezembro de 2024. O cadastro de reserva de estágio de graduação encerrou-se em junho de 2024.

- h) No âmbito do Ministério Público foi instituído o Programa de Serviço Voluntário, regulamentado pelo Ato nº 24/2019. No período de janeiro a dezembro/2025, a seção registrou as seguintes movimentações:

Tabela 58 – Movimentações na Rotina do Serviço Voluntário

Termos de Adesão	Termos de Prorrogação	Termos de desligamentos	Nº Voluntários
52	13	47	47

Fonte: CGP/PGJ, 2025.

- i) Durante a rotina administrativa desta Coordenadoria de Gestão de Pessoas, foram registrados os seguintes documentos expedidos.

Tabela 59 – Total de Documentos Expedidos no período de janeiro a dezembro de 2025

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1892	1640	1661	1678	1765	1596	1966	1680	1993	1639	1688	1432	20.630

Fonte: Digidoc e SEI/CGP/PGJ. Dados coletados em 14/01/2025.

- j) As seguintes movimentações processuais foram registradas:

Tabela 60 – Movimentações processuais no período de janeiro a dezembro de 2025 no DIGIDOC

Mês	Processos Abertos	Processos Recebidos/Entradas	Processos Arquivados	Processos Encaminhados /Saídas
Jan	496	1256	298	1593
Fev	368	1310	266	1601
Mar	349	1212	291	1491
Abr	331	1268	234	1506
Mai	388	1354	297	1495
Jun	479	1256	421	1398
Jul	20	420	134	524
Ago	-	121	9	112
Set	-	101	1	125
Out	-	107	11	141
Nov	-	55	5	74
Dez	-	68	11	71
Total	2.431	8.528	1.978	10.131

Fonte: Digidoc/CGP/PGJ. Dados coletados em 14/01/2026.

Tabela 61 – Movimentações processuais no período de janeiro a dezembro de 2025 no SEI

Mês	Processos Gerados	Processos com Tramitação	Processos Arquivados
Jan	-	-	-
Fev	-	-	-
Mar	-	-	-
Abr	-	-	-
Mai	-	-	-
Jun	-	-	-
Jul	47	835	681
Ago	33	1263	1079
Set	60	2592	1485
Out	21	2227	1508
Nov	28	1862	1113
Dez	45	1792	992
Total	234	10.571	6.858

Fonte: SEI/CGP/PGJ. Dados coletados em 14/01/2026.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na revisão 2025 do Planejamento Estratégico 2021-2029, propôs os seguintes programas e projetos:

3.1 Revisão da estrutura administrativa e das atribuições dos cargos e funções de confiança do Ministério Público do Maranhão

- **Objetivo Estratégico:** Promover a gestão por competência e a qualidade de vida no trabalho
- **Programa vinculado PEI:** Verificar as competências e formação dos servidores com a integração das funções e setores

O projeto consiste em realizar o mapeamento dos principais macroprocessos, especificamente na área meio, em virtude da diversidade de processos existentes, com o fim de averiguar as rotinas administrativas existentes nas unidades e, assim, definir as atribuições específicas dos cargos de provimento efetivo e comissionado, bem como das funções de confiança que compõem o Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público.

Por meio do mapeamento dos macroprocessos e das rotinas administrativas será realizada uma análise da atual estrutura administrativa, com possibilidade de proposta de otimização de processos, atualização e especificação das atribuições dos cargos e funções de confiança, o que, conseqüentemente, contribuirá para a melhoria dos serviços prestados por esta Instituição. O projeto encontra-se em fase de elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e reuniões de planejamento junto a empresa a ser contratada.

3.2 Gerenciamento do Desempenho Funcional com base na Gestão por Competência

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de Governança e Gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados
- **Programa vinculado PEI:** Avaliação por Competências e Plano de Desenvolvimento Individual

O presente programa está estruturado nos seguintes projetos:

3.2.1 Projeto de Estruturação da Avaliação de Desempenho com base na Gestão por Competências

O projeto tem como objetivo implementar um sistema de avaliação de desempenho com base na gestão por competência, com os seguintes objetivos: a) aprimorar os métodos de gestão, b) valorizar o servidor, c) melhorar a qualidade e eficiência do serviço público, d) subsidiar o processo de evolução funcional e e) ofertar capacitação conforme planos de desenvolvimento individuais e trilhas de aprendizagem.

No modelo proposto, a avaliação de desempenho ocorrerá a partir da identificação e mensuração de conhecimentos, habilidades e atitudes, gerais e específicas, essenciais aos grupos ocupacionais.

As competências avaliadas serão as necessárias para o bom desempenho dos servidores e o cumprimento da missão institucional do MPMA, mediante as quais pode-se definir um conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelo cargo (conhecimentos e habilidades), direcionar o recrutamento (formatação do concurso público com eixos de questões, modalidade de questões, pontuação para formação de experiências) e aplicar na carreira (definição de mecanismos de movimentação, elaboração de plano de desenvolvimento individuais e construção de trilhas de aprendizagem). Atualmente, o projeto encontra-se em fase de elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa que desenvolverá um sistema eletrônico de avaliação de desempenho.

3.2.2. Projeto de Implementação de Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos que priorize o desempenho funcional

O Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Quadro de Apoio-Técnico Administrativo deste Ministério Público encontra-se regulamentado pela Lei nº 8.077/2004, que define a carreira dos servidores em três classes (A, B e C) e 15 níveis. O desenvolvimento dos servidores nas carreiras ocorre mediante progressão e promoção funcional, sendo regulamentado mediante a Resolução nº 03/2005.

Ocorre que, conforme levantamento de dados pela Fundação Getúlio Vargas-FGV (Contrato nº 012024 (Proc. nº 175902023)), foi constatado, junto ao público interno, as seguintes percepções sobre o plano: a) capacitação deficitária (ineficiência das ações existentes de formação e atualização profissional) e b) complemento remuneratório (concessões de gratificações, nomeações para cargos e designação em funções de confiança como complemento da remuneração, desatrelado das condições autorizadas e c) unidimensionalidade da carreira (inefetividade dos mecanismos vigentes da avaliação de desempenho, que servem apenas para validar a evolução remuneratória da carreira).

O novo Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos deve atender a implementação dos seguintes processos descritos na Política Nacional de Gestão de Pessoas, quais sejam: a) vinculação ao desenvolvimento de pessoas (elaboração de plano de desenvolvimento individual, políticas de capacitação e treinamento, práticas de autodesenvolvimento e educação corporativa); b) promoção de retenção de pessoas (ações de gestão de carreira, revisão contínua das competências dos cargos e gestão de qualidade de vida no trabalho e c) políticas de remuneração de pessoal (possibilidades de movimentações na carreira, definição de requisitos para nomeação em cargos comissionados e designação de funções de confiança e recompensas não remuneratórias). O projeto encontra-se em fase de análise na Coordenadoria de Gestão de Pessoas para instauração de processo de tramitação do projeto de lei.

3.3 Práticas de comunicação para integração do público interno

- **Objetivo Estratégico:** Disseminar práticas de Governança e Gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados
- **Programa vinculado PEI:** Conscientizar as pessoas da importância de se trabalhar em grupo, mediante cooperação mútua em prol de um resultado/objetivo comum. Criação e fortalecimento de canais voltados para a integração do público interno.

As seguintes ações foram desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2025:

- **III Seminário de Gestão de Pessoas com o tema “Liderança Ética Transformadora”**



Abertura do III Seminário de Gestão de Pessoas com a presença da Adm. Superior do MPMA

Foi realizado nos dias 04 e 05 de dezembro, no qual compareceram 406 (quatrocentos e seis) participantes de forma presencial, durante os dois dias, e 348 (trezentos e quarenta e oito) pessoas, na forma remota, cuja programação foi a seguinte:

– **Dia 04/12/2025**

- **Tema:** Liderança Ética: entre a moral do discurso e a moral da ação.
- **Palestrante:** Luiz Felipe Pondé.
- **Tema** A importância da liderança ética na construção de um ambiente íntegro e produtivo.
- **Palestrante:** Viviane de Sousa Mosé.
- **Tema:** Liderança Ética e Assédio: desafios e responsabilidades no ambiente de trabalho
- **Palestrante:** Lívia Sant’Anna Vaz

– Dia 05/12/2025

- **Tema:** Liderança Transformadora em um mundo de constante mudança
- **Palestrante:** Marcus Barão
- **Tema:** Liderança Sustentável: como equilibrar bem-estar, saúde mental e alta performance
- **Palestrante:** Renata Rivetti
- **Tema:** Liderança Motivadora: arquitetura do engajamento
- **Palestrante:** Daniel Hosken

Figura 31 - Card de divulgação do Seminário



Fonte: ESMP/PGJ,2025.

• **Elaboração e distribuição do Diário de Liderança Institucional**

Elaboração de um caderno em formato de diário, para servir como guia de apoio na construção e no acompanhamento dos compromissos de liderança, os quais foram distribuídos aos gestores desta Instituição durante o III Seminário de Gestão de Pessoas. O objetivo foi proporcionar um espaço para planejar ações, registrar experiências e refletir sobre cada passo da trajetória de liderança. Trata-se de um diário para registro da evolução pessoal e profissional dos líderes, onde serão registrados conquistas, aprendizados e transformações no exercício de liderar.



- **Realização da V Mostra Artística Cultural de Talentos do Ministério Público**



Durante a V Mostra de Talentos do MPMA foram realizadas oficinas de alimentação, apresentações musicais e exposições artísticas de membros e servidores

Nos dias 04 e 05 de dezembro de 2025, durante o III Seminário de Gestão de Pessoas, foi realizada a V Mostra de Talentos deste Ministério Público com a participação dos seguintes membros e servidores:

Quadro 5 - Participantes da V Mostra de Talentos

MÚSICA	ARTES PLÁSTICAS
Alisson dos Santos Silva	Dulce de Maria Alves Serra Moreira
Equipe Gestão de Ritmos (CGP)	Emmanuelle Feres de Souza Bragança
Gleicianne Barbosa Costa	Lana Cristina Barros Pessoa
Guilherme Ferre da Silva	Márcia Cristina Brito Becco Montenegro
José William Pereira Guimarães	Themis Maria Pacheco de Carvalho
Márcia Cristina Brito Becco Montenegro	Maria Luzinete Castro Costa
Ricardo Augusto de Oliveira Mendes	
Ronald Alexandre Camilo	
Sérgio de Paula Fonseca	
Taís Santos Lima	
ARTESANATO	EXPOSIÇÃO LITERÁRIA
Cynthia de Jesus Leite Mota	Poliana Ribeiro
Dulce de Maria Alves Serra Moreira	Márcia Montenegro

José de Ribamar Guedes Pontes	Lana Pessoa
Mauranir Dias Marinho	
Mônica Carvalho	
Themis Maria Pacheco de Carvalho	

Fonte: CGP/PGJ,2025.

3.4 Programa de Orientação para Aposentadoria



O Programa de Orientação para Aposentadoria promoveu palestras, oficinas, atividades físicas ao ar livre, dentre outras ações, para membros e servidores

Em 2025, foi lançado o Programa de Orientação para Aposentadoria, com a denominação PROGRAMA GUARÁ, com o objetivo de instruir membros e servidores do MPMA na elaboração de um planejamento de vida pós-aposentadoria, que se encontra regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 49202.

Figura 32 - Logo e acrônimo do programa



Fonte: CGP/PGJ,2025.

Durante o ano de 2025 foram desenvolvidos os módulos do Programa de Orientação para a Aposentadoria em duas turmas, a primeira no período de 24 a 27 de junho e a segunda turma no período de 05 a 08 de agosto de 2025, com a execução dos seguintes módulos:

- a) Aspectos Legais da Aposentadoria;
- b) Educação Financeira e Orçamento Familiar;
- c) Voluntariado e Ocupação continuada;
- d) Planejamento e Gestão do Tempo;
- e) Novas Redes de Relacionamento e Dinâmica Familiar;
- f) Saúde e Bem-Estar;
- g) Alimentação para o Envelhecimento Saudável;
- h) Plano de Vida para Aposentadoria;
- i) Cultura, Esporte e Lazer Pós-Aposentadoria.

Figura 33 - Programação das atividades de orientação para aposentadoria



Fonte: CGP/PGJ,2025.

3.5 Projeto MPMA + Saudável



O objetivo do Programa MPMA + Saudável é promover o bem-estar dos membros e servidores

O presente projeto visa promover a saúde e bem-estar dos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão (MPMA), estimulando hábitos alimentares saudáveis, prática regular de atividades físicas e saúde mental, contribuindo para um ambiente mais produtivo, saudável e harmonioso. Através de ações de incentivo e acompanhamento, busca-se proporcionar uma transformação positiva no estilo de vida dos participantes, com foco na perda de peso saudável, aumento de energia, redução do estresse e melhoria geral da saúde. O objetivo do projeto é

acompanhar os integrantes desta Instituição em três pilares: a) alimentação saudável (acompanhamento com nutricionista), b) exercícios físicos regulares (aulas com profissional de educação física) e c) apoio emocional (acompanhamento coletivo e individual com psicólogo).

Durante o ano de 2025, houve a implementação de duas turmas formadas por integrantes desta Instituição, os quais obtiveram acompanhamento com o profissional de educação física, com a nutricionista e com o psicólogo, respectivamente, através de práticas regulares de exercícios físicos, consultas individuais e coletivas sobre alimentação e apoio emocional, com o fim de estimular a adoção de hábitos saudáveis nos participantes.

3.6 Programa “Saúde Integrada”

Durante o ano de 2025 foram realizadas ações do Programa “Saúde Integrada”, através dos profissionais da área da saúde lotados na Seção de Saúde Funcional, levando aos membros e servidores das Promotorias de Justiça das Comarcas do interior do Estado consultas e rodas de conversa sobre saúde mental, atividade física, alimentação saudável e práticas saudáveis de saúde.



Equipe da Seção de Saúde Funcional percorreu várias comarcas do interior do Estado promovendo ações do Programa Saúde Integral

Figura 34 - Ações de saúde durante as campanhas: Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul



Fonte: CGP/PGJ,2025.

4 AÇÕES DE MELHORIA

Durante o período relatado, foram realizadas as seguintes ações de melhoria, com o fim de aprimorar a eficiência, a qualidade dos serviços prestados, bem como capacitar a equipe e implementar inovações tecnológicas.

- a) Elaboração de Estudo Técnico Preliminar para contratação de serviços de fisioterapia para continuação da prestação de serviço por profissional de fisioterapia, relacionado a ginástica laboral.
- b) Elaboração de Estudo Técnico Preliminar para contratação de serviços de educação física para continuação do projeto MPMA +Saudável, através de aulas de exercícios físicos, acompanhamento nutricional e psicológico.
- c) Elaboração de Estudo Técnico e Termo de Referência para contratação da Fundação Getúlio Vargas, que prestará consultoria para reorganização das unidades administrativas, com a otimização dos processos de trabalho e elaboração do novo Regimento Interno.
- d) Elaboração de Estudo Técnico e Termo de Referência para contratação da Fundação Getúlio Vargas, que desenvolverá Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho e Gestão do Desempenho Funcional integrado aos sistemas SEI e SIMP, com o fim de averiguar o alcance de metas e resultados institucionais, bem como informatizar o sistema de avaliação de desempenho.
- e) Elaboração de Estudo Técnico e Termo de Referência para ampliação do escopo do contrato vigente com o Serviço Social da Indústria – SESI, para extensão dos serviços contratados junto às unidades do MPMA, no que se refere a prestação de serviços técnicos especializados em Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho (SESMT), conforme Processo nº 821/2025;
- f) Início da implantação do Sistema Athenas nas áreas de administração de pessoal e de folha de pagamento, com o fim de otimizar as rotinas administrativas com a automatização dos processos de trabalho. Migração do Sistema GESP para o Sistema Athenas, junto ao Ministério Público do Tocantins;
- g) Adequação na disponibilização das informações no Portal da Transparência, referentes à área de Gestão de Pessoas, para cumprimento das diretrizes do CNMP, da ATRICOM e do TCE, alcançando o Selo Diamante de transparência na administração pública.
- h) Realização de convênio de patrocínio coletivo empresarial nº 2/2025, com a GEAP Autogestão em Saúde para prestação de assistência aos servidores;

- i) Participação dos servidores desta Coordenadoria no Encontro Nacional do Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas – CPGP, realizado no período de 02 a 04 de julho de 2025, na cidade de Belo Horizonte/MG.

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS (SECINST)

A Secretaria para Assuntos Institucionais - SECINST, órgão diretamente vinculado ao Procurador-Geral de Justiça, é responsável por implementar as diretrizes de gestão e assegurar a execução conforme o planejamento estratégico. Suas atribuições incluem:

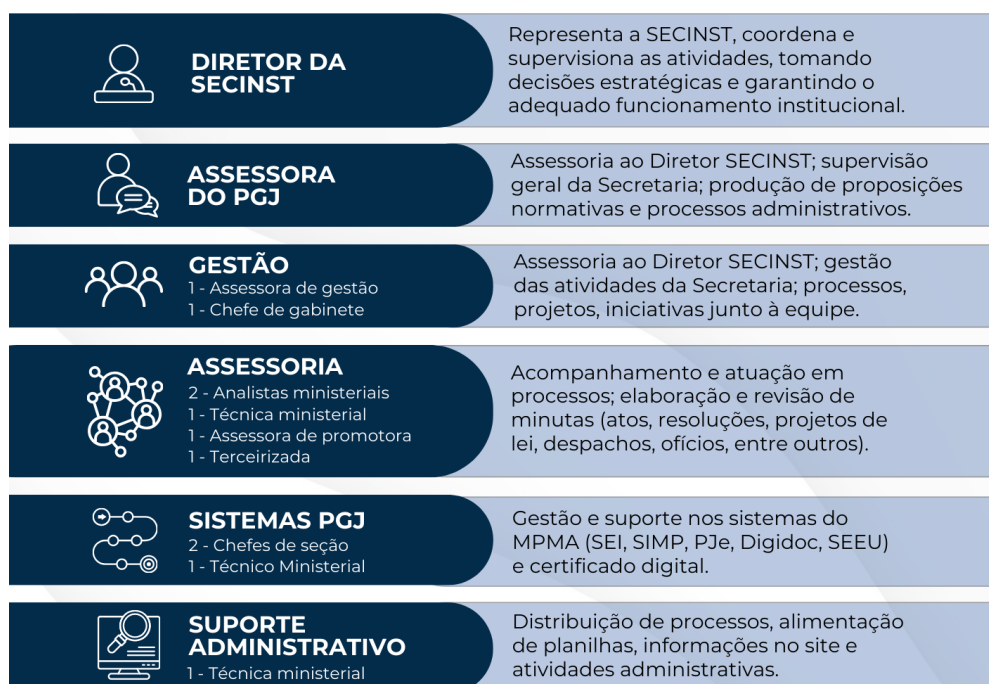
- Acompanhar a produção legislativa de interesse do Ministério Público.
- Auxiliar na elaboração de atos normativos internos, minutas de projetos de lei, convênios e termos de cooperação.
- Auxiliar o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça na articulação das atividades dos Centros de Apoio Operacional (CAOs).
- Coordenar e elaborar o calendário anual de atividades da Procuradoria Geral de Justiça.

Além disso, a SECINST é responsável por setores como a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, Coordenadoria de Comunicação, Setor de Arquivo e Setor de Protocolo, e articula parcerias com órgãos externos.

1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A estrutura da SECINST é organizada da seguinte forma, com suas competências administrativas:

Figura 35 - Estrutura Administrativa da SECINST



Fonte: SECINST/PGJ, 2025.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1 Supervisão do Portal da Transparência

O MPMA alcançou, pela primeira vez, o **Selo Diamante de Transparência Pública** em 2025, concedido pelo TCE-MA e pela Atricon. A SECINST coordenou o trabalho em três frentes:

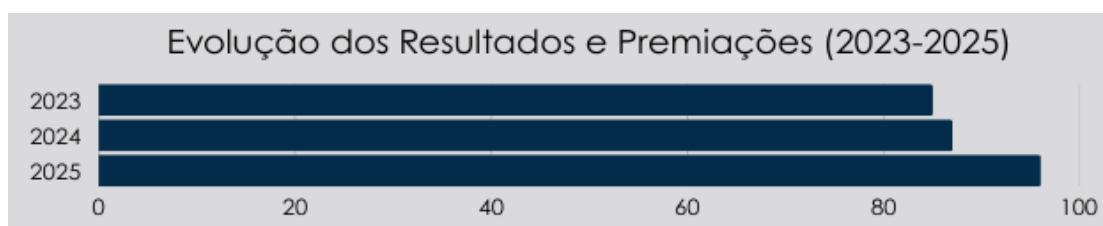
- **Governança e coordenação intersetorial:** Intensificação da articulação para uniformizar interpretações normativas, estabelecer rotinas de revisão e reduzir inconsistências.
- **Revisão e correção de inconsistências:** Mitigação de pendências em áreas como dados financeiros, informações de pessoal, contratações e relatórios obrigatórios.
- **Adequação ao Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) 2025:** Cumprimento integral dos critérios essenciais e específicos (IN 81/2024).



O PGJ, Danilo de Castro, recebeu o troféu das mãos do diretor da SECINST, Ednarg Fernandes

O desempenho institucional evoluiu de **85,12% (Padrão Elevado) em 2023** e **87,14% (Selo Ouro) em 2024**, para **96,85% (Selo Diamante) em 2025**. O crescimento acumulado de 2023 para 2025 foi de 11,73 pontos percentuais, sendo o salto de 9,21 pontos percentuais entre 2024 e 2025 o mais significativo.

Gráfico 28 – Demonstrativo da Evolução dos Resultados e Premiações (2023-2025)



Fonte: SECINST/PGJ, 2025.



O Diretor da SECINST, Dr. Ednarg Marques, em representação do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Danilo de Castro, recebe no TCE o certificado do Programa Nacional de Transparência Pública que foi concedido ao MPMA.



Registro das imersões e reuniões com a equipe do Portal da Transparência em 2025

2.2 Elaboração de Minutas de Projetos de Lei e Acompanhamento da Produção Legislativa de Interesse do Ministério Público

A SECINST elaborou duas minutas de Projetos de Lei de interesse do MPMA:

1. **Anteprojeto de Lei (Altera a Lei Estadual nº 8.077/2004):** Propõe transformar cargos de Assessor Técnico IV em cargos de Assessor de Procurador de Justiça e reenquadrar cargos de Chefe de Gabinete de Procurador de Justiça.
2. **Anteprojeto de Lei (Altera o Art. 15, I, e acrescenta § 2º ao Art. 16 da Lei Estadual nº 8.077/2004):** Dispõe sobre a criação de carreiras e cargos de apoio técnico-administrativo e fixa os valores de sua remuneração.

2.3 Auxílio na Elaboração de Atos Normativos Internos

A SECINST auxiliou na elaboração e revisão de **29 Atos Normativos** internos em 2025, buscando garantir a qualidade, eficiência e legalidade dos Atos.

Dentre os destaques, estão:

- Regulamentação do direito à conversão de licença compensatória em pecúnia (nº 1/2025);
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (nº 2/2025 e nº 19/2025);
- Política de privacidade e proteção de dados (nº 20/2025);
- Estabelecimento de parâmetros para a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica (nº 17/2025).

Também houve auxílio na alteração do Regimento Interno (nº 18/2025) e na reorganização dos Centros de Apoio Operacional (nº 27/2025).

2.4 Auxílio no Processo de Deflagração de Concurso Público para Membros

Em 2025, a SECINST auxiliou na formalização da contratação do Instituto AOCP, que está realizando o concurso público para membros do MPMA. A iniciativa visa preencher 74 cargos vagos de Promotores de Justiça, especialmente nas comarcas de entrância inicial e substitutas.

2.5 Celebração de Termos de Cooperação Técnica, Convênios, Termos Aditivos e Termos de Adesão

O setor celebrou **14 Termos de Cooperação Técnica** e **8 Convênios** no ano. Entre os Termos de Cooperação, destacam-se parcerias com o **Ministério Público Federal** para fiscalização de políticas de educação infantil e recursos do Proinfância,

com o **DETRAN/MA** para acesso a bases de dados, com a **UEMA** para cooperação técnica e científica, e com órgãos da **Secretaria de Segurança Pública (SSP/PC/Perícia Oficial)** para troca de conhecimentos e acesso a sistemas de ocorrência criminal (SINESP/PPE e GALILEU).

Os Convênios firmados em 2025 foram majoritariamente para o oferecimento de estágio não obrigatório ou programas de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) com instituições como a **UNIASSELVI**, a **UEMASUL**, a **Faculdade 19 Educação** e a **Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público**.

2.6 Gestão e Desempenho em Processos e Documentos

A SECINST gerenciou processos em dois sistemas principais:

- **Sistema DIGIDOC (janeiro a dezembro de 2025):**
 - Tramitaram **3.367 processos**.
 - Foram abertos 480 processos, recebidos 1.145, arquivados 173 e encaminhados 1.569.
 - Foram criados **530 documentos**, sendo os principais: Despachos (225), Autorizações (87) e Declarações (75).

Tabela 62 – Tramitação de processos via Sistema DIGIDOC em 2025

MÊS	Processos Abertos	Processos Recebidos	Processos Arquivados	Processos Encaminhados
JAN	104	210	27	261
FEV	116	204	37	344
MAR	75	181	28	199
ABR	58	96	16	188
MAI	80	142	23	182
JUN	47	123	16	157
JUL	0	73	6	89
AGO	0	34	0	33
SET	0	37	3	57
OUT	0	26	8	33
NOV	0	14	4	18
DEZ	0	5	5	8
TOTAL	480	1145	173	1569

Fonte: SECINST/PGJ, 2025.

Tabela 63 – Criação de documentos via DIGIDOC em 2025

Tipo de Documento	Quantidade
Ata	2

Autorização	87
Avaliação de Desempenho	3
Certidão	49
Declaração	75
Despacho	225
Informação	22
Memorando	7
Memorando Circular	1
Ofício	57
Ofício Circular	1
Relatório	1
Total	530

Fonte: SECINST/PGJ, 2025.

- **Sistema Eletrônico de Informações (SEI) (julho a dezembro de 2025):**
 - Tramitou um total de **787 processos administrativos**.
 - O setor gerou 139 processos e tramitou 648 processos.
 - Foram emitidos **453 documentos**, sendo os principais: Despachos (148), Declarações (64) e Informações (60).

Tabela 64 – Criação de documentos via Sistema Eletrônico de Informações - SEI em 2025

Tipo de documento	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ata	0	0	1	0	0	0	1
Autorização	6	10	7	15	7	1	46
Certidão	8	21	8		2	1	40
Certidão de Bloqueio de Sistemas	0	0	4	13	8	3	28
Certidão de Certificado Digital	0	0	3	12	7	3	25
Declaração	10	17	12	12	8	5	64
Despacho	14	18	31	40	33	12	148
Informação	6	8	12	11	11	12	60
Memorando	3	5	2	0	0	0	10
Memorando Circular	0	0	0	1	0	0	1
Ofício	5	5	3	3	5	2	23
Relatório	0	0	0	0	1	0	1
Requerimento	2	3	0	0	1	0	6
TOTAL	54	87	83	107	83	39	453

Fonte: SECINST/PGJ, 2025.

2.7 Suporte aos Sistemas do Ministério Público do Maranhão

A SECINST é responsável pelo gerenciamento e suporte dos sistemas SIMP, DIGIDOC, SEI, PJe e SEEU, e pela gestão de Certificados Digitais.

- **SIMP:** A atualização para a versão SIMP 3+ foi lançada em fevereiro de 2025. A Equipe Operacional atendeu **1.210 solicitações** (chamados) via Citsmart e 4biz.
- **DIGIDOC:** Foram atendidas **125 solicitações** via Citsmart e 4biz, além de 12 solicitações via e-mail.
- **PJe e PJe Eleitoral:** Contabilizaram **936 solicitações** de serviços/chamados via Citsmart e 4biz.
- **SEEU:** Foram computadas **101 solicitações** via Citsmart e 4biz, além de 15 via e-mail.
- **Certificado Digital:** Foram concedidos **412 certificados digitais** (Cert-JUS Poder Público - A3 e e-CPF - A3 em Nuvem). O setor registrou **113 atendimentos de suporte**.
- **SEI:** Em substituição ao Digidoc, o SEI tornou-se o sistema oficial da área meio em 1º de julho de 2025. Foram realizados 4 treinamentos online no primeiro semestre, e mais 2 treinamentos no segundo semestre por meio do Projeto "Diálogos Institucionais". No período de implantação, foram contabilizadas **641 solicitações** via Citsmart e 4biz.

Figura 36 - Registros dos Treinamentos online do SEI



Fonte: SECINST/PGJ,2025.

3 DESTAQUES

- **Coral do "Vozes do MPMA"**: O coral, composto por membros e servidores, realizou **13 apresentações** em 2025.

Figura 37 – O Coral do MPMA constitui-se como expressão artística e integração institucional



Fonte: SECINST/PGJ,2025.

- **Projeto "Diálogos Institucionais"**: A iniciativa busca fortalecer vínculos internos e otimizar canais de comunicação, promovendo o desenvolvimento de competências e a integração. Em 2025, foram realizados 2 Diálogos:



1. **"Veja o que mudou no Simp 3+"** (26/02/2025): Teve 145 participantes (93,8% servidores).

2. "Desvendando o SEI: da teoria à prática" (20/10/2025): Teve 112 participantes (94,6% servidores).

- **Satisfação:** Na pesquisa de satisfação, **97,56%** dos participantes avaliaram a atividade como boa ou excelente. O desafio é aumentar a participação de membros.

Figura 38 - Oficina Desvendando o SEI: da teoria à prática realizada no dia 30/10/2025



Oficina: Desvendando o SEI: da teoria à prática

Total de Participantes: 112



Fonte: SECINST/PGJ,2025.

Figura 39 - Painel de Monitoramento dos Resultados dos Diálogos Institucionais em 2025



Fonte: SECINST/PGJ,2025.

4 PARTICIPAÇÕES DA DIRETORIA EM REUNIÕES E REPRESENTAÇÕES

O relatório lista 18 participações da Diretoria em reuniões e representações institucionais em 2025, incluindo:

- Assinatura do contrato com o Instituto AOCF (Concurso Público).
- Visitas institucionais ao Google (São Paulo/SP) e à Sede da SEMA/MA.
- Participação em Sessão do CNPG (Brasília/DF).
- Representação institucional na Entrega do **Selo Diamante do Portal da Transparência** pela ATRICON (Florianópolis/SC).
- Participação no lançamento do "**Projeto órfãos do Feminicídio**".
- Participação no evento de Posse do Conselheiro Thiago Diaz no CNMP.

5 PRÓXIMOS PASSOS

As linhas de atuação para o próximo ciclo incluem:

- a) **Manutenção do Selo Diamante** e aprimoramento contínuo da transparência institucional.
- b) **Consolidação da implantação do SEI** na área meio, com migração completa dos fluxos de trabalho e capacitação contínua.
- c) **Apoio irrestrito à finalização do Concurso Público** para Membros, visando a reposição do quadro funcional.
- d) **Expansão do Projeto Diálogos Institucionais**, buscando a otimização da taxa de conversão e o aumento da participação de membros.

A SECINST consolidou-se como uma Unidade estratégica, com destaque para a conquista inédita do **Selo Diamante de Transparência Pública**. O setor auxiliou na elaboração de diversos atos normativos, tramitou um total de **3.367 processos no Digidoc** e **787 processos no SEI**, e promoveu a integração interinstitucional através de Convênios e Termos de Cooperação Técnica. O objetivo é seguir aprimorando as ações consolidadas para garantir a melhoria contínua e a eficiência das entregas institucionais.

Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

O trabalho da Coordenadoria de Comunicação em 2025 foi regido pela Política de Comunicação Institucional Oficial (Ato Regulamentar nº 16/2015), que se encontrava em processo de revisão no ano. Registre-se ainda que a CCOM está subordinada à Secretaria para Assuntos Institucionais - SECINST.

1.1 Principais Atribuições

- **Papel Estratégico:** Preservação da imagem institucional e apoio a membros e servidores no relacionamento com a imprensa.
- **Divulgação:** Difusão de decisões judiciais, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e recomendações.
- **Imprensa e Comunicação:** Atendimento a veículos de comunicação, concepção e execução de campanhas e peças, e promoção da comunicação interna.
- **Eixos de Ação:**
 - **Comunicação Interna:** Voltada a membros e servidores. Principais demandas: cobertura da agenda do Procurador-Geral de Justiça, coberturas jornalísticas de eventos/reuniões/inspeções, produção de conteúdos (jornalísticos e gráficos) e suporte a eventos/campanhas internas.
 - **Comunicação Externa:** Direcionada à sociedade em geral. Principal atribuição: atendimento à imprensa (agendamento de entrevistas, elaboração/envio de notas e *releases*, suporte a coletivas).
- **Canais Utilizados:** Portal Institucional, Intranet, redes sociais oficiais, murais físicos e e-mail institucional.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

As atividades foram desenvolvidas de forma integrada, organizadas em eixos: Assessoria de Imprensa, Gerenciamento de Redes Sociais, Produção de Vídeos, Produção Gráfica e Campanhas Institucionais, e Gerenciamento de Conteúdos (Portal e Intranet).

2.1 Assessoria de Imprensa

- **Responsabilidade:** Relacionamento institucional com a mídia, produção e publicação de matérias no Portal do MPMA, envio de conteúdo à imprensa, agendamento de entrevistas e elaboração de notas institucionais.
- **Dados Consolidados de 2025:**
 - Total de matérias publicadas no Portal Institucional: **835 matérias;**
 - Média mensal de matérias publicadas: **69 publicações;**
 - **Atendimentos diários** à imprensa (entrevistas, notas e demandas diversas).

Figura 40 - Visão do Portal mpma.mp.br

The screenshot displays the MPMA website interface. On the left, there is a 'NOTÍCIAS' section with a large image of a scale of justice. Below it, a news item from 30/12/2025 is visible: 'TURILÂNDIA – MPMA consegue suspensão de shows de aniversário da cidade'. The main content area shows a list of news items with dates and titles: 22/12/2025 'PIRAPEMAS – TAC estabelece construção de nova sede para Conselho Tutelar', 22/12/2025 'Gaeco deflagra Operação Tântalo II com cumprimento de mandados no Maranhão', 22/12/2025 'SÃO LUÍS – Município está obrigado a regularizar repasse de recursos ao FMDCA', and 19/12/2025 'IMPERATRIZ – Denúncia do MPMA sobre fraudes em licitações é aceita pela Justiça'. On the right, there is an 'AO CIDADÃO' section with icons for 'Ouvidoria', 'Medidas Protetivas de Urgência', 'Plantão das Promotorias', and 'Contatos dos Promotores'. At the bottom right, there is a logo for 'TRANSPARÊNCIA MINISTÉRIO PÚBLICO'.

Fonte: CCOM/PGJ, 2025.

Tabela 65: Quantidade de notícias do Portal mpma.mp.br

Localidades	Qtd. Notícias	Total de Visualizações	Média/Notícia
GERAL (Institucional)	316	100.224	317,1
SÃO LUÍS	106	19.825	187,0
BALSAS	67	8.122	121,2
IMPERATRIZ	48	6.840	142,5
TIMON	20	3.655	182,7
AÇAILÂNDIA	12	2.502	208,5
SANTA INÊS	11	2.015	183,2
CAXIAS	13	1.706	131,2
CHAPADINHA	12	1.517	126,4
CODÓ	9	1.259	139,9
PAÇO DO LUMIAR	6	1.157	192,8
BARREIRINHAS	8	1.156	144,5
ESTREITO	5	1.053	210,6
BACABAL	8	1.045	130,6
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	7	1.037	148,1
PINHEIRO	8	1.026	128,3

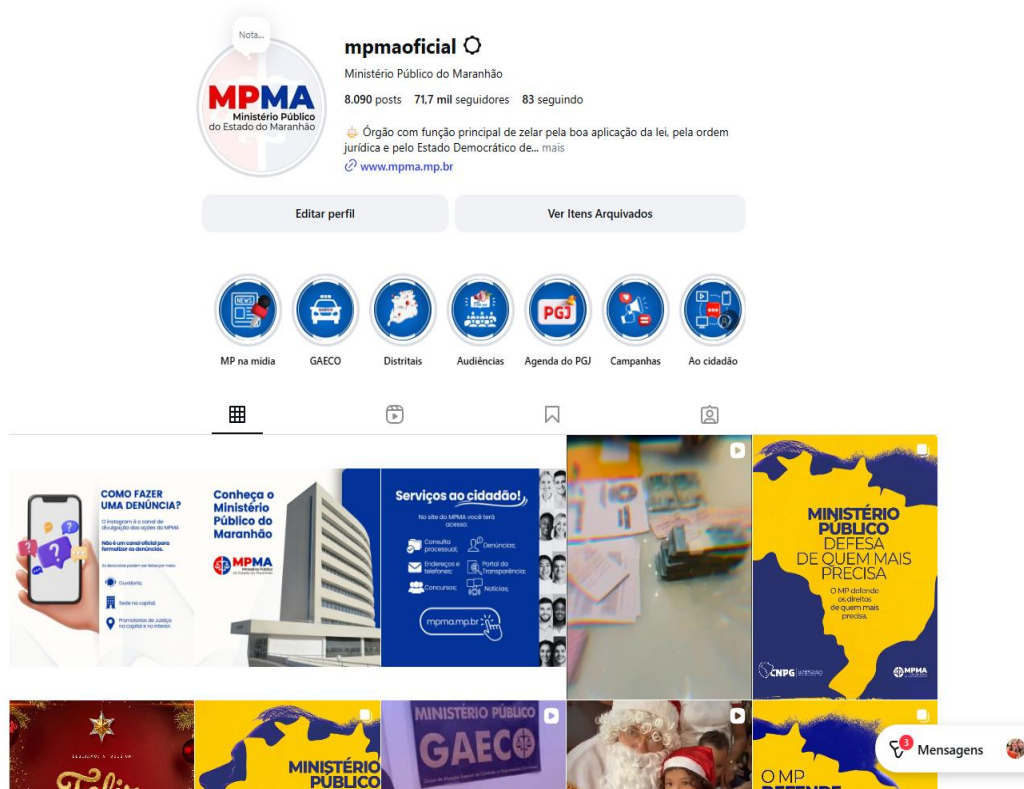
OUTRAS CIDADES (53 localidades)	152	17.447	114,7
TOTAL	808	173.586	214,8

Fonte: CCOM/PGJ, 2025.

2.2 Gerenciamento de Redes Sociais

- **Estratégia:** Instrumento importante de divulgação institucional e aproximação com a sociedade, mantendo atuação no Instagram, Facebook e YouTube, com foco estratégico no **Instagram**.
- **Dados do Instagram – @mpmaoficial:**
 - Número de seguidores em 2025: **71,7 mil**;
 - Quantidade total de postagens em 2025 (feed, stories e reels): **354 postagens**.

Figura 41 - Instagram - @mpmaoficial



Fonte: CCOM/PGJ, 2025.

2.3 Produções de Vídeos

- **Conteúdos:** Audiovisuais para redes sociais, canal oficial do YouTube e TVs institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça (*mídia indoor*). Incluem vídeos informativos, institucionais, séries temáticas, *reels* e edições do *Giro de Notícias*.

- **Produções Audiovisuais em 2025:**
 - Edições do *Giro de Notícias*: **40 edições**;
 - Vídeos institucionais e reportagens especiais: **35 vídeos**;
 - Transmissões em parceria com a empresa contratada Cena 2: **50 gravações**.

2.4 Campanhas/Ações Institucionais e Produção Gráfica

- **Ações:** Realização de campanhas institucionais e produção de materiais gráficos diversos (banners, *cards* para redes sociais, convites, *folders* e cartazes).
- **Atendimento a Setores:** Escola Superior do Ministério Público, Centros de Apoio Operacional (CAOs), Centro Cultural, Seplag, Secinst e Promotorias de Justiça.
- **Produção Gráfica em 2025:**
 - Solicitações de peças gráficas recebidas: **161**
 - Demandas de design atendidas: **221**
 - Campanhas institucionais próprias ou adesão a campanhas nacionais: **16**
 - Cards de datas comemorativas produzidos: **32**

2.5 Comunicação Interna – Portal e Intranet

- **Intranet:** Fortalecida como ferramenta essencial para acesso a serviços, informações administrativas e conteúdos jornalísticos.
 - **Principais Indicadores:**
 - Página inicial (*Home*): **220.135 visualizações**; **4.881** usuários únicos.
 - Seção de Notícias: **6.193 visualizações**; **1.838** usuários únicos.
 - Página “Aniversariantes”: **Maior tempo médio de engajamento**.
- **Portal Institucional:** Ampla capilaridade das notícias, com alcance em diversas regiões do estado, e alto engajamento em conteúdos sobre concursos, editais, operações e ações institucionais.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

A CCOM deu continuidade a ações alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional 2021–2029, focando em intensificar o diálogo com a sociedade, fomentar a solução pacífica de conflitos e fortalecer a comunicação e a imagem institucional.

- **Destaques:**
 - Revisão da Política de Comunicação Institucional do MPMA (em tramitação).
 - Desenvolvimento e planejamento de ações de *Media Training* (com etapas já realizadas e outras em organização).

4 AÇÕES DE MELHORIA

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação de práticas de comunicação orientadas pela transparência, fortalecimento da imagem institucional e ampliação do diálogo com os públicos interno e externo. Para 2026, o foco será na melhoria contínua dos processos:

- **Organização de Demandas:** Manutenção do uso do SEI, e-mail institucional e da ferramenta Trello.
- **Infraestrutura e Qualidade técnica:** Adoção de medidas para melhoria, incluindo a aquisição de novos equipamentos e o planejamento de reestruturação física do setor, com previsão de implantação de estúdio para produções audiovisuais.

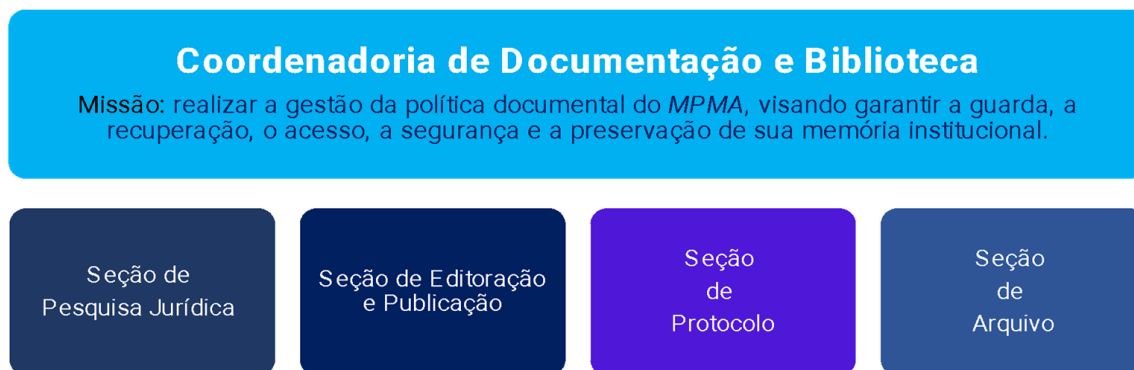
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Coordenação de Documentação e Biblioteca (CDB) é uma unidade administrativa subordinada à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), conforme os Atos Regulamentares N° 020/2008-GPGJ e N° 22/2020-GPGJ.

Sua missão principal é realizar a gestão da política documental do MPMA, visando garantir a guarda, recuperação, acesso, segurança e preservação de sua memória institucional. Possui as seguintes seções administrativas subordinadas:

Figura 42 – Organograma da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca - CDB



Fonte: CDB/PGJ,2025.

As principais competências regimentais da Coordenadoria, além de supervisionar as seções, incluem:

- Acompanhar a produção da informação legislativa, doutrinária e jurisprudencial, atender a solicitações de pesquisas jurídicas, e registrar, organizar e divulgar os Atos normativos do *Parquet* Estadual.
- Coordenar as atividades de processamento técnico das publicações do acervo da biblioteca para recuperação e disseminação da informação.
- Supervisionar a produção editorial das publicações institucionais para divulgação de ações, programas e projetos do MPMA.
- Promover o gerenciamento do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão (DEMP-MA).
- Propor processos administrativos e acompanhar a execução da prestação de serviços e aquisição de produtos, por meio da gestão e fiscalização de contratos administrativos.

A CDB também integra e secretaria a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do MPMA e compõe a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Programa de Gestão de Documentos do MPMA.

Participa da Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Maranhão, que delibera e planeja diretrizes ambientais sustentáveis.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS

2.1 Política de Atendimento aos Usuários

O setor buscou o cumprimento de suas atribuições em 2025, conforme o comparativo anual de rotinas.

Tabela 66 – Rotinas administrativas, serviços e produtos da CDB/PGJ

Rotinas, Serviços e Produtos	2024	2025
Sistema DIGIDOC (total de movimentações e despachos)	279	213
Sistema SEI (total de atividades registradas)	-	726
Expedição de correspondências (Postagens via SIGEP WEB Correios)	185	249
Atendimento a solicitações de pesquisas (legislação, doutrina e jurisprudência)	472	240
Alerta-legislação (envio de normas federais e estaduais)	252	204
Disponibilização de atos normativos do MPMA (Legislação Interna)	122	147
Publicação de matérias no Diário Eletrônico do MP (DEMP-MA)	4.634	6.605
Total de edições do DEMP-MA	245	250
Alerta Publicação Oficial (envio por e-mail de procedimentos ministeriais)	3.469	5.150
Veiculação de avisos, editais e notas oficiais em jornais locais	62	65
Disponibilização de Recomendações e TAC no Portal da Transparência	396	171

Fonte: CDB/PGJ (2024-2025).

Tabela 67 – Serviços de Referência e de Processamento Técnico (CDB)

Atendimento ao Usuário	2024	2025
Consulta local ao acervo bibliográfico	30	34
Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários	42	69
Pesquisa <i>on-line</i> (SIABI Web)	113	190
Cadastro de usuários	6	5
Desenvolvimento de Coleções	2024	2025
Aquisição de livros impressos (doação)	42	37

Fonte: Sistema de Automação de Bibliotecas - SIABI (2024-2025).

2.2 Gestão e Fiscalização de Contratos

Em 2025, em alinhamento ao Planejamento Estratégico do MPMA e ao Plano de Contratações Anual (PCA), foram gerenciados e fiscalizados contratos relacionados a necessidades institucionais.

Figura 43 – Contratos sob gestão e fiscalização da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



Fonte: CDB/PGJ,2025.

Quadro 6 – Ação Gestão e fiscalização de contratos CDB (2025)

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	OBJETIVO ESPECÍFICOS
Projeto Biblioteca Digital	Assinatura de plataformas de livros digitais/sistema de pesquisas <i>on line</i> , para potencializar a fundamentação ministerial por meio de fontes bibliográficas atualizadas para contribuir na execução das funções precípua e necessidades informacionais do MPMA.
Guarda externa de documentos e arquivos	Prover guarda externa e gestão da massa documental da Seção de Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça.
Veiculação de avisos e editais em jornais locais	Atender permanente divulgação de informações relativas aos procedimentos licitatórios e contratos administrativos, além de atendimento de eventual necessidade de veicular outras matérias institucionais da Administração Superior do MPMA e dos Órgãos de Execução Ministerial em jornais.
Renovação de aplicativos técnicos (SIABI)	Manter assistência técnica para as estações de trabalho do “Sistema SIABI” instaladas na Biblioteca da PGJ e na Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público (ESMP).
Fornecimento e assinatura de jornais locais	Subsidiar a tomada de decisões no âmbito da atuação institucional e política do MPMA frente aos órgãos formadores de opinião pública.
Fornecimento de materiais gráficos (publicações institucionais)	Suprir as necessidades de comunicação interna e externa dos projetos, campanhas, serviços e programas da Instituição em benefício da sociedade maranhense.

Fonte: CDB/PGJ (2024-2025).

2.3 Supervisão Editorial de Obras Institucionais

Em 2025, foram produzidos vários títulos de relevo do *Parquet* maranhense, por meio de procedimentos de normalização, organização, editoração, confecção gráfica, distribuição e/ou divulgação institucional.

Figura 44 – Obras Institucionais



Fonte: CDB/PGJ,2025.

As obras e materiais produzidos incluíram:

- Confecção gráfica e distribuição do KIT MPMA 2026 (Agendas, cadernos, calendários e bloco de anotações).
- Impressão do Livro “ARBORIZAÇÃO URBANA: praças e avenidas de São Luís, Maranhão”.
- Impressão da Cartilha “DESPERTANDO CONSCIÊNCIAS”.
- Reimpressão da Cartilha “PROJETO OHANA: Restaurando a imagem da família e a dignidade da mulher” (2ª edição).
- Impressão da Cartilha “DIREITO DAS FAMÍLIAS E O MINISTÉRIO PÚBLICO”.
- Reimpressão da Cartilha “ENTENDENDO A LEI MARIA DA PENHA”.
- Impressão da Cartilha “SOFRI VIOLÊNCIA SEXUAL E ENGRAVIDEI. E AGORA, QUAIS SÃO MEUS DIREITOS?”.
- Impressão da Cartilha “PLANO DE SEGURANÇA PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA” (do MPRS).
- Impressão da Cartilha “LEI MARIA DA PENHA: Um marco na defesa dos direitos das mulheres” (do CNMP).
- Reimpressão da Cartilha “CONSÓRCIO NÃO É FINANCIAMENTO”.

- Reimpressão da Cartilha "MANUAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL" (2ª edição).
- Apoio gráfico para a Campanha "O TRÂNSITO TEM LEI E EU CUMPRO".

2.4 Atividades da Seção de Protocolo da PGJ

A tabela a seguir apresenta o comparativo anual dos serviços do Protocolo da PGJMA.

Tabela 68 – Recebimento/Autuação de processos (2024-2025)

Recebimento/Autuação de Processos	2024	2025
Requisições registradas no Protocolo - Sistema DIGIDOC	1.020	590
Registro de atendimento ao público - Sistema SIMP	295	680
Processos autuados no Protocolo Sistema SEI	-	456
TOTAL	-	1.726

Fonte: Protocolo/PGJ (2024-2025).

2.5 Atividades da Seção de Arquivo da PGJ

A tabela registra o comparativo anual das atividades do Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

Tabela 69 – Atividades e procedimentos do Arquivo/PGJMA (2024-2025)

Atividades e Procedimentos	2024	2025
Documentos e caixas-arquivos solicitados para consulta	279	175
Documentos e caixas-arquivos devolvidos para arquivamento (após consulta)	231	120
Documentos e caixas-arquivos recebidos para análise, descarte, recolhimento e transferência	361	178
TOTAL	-	473

Fonte: Arquivo/PGJ (2024-2025).

3 INICIATIVA DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Quadro 7 – Iniciativa no âmbito do planejamento estratégico - Gestão Documental

INICIATIVAS	OBJETIVO(S)	RESULTADOS OBTIDOS
		A gestão documental justifica-se pelo acúmulo de documentos em papel, nos setores e órgãos ministeriais, em decorrência da não utilização dos instrumentos

<p>GESTÃO DOCUMENTAL</p>	<p>a) Promover a gestão eficiente dos documentos de acordo com as fases que determina a tabela de temporalidade;</p> <p>b) Eliminar com segurança os documentos sem utilidades, observando os instrumentos arquivísticos disponíveis;</p> <p>c) Garantir a guarda de documentos permanentes e históricos da Instituição.</p>	<p>arquivísticos, para fins de organização e eliminação nas unidades produtoras.</p> <p>Em 2025, por meio de atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Programa de Gestão de Documentos da PGJMA, presidida pelo Procurador de Justiça José Antônio de Oliveira Bents, foram alcançados os seguintes resultados:</p> <p>a) Análise, classificação e atribuição de prazos de guarda e destinação final aos documentos físicos (suporte papel) de cerca de 700 (setecentas) caixas polietileno;</p> <p>b) Recebimento e aprovação de formulários de eliminação de documentos oriundos de 3 (três) promotorias da capital e do interior para posterior publicação de edital de eliminação;</p> <p>c) publicação de 13 (treze) editais para eliminação dos documentos que já cumpriram seu prazo de guarda;</p> <p>d) Eliminação de cerca de 900 (novecentas) caixas de documentos através da Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL), incluindo documentos da Diretoria Geral, da Seção de Transportes, além de documentos armazenados no Centro Cultural do Ministério Público do Estado do Maranhão;</p> <p>e) Recolhimento de 32 (trinta e duas) caixas para o arquivo permanente;</p> <p>f) Transferência de 10 (dez) caixas ao arquivo intermediário para cumprimento de prazo prescricional de guarda;</p> <p>g) Visita às comarcas de Paço do Lumiar (com participação de 4 promotorias) e da comarca de Imperatriz (com a participação de promotorias de Imperatriz, João Lisboa e Porto Franco) para realização de oficinas de explanação e orientação sobre noções gerais do ciclo da documentação, desde a criação, uso e disseminação até a destinação final de documentos oficiais, com a aplicação adequada dos Códigos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade de Documentos do MPMA e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).</p>
---------------------------------	---	---

Fonte: CDB/PGJ (2024-2025).

4 AÇÕES DE MELHORIA

- **Projeto BIBLIOTECA DIGITAL DO MPMA:** Promove a democratização do conhecimento e a universalização da informação jurídica por meio de cadastros e acessos em plataformas de livros digitais e sistema de pesquisas *on-line*, disponibilizados pela Intranet do MPMA.
- Em 2025, além da renovação das plataformas Proview, Fórum e Magisternet, foi contratada a plataforma **Jusbrasil**.



Tabela 70 – Plataforma “Jusbrasil”

JUSBRASIL	2025
Pesquisas/acessos	72.087

Fonte: Empresa Goshme Soluções para Internet Ltda - <https://www.jusbrasil.com.br/>, (2025).

Tabela 71 – Plataforma “Biblioteca Digital Proview”

BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW	2024	2025
Disponibilização de livros	2.132	2.251
Eventos (pesquisas/acessos)	32.712	19.081

Fonte: Editora Revista dos Tribunais (RT) - <https://www.thomsonreuters.com/em.html>, (2024-2025).

Obs.: A RT considera eventos todas as interações que os usuários executam na plataforma como, por exemplo, pesquisas realizadas, abertura de documentos *etc.*

Tabela 72 – Plataforma “Fórum de conhecimento jurídico”

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO	2024	2025
Acervo (livros, códigos, periódicos, informativos e vídeos)	2.057	6.136
Pesquisas/acessos	n/a (não disponível)	5.115

Fonte: Editora Fórum - <https://www.forumconhecimento.com.br/>, (2024-2025).

Tabela 73 – Sistema de pesquisa jurídica *on line* “MAGISTER NET”

Sistema MAGISTER NET	2024	2025
Consultas (legislação, jurisprudência, doutrina, dicionário jurídico, prática jurídica, modelos e prazos processuais)	8.692	4.759
Disponibilização de periódicos jurídicos (coleção completa)	10	10

Fonte: LEX Editora - <https://www.lex.com.br/plataforma-lex>, (2024-2025).

Programa Memória Institucional do MPMA (PMMP)

Conforme as linhas de ação do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, criado pela Resolução nº 04/2004, do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA, seguem as atividades desenvolvidas durante o exercício de 2025:

1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Atividades desenvolvidas na Biblioteca Pública Benedito Leite

- a) Levantamento de dados acerca dos concursos realizados para ingresso de membros do Ministério Público do Estado entre os anos de 1940 e 2014;
- b) Levantamento de dados biográficos acerca do Procurador de Justiça aposentado João Raymundo Leitão.

1.2 Atividades desenvolvidas na Procuradoria-Geral de Justiça

- a) Levantamento de dados funcionais de Procuradores de Justiça, por meio da consulta aos dossiês institucionais;
- b) Pesquisa no acervo fotográfico institucional.

2 HISTÓRIA ORAL

2.1 Ações executadas

- Trabalho técnico de revisão de entrevistas realizadas com Promotores e Procuradores de Justiça (ativos e inativos) para composição da História Oral do Programa Memória Institucional do MPMA;
- Formalização de convites para participação das entrevistas de História Oral do PMMP aos ex-Procuradores-Gerais de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho e Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; e aos Procuradores de Justiça Domingas de Jesus Fróz Gomes, Iracy Martins Figueiredo Aguiar, José Henrique Marques Moreira, Lígia Maria da Silva Cavalcanti, Regina Maria da Costa Leite e Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro;
- Realização de entrevistas com os Procuradores de Justiça Iracy Martins Figueiredo Aguiar e José Henrique Marques Moreira para composição do quadro da História Oral do PMMP.

3 MEMORIAL

3.1 Projeto Escola no Memorial do MPMA

- Março - Visita de estudantes do Centro de Ensino João Lisboa (rede pública estadual) e do Colégio Imperial (rede particular), com a palestra “Conversando sobre a Lei Maria da Penha”, pelo Promotor de Justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, titular da 27ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (6º Promotor de Justiça de Defesa da Mulher), que idealizou o evento em conjunto com a Promotora de Justiça Norimar Gomes Nascimento Campos, titular da 28ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís (7º Promotor de Justiça de Defesa da Mulher);
- Novembro - Visita de estudantes do ensino médio do Colégio Liceu Maranhense ao Memorial do MPMA e realização de palestra sobre a vida de Celso Magalhães, patrono do Parquet maranhense, ministrada pelo Promotor de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhêde, titular da 27ª Promotoria de Justiça Criminal (4º Promotor de Justiça do Júri) do Termo Judiciário de São Luís.

3.2 Semana de Museus e Primavera dos Museus

- Maio - Inscrição na 23ª Semana de Museus, com o tema “O futuro dos museus em comunidades em rápida transformação”, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- Setembro - Inscrição na 19ª Primavera dos Museus, com o tema “Museus e mudanças climáticas”, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM);
Registrou-se o cômputo anual de 908 visitantes ao Memorial.

4 ATIVIDADES DIVERSAS

- Pesquisa de informações biográficas de mulheres pioneiras que ocuparam cargos de destaque no Parquet maranhense (Procuradoras de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva, Iracy Martins Figueiredo Aguiar e Néa Bello de Sá), para subsidiar a publicação institucional “Mulheres do Ministério Público: trajetórias que inspiram” da Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Reprodução de fotografias das galerias de Procuradores-Gerais de Justiça e Ouvidores-Gerais de Justiça constantes do acervo do Memorial do MPMA;
- Levantamento de matérias jornalísticas do ex-Presidente da República José Sarney sobre a guarda do processo-crime da Baronesa de Grajaú e a resposta

dada pelo então Procurador-Geral de Justiça do Maranhão Luiz Gonzaga Coelho Martins;

- Participação da historiadora Kelcilene Rose Silva e dos Residentes de História em Curso de Formação em História Oral, ministrado pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO);
- Abertura de processo administrativo, com pedido de vista ao Procurador-Geral de Justiça sobre a minuta do ato de criação do projeto “Guardiões da Justiça”, para análise e sugestões no âmbito da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional;
- Participação do Promotor de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhêde, membro do Programa, na roda de conversa pública atinente ao lançamento, em São Luís-MA, do livro “Geminiana e seus filhos”, dos historiadores Maria Helena Machado e Antônio Alexandre Cardoso, com uma nova abordagem sobre o crime da Baronesa de Grajaú, em que se destacou o Promotor Público Celso Magalhães, hoje Patrono do MPMA (dia 25.04.2025, na Galeria Floriano Teixeira, do Museu Histórico e Artístico do Maranhão);
- Concessão de entrevista, ao jornalista e historiador Marcus Saldanha em 02/08/2025, no Programa História em Debate, pelos membros da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão Washington Luiz Maciel Cantanhêde e Cláudio Luiz Frazão Ribeiro [Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Rx-YVb9hA04?si=GeM3Kgkqkl2kpW4o>];
- Concessão de entrevista, à TV Assembleia, do Poder Legislativo Estadual, no espaço do Memorial do MPMA, em 23/09/2025, pelo Promotor de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhêde, Membro da Comissão Gestora do PMMP [Disponível em: <https://youtu.be/5QBDHAhJWgw?si=hE3XMEGuNGvkRv2Z>];
- Produção de vídeos pela Coordenadora de Comunicação Poliana Marta Ribeiro de Abreu sobre o Programa Memória Institucional e o Patrono do Parquet maranhense, Celso Magalhães, sob supervisão da Comissão Gestora do Programa, para divulgação nas redes sociais do MPMA;
- A ex-colaboradora do Programa Memória, Maria Susana Silva Pinheiro, apresentou projeto poético para o Memorial intitulado “Vozes que Permanecem: Poesia, Memória e Cidadania no Ministério Público do Maranhão”, com objetivo de promover o diálogo entre a poesia e a cidadania, valorizando a memória institucional do MPMA por meio da arte literária;

- Apresentação de notícia ao Promotor de Justiça Cláudio Rebêlo Correia Alencar – titular da 9ª Promotoria de Justiça Especializada (2º Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente) do Termo Judiciário de São Luís – sobre os riscos sofridos pelo acervo geral do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), fonte de pesquisa do Programa Memória do MPMA, em decorrência do estado precário do prédio histórico que o abriga, da inadequação do local destinado à sua sede provisória, nas condições então identificadas, e da baixa prioridade na remoção desse patrimônio para aquele local;
- Realização de visitas técnicas pela Comissão Gestora às futuras instalações provisórias do Arquivo Público do Maranhão (APEM) no Instituto Estadual do Maranhão (IEMA) – Unidade Centro, com o objetivo de verificar o estado das obras de adequação dessa sede provisória, a cargo do Governo do Estado;
- Autuação de pedido de vistas ao Procurador-Geral de Justiça referente ao projeto, provisoriamente denominado de “Guardiões da Justiça”, proposto pela Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) em sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, com o escopo de reconhecer e valorizar a trajetória profissional e o legado de ex-membros do Ministério Público. A Comissão Gestora do Programa Memória oficiou requerimento de vistas ao anteprojeto, para análise, a fim de contribuir com sugestões para preservar essa iniciativa, sem que esta possa constituir paralelismo de ações neste Parquet e enfraquecer o programa que a Instituição mantém, com sucesso, há mais de 20 anos;
- Distribuição de publicações do PMMP para diversas instituições culturais e jurídicas.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

1 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) tem como principais funções:

- Assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça em planejamento e gestão estratégica.
- Coordenação e monitoramento dos planos estratégicos e operacionais do MPMA.
- Orientação e capacitação de unidades do MPMA sobre planejamento estratégico.
- Supervisão e validação de projetos em alinhamento com o orçamento institucional.
- Disseminação de boas práticas em gestão e inovação.
- Formulação e implementação de mecanismos de comunicação estratégica.
- Coordenação de reuniões de monitoramento, como Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e Reuniões de Análise da Estratégia (RAE).
- Desenvolvimento e aquisição de novas metodologias e ferramentas para a gestão institucional.
- Gestão do Centro Cultural e Administrativo do MPMA e do Programa MP CULTURAL.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

As atividades desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Ministério Público do Maranhão (MPMA), em 2025, tiveram como foco a gestão estratégica, governança, inovação e integridade, visando a modernização e a eficiência na prestação de serviços.

2.1 Área de Planejamento Institucional e Gestão Estratégica

Nessa área de atuação, destacam-se:

a) **Conclusão do 1º Ciclo de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021-2029)**



A Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico aprovou o processo de revisão do 1º ciclo

A SEPLAG assessorou as unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) na conclusão do 1º Ciclo de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021-2029). O projeto foi aprovado pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) em 28 de janeiro de 2025, e o processo de revisão, que seguiu as diretrizes do CNMP e do Ato nº 510/2016-GPGJ, resultou em 743 propostas para a área-fim e 297 para a área-meio. Destas, 62 ações de alto impacto foram priorizadas pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico, sendo 48 da área-fim e 14 da área-meio.



Durante a cerimônia, o procurador-geral de justiça, Danilo de Castro, ressaltou o empenho coletivo na implementação dos projetos institucionais. O encontro também serviu para reconhecer e valorizar o desempenho institucional:

- Foram entregues certificados simbólicos às áreas que concluíram os projetos estratégicos previstos no 1º ciclo de revisão (2022-2024).
- A iniciativa reforça a cultura de gestão por resultados e o compromisso do MPMA com a excelência na execução de suas diretrizes estratégicas.

O diretor da SEPLAG, Fábio Mendes, entregou ao PGJ o documento final da 1ª revisão do PEI

O relatório final do 1º Ciclo foi apresentado em 14 de abril, à Administração Superior e demais coordenadores das unidades administrativas, aprovando

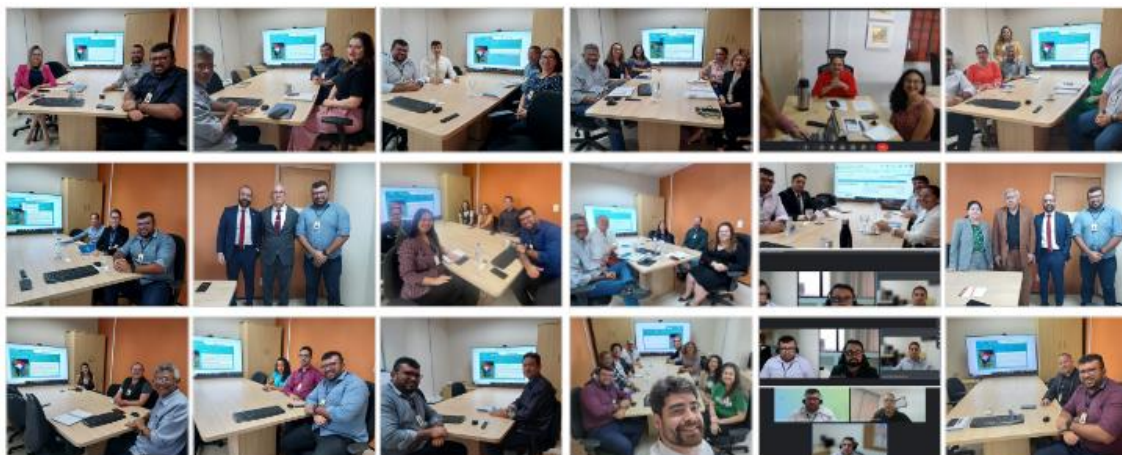
formalmente o novo ciclo de planejamento 2025-2027, numa Reunião de Análise da Estratégia extraordinária. Na oportunidade, foram entregues certificados simbólicos às áreas que concluíram os projetos estratégicos previstos no 1º ciclo de revisão (2022-2024).



Registros Fotográficos da Entrega dos Certificados de Reconhecimento

Ao longo de fevereiro e março de 2025, a SEPLAG realizou reuniões individualizadas com as áreas administrativas e Centros de Apoio Operacional (CAOS) para alinhar o novo ciclo, aprofundar o diagnóstico organizacional, avaliar a execução das ações estratégicas e identificar propostas de novos projetos.

b) Assessoramento Técnico na Elaboração dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça (PAPJ) e Monitoramento Institucional



Registro das Reuniões de Assessoramento Técnico às Unidades Finalísticas e Administrativas

A SEPLAG conduziu mais de 100 assessorias técnicas às Promotorias de Justiça em 2025 para a elaboração e o desenvolvimento dos Planos de Atuação das Promotorias de Justiça (PAPJ). A iniciativa está alinhada à Recomendação nº 01/2023 do CNMP, que orienta a adoção de instrumentos de planejamento estratégico.

c) Monitoramento estratégico



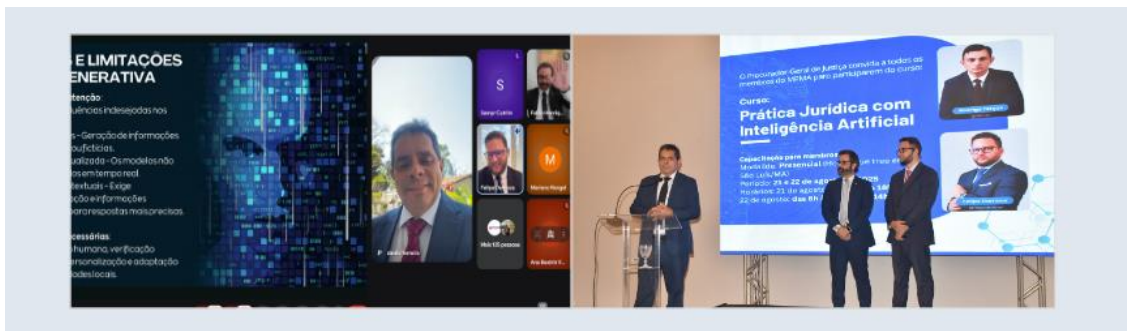
Em 2025, duas RAEs e duas RATs foram realizadas para monitoramento da estratégia institucional

O monitoramento estratégico foi realizado através de reuniões táticas e de análise. Duas Reuniões de Acompanhamento Tático (RATs) ocorreram, sendo a primeira em 10 de julho, focada em iniciativas de unidades administrativas, e a segunda em 21 de outubro, com a participação do Procurador-Geral de Justiça, reforçando o alinhamento com a gestão superior. Duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) também foram realizadas. A 1ª RAE, em 22 de julho, apresentou os resultados parciais de CAOS e do Gabinete de Mediação Comunitária. A

2ª RAE, em 1 de dezembro, detalhou avanços da Área Finalística e aprovou novas

iniciativas, como o "Radar da Transparência Pública" e o projeto "Emendas Parlamentares: Transparência e Rastreabilidade na Execução".

2.2 Área de Inovação e Capacitação Institucional



MPMA deu um passo decisivo rumo à modernização institucional ao promover uma série de cursos sobre inteligência artificial (IA) generativa



As regionais de São Luís, Timon e Imperatriz receberam capacitação em IA

No que tange à Inovação e Capacitação Institucional, o MPMA avançou na modernização com foco em **tecnologia e inteligência artificial (IA)**. Um ciclo de capacitação em IA generativa, promovido pela SEPLAG em parceria com a ESMP, teve início com um curso virtual para 354 servidores, de 18 a 21 de agosto, em São Luís. A capacitação foi expandida para as regionais, ocorrendo em Timon (24 e 25 de setembro) e Imperatriz (29 e 30 de outubro), esta última reunindo 53 participantes. Essas formações focaram na aplicação de ferramentas de IA, ética, segurança da informação e elaboração de *prompts* eficientes para a produção de documentos, atos normativos e análise jurídicas. As capacitações foram ministradas pelos juízes Felipe Damous e Rodrigo Otávio Terças Santos, do Comitê de Inovação do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em 25 de fevereiro de 2025, o workshop "Google Workspace e Gemini" capacitou quase 400 inscritos (dentre

membros, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados) para o uso estratégico das ferramentas da suíte e da IA do Google, com apoio da empresa RW3 e do Google. O workshop foi dividido em dois módulos: o primeiro sobre Google Drive, Gmail e aplicativos da suíte; o segundo sobre o Gemini (IA do Google) e suas aplicações.

- **Participação em Redes de Inovação**

A SEPLAG integra a RIMA – Rede de Inovação pelo Maranhão, e em 2025 participou de quatro encontros, para fomentar um ambiente colaborativo e o compartilhamento de conhecimentos.



A SEPLAG integra a Rede de Inovação pelo Maranhão e desenvolve o ecossistema de inovação

- **Apresentação do App "Planeja MPMA"**



Fábio Mendes, diretor da SEPLAG apresentou o APP no 9º Enatic

coleta e o monitoramento de dados do Planejamento Estratégico Institucional.

Ainda durante o Enatic, o Procurador-Geral de Justiça e o diretor da SEPLAG participaram de um podcast, debatendo o uso de inteligência artificial e automação de processos.

A SEPLAG apresentou o aplicativo "Planeja MPMA" na IX Mostra de Soluções de Inovação e Tecnologia, durante o 9º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos (Enatic MP), em março de 2025, em Fortaleza (CE). O App é uma ferramenta desenvolvida pela SEPLAG para aprimorar a



O PGJ e o diretor da SEPLAG participaram do Podcast sobre IA e automação de processos

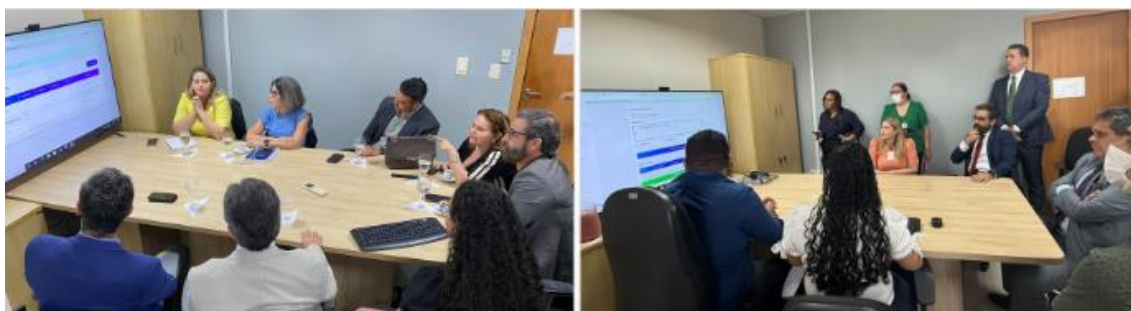
- **FestLabs Nordeste CNJ**



O diretor da SEPLAG Fábio Mendes participou de painel durante evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O diretor da SEPLAG, Fábio Henrique Meirelles Mendes, integrou o painel da RIMA no 1º FestLabs Nordeste 2025, realizado nos dias 24 e 25 de abril, ressaltando que a inovação vai além da tecnologia.

- **Portal Plano de Atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça (Portal PAPJ)**



Apresentação do Portal Portal PAPJ ao Procurador-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral

Nos dias 14 e 15 de agosto, a SEPLAG apresentou o Portal Plano de Atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça (Portal PAPJ), ao Procurador-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do MPMA. O portal, uma ferramenta em desenvolvimento para modernizar a elaboração e acompanhamento dos Planos de Atuação, substituirá o modelo anterior baseado em Google Docs, visando modernizar a elaboração, gestão e acompanhamento dos Planos de Atuação.

Em 18 de dezembro, o Sistema PAPJ foi apresentado ao Comitê de Política de Gestão Estratégica (CPGE) do CNMP, demonstrando suas funcionalidades. Após a apresentação, os Ministérios Públicos de Minas Gerais, Tocantins e Rio Grande do Sul demonstraram interesse em aderir ao sistema.



Sistema PAPJ foi apresentado ao Comitê de Política de Gestão Estratégica (CPGE) do CNMP

2.3 Área de Governança (Programa de Integridade)

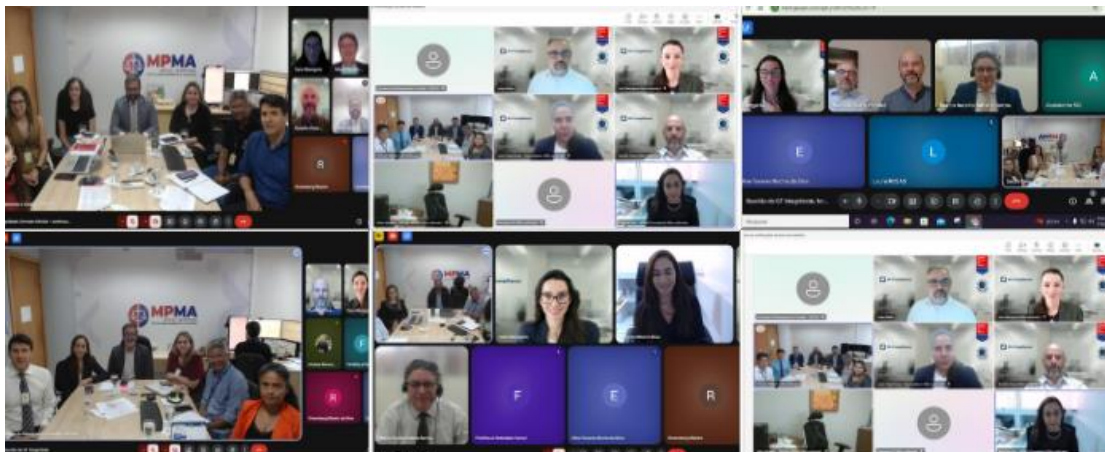


Em 2025, o MPMA desenvolveu seu programa de Integridade

Na área de **Governança (Programa de Integridade)**, o MPMA firmou contrato em 9 de janeiro de 2025 com a empresa Smartgov Consultoria em Governança Criativa LTDA para implementar um sistema de integridade e *compliance*. Em 21 de fevereiro, o Seminário de Sensibilização do Programa de Integridade foi realizado para envolver membros e servidores. Em 10 de junho, foi apresentado o diagnóstico de riscos institucionais, mapeando vulnerabilidades e fortalecendo a governança.

A conclusão do Programa de Integridade Institucional foi marcada por um webinar em 25 de novembro, e em 1º de dezembro, foi apresentado o relatório técnico das ações de 2025. O projeto resultou na formulação de atos sobre *due diligence* de integridade (DDI), alteração do Código de Ética, e Planos de Comunicação e de Treinamento em Integridade, além de atos relacionados à

gestão de conflitos de interesses, brindes, presentes, hospitalidades, doações e patrocínios. Reuniões de alinhamento do Grupo de Trabalho de Integridade (GT Integridade) foram realizadas ao longo do ano para subsidiar o programa.



Reuniões de alinhamento do GT de Integridade, coordenadas pela SEPLAG, foram realizadas ao longo do ano para subsidiar o programa

2.4 Articulação Institucional e Parcerias Estratégicas



Visita ao Google rendeu novas parcerias ao MPMA

- **Visita Institucional ao Google:** Em 13 de fevereiro, o Procurador-Geral de Justiça, Danilo de Castro, e o diretor da SEPLAG, Fábio Mendes, visitaram a sede do Google em São Paulo para conhecer soluções tecnológicas.
- **Reunião com Prefeito de São Luís:** Em 19 de fevereiro, o Procurador-Geral de Justiça recebeu o prefeito Eduardo Braide para discutir parcerias sobre o

sistema de transporte coletivo da capital.

- **Visita Institucional ao Consórcio Alumar:** Em 21 de março, houve uma visita para estreitar o diálogo com o setor produtivo e conhecer os projetos socioambientais da empresa.
- **Implantação do SEI:** Em 24 de junho, foi concluído o treinamento para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que seria adotado a partir de 1º de julho.



Comitiva do MPMA conheceu experiências socioambientais



Projetos vão aprimorar atuação do MPMA

- **Parceria entre MPMA e UEMA:** Apresentação dos resultados de nove projetos de pesquisa financiados pelo edital PIBITI, focados em soluções tecnológicas e inovadoras para o MPMA.

- **Adesão ao Programa Recomeçar:** Em 21 de maio, o MPMA formalizou sua adesão ao **Programa Recomeçar – Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crimes**, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



O Programa Recomeçar oferece atendimento, orientação jurídica, apoio psicossocial e suporte às vítimas de crimes

2.5 Reuniões e Eventos Institucionais

- **Painel de BI para Ouvidoria:** Em 13 de janeiro, a SEPLAG entregou um Painel de Business Intelligence (BI) à Ouvidoria Itinerante do MPMA para monitorar a produtividade e os atendimentos à população.
- **Reunião sobre Google Workspace:** Em 13 de janeiro, a SEPLAG se reuniu com a RW3 e Google para alinhar a metodologia do workshop.
- **Encontro com Sec. de Monitoramento de Ações Governamentais:** Em 18 de março, para fortalecer o diálogo e a cooperação interinstitucional.
- **Reunião com MPPI:** Em 29 de maio, para conhecer as práticas do Ministério Público do Piauí (MPPI) na captação de recursos.
- **9º Enatic MP:** O MPMA participou do Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Ministérios Públicos, de 12 a 14 de março.
- **X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União:** Servidores participaram de 3 a 5 de junho, em Brasília, para fortalecer a governança e gestão de transferências de recursos.

- **2º Encontro Nacional de Gestão Estratégica:** A SEPLAG representou o MPMA em Vitória (ES), nos dias 28 e 29 de julho, com foco em "Indicadores com foco na estratégia e resultados".
- **XXVI Congresso Nacional do Ministério Público:** Membros do MPMA participaram em Brasília, de 11 a 14 de novembro, para debates sobre temas centrais à atuação ministerial.

3 AÇÕES DE MELHORIA

- a) **Reuniões de Monitoramento e Análise** - Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) e Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) passaram por reformulação metodológica para aumentar objetividade e clareza na avaliação de indicadores de desempenho.
- b) **Ampliação das Capacitações** - Expansão das oficinas de Planejamento Estratégico para maior integração das unidades do MPMA no processo de definição de estratégias.
- c) **Fortalecimento da Inovação** - Criação do Nexus Lab, laboratório de inovação do MPMA, promovendo o uso de novas tecnologias no aprimoramento dos serviços institucionais.
- d) **Modernização da Infraestrutura** - Visita técnica ao prédio dos Correios, que será reformado para receber o Centro Cultural do MPMA e o Nexus Lab.

4 MONITORAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO EM 2025

O monitoramento do Plano Estratégico do Ministério Público do Maranhão (MPMA), detalha o progresso de diversos projetos, programas e iniciativas institucionais previstos para o ano de 2025 da área finalística e administrativa. Entre os destaques da área finalística estão programas de **combate à violência sexual**, fiscalização de recursos públicos e o fortalecimento da rede de proteção à mulher. No campo administrativo, registramos o avanço em **inteligência artificial**, sustentabilidade e transparência institucional. Cada projeto é acompanhado por **indicadores de desempenho**, metas anuais e o status atual de execução em relação aos resultados esperados. Assim, os dados oferecem uma visão técnica e detalhada sobre o **impacto social e a modernização** do órgão no estado.

4.1 Monitoramento Estratégico da Área Fim, organizado por áreas de atuação e Centros de Apoio Operacional (CAOs):

Figura 45 - Infográfico dos Indicadores de maior destaque alcançados pelos CAOs



a) Infância e Juventude

- As iniciativas focadas na infância apresentaram avanços significativos em 2025. O projeto "**Combate Permanente à Violência Sexual**" superou suas metas de comunicação, realizando **11 campanhas de conscientização** contra uma meta de 4. A capacitação atingiu **988 profissionais**, muito acima dos 300 previstos. Além disso, **177 municípios** já possuem comitês instituídos para a implementação da Lei nº 13.431/2017.
- No âmbito do acolhimento, o projeto "**Família que Acolhe**" registrou o serviço de família acolhedora em **17 municípios** (30,6%), ainda abaixo da meta de 25 municípios. Contudo, a capacitação de profissionais foi um sucesso, com **7 capacitações** realizadas e **518 pessoas** atingidas. O projeto "**Primeira Infância Primeiro**" alcançou **1.201 capacitados** e monitora **191 municípios** com Planos Municipais regulares. Já o projeto de "**Regularização do FIA**" identificou **89 fundos** regularizados, embora 87 ainda não tenham cadastro e 40 apresentem inconsistências.

b) Patrimônio Público e Probidade Administrativa

O Programa Transformar obteve resultados mistos e sucessos notáveis:

- **Diários Eletrônicos:** Até novembro de 2025, 51,15% das prefeituras e 23,50% das câmaras municipais atendiam aos requisitos de diários eletrônicos. O MPMA instaurou 113 procedimentos administrativos relacionados ao tema.
- **Controle Interno:** O escopo foi ampliado para todos os 217 municípios, com diagnósticos respondidos por 210 prefeituras e 200 câmaras.
- **Pregão Eletrônico:** Este projeto foi **concluído**, com resultados expressivos. **97,69%** das prefeituras utilizaram prioritariamente o pregão eletrônico até novembro de 2025. Nas câmaras, a adesão foi menor (8,76% prioritariamente), mas 41% realizaram ao menos um pregão eletrônico no período 2020/2025.

c) **Direitos da Mulher e Violência de Gênero**

Os projetos de proteção à mulher mostraram forte expansão:

- **"Conversando com Elas":** Superou a meta, atingindo 86 municípios (104,88% do previsto).
- **Patrulha Maria da Penha:** Implementada em 26 municípios sede de batalhão e mais 44 municípios menores, totalizando um alcance de 146,6% da meta.
- **Prevenção às Drogas:** O projeto "Quem escolhe o seu caminho?" está sendo executado em 88 municípios, quase o dobro da meta.
- **Grupos Reflexivos:** Estão ativos em 32 municípios para homens e 18 para mulheres.
- **Órfãos do Femicídio:** Houve a sanção de uma lei estadual, mas o atendimento direto ainda é incipiente, com apenas 1 órfão atendido registrado.

d) **Meio Ambiente e Urbanismo**

O CAO de Meio Ambiente enfrentou desafios na coleta de dados, mas obteve sucesso na gestão de resíduos:

- **Saneamento:** O projeto "Saneamento para Todos" não teve execução registrada na participação de promotores e a CAEMA não forneceu dados sobre a redução de lançamentos ilegais.
- **Desmatamento no Cerrado:** Aguarda-se a apreciação de Termos de Cooperação Técnica para o envio de boletins sobre desmatamento e licenciamentos. A regularização de propriedades rurais (CAR) ainda é baixa nos municípios-alvo.
- **Resíduos Sólidos:** Houve um aumento impressionante de **373% no volume de resíduos sólidos recicláveis comercializados (56.900 toneladas)**, muito

acima da meta de 60%. A inclusão de cooperativas ocorreu em 36% dos municípios monitorados.

e) **Saúde**

- A área da saúde apresentou dificuldades na obtenção de resultados concretos nos indicadores monitorados:
- Projetos como o "Cofinanciamento da Atenção Básica" e "Rede de Atenção Psicossocial" reportaram "não obteve resultados" em vários indicadores de impacto, como visitas in loco e instauração de procedimentos.
- O projeto da "Rede Alyne" (mortalidade materna/infantil) teve um índice de execução do plano de ação de 33%, e indicadores vitais como taxas de mortalidade não tiveram resultados computados na tabela.

f) **Educação e Direitos Humanos**

- **Educação:** O MPMA disponibilizou 95 ações formativas para membros sobre Planos Municipais de Educação.
- **Direitos Humanos:** O projeto "Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos" realizou 6 palestras, mas não instalou núcleos em escolas/universidades. O projeto "Fomentando a Garantia de Dignidade e Vida" realizou 31 ações (reuniões e ações sociais).

g) **Júri e Criminal**

- **Colóquios Interinstitucionais:** O projeto superou as expectativas, capacitando 102 policiais (255% da meta) e alcançando 98% de satisfação dos participantes.
- **Protesto Cartorário:** Atingiu 80% de execução das etapas, resultando na execução de mais de R\$ 924 mil em multas até novembro de 2025, com adesão de mais 12 promotorias.

h) **Consumidor e Mediação**

- **Consumidor:** O projeto "Juntos pela Defesa do Consumidor" beneficiou 3 órgãos com equipamentos (tablets, drones, trenas), atingindo 48,67% da meta. A implementação de ações nos municípios ("Dialogando com o Consumidor") está em 8,33%.

- **Mediação Comunitária (Escola pra Vida):** Mobilizou 6.467 membros da comunidade escolar e capacitou 1.831 pessoas para a gestão não-violenta de conflitos, superando as metas estipuladas.

i) **Idoso e Pessoa com Deficiência**

- O projeto "Conselho Atuante" superou a meta em 67,8% nos municípios de entrância final e intermediária (87,8% implantados), mas teve desempenho menor nos de entrância inicial (21,43%). A "Campanha Acessibilidade" executou 133,33% dos eventos planejados.

4.2 Monitoramento de Projetos da Área Meio, organizado por setores e eixos de atuação, com base nos resultados apresentados na 2ª Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) de outubro de 2025:

a) **Planejamento, Gestão e Tecnologia**

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) apresentou avanços significativos e projetos já concluídos:

- **Projetos Implantados (100%):** O **App Planeja MPMA** e o **Workshop sobre Ferramentas Google** foram totalmente executados. O **Portal PAPJ** também está 100% implantado e foi reconhecido pelo Conselho Nacional (CNMP) como uma prática inovadora de destaque.
- **Inteligência Artificial:** O projeto de implantação do sistema de IA FRATRIA, em parceria com a UFMA para adaptação de código-fonte, atingiu 67% de execução.
- **Integridade:** A implementação do Sistema de Integridade e Compliance atingiu 100% de execução da primeira fase, aguardando a publicação dos atos e demais normativos do programa pela Adm. Superior.

b) **Na área de Inteligência e Segurança (CAEI):**

- O uso de ferramentas de análise de dados com IA está com 66% de execução.
- O aplicativo ARPA (Resgate de Pessoas Ameaçadas) está com 45% de progresso, já em fase de testes para Android.
- A cultura de segurança institucional avança com 48% das unidades treinadas e realização de 15 eventos.

c) **Gestão de Pessoas e Saúde**

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Seção de Saúde Funcional focaram no bem-estar e capacitação:

- **Aposentadoria e Saúde:** O Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) e o projeto "MPMA + Saudável" estão 100% implantados.
- **Saúde Mental:** O programa de saúde mental está em desenvolvimento (17,6%), com a definição de 17 metas baseadas em indicadores do CNMP.

d) **Escola Superior do MPMA**

- **Capacitação:** O Mestrado em Direito Penal/Criminologia (ESMP) atingiu 67% de execução. O projeto de formação de líderes está em 50%.

e) **Comunicação e Cultura**

A Comunicação (CCOM) e o Centro Cultural (CCMP) enfrentaram alguns desafios de cronograma:

- **Projetos em Andamento:** A revisão da Política de Comunicação (67%), o Atendimento Automatizado/Workflow (67%) e o Checklist do Prêmio de Jornalismo (25%) estão em desenvolvimento.
- **Cultura:** O projeto "Papo Literário" e a "Mostra Homenagem" estão ambos com 50% de execução, tendo sofrido pequenos atrasos devido a conflitos de agenda no espaço físico.

f) **Controle, Auditoria e Transparência**

- **Corregedoria Geral:** Concluiu (100%) a Campanha de Divulgação do Código de Ética e o mapeamento do Fluxo de Atuação (Rotina Administrativa).
- **Auditoria Interna:** O monitoramento do Portal da Transparência está implantado, atingindo 100% de cumprimento das exigências aplicáveis na segunda avaliação do ano.
- **Ouvidoria:** O projeto "Ouvidoria Itinerante" está 100% implantado, operando através de parcerias com outros órgãos e promotorias locais.

g) **Infraestrutura e Sustentabilidade**

- **Energia Solar:** A Coordenadoria de Obras (COEA) instalou 11 sistemas fotovoltaicos, aproximando-se da meta de 12. Há novos projetos em andamento.

- **Água:** Foi implantado um sistema de reuso de água na Promotoria de São José de Ribamar, que passará por estudo técnico para mensurar a economia gerada.
- **Resíduos:** O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) avançou para 83,33% das etapas implementadas.

h) Suporte Operacional e Jurídico

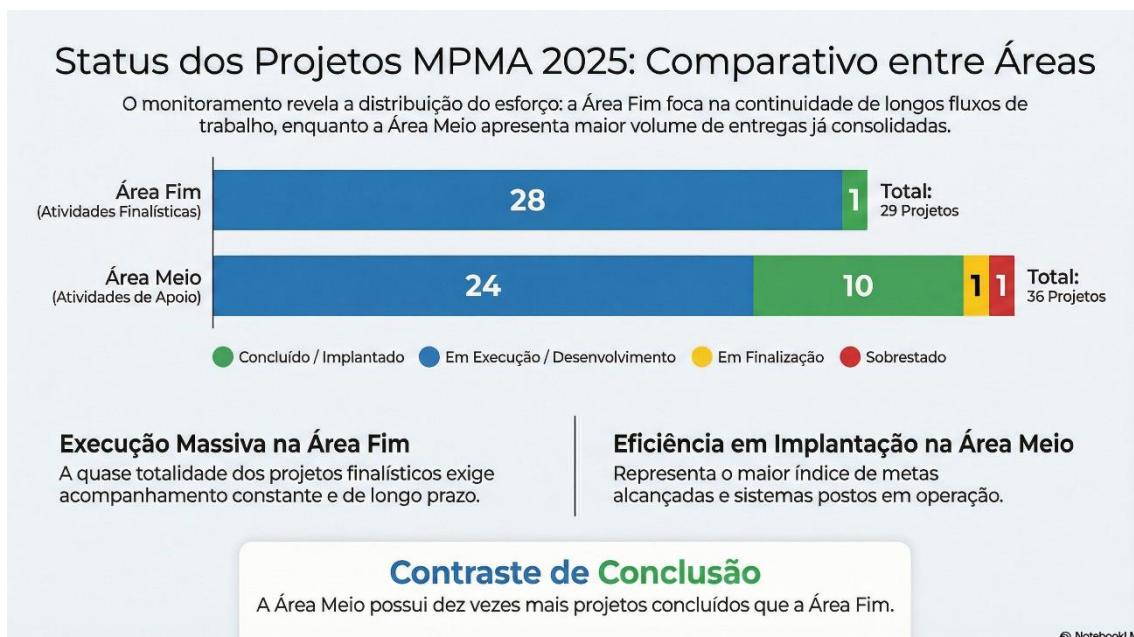
- **Assessoria Técnica:** O projeto BANPETEC (Banco de Peritos) está na fase final (90%), dependendo apenas da CMTI para conclusão. O projeto "Astec Responde" está em estágio inicial (20%).
- **Proteção de Dados:** A implementação do Programa de Privacidade foi reestruturada para adequação às normas do CNMP e está em 20%. Já a Academia de Transformação Digital capacitou 160 membros, atingindo 50% de execução.
- **Assuntos Institucionais (SECINST):** O projeto "Diálogos Institucionais" alcançou 83% de execução, com um índice de satisfação dos participantes de 97,18%.

Figura 46 - Infográfico dos principais resultados e impactos dos projetos estratégicos em 2025



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2025, com uso da IA NotebookLM.

Figura 47 - Infográfico comparativo dos projetos das áreas finalística e administrativa



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2025, com uso da IA NotebookLM.

Quadro 8 – Resultado apurado das iniciativas desenvolvidas na Área Finalística

Projeto / Iniciativa	Unidade Responsável	Status
Combate Permanente à Violência Sexual	CAO Infância e Juventude	Em Execução
Família que Acolhe	CAO Infância e Juventude	Em Execução
Primeira Infância Primeiro	CAO Infância e Juventude	Em Execução
Regularização do FIA	CAO Infância e Juventude	Em Execução
Programa Transformar (Diários Eletrônicos)	CAO Patrimônio Público	Em Execução
Programa Transformar (Controle Interno)	CAO Patrimônio Público	Em Execução
Programa Transformar (Pregão Eletrônico)	CAO Patrimônio Público	Concluído
Conselho Atuante	CAO Idoso e Pessoa com Deficiência	Em Execução
Campanha Acessibilidade	CAO Idoso e Pessoa com Deficiência	Em Execução
Saneamento para Todos	CAO Urbanismo e Meio Ambiente	Em Execução
Combate ao Desmatamento no Cerrado	CAO Urbanismo e Meio Ambiente	Em Execução
Valorização de Resíduos Sólidos	CAO Urbanismo e Meio Ambiente	Em Execução
Colóquios Interinstitucionais	CAO Júri	Em Execução
Cofinanciamento da Atenção Básica	CAO Saúde	Em Execução
Rede Alyne (Mortalidade Materno-Infantil)	CAO Saúde	Em Execução
Rede de Atenção Psicossocial	CAO Saúde	Em Execução
Conversando com Elas	CAO Mulher	Em Execução
Patrulha Maria da Penha	CAO Mulher	Em Execução

Quem escolhe o seu caminho?	CAO Mulher	Em Execução
Grupos Reflexivos (Homens e Mulheres)	CAO Mulher	Em Execução
Desenvolvimento da Rede de Enfrentamento	CAO Mulher	Em Execução
Órfãos do Femicídio	CAO Mulher / IJ / Júri	Em Execução
Planos Municipais de Educação	CAO Educação	Em Execução
Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos	CAO Direitos Humanos	Em Execução
Rede do Bem / Fomentando a Dignidade	CAO Direitos Humanos	Em Execução
Protesto Cartorário (Pena de Multa)	CAO Criminal	Em Execução
Dialogando com o Consumidor	CAO Consumidor	Em Execução
Juntos pela Defesa do Consumidor	CAO Consumidor	Em Execução
Escola pra Vida (Mediação Comunitária)	Gabinete de Mediação	Em Execução

Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/MPMA, 2025. Resultados apresentados na Reunião de Análise da Estratégia - RAE, realizada no dia 01/12/2025)

Quadro 9 – Resultado apurado das iniciativas desenvolvidas na Área Administrativa

Projeto / Iniciativa	Unidade Responsável	Status
Portal PAPJ	SEPLAG	Implantado
App Planeja MPMA	SEPLAG	Implantado
Workshop Ferramentas Google	SEPLAG	Implantado
Portal da Transparência	Auditoria e Controle Interno	Implantado
Ouvidoria Itinerante	Ouvidoria	Implantado
MPMA + Saudável	Saúde Funcional	Implantado
Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA)	Gestão de Pessoas	Implantado
Provimento das Correições e Inspeções	Corregedoria Geral	Implantado
Campanha Código de Ética	Corregedoria Geral	Implantado
Fluxo de Atuação (Rotina Administrativa)	Corregedoria Geral	Implantado
Banpetec (Banco de Peritos)	Assessoria Técnica	Em Finalização
Regionalização Técnica	Assessoria Técnica	Sobrestado
Astec Responde	Assessoria Técnica	Em Desenvolvimento
Qualificação Crescente	Assessoria Técnica	Em Execução
Ferramentas de Análise com IA	CAEI (Inteligência)	Em Desenvolvimento
Padronização de Equipamentos de Segurança	CAEI (Inteligência)	Em Desenvolvimento
Cultura de Segurança Institucional	CAEI (Inteligência)	Em Desenvolvimento
App ARPA (Resgate de Pessoas)	CAEI (Inteligência)	Em Desenvolvimento
Política de Inteligência	CAEI (Inteligência)	Em Desenvolvimento
Mostra Homenagem	Centro Cultural (CCMP)	Em Desenvolvimento
Papo Literário	Centro Cultural (CCMP)	Em Desenvolvimento
Guia para Imprensa	Comunicação (CCOM)	Em Desenvolvimento
Media Training	Comunicação (CCOM)	Em Execução
Sistema de Demandas de Comunicação	Comunicação (CCOM)	Em Desenvolvimento
Prêmio de Jornalismo 2025/2026	Comunicação (CCOM)	Em Desenvolvimento

Revisão da Política de Comunicação	Comunicação (CCOM)	Em Desenvolvimento
Atendimento Automatizado (Workflow)	Comunicação (CCOM)	Em Desenvolvimento
Gestão Documental	CDB	Em Desenvolvimento
Assessoria de Cerimonial	Cerimonial	Em Desenvolvimento
Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Comissão Gestão Ambiental	Em Desenvolvimento
Plano de Contratações Anual	CPL	Em Desenvolvimento
Governança das Contratações	CPL	Em Desenvolvimento
Sistema de Suprimento de Fundos	Coord. Administração (CAD)	Em Desenvolvimento
Sistema de Compras	Coord. Administração (CAD)	Em Desenvolvimento
Avaliação de Desempenho (Competências)	Gestão de Pessoas	Em Execução
PCCV (Plano de Cargos e Carreiras)	Gestão de Pessoas	Em Execução
Revisão da Estrutura Administrativa	Gestão de Pessoas	Em Execução
Ampliação do uso de BI (Orçamento)	Orçamento e Finanças	Em Desenvolvimento
Planejamento Orçamentário	Orçamento e Finanças	Em Desenvolvimento
Equidade entre PJE e SIMP	Subprocuradoria Jurídica	Em Execução
Gestão Eficiente de Terceirizados	Serviços Gerais	Em Execução
Alimentação do SIMP	Corregedoria Geral	Em Desenvolvimento
Painéis Virtuais da Corregedoria	Corregedoria Geral	Em Desenvolvimento
Mestrado em Direito Penal/Criminologia	ESMP (Escola Superior)	Em Execução
Programa de Privacidade de Dados	Proteção de Dados	Em Execução
Academia de Transformação Digital	Proteção de Dados	Em Execução
Programa de Saúde Mental	Saúde Funcional	Em Desenvolvimento
Expediente Reduzido	Saúde Funcional	Em Desenvolvimento
Levantamento Epidemiológico (Saúde)	Saúde Funcional	Em Execução
Sistema de Integridade e Compliance	SEPLAG	Em Desenvolvimento
Painel BI Monitoramento Estratégico	SEPLAG	Em Execução
IA FRATRIA	SEPLAG	Em Desenvolvimento
Mapa Social MPMA	SEPLAG	Em Desenvolvimento
Agenda Digital	SEPLAG	Em Desenvolvimento
Reestruturação do Site	SECINST	Em Execução
Diálogos Institucionais	SECINST	Em Execução

Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/MPMA, 2025. Data da última atualização: (Resultados apresentados na Reunião de Análise Tática - RAT, realizada no dia 21/10/2025)

Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)



O Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão (CCMP), inaugurado em dezembro de 2018, consolidou-se como um espaço de referência na produção artística e cultural em São Luís. O CCMP desenvolve atividades que buscam a difusão de direitos por meio de expressões artísticas e culturais.

As exposições são realizadas no CCMP e na Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), nos Espaços de Artes Márcia Sandes e Ilzé Cordeiro. A pauta inclui membros, servidores (em diversas modalidades de produção artística) e a comunidade, buscando dar visibilidade a temas socialmente importantes.

O trabalho do CCMP desperta interesse na imprensa, garantindo a divulgação das atividades e difundindo positivamente a imagem institucional, sem custo financeiro para a Instituição. O interesse, especialmente do público interno, tem elevado o número de vendas de obras de arte, o que, por sua vez, aumenta o interesse de artistas em expor nas galerias.

1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- **Feiras Criativas.** Em 2025, foram realizadas 15 (quinze) Feiras Criativas, que contaram com produtos sustentáveis, hortifrúti orgânico, plantas ornamentais e artesanato. Coordenadores de Centros de Apoio Operacional (como Direitos Humanos, Infância e Juventude, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência e



Em 2025, foram realizadas 15 Feiras Criativas com produtos sustentáveis

Mulher) passaram a valorizar e solicitar a realização dessas feiras em seus próprios eventos.

- **Novo Projeto:** O projeto "Bate-papo com o artista em exposição" foi lançado em 2025, sendo realizado em cinco oportunidades e bem aceito pelo público e artistas.
- **Situação do Espaço Márcia Sandes:** O Espaço de Artes Márcia Sandes, na PGJ, encontra-se desativado desde julho devido a obras no entorno, o que comprometeu os resultados de 2025.
- **Encerramento do Ano:** O calendário de atividades de 2025 foi finalizado com a abertura da exposição BazArte, em 15 de dezembro, comemorando também o aniversário de sete anos do Centro Cultural. Na ocasião, foi entregue o certificado Amigo do CCMP a todos os artistas que expuseram no ano.

2 EXPOSIÇÕES REALIZADAS

Foram realizadas **12 (doze) exposições** em 2025, sendo:

2.1 Espaço de Artes Ilzé Cordeiro (8 exposições)

Quadro 10 – Exposições no Espaço de Artes Ilzé Cordeiro

Item	Período	Exposição	Artista
01	06/11/2024 a 07/02/2025	Um jardim para cada espinho	Gabriell Lopez
02	09/12/2024 a 07/02/2025	Vilarejo	Vitória Rodrigues
03	20/03 a 16/05/2025	Cores da superação	Lucas Luciano
04	20/05 a 17/07/2025	Delicadeza - Poemas Pictóricos 3	Janete Nakatani
05	15/08 a 18/09/2025	Dois em Um	Cordeiro Filho
06	23/09 a 27/11/2025	A luz ludovicense	Francisco Moura Júnior
07 ¹	28/11 a 11/12/2025	Território vivo: O sentido de pertencer	Coletiva
08 ²	15/12/2025 a 13/02/2026	BazArte	Coletiva

Fonte: CCMP/PGJ, 2025.

¹ **Território vivo:** Produzida pela organização TDH - Instituto Terre des Hommes, com jovens e meninas atendidas pelo projeto Ecoar.

² **BazArte:** Exposição coletiva com obras de todos os artistas que expuseram no MPMA em 2025. Os participantes concordaram em doar 20% do valor de cada obra vendida à Casa Acolher (dedicada a pessoas vivendo com HIV/AIDS).

Exposição: “Cores da Superação”



Exposição: “Delicadeza - Poemas Pictóricos 3”

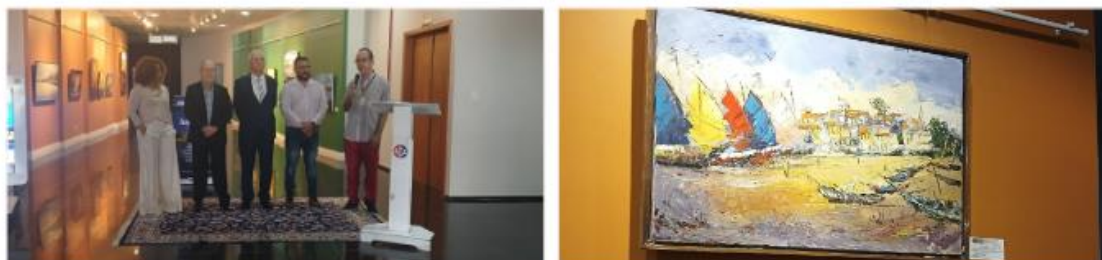


Exposição: “Dois em Um”



2.2 Espaço de Artes Márcia Sandes (4 exposições)

Exposição: “A Luz Ludovicense”



Quadro 11 – Exposições no Espaço de Artes Ilzé Cordeiro

Item	Período	Exposição	Artista
01	26/11/2024 a 07/02/2025	Outonos	Susana Pinheiro
02	10/04 a 30/05/2025	A luz ludovicense	Francisco Moura Júnior
03	10/06 a 11/07/2025	Formas e cores do litoral	Joilton Tobias Pereira
04 ³	04/12 a 12/12/2025	Mostra de Talentos 2025	Coletiva com servidores e membros

Fonte: CCMP/PGJ, 2025.

3 PÚBLICO ESTIMADO

A medição de público é uma tarefa difícil devido à equipe reduzida e à falta de recursos adequados, de modo que os números são baseados em estimativas.

- **Público Estimado (Espaço Ilzé Cordeiro):** 5.600 pessoas.
- **Público Estimado (Espaço Márcia Sandes):** 2.850 pessoas.
- **Total Estimado:** 8.450 pessoas.

³ **Mostra de Talentos:** Realizada em coprodução com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e estendeu-se até o final do Congresso Estadual do MPMA.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Assessoria Técnica (ASSTEC)

1 ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

A Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral de Justiça (ASSTEC) possui suas funções fundamentadas na Lei Complementar nº 013/1991, e regulamentadas pelos Atos Regulamentares nº 20/2008 e nº 52/2021.

Suas principais competências institucionais, no assessoramento técnico à Procuradoria-Geral de Justiça e a outros órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, incluem:

- Elaboração de laudos, avaliações e pareceres técnicos.
- Prestação de apoio técnico a processos judiciais.
- Orientação técnica sobre a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Análise técnica de contratos administrativos e procedimentos licitatórios.
- Assessoria técnica aos órgãos do Ministério Público em matérias específicas de suas áreas de atuação.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A equipe da ASSTEC é composta por analistas ministeriais especializados em diversas áreas, técnicos administrativos e estagiários, organizados nos seguintes núcleos:

- NASSTEC Estadual (São Luís)
- NASSTEC Itinerante
- NASSTEC Imperatriz
- NASSTEC Timon
- Engenharia - COEA
- Apoio Administrativo
- Estagiários

Cada núcleo desempenha funções específicas de acordo com sua área de atuação.

3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante o exercício de 2025, a ASSTEC executou diversas atividades em conformidade com suas atribuições institucionais, com destaque para:

- Análise técnica de processos licitatórios.
- Verificação da regularidade dos Portais da Transparência.
- Análise de prestações de contas relacionadas à aplicação de recursos públicos.
- Identificação de situações de nepotismo na administração municipal.
- Elaboração de cálculos financeiros e tarifários.
- Fiscalização da correta aplicação de verbas destinadas às áreas da Educação e da Saúde.

4 RESULTADOS EM 2025

As ações da ASSTEC em 2025 focaram na melhoria contínua dos processos, resultando em impactos na produtividade, celeridade e qualidade das manifestações técnicas, com os seguintes resultados consolidados:

- **Emissão de Pareceres Técnicos:**
 - Do total de 906 processos acompanhados, 671 foram respondidos (aproximadamente 74,1%).
 - Foram emitidos **936 pareceres técnicos** no período, indicando que cada processo pode demandar mais de uma manifestação.
 - O estoque processual registrado foi de 235 processos (cerca de 25,9%).
- **Produção de Cálculos Judiciais:**
 - Houve um aumento de aproximadamente **61,3%** na produção de cálculos judiciais, passando de 62 em 2024 para **100 em 2025**.
 - Os cálculos realizados no período totalizaram **R\$ 326.868.843,23** em valores apurados de condenações por atos de improbidade administrativa.
- **Controle e Fiscalização de Recursos Públicos:**
 - Foram analisados processos que envolveram o montante de **R\$ 2.098.324.409,17**.
- **Apoio a Investigações com Foro Privilegiado:**
 - Foram emitidos **50 pareceres técnicos** com rapidez e agilidade para subsidiar investigações de ilícitos envolvendo detentores de foro privilegiado.
- **Documentos Administrativos:**
 - Foram emitidos **681 ofícios** e **8 despachos administrativos**, garantindo a formalização e tramitação regular das demandas administrativas.
- **Atividades Não Procedimentais:**
 - Realização de reuniões técnicas e institucionais.

- Acompanhamento do **Produto 3 da FGV** e tratativas relacionadas ao **plano FGV**.
- Discussão e alinhamento sobre a **avaliação de desempenho**.
- Análise de prestações de contas de exercícios anteriores.
- Articulação institucional com diversos órgãos, incluindo **FGV, COF, AUDIT, Diretoria-Geral, Administração Superior, SINDSEMP**, comissões institucionais e a **Procuradoria-Geral de Justiça**.

5 AÇÕES DE MELHORIA

Os indicadores de 2025 demonstram uma melhoria na produtividade e eficiência da ASSTEC, destacando-se:

- Aumento na produção de cálculos judiciais.
- Resposta tempestiva em demandas sensíveis, como investigações com foro privilegiado.
- Relevância da atuação no apoio ao controle e fiscalização de recursos públicos.
- Regularidade na expedição de documentos administrativos.

Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ASSCIAUD)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

As atividades da Auditoria Interna estão vinculadas às diretrizes estabelecidas pela Resolução n°. 286, de 12 de março de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

- **Definição:** Auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria com a finalidade de agregar valor às atividades-meio do Ministério Público, auxiliando-o no alcance de objetivos estratégicos.
- **Atuação:** Avalia o desempenho e a eficácia dos processos de controle interno, de integridade, de governança e de gerenciamento de riscos.
- **Linha de Defesa:** Deve atuar na 3ª linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos das 1ª e 2ª linhas de defesa.
- **Vedações:** É vedado o exercício de atividades típicas de gestão e a participação no curso regular dos processos administrativos.
- **Áreas de Auditoria:** Realiza auditorias nas áreas de Folha de Pagamento, Gestão Patrimonial, Gestão de Pessoas, Execução Orçamentária e Financeira, Procedimentos Licitatórios e Contratos Administrativos, e em outras que guardem relação de pertinência.
- **Outras Atribuições Específicas:**
 - Emitir, anualmente, os Relatórios do Controle Interno sobre a Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e do Fundo Especial do Ministério Público (FEMPE).
 - Verificar o cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos normativos do CNMP e do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) relativos ao Portal da Transparência.
 - Analisar e assinar os Relatórios de Gestão Fiscal.
 - Avaliar as atividades de gestão quanto à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS EM 2025

As atividades foram pautadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) do Exercício de 2025.

a) **Áreas e Focos auditados:**

- **Administrativa:** Avaliação da maturidade da gestão de riscos (em andamento), Portal da Transparência (CNMP, TCE/MA e Atricon), Gestão Energética (em andamento).
 - **Gestão Patrimonial:** Inspeções *in loco* nos Almojarifados (Material de Consumo e Permanente) e Bens Imóveis.
 - **Gestão de Pessoas:** Gestão e Controle das Férias dos Servidores do MPMA, Ponto Eletrônico e Teletrabalho.
 - **Licitações e Contratos administrativos:** Serviços Continuados de Asseio, Limpeza, Conservação e outros; Serviços de Natureza Continuada de Manutenção Predial; Gestão Energética (em andamento); e Obras de Engenharia (em andamento).
- b) **Resultado da Auditoria:** Foram elaborados **13 Relatórios de Auditoria Interna**.
- c) **Principais Atividades Realizadas:**
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior dos 13 Relatórios de Auditoria Interna (Nº 01/2025 a Nº 13/2025), abrangendo os focos acima mencionados.
 - Promoção e condução de reuniões técnicas sobre o tema Portal da Transparência com unidades da PGJ.
 - Conquista de Destaque: Obtenção do Selo de Qualidade em Transparência Pública (PNTP 2025) nível de excelência DIAMANTE.
 - Participação no Grupo de Trabalho (GT Integridade) para o desenvolvimento do Programa de Integridade e Compliance.
 - Participação nas atividades do Grupo de Gestores para acompanhar a consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) na área de Gestão de Pessoas.
 - Elaboração e encaminhamento ao TCE/MA de Solicitações de Reavaliação de Itens do Portal da Transparência do MPMA.
 - Participação na comissão designada para a implementação da Gestão de Riscos e Controles Internos.
 - Elaboração e encaminhamento dos Relatórios do Controle Interno relativos à Prestação de Contas do FEMPE e da PGJ (Exercício Financeiro de 2024).
- d) **Desempenho:** Das 21 atividades previstas no PAAI – Exercício 2025, **19 foram realizadas**, totalizando 90% de sucesso.

3 PROJETOS E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Foi demonstrada a execução com sucesso da seguinte iniciativa:

- **Nome da Iniciativa:** Atuar junto às unidades responsáveis pela divulgação das informações no Portal da Transparência no intuito de que sejam empreendidas as adequações indispensáveis para que seja garantida a transparência ativa das informações relativas a este Ministério Público.
- **Objetivo Estratégico Vinculado (PEI MPMA 2021-2029):** Disseminar prática de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.
- **Etapas (Todas Cumpridas em 2025):**
 1. Avaliar quadrimestralmente o Portal da Transparência do MPMA à luz da normatização do CNMP e do TCEMA.
 2. Realizar imersões, quadrimestralmente, com os setores responsáveis pelas informações do Portal da Transparência.
 3. Monitorar a adoção das deliberações pactuadas nas imersões.

4 AÇÕES DE MELHORIA

4.1 Boas práticas

- Reconhecimento do apoio e manutenção dos canais de diálogo por parte da Administração Superior.
- Destaque para a sinergia entre a Auditoria Interna (identificação de pontos sensíveis) e a Administração Superior (tomada de decisões e execução de ações).
- Esforço contínuo para que as unidades compreendam que o objetivo é o aprimoramento dos processos de trabalho e dos mecanismos de controle interno, e não apenas a identificação de fragilidades.

4.2 Dificuldades enfrentadas

- **Demora para a obtenção do produto das diligências** (informações/documentos solicitados), o que implica no retardamento da conclusão dos trabalhos de auditoria.
- Essa demora decorre da necessidade de **aperfeiçoamento ou criação e mapeamento dos processos de trabalho e dos mecanismos internos de controle** das unidades. Isso levou à não conclusão do item nº. 10 do PAAI.

- Necessidade de **aprimoramento da sinergia entre alguns setores**, o que pode gerar inconsistências nos registros e retrabalho.
- **Fragilidade das ferramentas de tecnologia da informação (TI)**, resultando em:
 - Ausência de integração entre os sistemas informatizados existentes.
 - Tempo excessivo gasto com a criação e manutenção de controles manuais e frágeis (como planilhas eletrônicas).
 - Tempo excessivo nas atividades de auditoria devido à ineficiência, falta de confiabilidade ou ausência de sistemas informatizados.
 - A fase de transição para o uso do **Sistema Athenas** (software de gestão) acarretou a **não realização do item nº. 13** do PAAI.

4.3 Sugestões

- Solicitação à Administração Superior para **intensificar a realização de reuniões técnicas** com os diversos setores, visando dar celeridade à implementação das recomendações de auditoria acolhidas.
- Continuidade no agendamento de reuniões técnicas para a ampla discussão e compreensão dos apontamentos, avaliação da exequibilidade das medidas corretivas e acordo de ações mensuráveis.
- Sugestão submetida ao Procurador-Geral de Justiça para que a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) promova **capacitação específica sobre mapeamento dos processos de trabalho, gerenciamento de riscos e implementação de controles**, a ser oportunizada a todas as unidades do Ministério Público.
- O relatório foi elaborado conforme o Ofício-Circular nº 10003/2025 – GPGJ/SEPLAG, de 10/12/2025, e será enviado ao e-mail institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Escritório de Proteção de Dados Pessoais (EPDP)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

O Escritório de Proteção de Dados Pessoais (EPDAP) foi criado pelo Ato Regulamentar nº 50/2021 e, em 2025, suas diretrizes foram atualizadas integralmente pelo Ato Regulamentar nº 20/2025 (ATOREG-202025), de 11 de julho de 2025, que regulamentou a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e a estrutura do Sistema de Proteção de Dados Pessoais. Visa salvaguardar a privacidade e garantir o tratamento adequado dos dados pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão. Sua atuação é transversal, buscando integrar os princípios de privacidade em todas as práticas institucionais.

O EPDAP está subordinado ao Procurador-Geral de Justiça, sendo responsável pelo planejamento, coordenação, monitoramento e controle das ações de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). As diretrizes do Escritório devem observar a LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Ato Regulamentar nº 20/2025 e a Resolução CNMP nº 281/2023 (Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público).

A estrutura organizacional do Escritório é composta por: Encarregado, Secretaria Administrativa, Assessoria Técnica e Estagiários. O Ato Regulamentar nº 20/2025 ampliou as competências do Escritório para assegurar o cumprimento do arcabouço normativo da proteção de dados. A Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais e Diretora é a Promotora de Justiça Natália Macedo Luna Tavares

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

Em 2025, as atividades focaram na revisão de políticas e fluxogramas, na promoção de práticas de proteção de dados e na prevenção de incidentes. A transparência é um pilar do trabalho, buscando fomentar uma cultura organizacional de conscientização sobre a importância da privacidade.

2.1 Realização de Capacitação em Inteligência Artificial Generativa Aplicada à Atividade Jurídica nas Procuradorias de Justiça:



Oficina de IA realizada no Gabinete da 22ª Procuradoria de Justiça Cível

Objetivo: Responder aos desafios da Sociedade 4.0 e otimizar a atuação institucional.

Execução: Foram realizadas visitas a **21 Procuradorias de Justiça** (cível e criminal) entre **março e junho de 2025**. A primeira sessão ocorreu em 18 de março de 2025.

Participantes: Houve 86 Servidores, Assessores e Auxiliares, e 21 Procuradores de Justiça.

Alinhamento: A ação está alinhada à eficiência administrativa e à Resolução CNMP nº 281/2023, promovendo a conscientização sobre os riscos e cuidados no tratamento de dados pessoais com ferramentas tecnológicas avançadas.

2.2 Análises e Proposições de Adequação de Rotinas Administrativas à Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e à LGPD:

- a) **Emissão de Pareceres Técnicos para Adequação Normativa:** O Escritório emitiu pareceres especializados para adequar atos normativos aos marcos regulatórios de proteção de dados.
- **Parecer 1 (PARECER-EPDAP - 12025):** Versou sobre a atualização da **Recomendação nº 1/2023-CGMP/MA** referente ao uso de Inteligência Artificial Generativa por membros. Propôs a vedação da inserção de dados pessoais sensíveis, informações sigilosas ou material protegido por propriedade intelectual em plataformas externas sem garantias de segurança. Também recomendou a vedação do uso de credenciais institucionais e a revisão técnica minuciosa de conteúdos gerados por IA garantindo a responsabilização exclusiva do membro pelo conteúdo final. As contribuições foram integralmente acolhidas pela Corregedoria-Geral.
 - **Parecer 2 (PARECER-EPDAP – 0040529):** Tratou da atualização do **Ato Regulamentar nº 07/2016-GPGJ**, que disciplina o controle de acesso e permanência nas dependências institucionais, visando à adequação à LGPD.
 - **Parecer 3 (PARECER-EPDAP - 42025):** Manifestou-se sobre a minuta de modificação do **Ato Regulamentar nº 06/2019-GPGJ** sobre

videomonitoramento institucional, reconhecendo a inexistência de inconsistências técnicas.

b) **Proposta de Fixação de Atribuições aos Órgãos de Execução:** O EPDAP formalizou proposta para subsidiar a fixação de atribuições aos órgãos de execução do MPMA para atuação na defesa da dimensão coletiva do direito à proteção de dados pessoais. A proposta considerou a Emenda Constitucional nº 115/2022 e a Resolução CNMP nº 281/2023, que impõe a atuação ministerial na defesa coletiva. Sugeriu-se a provocação do Colégio de Procuradores de Justiça para deliberação, alinhando o MPMA às determinações do CNMP.

c) **Proposta para Disponibilização da Ferramenta IDMASK:** Sugeriu-se a



implementação da ferramenta gratuita **IDMask versão 2.0** (desenvolvida pelo MPF) para anonimização e pseudonimização de dados pessoais em documentos. A ferramenta utiliza inteligência artificial para tarjar dados pessoais e sensíveis. Sua implementação é vista como crucial

para a conformidade na atividade meio (portais de transparência, atos normativos) e na atividade finalística (procedimentos investigatórios sigilosos).

2.3 Deflagração do Projeto Piloto de Mapeamento de Dados Pessoais no Âmbito da Ouvidoria:

- Foi formalizada a proposta de expedição de Ordem de Serviço para iniciar o Projeto Piloto de Mapeamento de Dados Pessoais na **Ouvidoria** do MPMA.
- A Ouvidoria foi definida como unidade piloto por ser um canal estratégico de interação com os cidadãos e de recebimento de manifestações que envolvem dados pessoais e sensíveis.
- Os resultados do projeto piloto subsidiarão o modelo de governança de dados pessoais a ser implementado de forma transversal em todas as unidades do MPMA.

Figura 48 - Banner do Ministério Público Digital



Fonte: EPDP/PGJ,2025.

2.4 Contribuições para o Aperfeiçoamento da Conformidade do Portal da Transparência:

1. O Escritório desempenhou um papel estratégico na orientação para adequação do Portal da Transparência à LGPD e à LAI, buscando um equilíbrio entre transparência ativa e proteção de dados.
2. As contribuições incluíram análises e emissão de expedientes para orientar a exclusão ou oferta de informações, e melhorias na categorização das informações.
3. O EPDAP empreendeu esforços para o desenvolvimento e implementação do **Portal do Governo Digital do Ministério Público do Estado do Maranhão**, visando assegurar a acessibilidade das informações e o fortalecimento do controle social.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

3.1 Projeto de Implantação do Programa de Privacidade de Dados



Apresentação de tema de Proteção de Dados Pessoais ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG)

1. O projeto está vinculado ao eixo da gestão estratégica e tem como objetivo disseminar práticas de governança e gestão orientadas para resultados.

2. Visa adequar o MPMA às diretrizes da LGPD, da Resolução CNMP nº 281/2023 e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).
3. Componentes Principais:
 - a) Elaboração de Políticas abrangentes que atendam à LGPD.
 - b) Capacitação e Conscientização de membros, servidores e colaboradores.
 - c) **Mudança de Cultura Institucional**, integrando a privacidade como valor essencial.
 - d) Avaliação e Proteção de Riscos Identificados.
 - e) Resposta e Manutenção, com desenvolvimento de Plano de Respostas a Incidentes de Segurança.

4 AÇÕES DE MELHORIA

O Escritório dedicou esforços para a melhoria contínua das rotinas administrativas, processos e fluxos de dados. As principais ações de melhoria em 2025 incluíram:



Participação em eventos sobre Proteção de Dados Pessoais no CNMP, CNJ, CEDAMP e demais instituições públicas

- Atualização das informações no Portal da Transparência e Portal Institucional em conformidade com a LGPD.
- Confecção e desenvolvimento da página do **Ministério Público Digital**.
- Realização de estudos e emissão de pareceres sobre privacidade e proteção de dados.
- Contribuição para a elevação da nota do Portal da Transparência nas avaliações do TCE/MA e da ATRICON.
- Acompanhamento técnico da execução do mapeamento de dados pessoais no âmbito do CNJ.
- Contribuições para a implementação do controle de acesso ao módulo de contracheque no Portal da Transparência.

- Reforço na capacitação e treinamento, incluindo a participação ativa da Encarregada em Congressos, Debates e Fóruns (CEDAMP e CONEDAP/CNMP).
- Solicitação de implementação de API de autenticação do gov.br nos serviços digitais para reforço da segurança e confiabilidade.

Comissão de Gestão Ambiental (CGA)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

A Comissão de Gestão Ambiental (CGA), vinculada ao Procurador-Geral de Justiça, é responsável pela implementação do Programa de Gestão Ambiental Sustentável e de outras ações relacionadas à sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços. O relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas em 2025 sob a presidência da Procuradora de Justiça Mariléa Campos dos Santos Costa.

A CGA foi criada pelo Ato nº 403/2016-GPGJ, em conformidade com a Constituição Federal e em resposta à Recomendação nº 06/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Sua principal responsabilidade é promover e coordenar ações para implementar práticas sustentáveis no MPMA. As atribuições da CGA incluem:

1.1 Uso racional dos recursos e bens públicos: Este é o eixo econômico do Programa Integrar e Florescer e visa a gestão dos gastos públicos administrativos. Em 2025 (janeiro a outubro), houve redução no consumo de:

- a) **Papel A4 Resma 500 fls:** 7,2% de redução (de 4.929 para 4.573).
- b) **Copo Descartável para água - PCT 100:** 17,5% de redução (de 3.933 para 3.244).
- c) **Copo com Água Mineral - 200 ml:** 1,85% de redução (de 36.288 para 35.616).
- d) Houve aumento de consumo em outros itens, como Papel Higiênico (16,75%), Papel Toalha (12%), Sabonete Líquido (25%), Café (5,6%) e Açúcar (0,2%), o que é atribuído ao aumento da estrutura do MPMA.

Tabela 74 – Comparativo de Consumo de Insumos (Jan-Out 2024 vs Jan-Out 2025)

Itens	Jan a out - 2024	Jan a out - 2025	Diferença	Redução
Papel A4 – Resma 500fls	4.929	4.573	256	7,2%
Copo Descartável p/ água – Pct. 100 unidades	3.933	3.244	689	17,5%
Copo de Água Mineral – 200 ml	36.288	35.616	672	1,85%

Fonte: CGA/PGJ, 2025.

1.2 Gestão adequada dos resíduos gerados: Este eixo temático busca otimizar a utilização dos resíduos por meio da política dos 5Rs (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar), visando minimizar o consumo de produtos com impactos socioambientais significativos.

1.3 Qualidade de Vida no ambiente de trabalho: Visa conjugar trabalho, lazer e saúde, melhorar as relações interpessoais e aumentar a qualidade de vida, garantindo a satisfação de membros, servidores e colaboradores.

1.4 Sensibilização e capacitação dos servidores: Busca propagar a consciência ambiental através de cursos, treinamentos, palestras e campanhas.

1.5 Licitações sustentáveis: O Programa INTEGRAR E FLORESCER visa implantar os preceitos de Licitações e Contratos Sustentáveis no MPMA, conforme a Lei nº. 14.133/2021.

1.6 Obras e reformas sustentáveis: Garante que os serviços de engenharia e arquitetura considerem critérios de sustentabilidade (ambiental, financeira e social) e o uso de materiais ecologicamente corretos. Neste eixo, a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) avançou em:

a) **Projeto "Água e Energia Sustentáveis":**

- **Implantação de Sistemas Fotovoltaicos:** 223,12 kWp já instalados via ARP em municípios como Araisos, Açailândia, Santa Inês, Paço do Lumiar e São José de Ribamar. A capacidade prevista em projeto é de 378 kWp. A meta de implantação de 2 sistemas até 2026 foi superada, com 13 instalações concluídas.
- **Instalações de Sistemas de Reuso de Água:** O sistema de biodigestores da marca Fortlev foi escolhido para ser implantado na unidade de Pinheiro/MA como projeto-piloto de reuso de efluentes. Este sistema apresenta conformidade com a Resolução CONAMA nº 430/2011, eficiência média de 82% na remoção de DBO, e custo estimado de R\$ 45.000,00 a R\$ 50.000,00, representando uma redução de 45% a 50% no investimento total em comparação com a alternativa anterior. A implantação está prevista para o 2º semestre de 2026.

b) **Aplicativo de Gestão de Manutenção Predial "Tá na Mão":** Lançado no início de 2025, substituiu requisições manuais e possibilitou a abertura, triagem e geração de Ordens de Serviço (OS) via app. No período de janeiro a outubro de

2025, registrou 615 Requisições (aumento de 358% em relação a 2024) e 347 Ordens de Serviço emitidas (aumento de 83,28%).

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

2.1 Reuniões Periódicas da Comissão

Foram realizadas reuniões em 28 de janeiro, 27 de fevereiro, 29 de maio, 05 de agosto e 11 de novembro. Reuniões importantes incluíram a apresentação do status do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (28 de janeiro), discussão sobre o Plano de Logística e Sustentabilidade (PLS) (27 de fevereiro), e palestra sobre o projeto de arborização de São Luís (05 de agosto).



O Procurador-Geral de Justiça e demais membros da Adm. Superior do MPMA estiveram presentes nas reuniões da Comissão em 2025

2.2 Demais Atividades Desenvolvidas

- a) Recebimento do Certificado do Planejamento Estratégico pela implantação do Plano de Sustentabilidade (15 de abril de 2025).
- b) Implementação da programação de reciclagem nos andares da PGJ, com instalação de lixeiras adequadas.
- c) Preparo para a implementação de uma trilha ecológica destinada à comunidade escolar, em parceria com a UEMA.
- d) Aquisição de produtos das Quebradeiras de Coco, valorizando a cultura local e a bioeconomia.
- e) Participação institucional na assinatura do Plano de Arborização da cidade de São Luís.

2.3 Apresentação de Ações na UEMA e Mídia



Integrantes da Gestão Ambiental foram recebidos pelo reitor da UEMA

A presidente da Comissão, Mariléa Campos dos Santos Costa, apresentou as ações ambientais do MPMA na UEMA em 19 de agosto de 2025. Foram destacadas ações como o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, as feiras de produtos orgânicos, o viveiro de plantas medicinais e o projeto Café Sustentável.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

3.1 Projeto "Diálogo pelo Clima" e Lançamento de Livro

Lançamento do livro "Resiliência Climática e Desafios Estruturais: contribuições do Ministério Público do Estado do Maranhão no contexto das mudanças climáticas" em 29 de março. O livro é resultado do projeto "Diálogos pelo Clima", que faz parte do programa COPAÍBAS, desenvolvido em parceria com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

3.2 Programa Café Sustentável

Em 24 de março, foi realizado um treinamento sobre a reutilização e compostagem da borra de café, ministrado por servidores da UEMA.



A iniciativa capacitou os participantes para a reutilização e compostagem da borra de café

3.3 Parceria com a UEMA e Projeto de Arborização

Estabelecimento de Termo de Cooperação com a UEMA para o plantio de árvores. A parceria de sete anos com a UEMA abrange projetos como o viveiro de mudas, o café sustentável e a unidade de compostagem. Como resultado do projeto "Árvores de valor histórico, cultural e paisagístico de São Luís", foi editado um decreto municipal em 5 de junho de 2025 que tombou quatro árvores da capital.



Projeto promoveu o tombamento de árvores em São Luís

3.4 Reconhecimento do Viveiro Institucional

O viveiro da Comissão obteve reconhecimento externo, sendo destacado pelo Ministro Herman Benjamin do Superior Tribunal de Justiça.

4 AÇÕES DE MELHORIA

1. Aquisição de terra preta para melhoria e manutenção das áreas verdes da PGJ.
2. Retirada de carros inservíveis do pátio da PGJ e destinação a leilão, o que permitiu a adequação do espaço do estacionamento.
3. Adoção da assinatura eletrônica dos Pedidos de Material via tablet pela Coordenadoria de Administração (CAD) em 5 de junho, eliminando a impressão da Requisição de Material, o que contribui para a redução do uso de papel A4.

Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Em cumprimento ao Art. 31, inciso X, do Ato Regulamentar nº 22/2020, que aprovou o novo Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, em 14 de maio de 2020 e publicado na data de 08 de junho de 2020, e Ofício-Circular nº 10003/2025 - GPGJ/SEPLAG, apresentamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Contratação deste *Parquet* Estadual no ano de 2025.

1 MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO E TOTAL DE PROCEDIMENTOS

As licitações realizadas em 2025 contemplaram as seguintes modalidades, além de contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, e adesão a Atas de Registro de Preços (ARP) de outros órgãos:

- Pregão, na forma Eletrônica.
- Concorrência.
- Dispensa eletrônica.
- Leilão.

O total de procedimentos licitatórios realizados em 2025 foi de **112**. A distribuição dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2025 é a seguinte.

Tabela 75 – Licitações Realizadas no ano de 2025

Modalidade	Qtde. Procedimentos
Pregão Eletrônico	37
Concorrência	3
Dispensa Eletrônica	10
Dispensa Direta	3
Inexigibilidade de Licitação	54
Adesão a Ata de Registro de Preços	4
Leilão	1
Total	112

Fonte: CPL/PGJ, 2025.

2 PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS E FORMALIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS

Dos procedimentos licitatórios, foram concluídas no ano de 2025:

- 37 licitações na modalidade Pregão Eletrônico.
- 3 Concorrências.
- 10 Dispensas Eletrônicas.
- 1 Leilão.

As licitações concluídas, dispensas e inexigibilidades autorizadas e Adesões resultaram na formalização dos seguintes instrumentos:

- **78** Contratos Administrativos.
- **69** Atas de Registros de Preços.
- **Fonte: CPL/PGJ, 2025.**
- **162** Notas de Empenho.

O total de instrumentos formalizados para aquisição de bens e contratações de serviços foi de **441**. A tabela a seguir detalha os instrumentos firmados:

Tabela 76 – Demonstrativos dos instrumentos firmados no ano de 2025

Nº	Instrumento	Quant.
1	Contratos	78
2	Atas de Registro de Preços	69
3	Termos Aditivos	74
4	Termos de Rescisão Contratual	4
5	Termos de Apostilamento	29
6	Convênio de Estagiários	3
7	Termo de Doação de Bens	12
8	Termo de Reconhecimento de Dívida	8
9	Contratação por Nota de Empenho	162
10	Termo de Cessão de Bens Imóveis	2
	Total de Instrumentos	441

Fonte: CPL/PGJ, 2025.

3 VALORES CONTRATADOS E ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA

Os valores contratados por meio de procedimentos licitatórios (Pregão Eletrônico, Concorrência Eletrônica e Dispensa Eletrônica) resultaram em uma economia orçamentária de **R\$ 35.150.690,01**, relacionados na tabela abaixo:

Tabela 77 – Procedimentos Licitatórios – 2025

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto – R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	37	136.420.167,10	103.436.363,42	32.983.803,68	24,17%
Concorrência Eletrônica	3	9.402.281,99	7.346.329,53	2.055.952,46	21,86%

Dispensa Eletrônica	10	361.449,49	250.515,62	110.933,87	30,69%
TOTAL	50	146.183.898,58	111.033.208,57	35.150.690,01	24,04%

Fonte: CPL/PGJ, 2025.

A economia orçamentária total de R\$ 35.150.690,01 representou 24,04% do valor total disponibilizado para as contratações, possibilitando a realização de novos projetos em 2025.

4 RESULTADO DO LEILÃO

O Leilão realizado para venda de 12 veículos considerados inservíveis gerou um ganho de capital para o Ministério Público.

- **Valor Estimado:** R\$ 87.332,32
- **Valor Ofertado (Final):** R\$ 112.100,00
- **Lucro Obtido:** R\$ 24.767,68
- **Lucro Relativo:** 22,09%

O valor do ganho de capital foi depositado diretamente na conta do Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

5 CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE) E ADESÃO A ARP

- **Dispensa Direta de Licitação (Art. 75 da Lei nº 14.133/21):**
 - **Quantidade.:** 3 enquadramentos
 - **Valor Total:** R\$ 9.922.227,04
- **Inexigibilidade de Licitação (Art. 74 da Lei nº 14.133/21):**
 - **Quantidade.:** 54 enquadramentos
 - **Valor Total:** R\$ 2.986.147,74
 - **Objeto:** Compras e serviços, incluindo material de consumo, licenças de software, locação de imóveis, serviços de consultoria, serviços bancários, programas de engenharia de segurança e medicina do trabalho, aulas, treinamentos e cursos de capacitação.
- **Adesão a ARP de Outros Órgãos (Carona):**
 - **Quantidade.:** 4 contratações autorizadas
 - **Valor Total:** R\$ 1.698.980,00

6 RESUMO ANUAL - VALORES CONTRATADOS

A Tabela 78 apresenta o resumo dos valores contratados e a quantidade de procedimentos de todas as modalidades:

Tabela 78 – Valores contratados por modalidade de licitação

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado (R\$)
Pregão Eletrônico	37	103.436.363,42
Leilão Presencial	1	112.100,00
Concorrência	3	7.346.329,53
Dispensa Eletrônica	10	250.515,62
Inexigibilidade	54	2.986.147,74
Dispensa Direta	3	9.922.227,04
Adesão a ARP	4	1.698.980,00
TOTAL	112	125.752.663,35

Fonte: CPL/PGJ, 2025.

7 PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Os valores licitados deram origem a **441** instrumentos devidamente publicados e divulgados no Portal da Transparência do Ministério Público Estadual, em atendimento à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e ao Manual do Portal da Transparência do Conselho Nacional do Ministério Público (5ª edição).

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) foi comunicado por meio do Sistema de Informações para Controle (SINC-Contrata), em observância à Instrução Normativa nº 73/2022 e Portaria nº 973/2023.

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do Ministério Público do Estado do Maranhão tem como missão principal a prevenção e repressão ao crime organizado, atuando em todo o território maranhense. Com sede em São Luís, conta com duas regionais em Timon e Imperatriz, para apoio administrativo e operacional.

Os membros oficiam em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos para identificar e reprimir organizações criminosas. Excepcionalmente, podem atuar na instrução processual até a decisão final de primeira instância, mediante solicitação do Promotor de Justiça natural.

Suas atribuições abrangem a apuração e repressão de delitos conhecidos durante as investigações conduzidas pelo Grupo. A coordenação articula-se com chefias e comandos policiais ou repartições públicas, utilizando preferencialmente recursos humanos das regiões dos fatos investigados.

Compete ao GAECO/MA a instauração de Procedimento de Investigação Criminal (PIC), o acompanhamento de inquérito policial requisitando diligências, o estabelecimento de contatos externos com autoridades e órgãos de repressão, o atendimento ao público e recebimento de representações ou petições.

Também recebe documentos ou peças de órgãos de execução do Ministério Público, estimula a cooperação e integração entre membros do MP no combate ao crime organizado, sugere a celebração de convênios e termos de cooperação, e apresenta sugestões ao Procurador-Geral de Justiça para a política institucional.

Além disso, delibera sobre a conveniência dos atos de investigação e intercâmbio de informações, e recebe, registra, autua e cumpre Cartas Precatórias de outros GAECOs ou do GNCOC.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS EM 2025

2.1 Investigações

- a) **GAECO/São Luís:** Foram instaurados 22 procedimentos, sendo 15 Atendimentos ao Público, 05 Notícias de Fato e 02 Procedimentos Investigatórios Criminais (PIC). Há 25 procedimentos investigatórios pregressos em andamento.

- b) **Regional GAECO/Timon:** Foram instaurados 04 procedimentos, sendo 02 Notícias de Fato, totalizando 09 procedimentos (incluindo 03 pregressos).
- c) **Regional GAECO/Imperatriz:** Foram instaurados 02 procedimentos, totalizando 08 procedimentos (incluindo 06 pregressos).

2.2 Operações Deflagradas em 2025

Foram deflagradas 07 operações: Tântalo, Pavimentum (Gaeco/Imperatriz), Operação 4x4, Barão Vermelho 3 (Gaeco/Timon), Cela 3 - 2ª fase (Gaeco/Timon), Acqua Alta e Tântalo II. As operações contaram com a participação de membros e servidores do GAECO/São Luís, GAECO/Timon e GAECO/Imperatriz.



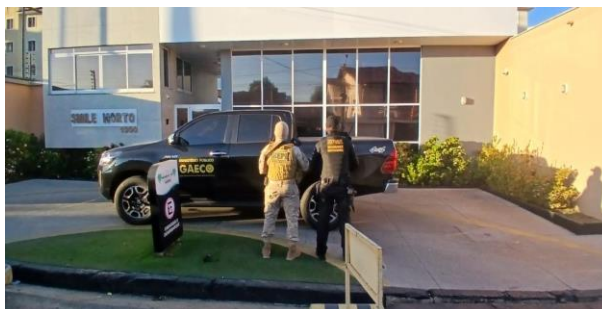
Valores bloqueados nas operações se encontram em contas judiciais

- **Operação Tântalo (Fase I e II):** A primeira fase ocorreu em fevereiro de 2025, investigando irregularidades em contratos no município de Turilândia. Cumpriu 40 mandados de busca e apreensão, resultando na prisão em flagrante de 07 pessoas e apreensão de 10 veículos, armas e equipamentos eletrônicos. A investigação revelou um esquema de **R\$ 56 milhões em fraudes em licitações**, propina e empresas de fachada. A segunda fase (Tântalo II), em dezembro de 2025, resultou na apreensão de valores que superam **R\$ 2 milhões de reais**, além da apreensão de 10 veículos e outros equipamentos na primeira fase.
- **Operação 4x4:** Deflagrada em fevereiro de 2025, visou desarticular um esquema de receptação e adulteração de veículos investigado desde 2020. A

segunda fase, em julho de 2025, estendeu-se a Teresina, Piauí, com a interdição judicial da empresa "Lion Autopeças Ltda".

- **Operação Cela 03 (Fase II):** Deflagrada em outubro de 2025, teve como alvo a desarticulação do braço financeiro e operacional de uma facção criminosa interestadual, focando no fluxo de caixa e lavagem de capitais.

- **Operação Barão Vermelho (Fase III):** Deflagrada em setembro de 2025, desarticulou uma organização criminosa com capilaridade interestadual e atuação nos Estados do Maranhão, Piauí e Paraíba.



Mandados foram cumpridos em três estados

- **Operação Pavimentum:** Investigou um cartel que fraudava licitações de pavimentação asfáltica em Imperatriz, em contratos de "tapa-buracos" que somam aproximadamente **R\$ 85,5 milhões de reais**. A justiça determinou o bloqueio de **R\$ 23 milhões em bens e ativos financeiros de investigados**



Veículos foram apreendidos em operação

(pessoas físicas e jurídicas) para ressarcimento do dano. A operação apreendeu R\$ 90 mil em dinheiro e resultou em um grande volume de bens confiscados

Essas ações demonstram o foco multifacetado do GAECO/MPMA no combate à corrupção, crimes violentos, tráfico ilícito e esquemas financeiros interestaduais, visando o poder econômico das organizações criminosas.

2.3 Designação/delegação para atuação do Gaeco em investigações

- Em 2025, o GAECO/MA atuou conjuntamente em 12 procedimentos (Inquéritos Cíveis e Procedimentos Investigatórios Criminais).
- Realizou 03 cumprimentos de apoio operacional.

- Participou de 03 atuações em diligências de apoio a operações de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão (Libamentum, Barriga de Aluguel e Macbeth) em cidades do interior do Maranhão.

2.4 Relação das atividades/movimentos realizados no sistema SIMP

A tabela abaixo apresenta o total de atividades/movimentos realizados no sistema SIMP de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Tabela 79 - Atividades/movimentos realizados no sistema SIMP em 2025

Movimento	Total
Apelação Contrarrazões/Contraminuta>Recurso	3
Arquivamento > Ciência > Atos Finalísticos	3
Arquivamento Integral > Sem remessa ao Conselho	24
Ausência/Insuficiência de Provas > Integral > Com remessa ao Poder Judiciário> Arquivamento > Atos Finalísticos	1
Autuação> Atos comuns	204
Autuar >Movimentos internos	9
Certidão/informação> Atos Comuns	104
Ciência de Decisão administrativa> Atos finalísticos	1
Conversão> Atos Finalísticos	2
Declinação de competência Ciência	1
Despacho> Movimentos internos	102
Desarquivado> Movimentos internos	5
Devolução sem manifestação > Atos Finalísticos	1
Encaminhamento a órgão externo	30
Encaminhamento a órgão interno	618
Encaminhamento ao membro > Atos Finalísticos	212
Escrita Denúncia>Ajuizamento finalísticos de Ação Atos	4
Expedição de documento > Despacho> Atos finalísticos	4
Instrutória > Extrajudicial > Audiência	12
Interposição de Recurso>Recurso	1
Juntada Atos Comuns	235
Manifestação > Atos Finalísticos	132
Notificação > Diligências	1
Ofício > Diligências>Atos Comuns	5
Outras ciências > Ciência> atos finalísticos	33
Outras Providências > Diligências > Despacho	72
Parecer Jurídico> Atos Comuns	6
Portaria > Atos Finalísticos	2
Prorrogação de prazo de investigação > Despacho	9
Redistribuição	71
Trabalho técnico> Atos comuns	137

Fonte: GAECO/PGJ, 2025.

2.5 Relatório Estatístico de Processos do DIGIDOC

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de processos do sistema Digidoc tramitados no GAECO/SÃO LUÍS de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Tabela 80 – Quantitativo de processos do Sistema Digidoc em 2025

Mês	Processos Abertos	Processos Recebidos/Entradas	Processos Arquivados	Processos Encaminhados/Saídas
Jan	50	21	12	2
Fev	25	40	4	0
Mar	25	37	4	0
Abr	17	49	8	0
Mai	25	46	3	0
Jun	17	28	8	0
Jul	0	17	7	17
Ago	0	26	13	26
Set	0	31	8	31
Out	0	35	9	35
Nov	0	39	11	39
Dez	0	27	5	27

Fonte: GAECO/PGJ, 2025.

2.6 Ações Protocoladas Junto ao Judiciário

- **GAECO/São Luís:** Foram protocoladas 18 ações junto ao Judiciário em 2025, incluindo:
 - 08 Ações de Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal
 - 01 Pedido de Busca e Apreensão
 - 01 Pedido de Prisão
 - 06 Pedidos de Interceptação Telefônica e Afastamento Telemático
 - 01 Denúncia
 - 01 Pedido de Afastamento de Prefeito
 - 01 Pedido de Interdição de Município
- **Regional de Timon:** Protocoladas 04 Denúncias e 02 Ações com pedidos cautelares de busca e apreensão e outras manifestações.
- **Regional de Imperatriz:** Protocoladas 02 Denúncias, 06 Representações, 02 Pedidos de Interceptação Telefônica e Quebra de Dados Telemáticos, 01 Medida Cautelar, 01 Requerimento de destruição de armas e uso de munições, 02 Ações com pedidos de afastamentos de sigilo bancário e fiscal, 01 Pedido de uso provisório/alienação de aeronaves, 01 Pedido de uso provisório de veículos apreendidos e outras manifestações.

2.7 Atividade Não Procedimental

A tabela seguir indica as atividades não procedimentais do GAECO/São Luís até 31/12/2025:

Tabela 81 – Atividades não procedimentais do GAECO/São Luís em 2025

Atividade	Total
Cursos	4
Reunião	5
Audiências extrajudiciais	46
E-mails enviados	1.771
Ofícios expedidos	892
Memorandos Expedidos	188
Notificações	65
Certidões	142
Portarias	42

Fonte: GAECO/PGJ, 2025.

Houve participação da equipe do GAECO em eventos importantes para atualização tecnológica, integração estratégica e fortalecimento da produção de provas: 1º Encontro GNCOC Forense Digital, Forensics Meeting 2025 e 31ª Edição do Seminário Internacional de Ciências.

3 AÇÕES DE MELHORIA

- O GAECO buscou promover melhorias estruturais, tanto no aspecto físico quanto no desenvolvimento dos trabalhos administrativos e jurídicos.
- Em 2025, houve um aumento no número de operações realizadas e maior visibilidade a nível nacional das ações investigativas do GAECO/MPMA.
- O GAECO realizou ou disponibilizou diversos cursos de capacitação, seminários e simpósios para membros, servidores e a comunidade jurídica, abordando cibersegurança, lavagem de capitais, interceptação telefônica e telemática, investigação financeira, licitações, e habilidades sociais.
- Houve empenho na criação de ferramentas tecnológicas para aperfeiçoar o fluxo de trabalho interno e de toda a Instituição, visando reduzir o tempo de resposta investigativa e conferir maior robustez ao acervo probatório.
- Aplicativos idealizados em 2025 e em construção pela equipe de desenvolvimento da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro/LAB-LD visam otimizar o fluxo de trabalho e a resposta às demandas sociais.

- O desenvolvimento dessas soluções tecnológicas representa um investimento estratégico na modernização da atividade ministerial, consolidando o combate à criminalidade e oferecendo uma resposta substancial à sociedade maranhense.

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

1 ATRIBUIÇÕES DO SETOR (CAEI)

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI) foi instituída pelo Ato Regulamentar nº 20/2008.

Sua estrutura atual é composta pela Assessoria Militar e pelas Seções de Segurança Institucional, Análise de Inteligência, Operações de Inteligência, Análise e Monitoramento de Sinais, Gerenciamento de Incidentes e Apoio Administrativo.

As principais atribuições incluem:

- Assessoramento estratégico ao Procurador-Geral de Justiça.
- Fornecimento de suporte especializado nas áreas de segurança institucional e inteligência para Membros e Servidores do Ministério Público.
- Atuação sistêmica e colaborativa com instituições parceiras no enfrentamento à criminalidade.
- **Atividade de Inteligência:** Trata e processa informações sensíveis, produzindo relatórios que subsidiam a tomada de decisão pelos demandantes.
- **Segurança Institucional:** Conjunto de ações para proteção e salvaguarda da instituição e de seus integrantes, garantindo o exercício livre, seguro e independente das funções. Abrange segurança de pessoas, materiais, áreas, instalações e proteção da informação.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS – 2025

2.1 No âmbito da Seção de Inteligência e Contraineligência

2.1.1 Subseção de Análise de Inteligência (SAI)

- Produção de Relatórios: Foram produzidos **557 Relatórios de Inteligência**.
- Buscas em Bases de Dados: Foram realizados **122.291 levantamentos** em sistemas e bases de dados.
- Pedidos de Inteligência: Foram realizados **54 Pedidos de Inteligência** a outras agências para obter informações sobre pessoas físicas ou jurídicas que são alvos em procedimentos no Estado, mas que não estão na unidade federativa.
- Outras Atividades (Tabela 93): 144 Relatórios de Inteligência, 8 Informes e 51 Ordens de Busca.

Tabela 82 – Relatório de atividades da Subseção de Análise de Inteligência 2025

Atividades	Total
Relatório de Inteligência	144
Levantamentos Inteligência/Contraineligência (Busca em Base de Dados)	122.291
Informes	8
Ordens de Busca	51
Pedido de Inteligência	54

Fonte: Subseção de Análise de Inteligência/CAEI, 2025.

2.1.2 Subseção de Operações de Inteligência (SOI)

Tabela 83 – Diligências realizadas pela Subseção de Operações de Inteligência

Atividades em campo	Total
Visitas em municípios	141
Endereços levantados	573
Pessoas físicas	136
Pessoas jurídicas	93
Órgão públicos	45
Ordens de buscas cumpridas	50
Relatórios de buscas	43
Fichas operacionais	101
Relatórios de contramedidas	24

Fonte: Subseção de Operações de Inteligência-CAEI,2025.

2.2 No âmbito da Segurança Institucional

A Seção de Segurança Institucional, em **2025**, cumpriu **149 (cento e quarenta e nove) Ordens de Missões e 69 (sessenta e nove) Ordens de Serviço**, referentes à realização de diversas atividades tais como: segurança aproximada e escolta de Membros em situação de risco (Ato Regulamentar nº 46/2023); apoio de segurança institucional aos Promotores de Justiça do GAECO em operações de busca e apreensão, diligências e depoimentos de investigados na capital e no interior do Estado; análises de risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal); manutenções corretivas de câmeras em CFTV e alarmes nas unidades ministeriais da capital e do interior do estado; apoio de segurança aos Membros e Servidores em realização de visitas, operações, audiências e inspeções; segurança institucional durante eventos nos prédios do MPMA, dentre outras atividades de segurança.

Oportuno destacar as atividades desenvolvidas durante o **Mês da Segurança Institucional**. Ao longo do mês de agosto, integrantes da CAEI realizaram palestras

sobre segurança institucional em diversas unidades ministeriais do Estado. No total, foram visitadas **10 (dez) comarcas**, ocasião em que foram repassadas orientações de segurança a membros, servidores e colaboradores terceirizados de cada localidade.

Foram realizados treinamentos de combate a incêndio e de defesa pessoal em Krav Maga, direcionados a membros e servidores da Grande Ilha, bem como das regionais de Timon/MA e Imperatriz/MA. Ademais, foi promovido o Curso de APH em Combate – Protocolo MARC 1, destinado aos integrantes da CAEI e do GAECO, além de palestras sobre **Segurança Institucional em Audiências do Tribunal do Júri**, **Ambientes Seguros: dicas práticas para prevenção de incêndios**, e do **Workshop de Consciência Situacional em Operações de Cumprimento de Mandados Judiciais**.

Ainda em 2025, foram realizados **treinamentos operacionais de tiro**, com foco em técnicas de **Porte Velado**, destinados aos membros e servidores da Grande Ilha e da regional de Timon/MA.



Integrantes da CAEI aprimoram habilidades de tiro em confrontos veiculares

Tabela 84 – Resumo de algumas atividades realizadas pela Seção de Segurança Institucional

Atividades/SSI	Total
Análise de risco promotorias	16
Análise de risco residências	5
Manutenção corretiva cftv/alarme – <i>in loco</i>	97
Manutenção corretiva cftv/alarme – remota	85
Ordens de missão	149
Ordens de serviço	69

Fonte: Seção de Segurança Institucional-CAEI,2025.

Tabela 85 – Resumo dos indicadores de segurança em 2025

Indicadores de Segurança	Total
Policiais ativa	72
Policiais da reserva	103
Prédios com câmeras de segurança CFTV	126
Prédios com vigilância armada	21

Prédios com aparelho de inspeção por raio-x	3
Prédios com portais detectores de metais	19
Armários cofres	10
Detectores de metais portáteis	108
Rádios de comunicação	80
Coletes balísticos	150
Drones	6
Estrobos	9
Veículos	10

Fonte: Seção de Segurança Institucional-CAEI,2025.

2.3 No âmbito da Assessoria Militar

Compete à Assessoria Militar, o planejamento e as ações relativas à segurança pessoal e institucional do Procurador-Geral de Justiça, a recepção de autoridades militares em visita ao Ministério Público do Maranhão, o assessoramento do Procurador-Geral de Justiça e do Coordenador de Assuntos Estratégicos e Inteligência em questões militares, a representação militar do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, dentre outras atividades. Além dessas, destaca-se ainda como atribuição da Assessoria Militar o fornecimento de escolta e segurança aproximada ao Membro após a conclusão do seu mandato de Procurador-Geral de Justiça, nos moldes do estabelecido no Ato Regulamentar nº 46/2023.

Nesse contexto, destaca-se o acompanhamento dos dignitários em suas viagens institucionais para o interior do estado, materializado em **17 (dezessete) Ordens de Missão**.

2.4 No âmbito da Seção de Análise de Sinais

A Seção de Análise de Sinais, dentro da estrutura da CAEI, é a subunidade responsável pela administração e operação dos equipamentos e sistemas próprios para a execução das interceptações das comunicações telefônicas e telemáticas, bem como a quebra do sigilo dos dados telefônicos e telemáticos autorizados judicialmente.

Desta forma esta seção presta apoio aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), mediante solicitação formal, através da operacionalização de decisão judicial que autoriza a interceptação/quebra das comunicações telefônicas e telemáticas, junto às operadoras de telefonia e provedores de aplicação; produção de relatórios de transcrições e produção de relatório técnico a partir dos dados oriundos da quebra do sigilo de dados telefônicos e telemáticos.

Tabela 86 – Resumo atividades realizadas pela Seção de Análise de Sinais

Atividades	Total
Operações de quebra de sigilo telefônico/telemático autorizadas judicialmente	05
Operações de levantamento de dados cadastrais	19
Relatório técnico	20
Relatório de transcrição	03
Ato circunstanciado	05

Fonte: Seção de Análise de Sinais-CAEI,2025.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

3.1 Projeto "Implementação de uma Cultura de Segurança Institucional no MPMA"

Projeto contínuo que busca conscientizar integrantes sobre atitudes favoráveis ou prejudiciais à segurança.

- **Capilaridade:** Intensificação de treinamentos e palestras itinerantes de segurança institucional.
- **Alcance:** **81 unidades ministeriais** visitadas no interior, incluindo **40 Promotorias** de Justiça Intermediárias.
- **Publicação:** Elaboração e publicação da **2ª edição do Manual de Segurança Institucional**, com foco em atuações no plenário do Tribunal do Júri.

3.2 Criação da Política de Inteligência do MPMA

O projeto visa regulamentar, subsidiar e padronizar a atividade de inteligência no MPMA, considerando a Doutrina de Inteligência (Resolução nº 206/23) e a Política Nacional e o Sistema de Inteligência do Ministério Público (Resolução nº 292/2024 do CNMP).

3.3 Outros Projetos em Desenvolvimento:

- **Uso de Ferramentas de Análise de Dados com Inteligência Artificial:** Visa implantar plataforma de IA para superar a fragmentação informacional, acelerar análises e prever cenários críticos; encontra-se em fase de testes do protótipo funcional.
- **Padronização de Equipamentos de Segurança Para Pronta Resposta:** Busca padronizar equipamentos e protocolos para aumentar agilidade e segurança; está em fase de licitação.

- **Padronização de Tecnologias de Segurança com uso de Inteligência Artificial:** Visa reduzir vulnerabilidades e automatizar respostas a incidentes, garantindo conformidade com normas (LGPD e ISO 27001); avança com migração de sistemas e licitação para treinamentos.

4 AÇÕES DE MELHORIA

4.1 Aumento de Efetivo

- Aumento no efetivo de Policiais Militares da Reserva, totalizando **103 policiais**.
- Aumento no efetivo de Policiais Militares da Ativa, totalizando **72 policiais**.

4.2 Aquisições

- Aquisição de equipamentos para manutenção e substituição do sistema de CFTV e alarme no interior.
- Conclusão do processo licitatório para aquisição de armas de fogo e munições.

4.3 Cursos e Capacitações (para servidores da CAEI)

- Análise de Dados Telemáticos do Whatsapp,
- Investigação Criminal Digital,
- Inteligência de Dados e Análise de Vínculos,
- ChatGPT para investigação criminal,
- Curso de Analista de IPED,
- APH em Combate (Protocolo MARC),
- Defesa Pessoal em Krav Maga,
- Segurança de Dignitários e Porte Velado.

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOs)



Os CAOs são órgãos auxiliares do MPMA com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades, cabendo a eles promover intercâmbio e integração entre órgãos de execução que desenvolvem atribuições comuns e entre entidades públicas e privadas que atuam em áreas semelhantes à dos Centros de Apoio.

Centro de Apoio Operacional Criminal (CAO/Crim)

O Centro de Apoio Operacional Criminal, instituído por meio da Resolução nº 02/1997-CPMP, tendo esta norma sido alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, sendo-lhes – além disso – dadas orientações técnicas jurídicas com a remessa de informações de mesma natureza e, além disso, tem por finalidade promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO/CRIMINAL

O CAO Criminal possui 2 (dois) Projetos Institucionais em execução, conforme o Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão 2021-2029, além de iniciativas de inovação.

1.1 Projeto “Aperfeiçoamento do Banco de Dados com Identificação Genética”

- **Objetivo:** Fortalecer o Banco de Perfis Genéticos de criminosos, retomando a coleta de DNA de presos condenados no Maranhão, que havia sido inviabilizada pela redação do art. 9º-A da LEP.
- **Ação Principal:** Articulação para firmar um Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre as Secretarias de Segurança Pública e de Administração Penitenciária e a Perícia Oficial, estabelecendo um fluxo para



Firmado Protocolo de Intenções para um Programa de Estado focado em saúde, capacitação e formação de líderes na Segurança Pública

treinamento de profissionais de saúde para coleta e transporte de material genético.

- **Status:** Encerrado em 14 de abril de 2025 por ter alcançado o resultado esperado.

1.2 Projeto “Protesto Cartorário: Efetividade da Execução da Pena de Multa”

- **Objetivo:** Implementar medidas mais eficazes para a execução da pena de multa criminal por meio do protesto cartorário (execução extrajudicial), destinando os valores arrecadados ao Fundo Penitenciário do Maranhão para melhorias na política carcerária e ressocialização.
- **Ações Cumpridas:** Firmamento de convênio com o IEPTB-MA (Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil), capacitação de membros e servidores, e início do fluxo de execução por Promotorias de Justiça.



Treinamento Institucional do projeto "Protesto Cartorário: efetividade da execução da pena de multa", promovido pela ESMP, com apoio do CAO Criminal

1.3 Iniciativa Catálogo Água

- **Objetivo:** Reunir fontes de informação na Internet úteis para a instrução de processos e procedimentos, de forma simples e intuitiva, disponibilizada na intranet do MPMA com tutoriais e modelos de requisição.
- **Resultado:** Registrou 1.214 acessos por membros até julho de 2025.

1.4 Iniciativa Colabora AI

- **Objetivo:** Facilitar a adoção de Inteligência Artificial (AI) no MPMA, criando uma biblioteca digital de boas práticas com vídeos de aplicações práticas de AI em atividades cotidianas.

- **Foco:** Incentivar o compartilhamento de experiências e fortalecer a cultura de inovação tecnológica na instituição.

2 ATUAÇÃO DO CAO CRIMINAL EM 2025

O Centro de Apoio Operacional Criminal realizou diversas atividades de apoio, capacitação, participação em comissões e produção de subsídios técnico-jurídicos.

2.1 Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

- Palestra - Interceptação Telemática: Aspectos Teóricos e Práticos (24/03/2025).
- Treinamento - Protesto Cartorário: Efetividade da Execução da Pena de Multa (09/05/2025).
- Curso de Atualização em Direito Penal e Processo Penal: Dosimetria da Pena, Prova e Cadeia de Custódia (05/06/2025).



Turma do Curso de atualização em Direito Penal e Processo Penal promovido pela ESMP e Caos Criminal e Júri.

2.2 Participação em Comissões e Grupos de Trabalho

- Comissão para Implementação do Juiz de Garantia no Maranhão (TJMA).
- Comissão de Regulamentação da Pena de Multa Criminal (elaboração de Resolução para o fluxo de multas no MPMA).
- Grupo de Trabalho sobre Investigação Patrimonial (criação de metodologia para investigação criminal).

2.3 Notas Técnicas e Estudos Produzidos

- **Notas Técnicas:** NTC-CAO-CRIM nº 02/2025 (legitimidade de requerimentos do MP para certidões e laudos), NTC-CAO-JURI nº 02/2025 (diretrizes para atuação integrada na defesa dos direitos das vítimas), GNCCRIM nº 01/2025 (natureza da doação de bens em ANPP).
- **Estudos e Pareceres:** Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, Legalidade do Cumprimento de Mandados pela Polícia Militar, Relatório Consolidado sobre Guardas Civis Municipais, Memorando nº 10019/2025 (Sugestão de instituição do GAESP), e Memorando nº 10020/2025 (Sugestão de Perícia Própria para o MP).

3 CAO CRIMINAL EM NÚMEROS – 2025

A seção apresenta a quantificação das atividades realizadas no ano:

Tabela 87 – Demonstrativo da produtividade do CAO-Criminal em 2025

Atividade	Quantidade
Memorandos Expedidos	81
Ofícios expedidos	85
Notas Técnicas	3
Respostas a Consultas Técnicas	47
Atendimentos ao Público	186
Participação em reuniões	40
Despachos	36
Diligências	108
Estudos Técnicos	19
Materiais de Apoio	36
Informativos Jurisprudenciais	13
Registros no SIMP	670

Fonte: CAO-CRIMINAL/PGJ, 2025.

4 AÇÕES DE MELHORIA

Para o próximo ciclo institucional, o CAO Criminal priorizará a resolutividade e a modernização da investigação criminal, focando em:

4.1 Consolidação da Cultura de Inovação e Inteligência:

- Otimização do "**Catálogo Águia**": Atualização de tutoriais e ampliação de fontes para escalar o uso da ferramenta e superar a marca de 1.214 acessos.

- Expansão do projeto "**Colabora AI**": Produção de novos conteúdos sobre Inteligência Artificial Generativa, com destaque para o *Assistente de Audiência de Instrução*.

4.2 Destravamento do Fluxo da Pena de Multa (Projeto "Protesto Cartorário"):

- Foco na eliminação de gargalos operacionais e garantia da efetividade da arrecadação.
- **Estratégia:** Articulação interinstitucional com o Tribunal de Justiça para padronizar e agilizar a emissão das **Certidões de Dívida Judicial (CDJ)**, identificada como o principal entrave atual.
- Elaboração de um plano de sensibilização para ampliar a adesão das Promotorias ao fluxo de protesto extrajudicial, apoiado pelo Painel BI da Execução da Pena de Multa

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAO-Consumidor)

O CAO-Consumidor é um órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), competindo-lhe prestar suporte técnico-jurídico aos órgãos de execução na área consumerista, fomentar a articulação institucional e aprimorar estratégias para a tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos de relevância social. O relatório consolida as ações desenvolvidas entre janeiro e dezembro de 2025, destacando que os esforços foram concentrados no fortalecimento do sistema de proteção ao consumidor, na qualificação da ação ministerial e no monitoramento de demandas de relevância coletiva.



Reconhecimento do CAO-Consumidor na Reunião de Análise de Estratégia (RAE)

1 PROJETOS E INICIATIVAS INSTITUCIONAIS DO CAO-CONSUMIDOR

Ao longo de 2025, o CAO-Consumidor desenvolveu **2 projetos e 7 iniciativas institucionais**.

1.1 Projeto "Dialogando com o Consumidor"

Este projeto visa promover educação, conscientização e autonomia aos consumidores, com foco especial em grupos hipervulneráveis, como idosos, aposentados e pensionistas. Em 2025, foram alcançados os seguintes resultados:

- Foi realizado o lançamento da cartilha "**Proteja-se, Consumidor: Prevenção de Fraudes em Empréstimos Consignados para Pessoas Idosas e/ou com Deficiência**" em 25 de abril de 2025.
- O projeto enfrentou desafios na articulação territorial, mas consolidou bases para a expansão **em exercícios futuros**.
- Houve a elaboração da cartilha "**Plano de Saúde Entenda seus direitos: Guia do Consumidor Hipervulnerável**", em parceria com o CAO-PIPD, no segundo semestre.



Lançamento da cartilha ocorreu durante Seminário do Terceiro Setor

1.2 Projeto "Juntos pela Defesa do Consumidor: Ministério Público Fortalecendo Parceiros"

O projeto busca aprimorar a atuação conjunta e fortalecer a infraestrutura dos órgãos que compõem o sistema de proteção ao consumidor (Procons, Vigilâncias Sanitárias, Corpo de Bombeiros, etc.). Três órgãos foram diretamente beneficiados: o PROCON/MA, a Superintendência de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de São Luís e o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Foram destinados **156 equipamentos e itens de investimento**, incluindo *tablets* e *drones*, visando o incremento da eficiência fiscalizatória.

1.3 Iniciativa "Monitoramento Estratégico de Dados do Consumidor no Maranhão"

Direcionada à estruturação de mecanismos para convergência, sistematização e análise de dados dos órgãos do sistema de proteção ao consumidor. O objetivo é identificar padrões de irregularidades, priorizar territórios vulneráveis e subsidiar intervenções ministeriais estratégicas e preventivas.

1.4 Iniciativa "Radar do Consumidor - Mapeamento de Demandas no MPMA"

Visa a sistematização permanente de dados de demandas consumeristas (qualidade de produtos, fraudes, saúde, segurança, etc.) para mapear padrões de reclamações e orientar a atuação das Promotorias de Justiça.

1.5 Iniciativa "Inclusão do Registro de Crimes Contra as Relações de Consumo na Delegacia Online"

Buscou modernizar os instrumentos de persecução penal de ilícitos consumeristas. Contudo, a plena implementação enfrentou trâmites burocráticos internos, apesar da aceitação pelo Ministério da Justiça.

1.6 Iniciativa "CDC para Todos"

Promove o acesso amplo e inclusivo ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) em formatos acessíveis (áudio, LIBRAS e versão digital simplificada). Houve adesão formal de entidades como UCI Kinoplex e Equatorial Maranhão para a divulgação dos materiais.

1.7 Iniciativa "Prioridade Garantida: Promoção da Sinalização Obrigatória de Atendimento a Diabéticos"

Atua para garantir a implementação efetiva da Lei Estadual nº 11.056/2019, que assegura o atendimento prioritário a pessoas com diabetes, incluindo a sinalização obrigatória com o símbolo mundial do diabetes. As etapas preliminares foram cumpridas e o monitoramento segue em execução permanente.

1.8 Iniciativa "Sanitiza Legal - Fiscalização, Conformidade e Cuidado Coletivo"

Focada na implementação da Portaria Estadual nº 9187/SES/2024 (critérios obrigatórios para limpeza e desinfecção de ambientes de uso coletivo), em articulação com órgãos de vigilância sanitária. As fases de diagnóstico, planejamento e produção de materiais foram concluídas.

1.9 Iniciativa Integrada de Fiscalização de Bebidas e Combate às Adulterações

Estruturada como resposta ao risco de adulteração de bebidas alcoólicas e intoxicações por metanol em 2025. As ações envolveram a qualificação técnica das Promotorias e a articulação com Vigilâncias Sanitárias, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e PROCON/MA.

2 ATUAÇÃO DO CAO-CONSUMIDOR EM 2025

A atuação da unidade foi marcada pelo suporte técnico-jurídico e pela articulação com órgãos parceiros.

2.1 Atendimento ao Público

Foram realizados **61 atendimentos ao público**. As demandas incluíram:

- Denúncias sobre planos de saúde (descredenciamento de clínicas, aumento indevido).
- Reclamações sobre danos decorrentes de alagamentos em residenciais (Vitória São Luís, Living Panamá e Cyrela).
- Irregularidades no transporte alternativo por *ferry boat* (reajuste de tarifa e cobranças indevidas).
- Denúncias contra concessionárias de serviços públicos (Equatorial e CAEMA).
- Casos de fraudes em consórcios e empréstimos.
- Ausência de atendimento preferencial a pessoas com diabetes em estabelecimentos (iniciativa relacionada à Lei Estadual nº 11.056/2019).

2.2 Audiências Públicas

Foram realizadas 2 Audiências Públicas: uma sobre **Fraudes Bancárias** (09/06/2025) e outra sobre **Planos de Saúde: Direitos, Desafios e Soluções** (22/10/2025).

2.3 Cursos

O CAO-Consumidor participou de **17 cursos e capacitações**, abrangendo temas como Google Workspace, Relações de Consumo no Transporte Aéreo, Inteligência Artificial, e Identificação de Bebidas Falsificadas.

2.4 Eventos promovidos pelo CAO

Foram realizadas **47 reuniões e 8 eventos**, incluindo reuniões do Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (FUNCON), reuniões com órgãos parceiros (Corpo de Bombeiros, Delegacia do Consumidor, Vigilância Sanitária), reunião com a Deputada Iracema Vale e o Promotor de Justiça Tarcísio Bonfim, para tratar de assuntos relacionados ao Programa Combustível Legal, realizada na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) e reuniões de planejamento estratégico com a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).



CAO-Consumidor, CONAMP, AMPEM e ALEMA em reunião para discutir o PL da "bomba branca" de combustíveis e seus impactos nas relações de consumo

3 CAO-CONSUMIDOR EM NÚMEROS – 2025

Os principais resultados quantitativos foram:

- **Atendimento ao Público:** 61
- **Cursos:** 17
- **Materiais de Apoio Elaborados:** 58
- **Ofícios Expedidos:** 140
- **Reuniões:** 47
- **Eventos:** 8

4 AÇÕES DE MELHORIA

As ações de melhoria focaram no aperfeiçoamento da gestão interna, na organização dos fluxos de trabalho e na capacitação contínua da equipe. Foram realizados cursos em áreas estratégicas como **Inteligência Artificial**, **Autocomposição de Conflitos** e **Processo Estrutural**, visando aumentar a eficiência operacional e qualificar o suporte prestado.

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA)

O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural tem focado sua atuação interna na busca pela maior eficácia pública através da formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos.

Em suas atividades externas, por meio da participação em órgãos colegiados de proteção ao meio ambiente e na intervenção para a produção de normas jurídicas que melhor subsidiem ações do Ministério Público, além de manterem constante atenção na produção legislativa espontânea do Estado.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAOUMA

Em 2025, foram executados 3 projetos institucionais, conforme o Plano Estratégico do MPMA 2021-2029:

- a) **Projeto "Valorização de Resíduos Sólidos"**: Busca implantar estruturas de apoio à logística reversa de embalagens pós-consumo com inclusão socioproductiva de catadores e acompanhar o cumprimento das metas de logística reversa em municípios com mais de 50.000 habitantes. Onze municípios aderiram ao projeto.
- b) **Projeto "Saneamento para todos"**: Anteriormente chamado "Águas Claras", foca em municípios com mais de 100.000 habitantes (totalizando dez municípios maranhenses) e promove ações para reduzir a ociosidade das redes de esgoto e a poluição difusa em mananciais. Oito municípios aderiram ao projeto.
- c) **Projeto "Combate ao Desmatamento no Bioma do Cerrado"**: Atua nos municípios de Aldeias Altas, Balsas, Caxias e Grajaú, que tiveram as maiores taxas de desmatamento em 2021 no Maranhão. Todas as promotorias-alvo executam o projeto.

2 ATUAÇÃO DO CAOUMA EM 2025

- a) **Integração e intercâmbio**: Foram encaminhados materiais de apoio técnico-jurídico às Promotorias de Justiça sobre temas como reparação de danos

ambientais, valoração de danos, unidades de conservação, energias renováveis e mercado de carbono.

- b) **Informações técnico-jurídicas:** Foram elaborados **24 pareceres técnicos** e **12 laudos periciais** atendendo a consultas e solicitações de vistorias de todo o Estado do Maranhão.
- c) **Intercâmbio permanente:** Realização do Seminário "Gestão de Resíduos Sólidos: encerramento de lixões" em parceria com TCE e SEMA, em 21 de agosto de 2025.



Seminário sobre Gestão de Resíduos Sólidos: encerramento de lixões

- d) **Atividades estratégicas:** Audiência pública sobre transparência ambiental de dados da SEMA, como queimadas e desmatamento, nos dias 04 de junho e 19 de dezembro de 2025.

- e) **Cursos e Eventos**



Curso sobre Leis de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998)

- f) **Curso** - Leis de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) em parceria com a ESMP, de 09 a 11 de junho de 2025.
- g) Lançamento do Livro **"Resiliência climática e desafios estruturais: contribuições do Ministério Público do Estado do Maranhão no contexto das mudanças climáticas"** em 29 de agosto de 2025.



O livro foi fruto de uma parceria do MPMA com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)

- h) Seminário **"O Ministério Público, o Estado e o Parque Estadual do Mirador"** em 20 de novembro de 2025.

3 CAOUMA EM NÚMEROS - 2025

1. Memorandos expedidos: 3
2. Ofícios Circulares expedidos: 2
3. Ofícios expedidos: 73
4. Pareceres Técnicos: 24
5. Laudos periciais: 12
6. Participação em perícias judiciais: 14
7. Consultas atendidas: 60
8. Denúncias encaminhadas para a Ouvidoria: 15
9. Participação em reuniões: 13

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO/DHC)

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAO/DHC), criado pela Resolução nº 03/2006, é um órgão auxiliar que presta auxílio aos órgãos de execução em matérias de direitos fundamentais não abrangidas pelos demais Centros de Apoio Operacionais (Infância e Juventude, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência, Consumidor, Criminal, Probidade Administrativa, Enfrentamento à Violência de Gênero e Tribunal do Júri). Suas atribuições incluem apoio técnico, coordenação da integração e intercâmbio de informações, acompanhamento de ações e projetos e desenvolvimento de projetos institucionais. O Ato Regulamentar nº 33/2022 reorganizou os Centros de Apoio Operacional.

Em 2025, a coordenação estava a cargo do Promotor de Justiça Joaquim Ribeiro De Souza Junior (57ª PJ Especializada) no final do segundo semestre, e no primeiro semestre foi coordenada pelo Dr. Marco Aurélio Ramos Fonseca. A Coordenadora Adjunta é a Promotora de Justiça Márcia Moura Maia (12ª PJ Criminal). A equipe de servidores é composta por: Nívia Maria Sodrê Pinheiro, Daiana Andrade Carneiro, Samuel Araújo Farias, Adriano Vasconcelos Pereira e Luana Fernanda Caldas Correa.

1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS EM 2025

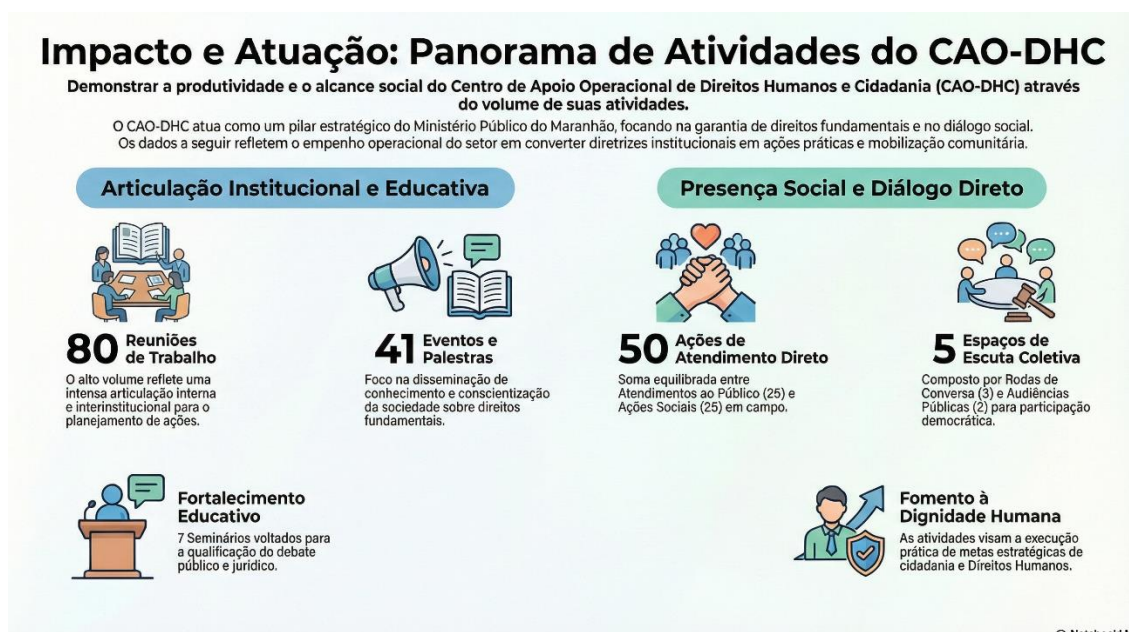
As atividades realizadas pelo CAO/DHC em 2025 incluem:

- Co-coordenação de ações integradas decorrentes de convênios e acordos institucionais na área de direitos humanos.
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça.
- Apoio aos órgãos de execução em matérias cíveis e criminais relacionadas a tortura, relações étnico-raciais, apoio a vítimas de violência, defesa do controle social do uso dos meios de comunicação, conflitos no campo, violência contra povos indígenas, defesa de populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas.
- Envio de comunicações, boletins, notas técnicas e informativos aos Promotores de Justiça sobre informações e recomendações do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) e outros órgãos.
- Coordenação do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (FEPAS/MA).

- Atendimento ao público (telefone, e-mail, presencial) com orientações e encaminhamentos.
- Encaminhamento de informações aos Promotores de Justiça do Interior para reforçar e incentivar o trabalho na garantia dos direitos humanos.
- Divulgação de ações e trabalhos do Ministério Público e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos.
- Recebimento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos à Ouvidoria Geral do Ministério Público.

2 ORGANIZAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO DO CAO/DHC EM ATIVIDADES, REFERENTES AO ANO 2025

Figura 49 - Infográfico Atividades desenvolvidas pelo CAO-DHC em 2025



Fonte: CAO-DHC/PGJ, 2025.

2.1 Resultados em números:

Tabela 88 – Atividades procedimentais realizadas em 2025

DOCUMENTOS	TOTAL
Comunicado	01
Despacho	36
Formulário de Avaliação de Desempenho Funcional	1
Formulário de Solicitação de Diárias	5
Formulário de Solicitação (pessoa física)	25
Formulário de Solicitação (unidade/órgão)	1
Ofícios	314

Memorando	10
Relatório	2
Informativos	01
Atividades não Procedimental	231
Requerimento 2ª Via de certidão de nascimento/casamento	391

Fonte: CAO/DHC-PGJ, 2025.

3 INICIATIVAS, PROJETOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

3.1 Projeto “Fomentando a Garantia de Dignidade e Vida”



Ação social realizada na Praça Deodoro como parte do Projeto Resgatando Direitos para a População em Situação de Rua

- **Objetivo:** Articulação entre sociedade civil, entes governamentais e populações em extrema vulnerabilidade social (população em situação de rua, população com insegurança alimentar e sem acesso a serviços básicos) para buscar soluções.
- **Indicadores e Resultados 2025:**
 - Encontros locais realizados: **Meta (30), Resultado (33)**.
 - Instalação de núcleos de direitos humanos: **Meta (30), Resultado (0)**.

3.2 Projeto Interinstitucional Rede do Bem: Estamos aqui para ajudar!

- **Objetivo:** Prevenir a automutilação e o suicídio (especialmente entre jovens), divulgar trabalhos de prevenção, reunir órgãos e entidades atuantes, divulgar locais de atendimento a pessoas em sofrimento psíquico e sensibilizar a sociedade sobre a importância da política de prevenção.
- **Indicadores e Resultados 2025:**
 - Palestras/Capacitações realizadas: **Meta (10), Resultado (07)**.

- Atividades de sensibilização e conscientização realizadas (eventos): **Meta (05), Resultado (08).**



Reunião com a equipe da Sec. de Desenvolvimento Social (SEDES)



Reunião Coletivo Por Elas Empoderadas

3.3 Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS/MA:

Desenvolvido por um grupo de trabalho e estudo permanente para propor ações de prevenção, atendimento e tratamento de pessoas propensas à automutilação e ao suicídio. Foi criado em 2017 e obteve a criação da Lei Estadual nº 11.192/2019, que institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.



Roda de Conversa sobre Prevenção ao suicídio em Pindaré-Mirim

3.4 Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos

- **Objetivo:** Colaborar com a promoção do conhecimento efetivo e da divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em escolas públicas, através de palestras e distribuição de uma cartilha elaborada pelo CAO/DHC. Levar conhecimento à população sobre normas nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.
- **Indicadores e Resultados 2025:**
 - Palestras/Capacitações realizadas e eventos: **Meta (06), Resultado (13).**

- Instalação de núcleos de direitos humanos: **Meta (02), Resultado (00).**



4ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)



Reunião c/ Coordenação do Mov. Nac. dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O CAO/DHC buscou a excelência dos trabalhos no trimestre (julho/agosto/setembro) e contou com Promotores de Justiça engajados. Foi possível dar continuidade a diversos projetos, aprimorar as relações com a Sociedade Civil, e ampliar parcerias públicas e privadas. O objetivo foi contemplar todos os membros da família humana e garantir direitos iguais e inalienáveis, desenvolvendo projetos que valorizam a vida, como a prevenção da automutilação e do suicídio e do uso indevido de drogas. O Centro avalia ter oferecido o melhor trabalho possível em favor da concretização e garantia dos direitos humanos no Estado.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAO Educação)

As ações realizadas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação estão pautadas no conjunto de suas atribuições institucionais, definidas pela Resolução nº 12/2013-CPMP (DJE 18/01/2013).

1 PROJETOS DESENVOLVIDOS

1.1 Projeto Institucional do CAO Educação

- **Prioridade:** O projeto "O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação" foi a atuação prioritária, alinhado à prorrogação do Plano Nacional de Educação (PNE) até 31 de dezembro de 2025.
- **Linhas de Frente:** O trabalho se concentrou em duas frentes: capacitação (desenvolvimento de materiais e cursos) e articulação social (promoção de parcerias e diálogo).
- **Produção de Conteúdo:** Foram disponibilizados 141 conteúdos formativos, incluindo cursos, formações, pareceres técnico-jurídicos e circulares informativos.
- **Adesão e Próximos Passos:** O projeto contava com 10 adesões de Promotorias de Justiça, mas esse número deve aumentar em 2026 devido à necessidade de assegurar a construção dos planos de educação.
- **Parcerias/Ações de Destaque:**
 - a) *Pacto em Defesa do Monitoramento e Cumprimento do Terceiro Plano Decenal de Educação no Maranhão:* Possui mais de duzentas instituições parceiras e consolidou relações sociais e articulação para a construção de futuros planos. Realizou a Escuta das Comunidades Quilombolas em 29 de abril de 2025.
 - b) *Termos de Cooperação Técnica:*
 - Assinatura do TERMCOOP-GPGJ 142025 com o MPF (22 de outubro de 2025) para fiscalizar a implementação de políticas de educação infantil e recursos do Proinfância.
 - Assinatura do TERMCOOP-GPGJ - 212025 com a AMFG e UNCME MA para intercâmbio de informações e fomento à política pública de educação.

1.2 Laboratório SOMA da Educação



Eduardo Borges, coord. do CAO-Educação, explicou funcionamento da nova versão do sistema



Membros do MPMA e gestores da educação participaram da solenidade

- **Lançamento da versão beta em abril de 2025.**

- **Função:** Reúne dados e indicadores educacionais para a consolidação de salas de situação por município, auxiliando o monitoramento dos planos municipais de educação pelas Promotorias de Justiça.

- **Inovação:** Incorporação do uso de inteligência artificial (Gemini institucional) para ferramentas de consulta e diagnóstico.

- **Acesso:** Disponível ao público interno (mediante solicitação de senha) e a usuários externos (mediante cadastro prévio) pelo endereço <https://laboratoriosoma.com.br>.

2 DAS CORREIÇÕES REALIZADAS NO CAO EDUCAÇÃO NO ANO DE 2025

- **Correção Ordinária (MPMA):** Realizada pela Corregedoria-Geral do MPMA em 23 de abril de 2025. O conceito final foi EXCELENTE, com nota **9,83**.
- **Correção Ordinária Temática (CNMP):** O CAO Educação também foi submetido à correção da Corregedoria Nacional do Ministério Público (foco em promoção de direitos fundamentais) em 02 de junho de 2025, com "bons resultados".
- **Suporte:** O CAO Educação teve um papel fundamental na preparação das promotorias de justiça correicionadas, oferecendo suporte técnico, reuniões preparatórias e conteúdo.

3 ATUAÇÃO DO CAO EDUCAÇÃO NO ANO DE 2025

O período foi marcado por intensa mobilização estratégica, com foco no aprimoramento de políticas educacionais, disponibilizando ferramentas, cursos e reuniões.

3.1 Cursos promovidos em parceria com a ESMP ou Instituição Parceira

Incluiu o Webinar "Mediação e autocomposição em conflitos escolares" (23/09/2025), o Curso "Conhecendo o FUNDEB" (23/06/2025), e reuniões "Tira-dúvidas" sobre obras paralisadas (17/06/2025) e "Processos Estruturais da Educação" (27/05/2025).

3.2 Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

O CAO Educação participou ativamente em diversas comissões/grupos de trabalho, incluindo:

1. Comissão Permanente de Educação (COPEDEC) do GNDH.
2. Grupo de Trabalho no CNMP para tratar da atualização da Recomendação CNMP nº 44 e acompanhamento do novo PNE.
3. Comitê Estratégico Estadual do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (como suplente).
4. Conselho Gestor Estadual do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/MA).
5. Comissão Fundadora do Pacto em Defesa do Monitoramento e Cumprimento do Terceiro Plano Decenal de Educação.
6. Atuação voltada à educação ambiental, em parceria com o Movimento Leste Maranhense-Cerrado.
7. Parceria com a UNCME-MA para fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação.
8. Articulação com a Fundação Sôsândrade (UFMA), UniLicungo (Moçambique) e Universidade de Barcelona para capacitações.

4 DAS AÇÕES DE DESTAQUE

- a) Além das mencionadas (Termos de Cooperação, Webinar, Curso FUNDEB), destacam-se a ação coordenada sobre Educação em Tempo Integral (vinculada à Meta 6 do PNE), que resultou na instauração de 17 procedimentos

administrativos e adesão da Rede Estadual e de 99,5% das Redes Municipais de Educação.

- b) Manutenção da Sala de atendimento virtual do CAO Educação (segunda a sexta, das 9h às 11h), que oferece suporte e orientação ao público interno do MPMA.
- c) Consolidação da Página do CAO Educação na intranet como ferramenta de informação, com acesso a conteúdo, *interfaces de autoconsulta* e plataformas *Business Intelligence* (BI).

5 CAO EDUCAÇÃO EM NÚMEROS - ANO DE 2025

Tabela 89 – Produtividade do CAO-Educação em 2025

Atividade	Jan-Mar	Abr-Jun	Ago-Set	Out-Dez	Total
Atendimento ao Público	3	21	3	1	28
Consulta	3	11	4	3	21
Curso	0	3	2	1	6
Despacho	13	1	0	40	54
Diligências	0	51	29	11	91
Nota Técnica	0	1	0	0	1
Ofício - Circular	2	20	2	3	27
Ofícios	68	47	14	13	142
Palestra como Palestrante/Debatedor	2	6	1	0	9
Parecer Jurídico	3	8	11	5	27
Participação em Grupo de Trabalho/Comissões	2	4	1	2	9
Reunião	24	16	4	12	56
Total de Conteúdos Formativos Disponibilizados (geral)	141				

Fonte: CAO-EDUCAÇÃO/PGJ, 2025.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O ano de 2025 foi um período de intensa mobilização estratégica com foco no projeto dos Planos Municipais de Educação.
- Houve grande investimento em capacitação (141 conteúdos formativos) e inovação, com o lançamento da versão *beta* do Laboratório SOMA e integração de inteligência artificial.
- O conceito EXCELENTE (nota 9,83) obtido na correção da Corregedoria-Geral do MPMA atesta a qualidade e o rigor das atividades.
- Para 2026, o CAO planeja intensificar o apoio na construção dos planos de educação e na gestão dos processos estruturais, incluindo a disponibilização de uma sala de atendimento especializado às sextas-feiras.

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ)

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ), norteador pelas diretrizes estabelecidas no campo do Direito da Criança e do Adolescente, conforme o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos marcos internacionais correlatos, bem como normativa expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), atua no intento de efetivar direitos dos quais são titulares tais sujeitos, no sentido de assegurar o escorço da proteção integral e da prioridade absoluta, com as quais tais direitos devem ser implantados, a fim de contemplar a especialidade que essa fase de desenvolvimento requer, para que se possa falar em exercício de cidadania nessa seara.

1 PROJETOS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DO CAO-IJ

1.1 Projeto "Combate Permanente à Violência Sexual"

- **Objetivo:** Prioriza o combate e a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes (C/A). O projeto visa diminuir a subnotificação através de canais de denúncia (Disque 100 e Ouvidoria) e implementar a Lei nº 13.431/2017 (Escuta Protegida).
- **Etapas previstas e executadas:** Prevê 12 etapas, sendo 9 em execução, incluindo a implantação de projetos pilotos de "Escuta Especializada" em parceria com o Unicef em Açailândia, Rosário e São Luís.

1.2 Programa "Proteção Integral e Articulação em Rede"

- **Objetivo:** Foca no fortalecimento da Rede de Proteção e Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, buscando monitorar Planos Estadual e Municipais, regularizar Fundos dos Direitos (FMDCA), capacitar conselhos de Direitos e Tutelares, e estimular o Serviço de Acolhimento Familiar.
- **Desdobramento:** Este programa resultou em 03 projetos: "Família que Acolhe", "Primeira Infância Primeiro" e "Fia Legal: recursos para a infância".
- **Destaques:** Elaboração e implementação de Planos Estadual e Municipais da Primeira Infância em **183 municípios**, a regularização do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) em **90 municípios**, e a implantação do Serviço de Acolhimento Familiar em **19 municípios**.

1.3 Projeto conjunto "Órfãos do feminicídio: Sem desamparo – Ministério Público garantindo direitos de quem ficou" (CAO-IJ, CAO-JURI e CAO MULHER)



Solenidade de sancionamento da Lei dos órfãos do Feminicídio com o Governador do Maranhão

- **Objetivo:** Criado para atender crianças e adolescentes que perdem suas mães vítimas de feminicídio, reconhecendo-os como vítimas indiretas e titulares de proteção integral prioritária. O objetivo é padronizar o fluxo de atuação interinstitucional, garantindo identificação, acompanhamento, proteção legal e acesso a direitos.



Lançamento do Projeto "Órfãos do feminicídio" e assinatura de parcerias com universidades

- **Destaque:** O projeto foi lançado em 03 de novembro de 2025 e houve o sancionamento da Lei Estadual dos órfãos do Feminicídio em 24 de novembro de 2025.

2 ATUAÇÃO DO CAO-IJ EM 2025

2.1 Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

- "Uso de Telas na Primeira Infância: Interfaces e Mundo Digital" (20 de março);
- Webinar: "Fia Legal: Recursos Para Infância" (26 de novembro);
- Lançamento de cartilhas sobre violência e gravidez em C/A (14 e 19 de maio);
- Encontro Estadual dos serviços de acolhimento familiar (30 de setembro e 1º de outubro).



Evento foi, organizado pelo CAO-IJ, Plan International e REPI/MA

2.2 Atividades promovidas pelo CAO-IJ

Foram realizadas reuniões, participações em eventos/palestras, audiências, mediação e entrevistas, além de promovidas oficinas, seminários e lançamentos, ao longo de 2025. Destacam-se reuniões sobre a Resolução nº 258/2024 do CONANDA (aborto), ações estratégicas do Radar CNMP 2024 com a SEPLAG, e eventos de capacitação em escuta especializada.

Quadro 12 - Atividades realizadas mensalmente em 2025

Mês	Data	Atividade Promovida
JANEIRO/2025	15/01/2025	Reunião do Comitê PNAISARI sobre evento, calendário anual e criação de GT para diagnóstico de dados.
	17/01/2025	Reunião da COPEIJ sobre a Resolução nº 258/2024 do CONANDA (aborto) e estratégias de atuação do MP.
	21/01/2025	Reunião com a SEPLAG sobre curso de IA para membros e servidores e sugestões de uso nos CAOs.

	22/01/2025	Reunião com CAO-DH, CAO-Educação, UEMA e Dr. Franklin sobre passe livre estudantil.
	23/01/2025	Reunião interna da coordenação da COPEIJ.
	29/01/2025	Apresentação do projeto Prefeito Amigo da Criança (MPMA e Fundação Abrinq).
	31/01/2025	Participação em webinar da EMERG sobre a Resolução 258 do CONANDA.
FEVEREIRO/2025	04/02/2025	Reunião do Comitê PNAISARI sobre diagnóstico da política de saúde mental para adolescentes em conflito com a lei.
	05/02/2025	Reunião com a SEPLAG sobre ações estratégicas do Radar CNMP 2024.
	05/02/2025	Reunião do Programa Infância Sem Trabalho (MPMA, MPT, SRTB, SEDES e TRT).
	06/02/2025	Reunião plenária da REPI/MA.
	07/02/2025	Reunião com Instituto Formação sobre o Projeto Voa Maracanã.
	11/02/2025	Reunião de pré-alinhamento da cartilha "Sofri violência sexual e engravidei. E agora?".
	11/02/2025	Participação em evento sobre enfrentamento à exploração sexual infantil.
	13/02/2025	Audiência extrajudicial em Cururupu sobre acolhimento institucional e familiar.
	14/02/2025	Participação no XII Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares, em Guimarães/MA.
	19/02/2025	Reunião do Comitê PNAISARI sobre prescrição de medicamentos conforme RENAME e elaboração de nota informativa.
	21/02/2025	Seminário de Sensibilização do Programa de Integridade do MPMA.
	27/02/2025	Reunião com a Plan International para organização de lançamento de cartilha.
MARÇO/2025	10/03/2025	Reunião do GT do Comitê PNAISARI para diagnóstico sobre cobertura da atenção primária.
	13/03/2025	Reunião técnica sobre trabalho infantil de crianças venezuelanas.
	20/03/2025	Mediação do evento "Uso de Telas na Primeira Infância".
	27/03/2025	Entrevista ao programa Balanço Geral sobre riscos das ferramentas digitais para crianças.
ABRIL/2025	01/04/2025	Reunião da COPEIJ sobre consentimento e poder familiar na Resolução 258 do CONANDA.
	02/04/2025	Audiência pública para diagnóstico social em São Luís.
	03/04/2025	Reunião com Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente sobre fluxos de atendimento.
	04/04/2025	Evento "Prosas da Infância" em Imperatriz.
	25/04/2025	Participação no V Congrenordeste, em Barreirinhas.

MAIO/2025	07/05/2025	Palestra sobre bullying e cyberbullying na Escola SESI Alemanha.
	14/05/2025	Lançamento da cartilha "Sofri Violência Sexual e Engravidei".
	19/05/2025	Audiência pública na Câmara de São Luís sobre combate à violência sexual.
	23/05/2025	Oficina sobre escuta especializada em Timon.
JUNHO/2025	02/06/2025	Palestra sobre direitos fundamentais na abertura da Correição Nacional do CNMP.
	06/06/2025	Palestra no COLUN/UFMA sobre enfrentamento ao abuso sexual infantil.
	25/06/2025	Reunião com o PGJ sobre políticas para órfãos do feminicídio.
JULHO/2025	09/07/2025	Representação institucional no seminário do TRT sobre trabalho precoce e os 35 anos do ECA.
	30/07/2025	Evento CMDCA alusivo aos 35 anos do ECA.
AGOSTO/2025	01/08/2025	Evento do CNMP sobre crimes sexuais contra crianças em ambiente virtual.
	26/08/2025	Capacitação em escuta especializada em Açailândia.
SETEMBRO/2025	01/09/2025	Reunião do Programa Infância Sem Trabalho.
	25/09/2025	Dia D da Família Substituta em Pio XII.
OUTUBRO/2025	01/10/2025	Palestra sobre combate ao trabalho infantil na Feira do Livro.
	24/10/2025	Palestra "Infância Protegida" na PROMOCAP.
NOVEMBRO/2025	03/11/2025	Lançamento do Projeto Órfãos do Feminicídio - MPMA.
	24/11/2025	Sancionamento da Lei Estadual dos órfãos do Feminicídio.
DEZEMBRO/2025	01/12/2025	Participação na reunião da RAE 2025.2.
	03/12/2025	Roda de diálogo sobre letalidade infanto-juvenil.
	04/12/2025	Participação no III Seminário de Gestão de Pessoas do MPMA.

Fonte: CAO-IJ/PGJ, 2025.

2.3 Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

- **Nacionais:** O coordenador do CAO-IJ exerce a função de Presidente da Comissão Permanente da Infância e Juventude (COPEIJ) do GNDH. O coordenador também integra Grupos de Trabalho na Comissão de Infância, Juventude e Educação (CIJE) do CNMP, como o GT Violência contra Crianças e o GT Comitê Resolução 298/2024 sobre o cadastro nacional de casos de violência contra C/A.
- **Estaduais:** Participação em grupos como o Grupo Interinstitucional INFÂNCIA SEM TRABALHO, Comissão Socioeducativo Maranhão para Qualificação do

Atendimento Inicial (NAI), Conselho Gestor Estadual do PPCAAM, Rede Estadual Primeira Infância (REPI/MA), entre outros.

2.4 Registro de parcerias

Inclui parceiros internos (ESMP, outros CAOs, SEPLAG, etc.), parceiros externos governamentais (Termo de Cooperação Técnica de Combate ao Trabalho Infantil), e parceiros externos não governamentais (Plan International, UNICEF, VALE S.A., e grupos de apoio à adoção e conselheiros tutelares).



Implementação do Programa Jovem Aprendiz do MPMA

3 CAO-IJ EM NÚMEROS - 2025

O CAO-IJ registrou **1023** registros no Sistema SIMP, **2253** atividades cadastradas (incluindo 222 reuniões e 31 representações institucionais), **121** ofícios expedidos, **66** ofícios circulares, **98** respostas a consultas de Promotorias de Justiça, e **30** eventos formativos com **2.813** capacitados.

4 AÇÕES DE MELHORIA

- a) Realizadas: Consolidação de atuação integrada, construção de Painel de BI sobre dados dos projetos e violência sexual, e vinculação de ações a objetivos estratégicos.
- b) A realizar: Estabelecer novo canal de comunicação interno e externo, aperfeiçoar a página de consulta, e alcançar as metas/reformular os projetos prioritários no final do ciclo (2025-2026).

Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAO/PIPD)

Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011-CPMP, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoa com Deficiência (CAO/PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado.

Ressalte-se ainda que o CAO/PIPD dá suporte aos promotores de justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo das pessoas idosas e também daquelas com deficiência incentivando-os a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas públicas destinada a esse público em específico.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO/PIPD

O CAO/PIPD executa três projetos institucionais, conforme o Plano Estratégico do MPMA 2021-2029.

1.1 Projeto "Conselho Atuante":

- **Finalidade:** Assegurar o efetivo funcionamento dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência na formulação e fiscalização de políticas públicas.
- **Diagnóstico:** Em 04 de junho, foi solicitado o preenchimento do Roteiro de Acompanhamento e o envio da lei de criação/regimentos internos dos Conselhos.
- **Retorno:** Dos 40 Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência acionados, apenas 9 apresentaram retorno, abrangendo municípios como Açailândia, Caxias e São Luís. Não houve manifestação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa.
- **Conselhos Estaduais:** O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIMA) permaneceu silente, enquanto o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CEPD) informou estar levantando dados.
- **Ações e Meta:** Até 30 de setembro, foram realizadas 9 reuniões com redes locais. O **percentual de implantação/fortalecimento dos Conselhos em comarcas de entrância final e intermediária alcançou 95,12%**, superando a meta inicial de 20%. Para municípios de entrância inicial, a meta atual é de

7,14%, mas há reuniões programadas para alcançar o cumprimento integral até o final do exercício.

1.2 Projeto "Campanha de Acessibilidade"

- **Contexto:** Visa eliminar barreiras (urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais) para assegurar a participação autônoma e segura da pessoa com deficiência.
- **Ações:** O projeto prevê a elaboração de um protocolo para eliminar barreiras comunicacionais (linguagem acessível, uso adequado de recursos tecnológicos) e a produção de materiais informativos (cards) para disseminar uma cultura inclusiva no MPMA.
- **Capacitações:** Foram realizadas 4 capacitações, o dobro do previsto, destacando-se: "Acessibilidade em cardápios", capacitação em alusão aos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em Caxias, e capacitação por meio do Podcast da Rádio Assembleia.
- **Meta:** As 4 capacitações representam **66,7% da meta anual**.



Card da capacitação sobre os 10 anos da LBI em Caxias/MA

1.3 Projeto "Formulário de Atendimento a Pessoa com Deficiência"

- **Proposta:** Implantação do formulário virtual "Conhecer para Melhor Atender" para padronizar o registro de informações sobre o atendimento a pessoas idosas e pessoas com deficiência nas recepções ministeriais.
- **Dados:** Os dados coletados serão encaminhados à Ouvidoria Geral do MPMA e ao CAO/PIPD, para elaboração de relatório anual e construção de um banco de dados estratégico.
- **Ações:** Em 11 de julho, a proposta de regulamentação foi apresentada ao Procurador-Geral de Justiça (PGJ) (primeira meta cumprida integralmente). Em 07 de outubro, foi realizada reunião entre o Coordenador do CAO, a SECINST e representante da CMTI para alinhar a implantação do formulário (segunda etapa).

2 ATUAÇÃO DO CAO/PIPD EM 2025

Durante o ano de 2025, o CAO-PIPD realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

2.1 Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou instituição parceira

- Palestra "10 anos da LBI e Defesa de Gênero das Mulheres com Deficiência", realizada em 29 de agosto de 2025.
- Palestra "Enfrentando o Etarismo com Políticas Públicas Eficientes" no V Fórum Estadual da Pastoral da Idosa.



Palestra no "V Fórum Estadual da Pastoral da Pessoa Idosa: Etarismo e Racismo"

2.2 Eventos promovidos pelo CAO-PIPD

- "Feira da Cohama - Diversidade e Inclusão", realizada em 30 de maio na Sede das Promotorias de Justiça da Capital.



Coordenador do CAO-PIPD participou da "Feira da Cohama – Diversidade e Inclusão"



- Evento em São João do Paraíso/MA, como parte do Projeto Conselho Atualante.



Coordenador do CAO-PIPD faz palestra sobre a importância dos Conselhos em São João do Paraíso/MA

2.3 Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

- Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade (NAEA) do MPMA.
- Coordenador da Câmara dos Centros de Apoio.
- Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA).
- Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Idosa (COPEDPDI) do GNDH/CNPG.

3 CAO/PIPD EM NÚMEROS - 2025

As atividades registradas em 2025 incluem:

- Memorandos Circulares expedidos: 16.
- Memorandos expedidos: 48.
- Ofícios Circulares expedidos: 4.
- Ofícios expedidos: 245.
- Respostas a consultas: 1.
- Participação em reuniões: 132.

4 AÇÕES DE MELHORIA

As ações de melhoria mencionadas incluem: adequação da página da intranet, novo canal de comunicação e disponibilização de página de consulta.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAO-ProAd) é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução, destinado a coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e no combate aos ilícitos decorrentes de atos de improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária praticados por agentes públicos em todo o estado do Maranhão.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS/INICIATIVAS DO CAO-PROAD

O CAO-Proad gerencia projetos institucionais e iniciativas pontuais. Os projetos "Implementação Pregão Eletrônico" e "Diários Eletrônicos nos Municípios" foram encerrados em dezembro de 2025, pois os avanços obtidos e a mudança do marco legal conferiram parâmetros suficientes para a fiscalização pelas próprias promotorias de justiça.

1.1 Projeto "Implementação Pregão Eletrônico"

- **Encerramento:** Previsto para 31 de dezembro de 2025.
- **Resultados (até dez/2024):** 216 das 217 prefeituras maranhenses (99,54%) utilizaram o pregão eletrônico pelo menos uma vez. Entre as câmaras municipais, 43 (45,62%) utilizaram.
- **Atuação do MPMA (até dez/2025):** 81 municípios e 50 membros envolvidos, resultando em 48 Recomendações, 75 Procedimentos Administrativos, 2 Ações Cíveis Públicas (ACPs), 17 Ofícios e 2 Representações ao TCE/MA.

1.2 Projeto "Diários Eletrônicos nos Municípios"

- **Objetivo:** Verificar a conformidade das publicações de atos oficiais com as Instruções Normativas do TCE/MA (Nº 70/2021 e Nº 76/2023).
- **Atuação:** Realização de mais de 3.000 vistorias em diários de prefeituras e câmaras municipais entre 2021 e 2025. Foi elaborado um manual de fiscalização para auxiliar as promotorias.
- **Resultados (junho/2025):** 111 (51,15%) prefeituras e 51 (23,50%) câmaras municipais atendiam a 100% dos requisitos do TCE/MA.

- **Adesão de Membros (até dez/2025):** Atuação em 86 municípios e por 89 membros, com 114 Procedimentos Administrativos, 59 Recomendações expedidas, 15 Notícias de Fato e 180 Vistorias pontuais.

1.3 Projeto "Estruturação e Fortalecimento dos Sistemas de Controle Interno nos Municípios"

- **Objetivo:** Garantir que os 217 municípios maranhenses (Executivo e Legislativo) instituem e mantenham Sistemas de Controle Interno integrados e efetivos.
- **Diagnóstico:** Foi realizado um levantamento via Google Forms para avaliar a situação dos cargos de controle interno e contabilidade.
- **Respostas:** 210 prefeituras e 200 câmaras municipais responderam ao questionário (diagnóstico concluído em 13/08/2025).
- **Adesão/Execução (2025):** 5 Poderes Executivos e 4 Poderes Legislativos estavam executando ações do projeto.
- **Atuação do MPMA (até dez/2025):** Houve registro de atuação em 19 prefeituras e 15 câmaras municipais para efetivação de ações, resultando em 59 Recomendações e 14 Procedimentos Administrativos/Inquéritos Cíveis.

1.4 Iniciativa: Transição de Governo/Gestão Municipal

- **Objetivo:** Garantir a transição republicana de governo em prefeituras e câmaras municipais.
- **Ações:** Elaboração da Minuta de Recomendação nº REC-GPGJ - 3/2024 e acompanhamento da Instrução Normativa TCE/MA nº 80/2024.
- **Encerramento Temporário:** Suspensão em dezembro de 2025, com previsão de retomada nas próximas eleições municipais.
- **Resultados (2022 a 2025):**
 - **Executivo:** Ações em 105 municípios, com 77 Procedimentos Administrativos/Notícias de Fato e 67 Recomendações.
 - **Legislativo:** Ações em 217 municípios, com 41 Procedimentos Administrativos/Notícias de Fato e 40 Recomendações.

1.5 Iniciativa: Suspensão de Festividades

- **Contexto:** Embora concluída em 2021, o CAO-Proad envia alertas sazonais para fiscalização em períodos como carnaval, festas juninas e aniversário da cidade, priorizando necessidades básicas (saúde, educação, infraestrutura).

- **Atuação (2025):** 9 municípios envolvidos em fiscalizações, com 8 notícias de fato e 8 recomendações expedidas.

1.6 Iniciativa: Radar da Transparência Pública

- **Início:** Segundo semestre de 2025.
- **Objetivo:** Analisar a transparência de Prefeituras e Câmaras Municipais, verificando o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei Complementar nº 131/2009, com base na Matriz de Avaliação da Atricon/TCE/MA.
- **Análises (semestre):** Relatórios de Informação Técnica para 10 Prefeituras e 2 Câmaras Municipais.

1.7 Iniciativa: Emendas Parlamentares: transparência e rastreabilidade na execução:

- **Início:** Novembro de 2025.
- **Contexto:** Atuação em atendimento à decisão do STF na ADPF nº 854, que exige do Ministério Público a fiscalização da transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares estaduais e municipais.
- **Ações:** Elaboração da Orientação Técnica nº 6/2025, kit de peças (Portaria, recomendação e TAC) e cards de orientação.

2 ATUAÇÃO DO CAO-PROAD EM 2025

O CAO-Proad realizou diversas atividades de apoio aos membros do MPMA.

2.1 Cursos Promovidos em Parceria com a ESMP ou Instituição Parceira

- Palestra "Aspectos Trabalhistas na Tutela do Patrimônio Público" (03/02/2025).
- Curso "ANPC Regime Jurídico e Atuação Estratégica" (16/05/2025).
- Curso "Orçamento Público e Fiscalização" (5 módulos, de 15/09/2025 a 01/12/2025).



Curso de Orçamento Público e Fiscalização promovido pelo CAO-Proad e a ESMP

2.2 Eventos Promovidos pelo CAO-PROAD

- Participação no VI Encontro com Presidentes de Câmaras do Maranhão (31/01/2025), abordando "Transparência e Controle".
- Oficina "Como obter o Certificado de regularidade previdenciária administrativo" (02/09/2025), em parceria com TCE-MA e Ministério da Previdência Social.

2.3 Participação em Comissões/Comitês/Núcleos



A coordenadora do CAO-Proad, Nahyma Abas, participou do Seminário Estadual de Controle Interno: Estruturação, Planejamento e Implementação

- A coordenadora do CAO-Proad, Dra. Nahyma Ribeiro Abas, participou de diversos eventos e comissões, incluindo: *Workshop* da Comissão de Defesa da Probidade Administrativa (CDPA) do CNMP (26/03/2025), Seminário

Estadual de Controle Interno (3 e 4/04), I Encontro Maranhense de Controle (7 e 9/05), Encontro do Grupo Nacional do Patrimônio Público (21/05) e o 2º Congresso de Defesa da Integridade do CNMP (28 a 30/10).



Encontro do Grupo Nacional do Patrimônio Público realizado no MPES

- Ela integra o Grupo Nacional de Proteção do Patrimônio Público (GNPP), a Rede de Controle do Estado do Maranhão e a Comissão de Defesa da Probidade Administrativa (CDPA) do CNMP.
- Houve 77 participações como representante do MPMA em eventos diversos (reuniões, entrevistas, workshops, seminários e viagens a serviço).



2º Congresso de Defesa da Integridade, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

3 CAO-PROAD EM NÚMEROS – 2025

O relatório estatístico anual registra a produção de documentos e atividades.

Tabela 90 – Produtividade do CAO-PROAD

Documento/Atividade	Quantidade
Boletim/Informativo	12
Denúncias externas/Ouvidoria	22
Ofícios expedidos	437
Procedimentos administrativos registrados no SIMP	1024

Respostas as consultas de promotores de justiça	41
Relatório Informação Técnica CAO-Proad	15
TOTAL	1.700

Fonte: CAO-PROAD/PGJ, 2025.

4 AÇÕES DE MELHORIA

As ações de melhoria incluem:

- Manutenção e aperfeiçoamento do banco de peças e materiais de apoio do CAO-PROAD.
- Implementação de plataformas *Business Intelligence* (BI) para consulta da situação dos órgãos de controle e procuradorias municipais, baseadas nos projetos de Controle Interno e Advocacia Pública municipal.
- Aprovação da Resolução 169/2025 ANPC MPMA (Acordo de Não Persecução Cível), de iniciativa do CAO-Proad.
- Construção da Orientação Técnica nº 01/2025 da Rede de Controle, sobre a adequação e importância do Sistema de Controle Interno.
- Sugestões ao PGJ sobre fiscalização de controles internos municipais (Ofício nº 10004/2025) e fiscalização de recursos oriundos de *royalties* e CFEM (OFC-CAO-PROAD - 32025).
- Sugestão de atuação na fiscalização de emendas parlamentares estaduais e municipais (Ofício nº 10071/2025).

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAO-Saúde), órgão auxiliar do MPMA na defesa do direito à saúde, foi instituído pela Resolução nº 09/2010 – CPMP, posteriormente alterada pela Resolução nº 16/2013 – CPMP e pelo ATOREG – 332021 (publicado no Diário Oficial em 10/06/2021), o qual dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do MPMA. Atualmente, o CAO-Saúde se encontra instalado no 1º andar do Prédio Anexo da Procuradoria-Geral de Justiça, na Ria Oswaldo Cruz, no Centro de São Luís, e é coordenado pelo titular da 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Capital, Dr. Herberth Costa Figueiredo.

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO/SAÚDE

O CAO Saúde reformulou 3 projetos para o horizonte temporal de 2024-2027, alinhados ao Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.

1.1 Projeto "O Ministério Público frente a Nova Política Nacional de Cofinanciamento da Atenção Básica"

- **Contexto:** O projeto visa acompanhar a transição da antiga metodologia *Previne Brasil* para a Nova Metodologia de Cofinanciamento Federal do Piso de Atenção Primária à Saúde (APS), instituída pela Portaria GM/MS nº 3.493/2024.
- **Relevância:** A atuação ministerial é crucial para garantir que os gestores compreendam e apliquem as novas diretrizes, especialmente nos municípios com índices sanitários insatisfatórios. Entre janeiro e março de 2025, o Maranhão recebeu **R\$ 463.369.859,18** do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para a Atenção Primária.
- **Objetivos Específicos:** Incluem a fiscalização dos valores repassados e sua aplicação, o monitoramento da adequação dos gestores à Portaria nº 3.493/2024, a fiscalização da cobertura e infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS), o monitoramento de 15 indicadores de desempenho, e a realização de fiscalizações *in loco* nas UBSs.
- **Meta:** Garantir que **80% dos municípios** monitorados atinjam as metas dos indicadores de desempenho do novo cofinanciamento.

- **Atividade de Destaque:** Promoção do "Seminário Nova Política Nacional de Cofinanciamento da Atenção Básica" em parceria com a SES/MA, no dia 29 de setembro.



Seminário Nova Política Nacional de Cofinanciamento da Atenção Básica, realizado no dia 29/09/2025, auditório do CCAMP

1.2 Projeto "O Ministério Público e a Operacionalização da Rede Alyne"

- **Contexto:** A Rede Alyne sucedeu a Rede Cegonha e foca na redução da morbimortalidade materna e infantil, com ênfase no componente neonatal, sobretudo das populações negra e indígena.
- **Justificativa:** Dados de setembro de 2025 (referentes aos anos de 2024 e 2025) mostram um quantitativo alarmante de **1.792 óbitos fetais**, **2.077 óbitos infantis** e **105 óbitos maternos** em todo o Maranhão.
- **Atuação Estratégica:** O projeto visa monitorar a aplicação da regra "**Vaga Sempre**" (garantia de vaga de internação para gestante, puérpera ou recém-nascido grave) e fiscalizar o cumprimento das fases de transição e a Governança Compartilhada da Rede.
- **Meta:** Reduzir em 80% a mortalidade materna, infantil e fetal evitável nas regionais monitoradas.
- **Ações:** Monitoramento do Componente Pré-Natal, fiscalização dos planos de adequação de Hospitais de Alto Risco para redução das taxas de cirurgias cesarianas (meta de taxa menor ou igual a 35%), e fomento à atuação dos Comitês de Vigilância e Investigação de Óbitos.

1.3 Projeto "O Ministério Público no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial" (RAPS)

- **Contexto:** O projeto busca promover um modelo de cuidado humanizado, integral e territorial, impulsionando a implementação de políticas e o combate à estigmas.
- **Justificativa:** O Maranhão possui apenas 85 leitos do SUS na RAPS em todo o estado, e não possui Serviços Hospitalares de Referência ou leitos de saúde mental habilitados em Hospitais Gerais. A concentração de leitos é maior nas Macrorregiões Norte e Leste, com lacuna assistencial na Macrorregião Sul.
- **Ações e Ferramentas:** Garantir a efetivação das Estratégias de Desinstitucionalização, como os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs). Está em curso a implantação do Sistema Informatizado "Protege – Proteção à Pessoa Acometida de Transtorno Mental", cedido pelo MPPR por meio de Termo de Cooperação Técnica, com previsão de execução no início de 2026.
- **Subsidio:** Foi emitida a NOTA TÉCNICA Nº 02/2025/CAO-SAÚDE/MPMA sobre a atuação ministerial na RAPS.

2 ATUAÇÃO DO CAO – SAÚDE NO ANO DE 2025

A atuação se deu através de eventos, consultas e expedição de documentos, focando principalmente nas áreas de Atenção Básica, Rede Alyne e RAPS.

2.1 Participação/promoção de eventos/cursos/palestras

- Promoção do Seminário Nova Política Nacional de Cofinanciamento da Atenção Básica (29/09/2025).
- Promoção do Curso: Planejamento Regional Integrado e Redes de Atenção à Saúde (6 encontros virtuais entre 08/10/2025 e 05/11/2025).
- Participação como palestrante na Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna Infantil e Fetal - CEPMMIF (18/08/2025).



Reunião ordinária do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal

2.2 Participação/orientações/consultas

- Foram respondidas 20 consultas de Promotorias de Justiça do Maranhão, além de consultas de outros estados (MPMS e MPBA).
- Temas recorrentes: aquisição de medicação judicial, vistoria técnica em hospitais (Pindaré-Mirim), *Previne Brasil* e conectividade na Atenção Primária, multivacinação, internação involuntária/compulsória, e Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

2.3 Participação/orientações/memorandos e ofícios

- Intensa expedição de ofícios, totalizando mais de 150 registros detalhados.
- Destaque: Grande volume de solicitações de Planos de Ação Regionais (PARs) e reiteraões para a implantação do Planejamento Regional Integrado (PRI).
- Convocações: Diversos ofícios convocaram promotores e secretários de saúde para reuniões institucionais sobre a prevenção da mortalidade materna, infantil e fetal, especialmente nas Regionais de Imperatriz e Balsas.
- Parceria: Expedição de ofícios para encaminhar relatórios de vistoria do CRM-MA.

2.4 Participação/orientações/Nota Técnica

- Expedição da **NOTA TÉCNICA Nº 01/2025/CAO-SAÚDE/MPMA** (15/08/2025) sobre a atuação na **Rede Alyne**.
- Expedição da **NOTA TÉCNICA Nº 02/2025/CAO-SAÚDE/MPMA** (22/09/2025) sobre a atuação na **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**.

2.5 Participação/promoção de Reuniões

- Participação em 34 reuniões.
- **Destaques:** Reuniões com o PGJ e o Fórum dos Conselhos Regionais das Áreas da Saúde do Maranhão (FCRAS/MA) (02/09/2025), Reunião sobre PRI na Regional de Saúde de Imperatriz (04/09/2025), Reuniões com o Comitê de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal (junho, agosto, setembro e

outubro), e Reuniões para acompanhamento dos PARs e PRI com o Secretário Estadual de Saúde (30/09/2025).



MPMA realizou reunião de monitoramento do plano de atualização do Planejamento Regional Integrado - PRI do Maranhão, com representantes da SES/MA e Famem

2.6 Participação em Comissões/Comitês/Núcleos

O Coordenador do CAO-Saúde (Dr. Herberth Costa Figueiredo) representa o MPMA em 5 Comissões/Comitês/Núcleos. É titular no Comitê Estadual de Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes (PNAISARI), no Comitê Estadual de Prevenção à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Maranhão (CEFMMIFMA), no Comitê Estadual de Saúde do Maranhão, na Comissão Permanente de Defesa da Saúde do GNDH, e no Núcleo de Acolhimento Interinstitucional para a Saúde Integral (NAI).

3 CAO - SAÚDE EM NÚMEROS – 2025

A tabela a seguir resume a atuação do CAO-Saúde, com dados capturados pelo SIMP.

Tabela 91 – Resumo das atividades desenvolvidas em 2025

Documento/Atividade	Quantidade
Ofícios expedidos	157
Participação em reuniões	34

Respostas a consultas	31
Memorandos Circulares expedidos	14
Memorandos expedidos	13
Despacho	16
Ofícios Circulares expedidos	8
Participação em eventos	5
Atendimento ao público	4
Nota Técnica	2
Demandas externas, recepcionadas pelo CAO, e encaminhadas à Ouvidoria do MPMA	1
Informativo	1

Fonte: CAO-Saúde/PGJ, 2025.

Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-MULHER)

O Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO-MULHER) é órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão, em conformidade com o Art. 38 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991.

Criado em 17 de maio de 2021, o CAO-MULHER tem por objetivo auxiliar a função institucional do Ministério Público no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher com o atendimento dos órgãos de execução com atuação nas demandas de gênero, a sociedade em geral que busque o acolhimento do MPMA, além da promoção direta com órgãos de atuação na proteção de direitos das mulheres vítimas de violência para que se desenvolvam projetos e parcerias conjuntamente ao MP em busca de melhorias na proteção das mulheres a fim de minimizar a violência de gênero.

Atualmente conta com a seguinte equipe técnica: Dra. Sandra Fagundes Garcia – Promotora de Justiça, Coordenadora; Rozinilde Santos Oliveira – Assessora Técnica e Edilson Rafael Lima Costa – Residente Jurídico (a partir de agosto).



A promotora de justiça e coordenadora do CAO-Mulher, Sandra Fagundes, recebeu o Selo Prata “Respeito e Inclusão no Combate ao Femicídio”, concedido pelo CNMP

1 PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAO-MULHER

1.1 Projeto “Grupos Reflexivos de Homens e Mulheres”

- **Objetivo:** Promover a reflexão sobre questões de gênero, as origens da violência contra a mulher, Lei Maria da Penha e Direitos Humanos, visando a redução ou eliminação da violência e do feminicídio.
- **Abrangência e Metas (2025):**
 - Grupos Reflexivos de Homens: Execução em 45 cidades (71,1% da meta atingida).
 - Grupos Reflexivos de Mulheres: Execução em 18 cidades (40% da meta atingida).
- **Etapas Executadas:** Contato telefônico com a rede, reunião de apresentação do projeto, envio de material de apoio e implantação do grupo reflexivo.

1.2 Projeto “Patrulha Maria da Penha – PMP”

- **Objetivo:** Redução da reincidência de agressores e do número de feminicídios, mediante a instalação da PMP em municípios com sede de Batalhão da Polícia Militar.
- **Abrangência e Meta (2025):** Atende 66 municípios (67,8% da meta atingida).
- **Etapas Executadas:** Pedido de instalação, informação à Coordenadoria da PMP, capacitação dos policiais militares, implantação da PMP e consulta sobre o funcionamento das patrulhas.

1.3 Projeto “Conversando com Elas”

- **Objetivo:** Prestação de informações sobre a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e tipos de violência, por meio de gestoras municipais capacitadas.
- **Abrangência e Meta (2025):** Em pleno funcionamento em 82 municípios (104,88% da meta atingida).
- **Etapas Executadas:** Criação e apresentação de material de campanha, divulgação, divulgação de contatos da Rede e compartilhamento de material.

1.4 Projeto “Desenvolvimento da Rede de Enfrentamento a Violência de Gênero”

- **Objetivo:** Fortalecimento da rede de apoio de Enfrentamento à violência doméstica nos municípios maranhenses.
- **Abrangência e Meta (2025):** Em pleno funcionamento em 82 municípios/comarcas (104,88% da meta atingida).
- **Etapas Executadas:** Diagnóstico, palestra da Rede, palestra de prevenção à violência doméstica, assinatura do Protocolo de Intenções e reuniões periódicas.

Projeto "Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?"

- **Objetivo:** Alerta a adolescentes, jovens e à comunidade em geral sobre os riscos do uso e da dependência química.
- **Abrangência:** Em pleno funcionamento em 82 municípios/comarcas.
- **Etapas Executadas:** Diagnóstico, palestra da Rede, palestra de prevenção à violência doméstica, assinatura do Protocolo de Intenções e reuniões periódicas.

2 ATUAÇÃO DO CAO-MULHER EM 2025**2.1 Cursos e Capacitações (em parceria com a ESMP)**

- Realização de **8 cursos na modalidade virtual e 3 presenciais**, com foco no enfrentamento ao feminicídio e na interseccionalidade de gênero.
- **Destaques Temáticos:** Direitos Humanos das Mulheres, Princípios da Lei Maria da Penha, Direito Antidiscriminatório, Formas de Violência e Crimes, Medidas Protetivas de Urgência, Feminicídio, e Atualização em Direito Penal e Processo Penal.
- **Agosto Lilás:** Abertura com curso presencial sobre "Fatores de Risco e Plano de Segurança" (04/08).

2.2 Gestão Estratégica e Dados:

- **Monitoramento de Dados (01/07):** Reunião técnica para alinhamento do Sistema de Cadastros de Violência Doméstica, com validação de mais de 18.000 cadastros no CNVD e SIMP.
- **Planejamento Institucional (22/07):** Participação na 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE/2025), com apresentação de metas para Grupos Reflexivos e Patrulha Maria da Penha.
- **Participação Institucional (09 e 10/10):** A Dra. Sandra Fagundes participou da 4ª reunião ordinária da COPEVID, do Grupo Nacional de Direitos Humanos.



Participação na Reunião ordinária da COPEVID, do Grupo Nacional dos Direitos Humanos do CNMP

2.3 Fortalecimento da Rede de Proteção e Segurança Pública:

- **Patrulha Maria da Penha (05/08 e 08/08):** Articulação com a Secretaria de Segurança Pública, culminando na assinatura do aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 11/2023 e no funcionamento de 22 Patrulhas no estado.
- **Protocolo "Não é Não" (30/07):** Reunião para adesão estadual ao protocolo.
- **Lei dos Órfãos do Femicídio (24/11):** Participação na sanção da lei estadual que assegura auxílio financeiro mensal aos filhos de vítimas de feminicídio.



Lançamento do Projeto "Órfãos do Femicídio: Sem Desamparo – Ministério Público garantindo direitos de quem ficou"

2.4 Campanhas e Interiorização



Participação na abertura da Campanha Agosto Lilás realizada no auditório do CCMP

- **Agosto Lilás (04/08):** Abertura oficial da campanha, alertando para 33 casos de feminicídio registrados no ano.
- **Campanha “Órfãos do Feminicídio: Sem Desamparo” (14/10):** Reunião de alinhamento para o desenvolvimento da campanha, lançada em 3 de novembro de 2025.
- **Caravana "Maranhão Todos por Elas" (08/07):** Participação no município de Coroatá.
- **Encontros Regionais (20/08 e 27/08):** Realização de eventos de fortalecimento da rede nas comarcas de Codó/Timbiras e Governador Edison Lobão/Davinópolis.

3 CAO-MULHER EM NÚMEROS – 2025

- Atas (SEI): 72
- Ofícios Expedidos (SEI): 74
- Respostas a Consultas (SIMP): 319
- Participação em Reuniões (SIMP): 96

4 AÇÕES DE MELHORIA

- Revisão para aprimoramento da identidade visual dos informativos e dos registros.
- Propostas para expansão do Projeto “Grupos Reflexivos”:
 - Grupos para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL).
 - Grupos Virtuais (destinados a homens do interior).
 - Grupos Preventivos (para desconstrução de estigmas de gênero).
 - Grupos Internos ao MPMA (para membros e servidores).
- Execução do Projeto “Órfãos do Femicídio: Sem Desamparo”, visando a proteção integral de crianças e adolescentes.

Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAO-JÚRI)

1 APRESENTAÇÃO E ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

O Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri (CAOJÚRI) do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) foi criado em 05/05/2021, aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, e formalmente instalado em 17/05/2021.

O CAOJÚRI é um órgão auxiliar da atividade funcional do MPMA, regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 33/2022 (ATOREG -332022). Sua função primordial é fornecer material de apoio técnico-jurídico, subsidiar a atuação na área e proporcionar capacitação aos membros do Ministério Público. Por ter sido instalado durante a pandemia, buscou ser mais funcional e virtual, facilitando a comunicação e a construção de um banco de dados virtual para consulta dos membros. O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo Centro no ano de 2025.

2 PROJETOS E INICIATIVAS DO CAOJÚRI

O CAOJÚRI executa o **Programa de Modernização e Fortalecimento do Ministério Público no Tribunal do Júri**, conforme o Plano Estratégico do MPMA 2021-2029. O programa visa aprimorar e fortalecer o Ministério Público em julgamentos de crimes dolosos contra a vida. Está estruturado nos eixos de Modernização (que visa aperfeiçoar os recursos e a tecnologia utilizados na atuação do MPMA, aumentar a eficiência por meio de uma atuação mais especializada dos membros no Tribunal do Júri) e Fortalecimento (busca aprimorar o relacionamento e a colaboração entre os órgãos e atores do sistema de Justiça, com o propósito de fortalecer a atuação do MPMA no Tribunal do Júri como um instrumento de promoção da justiça e garantia dos direitos fundamentais).

A seguir, estão relacionados os projetos e iniciativas, com seus respectivos resultados alcançados em 2025, de forma resumida.

a) **Projeto: Colóquios Institucionais: Ministério Público e Polícias**

- **Objetivo:** Estabelecer espaços de diálogo e troca de experiências entre o Ministério Público e as Polícias Cíveis e Militares, que são profissionais envolvidos de grande relevância nos casos de crimes dolosos contra a vida. Esses encontros promovem a discussão de temas relevantes, como “acesso ao celular do investigado”, “busca domiciliar, pessoal e veicular”, “reconhecimento de pessoas”, “testemunhas de ouvir dizer” etc., a

disseminação de boas práticas e a busca por soluções conjuntas, contribuindo para o aprimoramento contínuo do sistema.

- **Eixo:** Fortalecimento
- **Destaques e Resultados em 2025:** Realizou 02 edições, certificando **102 policiais (255% da meta)** e alcançando **100% de satisfação nas edições**. Desde a criação, totaliza **16 edições**, com 22 turmas, abrangendo 08 regionais de polícia e 695 participantes. Foi reconhecido como boa prática pelo CNMP, sendo inserido no Banco de Boas Práticas do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública.

<https://bancodeboaspraticascsp.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=3309>

Figura 50 - Colóquios Interinstitucionais 16ª edição – Timon – 04/08/2025



Polícia Militar

Fonte: CAJÚRI/PGJ, 2025.

b) **Iniciativa: Acesso Direto aos Sistemas de Segurança Pública**

- **Objetivo:** Busca agilizar a obtenção de informações para investigações, como dados de investigações, antecedentes criminais e laudos periciais.
- **Eixo:** Modernização.
- **Destaques e Resultados em 2025:** Em 13/11/2025, foram publicados termos de cooperação garantindo acesso aos sistemas informatizados: GALILEU (via web, mantido pela Perícia Oficial de Natureza Criminal do Estado do Maranhão para controle e disponibilização de laudos periciais), **IDENT** (via web, mantido pelo Instituto de Identificação do Estado do Maranhão para consulta dos dados de registros civis de investigados) e **SIGMA/PPE** (web mantido pela Delegacia Geral da Polícia Civil para consulta de boletins de ocorrência e consulta de dados de investigados). Essa iniciativa atende a recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público prevista no “Manual de Atuação para Membros do Ministério Público em Crimes Violentos Letais Intencionais”.

c) **Boa Prática: Painéis de Business Intelligence – BI**

- **Objetivo:** Ferramenta para monitoramento de indicadores do Tribunal do Júri e de crimes violentos letais intencionais (CVLI), auxiliando na identificação de tendências, gargalos e oportunidades de melhoria.
- **Eixo:** Modernização.
- **Destaques e Resultados em 2025:** Em 2025, foi desenvolvido o painel BI de CVLI para população LGBTQIA+, visando o acompanhamento dos dados referentes à criminalidade violenta letal intencional (CVLI) no Estado do Maranhão, para população LGBTQIA+, atendendo uma recomendação do CNMP. O Painel BI de Sessões do Tribunal do Júri foi reconhecido como boa prática pelo CNMP, sendo inserido no Banco de Boas Práticas do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público - <https://bancodeboaspraticascsp.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=3442>.

d) **Iniciativa: Cidadania em Foco: Valorizando os Jurados**

- **Objetivo:** Visa aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas, e garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial. Contribui para promover a publicidade e aplicação da Lei Estadual nº 12.463/2024.
- **Eixo:** Fortalecimento.
- **Destaques e Resultados em 2025:** Resultou na aprovação de **17 leis municipais de valorização dos jurados**. Reconhecida como boa prática pelo CNMP, sendo inserido no Banco de Boas Práticas do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público -



A iniciativa do CAOJÚRI foi reconhecida pelo CNMP como Boa Prática

<https://bancodeboaspraticascsp.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=3531>.

e) **Projeto: Órfãos do Femicídio: sem desamparo - Ministério Público garantindo direitos de quem ficou.**

- **Objetivo:** Garantir auxílio financeiro e acesso a serviços para órfãos de feminicídio.
- **Eixo:** Fortalecimento.
- **Destques e Resultados em 2025:** Em 2025, resultou na **sanção da Lei nº 12.717/2025** e disponibilização de



Lançamento do Projeto Órfãos do Femicídio, dia 03/11/2025, no Centro Cultural do MPMA

material de apoio. Desde a criação, foram requeridas cerca de **96 pensões**.

f) **Iniciativa: Júria – Assistente Virtual**

- **Objetivo:** Criação de um assistente de IA virtual para fornecer informações atualizadas sobre consultas na temática do Tribunal do Júri e auxiliar em pesquisas.
- **Eixo:** Modernização.
- **Destques e Resultados em 2025:** Está em plena execução.

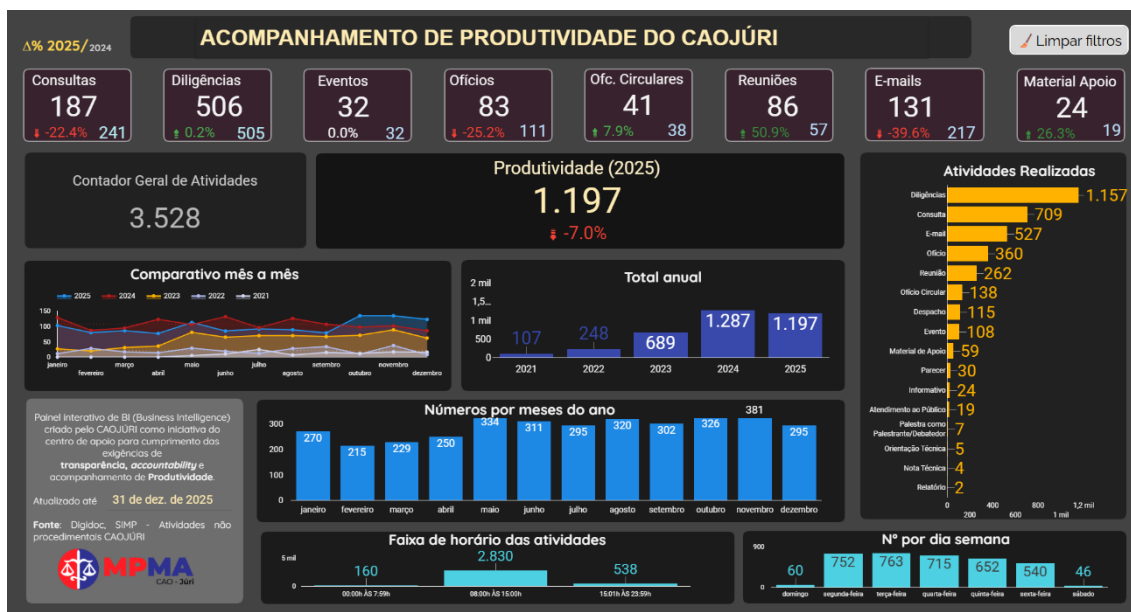
2.1 Ações convertidas em processos permanentes ou encerradas:

- Permanentes:** Projeto Júri-Saúde, Iniciativa “MP em Defesa da Vida” e Iniciativa “Conhecendo os Jurados”.
- Encerradas:** Priorização das investigações dos homicídios, Pegasus - Investigação Criminal, e Iniciativa Heimdall.

3 ATUAÇÃO DO CAOJÚRI EM 2025

- **Total de Atividades:** O CAOJÚRI desenvolveu 1.197 atividades de 01/01/2025 a 31/12/2025, registradas no SIMP.

Figura 51 - Painel BI de produtividade do CAOJÚRI – 31/12/2025



Fonte: CAOJÚRI/PGJ, 2025.

O acompanhamento da produtividade deste Centro de Apoio, do quantitativo citado acima, também pode ser realizado por meio de um painel de BI (*Business Intelligence*) do CAOJÚRI, a partir do [link de acesso ao painel BI de produtividade](#).

Tabela 92 – Algumas Atividades do CAOJÚRI em 2025

Descrição	Quantitativo
Consultas	187
Diligências	506
Eventos	32
Ofícios	83
Ofícios Circulares	41
Reuniões	86
E-mails	131
Material de Apoio	24
Modelos Elaborados	11

Fonte: CAOJÚRI/PGJ, 2025.

4 AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

Foram realizadas melhorias na estrutura física, tecnológica e de pessoal.

- a) **Quadro Funcional:** Em 31/12/2025, o quadro era composto por **01 servidor** (Assessor Técnico III) e **01 voluntária**.

- b) **Instalações Físicas:** Em 2023, o CAOJÚRI passou a funcionar em uma sala no prédio anexo do CCA, com **05 estações de trabalho** e equipamentos. Em 2024, foi equipado com uma geladeira/frigobar.
- c) **Painéis BI:** Em 2025, foi criado o painel **BI de CVLI para população LGBTQI+**, somando 09 painéis BI existentes.
- d) **Adequação da Página:** Houve uma contínua atualização e adequação da página institucional, tanto no portal externo quanto na intranet.

ATOS NORMATIVOS – 2025

LEIS

LEI ORDINÁRIA Nº 12551/2025 - GPGJ – 30 DE ABRIL DE 2025 - Autoriza o Ministério Público do Maranhão, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, a se filiar ao Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP e a realizar contribuições associativas para a entidade, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 169/2025 - CPMP – 12 DE AGOSTO DE 2025 - Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o art. 17-B da Lei nº 8.429/92, disciplinando o acordo de não persecução civil, e revoga a Resolução nº 130/2023-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 168/2025 - CPMP – 26 DE JUNHO 2025 - Dispõe sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão nas Centrais de Garantias e Inquéritos das Comarcas da Ilha de São Luís e de Imperatriz; cria uma Promotoria de Justiça Especializada em acordo de não persecução penal – ANPP, no Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís e define suas atribuições; redefine as atribuições da 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e da 19ª Promotorias de Justiça Criminal, e das Promotorias de Justiça Criminal e Especializadas, do Termo Judiciário de São Luís, das Promotorias de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar, da Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Raposa, da 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª e da 8ª Promotorias de Justiça do Termo Judiciário de São José de Ribamar, todas da Comarca da Ilha de São Luís, e das Promotorias de Justiça Criminal e Especializadas de Imperatriz; altera o Anexo da Resolução nº 02/2009 – CPMP, renumera as Promotorias de Justiça Cível de 16ª Promotoria de Justiça Cível para 15ª Promotoria de Justiça Cível, e de 17ª Promotoria de Justiça Cível para 16ª Promotoria de Justiça Cível, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 167/2025 - CPMP – 13 DE MAIO 2025 - Cria 1 (uma) Promotoria de Justiça na Comarca de Imperatriz e redefine as atribuições da 8ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, com alteração do anexo III da Resolução nº 02/2009-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 166/2025 - CPMP - 12 DE MARÇO 2025 - Redefine as atribuições das Promotorias de Justiça Especializadas da Defesa da Educação do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís, altera a Resolução nº 02/2009-CPMP e seu Anexo III (com a redação dada pela Resolução nº 87/2019 - CPMP e Resolução nº 153/2024-CPMP).

RESOLUÇÃO Nº 165/2025 - CPMP – 12 DE MARÇO DE 2025 - Altera os arts. 7º-B e 8º-A e revoga o art. 7º-C da Resolução nº 02/2009-CPMP, que “Dispõe sobre a distribuição das atribuições do Ministério Público Estadual de primeiro grau aos seus diversos órgãos de execução, define critérios para as substituições dos Promotores de Justiça, estabelece regras para o exercício do ofício do Ministério Público em plantão e dá outras providências.”, e altera o art. 3º da Resolução nº 32/2015-CPMP, que “Dispõe sobre a representação do Ministério Público no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Maranhão”.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 31/2025 - CSMP – 13 DE AGOSTO DE 2025 - Altera a Resolução nº 29/2025-CSMP, que regulamenta as normas de caráter geral para realização de Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público e constitui a Comissão do Concurso.

RESOLUÇÃO Nº 30/2025 - CSMP – 18 DE JUNHO DE 2025 - Altera o Anexo da Resolução nº 02/2013 – CSMP, que aprova, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o pagamento da Gratificação por Prestação de Serviço Extraordinário de que trata o art. 74, XIV, d Lei Estadual n.º 6.107/94.

RESOLUÇÃO Nº 29/2025 - CSMP – 18 DE JUNHO DE 2025 - Altera a Resolução nº 26/2024-CSMP, que regulamenta as normas de caráter geral para realização de Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público e constitui a Comissão do Concurso.

RESOLUÇÃO Nº 28/2025 - CSMP – 10 DE ABRIL DE 2025 - Altera o Regulamento do Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Maranhão, no cargo de Promotor de Justiça Substituto, aprovado pela Resolução nº 26/2024-CSMP. Resolução nº 27/2025 – CSMP.

RESOLUÇÃO Nº 27/2025 - CSMP – 27 DE FEVEREIRO DE 2025 - Altera a Resolução nº 26/2024-CSMP, que regulamenta as normas de caráter geral para realização de

Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público e constitui a Comissão do Concurso.

ATOS REGULAMENTARES CONJUNTOS

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 10002/2025 - CGMP, GPGJ – 31 DE OUTUBRO DE 2025 - Dá nova redação ao § 7º do art. 1º do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, que “dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências”, para ampliar o prazo de fruição da compensação pelo exercício do plantão ministerial e disciplinar o seu procedimento.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 1/2025 - CGMP, GPGJ – 24 DE OUTUBRO DE 2025 - Dispõe sobre o acesso da Corregedoria-Geral do Ministério Público (CGMP) a procedimentos e processos sigilosos no âmbito do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) e dá outras providências.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 10006/2025 - GPGJ – 29 DE DEZEMBRO DE 2025 - Determina a inclusão de mensagem no rodapé, no ano de 2026, de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10005/2025 - GPGJ – 15 DE DEZEMBRO DE 2025 - Disciplina o rodízio de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2025/2026 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10004/2025 - GPGJ - 18/ DE DEZEMBRO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 18/2021 – GPGJ, de 11 de março de 2021, que “disciplina o procedimento de designação de substituição eventual dos servidores investidos em cargo de direção ou chefia e o pagamento decorrente de substituição automática e eventual”.

ATO REGULAMENTAR Nº 31/2025 - GPGJ – 15 DE DEZEMBRO DE 2025 - Altera os arts. 25 e 26 do Ato Regulamentar n.º 39/2024, que “dispõe sobre os programas de estágio não obrigatório e de residência no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências”.

ATO REGULAMENTAR Nº 30/2025 - GPGJ – 15 DE DEZEMBRO DE 2025 - Dispõe sobre a modificação do Ato Regulamentar nº 07/2016 – GPGJ, de 18 de maio de 2016,

para adequar o controle de acesso às dependências do Ministério Público do Estado do Maranhão à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

ATO REGULAMENTAR Nº 29/2025 - GPGJ – 28 DE OUTUBRO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 30/2021, que autoriza a concessão de ressarcimento para cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) voltados a temas de interesse do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 28/2025 - GPGJ – 23 DE OUTUBRO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 10/2020-GPGJ, que instituiu, “no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, para as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária, bem como para as Promotorias de Justiça das Comarcas de Timon e Caxias, da entrância final, os Plantões Regionais em Matéria Criminal”.

ATO REGULAMENTAR Nº 27/2025 - GPGJ – 14 DE OUTUBRO 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 33/2022-GPGJ, que dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 10003/2025 - GPGJ – 14 DE OUTUBRO DE 2025 - Dispõe sobre a cautela, utilização, descarte, controle e fiscalização de armas de fogo, munições e coletes balísticos integrantes do acervo patrimonial do Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA.

ATO REGULAMENTAR Nº 10002/2025 - GPGJ – 10 DE OUTUBRO 2025 - Dispõe sobre o cadastro e as condições de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por usuários externos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10001/2025 - GPGJ – 16 DE SETEMBRO 2025 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2025/2026.

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2025 - GPGJ – 16 DE SETEMBRO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 41/2021 - GPGJ, que dispõe sobre a rotina de atendimentos da Seção de Saúde Funcional da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 24/2025 - GPGJ – 12 DE SETEMBRO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 15/2021-GPGJ, de 08 de março de 2021, que disciplina o Plano

de Assistência Médico-Social devido aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, para incluir a possibilidade de acréscimo de 50% em casos específicos.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2025 - GPGJ – 12 DE SETEMBRO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 16/2021-GPGJ, de 08 de março de 2021, que disciplina o Plano de Assistência Médico-Social devido aos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, para incluir a possibilidade de acréscimo de 50% em casos específicos.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2025 - GPGJ – 21 DE JULHO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 8/2024-GPGJ, de 28 de fevereiro de 2024, para reajustar os valores das diárias concedidas a membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, quando em deslocamento fora da sede, no interesse do serviço, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2025 - GPGJ – 14 DE JULHO 2025 - Atualiza e regulamenta a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e estrutura o Serviço de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, revoga o Ato Regulamentar nº 54/2021-GPGJ, de 09 de dezembro de 2021, e o Ato Regulamentar nº 03/2022-GPGJ, de 09 de fevereiro de 2022, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2025 - GPGJ – 25 DE JUNHO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 2/2025-GPGJ, que dispõe sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e o funcionamento do procedimento administrativo eletrônico da área meio do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2025 - GPGJ – 10 DE JUNHO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2025 - GPGJ – 10 DE JUNHO DE 2025 - Estabelece parâmetros para a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2025 - GPGJ – 21 DE MAIO 2025 - Altera o Anexo I do Ato Regulamentar nº 39/2024-GPGJ, de 26 SETEMBRO 2024, que dispõe sobre os programas de estágio não obrigatório e de residência no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2025 - GPGJ – 20 DE MAIO DE 2025 - Modifica o Ato Regulamentar nº 30/2017-GPGJ, de 23 de outubro de 2017, que dispõe sobre as férias dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2025 - GPGJ – 20 DE MAIO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 10/2020-GPGJ, de 30 de janeiro de 2020, que “Institui, para as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária do Ministério Público do Estado do Maranhão, os Plantões Regionais em Matéria Criminal”, e revoga o Ato Regulamentar nº 06/2025-GPGJ, de 19 de março de 2025.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2025 - GPGJ – 07 DE MAIO 2025 - Altera o Anexo do Ato Regulamentar nº 07/2013-GPGJ, que dispõe sobre a organização dos órgãos administrativos e de execução do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2025 - GPGJ – 29 DE ABRIL DE 2025 - Transfere a Coordenadoria de Comunicação do Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça para a Secretaria para Assuntos Institucionais e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2025 - GPGJ – 28 DE ABRIL DE 2025 - Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual e a utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 6/2025 - GPGJ – 20 DE MARÇO DE 2025 - Altera o anexo único do Ato Regulamentar nº 10/2020-GPGJ, que instituiu os plantões regionais em matéria criminal para as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária do Ministério Público do Estado do Maranhão. (Revogado pelo Ato Regulamentar nº 14/2025 - GPGJ).

ATO REGULAMENTAR Nº 5/2025 - GPGJ – 20 DE MARÇO DE 2025 - Estabelece nova redação ao artigo 34 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ, de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 4/2025 - GPGJ – 20 DE MARÇO DE 2025 - Dispõe sobre as novas diretrizes e ações para a gestão eficiente dos recursos ambientais e econômicos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 2/2025 - GPGJ – 24 DE FEVEREIRO 2025 - Dispõe sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e o funcionamento do procedimento administrativo eletrônico da área meio do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 1/2025 - GPGJ – 09 DE JANEIRO DE 2025 - Altera o Ato Regulamentar nº 6/2023-GPGJ, de 20 de março de 2023, que “Regulamenta o direito à conversão em pecúnia da licença compensatória pelo exercício em cumulação de acervo processual, procedimental e administrativo, e pelo exercício de cargo ou função de direção, chefia, assessoramento ou auxiliar, inclusive eletivo, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, nos termos do art. 125-A Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991”, e dá outras providências.

ATOS

ATO Nº 360/2025 - GPGJ – 10 DEZEMBRO DE 2025 - Adotar ponto facultativo no âmbito do Ministério Público Estadual, nos dias 24, 26 e 31 de dezembro do corrente ano e no dia 02 de janeiro de 2026, em virtude das festas de final de ano, tendo em vista o que consta do Processo SEI/MPMA nº:19.13.0058.0029067/2025-17.

ATO Nº 336/2025 - GPGJ – 19 DE NOVEMBRO DE 2025 - Adotar, como ponto facultativo, no âmbito do Ministério Público Estadual, o dia de 21 de novembro de 2025 (sexta-feira).

ATO Nº 320/2025 - GPGJ - 12 NOVEMBRO DE 2025 - Dispõe sobre a divulgação dos quantitativos de cargos efetivos, comissionados e funções de confiança integrantes do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Maranhão, em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e dá outras providências.

ATO Nº 318/2025 - GPGJ - 05 DE NOVEMBRO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.13.0045.0023769/2025-86.

ATO Nº 304/2025 - GPGJ – 17 DE OUTUBRO DE 2025 - Antecipar para o dia 27 de outubro de 2025 (segunda-feira) o ponto facultativo no âmbito do Ministério Público Estadual, alusivo ao Dia do Servidor Público (28/10/2025), em consonância com o Decreto nº 40.726, de 13 de outubro de 2025, expedido pelo Poder Executivo Estadual.

ATO Nº 301/2025 - GPGJ – 06 OUTUBRO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 18600/2025-90.

ATO Nº 10003/2025 - GPGJ – 29 DE SETEMBRO DE 2025 - Abre o Fundo Especial do Ministério Público crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.662.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e dois mil reais) para o fim que especifica. O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições que lhe são conferidas no art. 42, § 1º, inciso II da Lei Nº 12.370 de 24 de julho de 2024, de conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320 de março de 1964.

ATO Nº 281/2025 - GPGJ – 04 DE SETEMBRO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.13.0024.00012440/2025-55.

ATO Nº 280/2025 - GPGJ – 04 DE SETEMBRO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.13.0024.0012076/2025-86.

ATO Nº 203/2025 - GPGJ – 05 AGOSTO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 19.13.0024.0006651/2025-912025.

ATO Nº 175/2025 - GPGJ – 01 JULHO DE 2025 - Adotar ponto facultativo no âmbito do Ministério Público Estadual, no dia 30 de junho de 2025, segunda-feira, em consonância com o Decreto nº 40062 de 18/06/2025, expedido pelo Poder Executivo Estadual e do Processo nº 12889/2025.

ATO Nº 174/2025 - GPGJ – 01 DE JULHO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de

provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 127222025.

ATO Nº 158/2025 - GPGJ – 11 DE JUNHO DE 2025 - Adotar ponto facultativo no âmbito do Ministério Público Estadual, no dia 20 de junho de 2025, sexta-feira, tendo em vista o que consta do Processo nº 11576/2025.

ATO Nº 73/2025 - GPGJ – 27 DE FEVEREIRO DE 2025 - Estabelecer que, no dia 28 de fevereiro do corrente ano, o expediente no âmbito do Ministério Público Estadual ocorrerá das 8h às 12h, em razão do Decreto Estadual nº 39788 de 21 DE FEVEREIRO DE 2025 de ponto facultativo.

ATO Nº 47/2025 - GPGJ – 07 DE FEVEREIRO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 24882025.

ATO Nº 23/2025 - GPGJ – 28 DE JANEIRO DE 2025 - Fixar o valor mensal da bolsa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, em R\$ 1.518,00 (hum mil, quinhentos e dezoito reais), e o valor diário em R\$ 50,60 (cinquenta reais e sessenta centavos).

ATO Nº 8/2025 - GPGJ – 10 DE JANEIRO DE 2025 - Aprovar a Progressão Funcional dos Servidores Estáveis integrantes do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico – Administrativo do Ministério Público Estadual, nas Classes e Padrões dos cargos de provimento efetivo, na forma especificada em anexo, tendo em vista o que consta do Processo nº 3272025.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10002/2025 - GPGJ – 15 DE SETEMBRO DE 2025 - Dispõe sobre a necessidade de disciplinar a conversão em pecúnia das licenças especial e prêmio não gozadas e a conversão em pecúnia de férias não gozadas dos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, respectivamente,

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10001/2025 - GPGJ – 09 DE SETEMBRO DE 2025 - Dispõe sobre a regulamentação da execução da escala de férias de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, relativa ao exercício de 2026, por meio do Sistema Athenas.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2/2025 - GPGJ – 16 DE JUNHO DE 2025 - O processo administrativo referente ao bloqueio de acesso de membros, servidores, estagiários, funcionários terceirizados e prestadores de serviço voluntário aos sistemas informatizados internos e externos, bem como às instalações físicas do Ministério Público do Estado do Maranhão, por quaisquer motivos, tramitará segundo o disposto nesta ordem de serviço e no seu anexo

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2/2025 - DG – 16 DE JUNHO DE 2025 - O processo administrativo referente à apuração e ao pagamento das verbas rescisórias devidas a membro ou servidor do Ministério Público do Estado do Maranhão tramitará segundo o disposto nesta Ordem de Serviço e no seu anexo.



Procuradoria-Geral de Justiça
Av. Professor Carlos Cunha, 3261 - São Luís -MA
(98) 3219-1777/1698/1710

